

CURSO DE VERÃO – ANO XXXI

Coleção **TEOLOGIA POPULAR**

- Curso de verão* — *Ano I* (Introdução ao AT; Êxodo; Cristologia; leigos e ministérios; fé e política; culturas oprimidas)
- Curso de verão* — *Ano II* (Profetismo; edesiologia; religião do povo; movimento popular; comunicação)
- Curso de verão* — *Ano III* (NT e evangelho de Marcos; batismo e eucaristia; história da Igreja no Brasil; a mulher)
- Curso de verão* — *Ano IV* (At, 1Cor, Ap; liturgia; ecumenismo; educação e trabalho)
- Curso de verão* — *Ano V* (Gn 2-3; feminismo; sexualidade; culturas e juventude)
- Curso de verão* — *Ano VI* (Comunidade; Espírito Santo; ética; ecologia e moradia)
- Curso de verão* — *Ano VII* (Cidadania; pentecostalismo e novos movimentos religiosos)
- Curso de verão* — *Ano VIII*: A cidade: um desafio para as Igrejas e movimentos populares
- Curso de verão* — *Ano IX*: Trabalho — Crise e alternativas
- Curso de verão* — *Ano X*: Por uma ética da liberdade e da libertação
- Curso de verão* — *Ano XI*: Espiritualidade e Mística
- Curso de verão* — *Ano XII*: Culturas e inculturação
- Curso de verão* — *Ano XIII*: Brasil, 500 anos: por um jubileu de justiça e de esperança
- Curso de verão* — *Ano XIV*: Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência
- Curso de verão* — *Ano XV*: Produzir a esperança: Projetos de sociedade e utopia do Reino
- Curso de verão* — *Ano XVI*: Saúde: Cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão* — *Ano XVII*: Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana
- Curso de verão* — *Ano XVIII*: Educar para a justiça, a solidariedade e a paz
- Curso de verão* — *Ano XIX*: Comunicações: Ética e Cidadania
- Curso de verão* — *Ano XX*: Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação
- Curso de verão* — *Ano XXI*: Juventude: Caminhos para outro mundo possível
- Curso de verão* — *Ano XXII*: Arte e Educação Popular
- Curso de verão* — *Ano XXIII*: Política e Comunidades Humanas: por uma prática popular transformadora
- Curso de verão* — *Ano XXIV*: A vida: desafio à Ciência, Bíblia e Bioética: do genoma humano às células-tronco
- Curso de verão* — *Ano XXV*: Religiões construtoras de justiça e de paz
- Curso de verão* — *Ano XXVI*: Redes Digitais: tecendo relações, construindo comunidades, exercendo cidadania
- Curso de verão* — *Ano XXVII*: Juventudes em foco: por políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura
- Curso de verão* — *Ano XXVIII*: Juventude e relações afetivas
- Curso de verão* — *Ano XXIX*: Economia promotora dos direitos humanos e ambientais
- Curso de verão* — *Ano XXX*: Educar para a paz em tempos de injustiças e violência
- Curso de verão* — *Ano XXXI*: Ética e participação popular na política a serviço do bem comum

José Oscar Beozzo e
Cecília Bernardete Franco (orgs.)

CURSO DE VERÃO — ANO XXXI

ÉTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA POLÍTICA
A SERVIÇO DO BEM COMUM



CURSO DE VERÃO - CESEEP



PAULUS

CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR — CESEEP
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 993 cjto. 205 — Bela Vista
01317-001 São Paulo — SP
tel./fax: (11) 3105-1680
ceseep@ceseep.org.br
www.ceseep.org.br

Direção editorial: *Claudio Avelino dos Santos*

Organização: *Pe. José Oscar Beozzo*

Coordenação editorial: *Cecília Bernardete Franco*

Revisão técnica e texto da contracapa: *Pe. José Oscar Beozzo*

Fotógrafo: *Luciney Martins*

Capa: *Fernando Marinho Fernandes da Silva*

Editoração, impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Curso de verão XXXI: ética e participação popular na política: a serviço do bem comum / organização José Oscar Beozzo, Cecília Bernardete Franco (organizadores). — São Paulo: Paulus, 2017. — Coleção Teologia popular

Vários autores.

ISBN 978-85-349-4654-4

1. Cidadania 2. Crise econômica — Brasil 3. Ética 4. Fé 5. Política — Brasil 6. Política e governo 7. Teologia social I. Beozzo, José Oscar. II. Franco Cecília Bernardete. III. Série.

17-09173

CDD-261.80981

Índice para catálogo sistemático:

1. Política: Brasil: Teologia social 261.80981

Seja um leitor preferencial **PAULUS**.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções:

paulus.com.br/cadastro

Televidas: (11) 3789-4000 / 0800 16 40 11



© PAULUS — 2017

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 — São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700 • Fax: (11) 5579-3627

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4654-4

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>José Oscar Beozzo</i>	
SEÇÃO I - MAPEANDO A REALIDADE:	
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS, PARTIDOS E ESTADO	23
1. Cidadania e política: os desafios de hoje	25
<i>Manfredo Araújo de Oliveira</i>	
2. O Movimento Nacional Fé e Política	49
<i>Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira e Teresinha Toledo</i>	
3. Os grandes princípios éticos em matéria política	63
<i>Fábio Konder Comparato</i>	
SEÇÃO II - BÍBLIA E TEOLOGIA	67
4. A crítica profética ao rei, ao Templo e ao Império	69
<i>Sebastião Armando Gameleira Soares</i>	
SEÇÃO III - PASTORAL	
REINVENTAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA	115
5. O sistema eleitoral no Brasil e as propostas de reforma política	117
<i>André Feitosa Alcântara</i>	
6. Gestão pública municipal: uma experiência desafiadora	135
<i>Izalene Tiene</i>	
7. Nas trincheiras de sempre, pelos direitos de hoje e do amanhã	149
<i>Renato Simões</i>	
8. A Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”: para entender a história da ditadura militar	157
<i>Adriano Diogo</i>	
9. Câmara Municipal de São Paulo: limitações e potencialidades de um instrumento de lutas populares	191
<i>Fábio Rodrigues de Jesus</i>	
10. Poder Legislativo. Câmara Municipal de São Paulo: Limitações e potencialidades de um instrumento de lutas populares	203
<i>José Nildo Alves Cardoso</i>	
11. Escola de Fé e Política Waldemar Rossi – Formando novas cidadãs e novos cidadãos	217
<i>Caci Amaral, Márcia Castro e Mônica Lopes</i>	
12. Escola de Fé e Política na Região Metropolitana do Recife, PE	237
<i>Pastor José Marcos da Silva</i>	

13. Política e partidos políticos no Brasil	249
<i>Valter Pomar</i>	
14. A política como vocação	265
<i>Marco Aurélio de Souza</i>	
15. Política: "a forma mais sublime de fraternidade". Eis a nossa vocação	287
<i>Nicolau João Bakker</i>	
16. Mulheres na política	305
<i>Luiza Erundina de Sousa</i>	
17. Participação eleitoral do militante de base. De que lado estamos?	317
<i>Matias Vieira</i>	
18. A margem, a viúva e o pastor	329
<i>Vera Lúcia Rodrigues de Faria</i>	

A P R E S E N T A Ç Ã O

José Oscar Beozzo¹

“Os reis das nações dominam sobre elas, e os que têm poder sobre elas são chamados de benfeitores. Mas, entre vocês, não deve ser assim. Pelo contrário, o maior dentre vocês seja como o mais jovem, e quem governa seja como alguém, que está servindo” (Lc 22, 25-26).

“A política tão denegrida é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (Papa Francisco, EG, 205).

ÉTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA POLÍTICA A SERVIÇO DO BEM COMUM é a temática do XXXI Curso de Verão do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP) escolhida por conta de sua relevância e atualidade e em razão da crise econômica e social que o país atravessa, agravada por devastadora crise política.

¹ José Oscar Beozzo, com formação em filosofia, teologia, ciências sociais e história social, é vigário da paróquia São Benedito, em Lins, membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA) e coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). Autor, entre outros livros, de *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/EDUCAM/UVA, 2005 e *Tecendo memórias e gestando futuro – História das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado* – MJC (livro preparado conjuntamente com Ir. Maria Raimunda R. Costa, Ir. Maria Fidêncio Espírito Santo e Ir. Geralda F. Silva). São Paulo: Paulinas, 2009; prefácio e verbetes do *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015.

O livro recolhe a reflexão dos assessores/as e o testemunho de pessoas que assumiram a política como vocação e missão a serviço da sociedade, e se propõe a:

- compreender o momento atual;
- resgatar os pilares do exercício da política;
- motivar a participação popular e sua organização, a serviço do bem comum;
- articular fé e política;
- cobrar o agir ético de todos os agentes públicos,
- descortinar um horizonte de esperança.

A vida política do Brasil saiu de aparente apatia com as manifestações de rua, em julho de 2013. A essas manifestações seguiram-se, após as eleições de 2014, crescentes confrontos pró e contra o *impeachment* presidencial, ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas e o surgimento de novos movimentos e partidos políticos.

A grande mídia, como sempre, teve decisiva influência no aprofundamento de um clima de acirramento das posições políticas e de intolerância nos debates. Deu apoio ao golpe parlamentar e respalda a repressão aos movimentos sociais e retrocessos nos direitos e conquistas sociais e ambientais. Está sendo, porém, confrontada por toda uma mídia alternativa, por denúncias e mobilizações nas redes digitais e por incisivos pronunciamentos da parte das Igrejas, pastorais sociais e organismos da sociedade civil.

Com a operação Lava Jato, o Judiciário pareceu acordar de sua omissão e lentidão. O combate à corrupção no sistema político ganhou força e apoio na sociedade, levando ao banco dos réus o conluio criminoso entre políticos, partidos, empreiteira, bancos, agronegócio e empresários.

A Lava Jato, por sua vez, recebe críticas pelo atropelo às garantias constitucionais dos acusados, cerceamento da defesa, espetacularização das investigações, convicções em detrimento de provas, vazamento seletivo das delações premiadas e politização partidária de membros do ministério público e do judiciário.

A privatização da esfera pública e a busca por parte de alguns políticos e funcionários de vantagens e privilégios para si, seus familiares e clientela transformaram boa parte da vida política num sistema de troca de favores alimentado por privilégios e corrupção. Com isso, a avaliação do parlamento e dos políticos em geral caiu a nível tão baixo que abriu caminho para a desqualificação do exercício da política e do regime democrático, com vozes não tão isoladas, clamando por ditadura e retorno dos militares ao poder.

Nas últimas eleições municipais de 2016, o elevado índice de abstenções e de votos brancos e nulos superou, em muitos lugares, o número de votos dados aos candidatos eleitos, revelando desencanto com a política e levando à fragilização dos mandatos de prefeitos e vereadores.

Se de um lado, muitos jovens assumiram suas responsabilidades na esfera pública; de outro, grande número de pessoas decepcionadas não se veem mais como cidadãos e cidadãs atuantes, mas apenas como consumidores avessos à vida política. Tornaram-se refratários a exercer sua cidadania e a trazer sua contribuição para a construção de um exercício diferente da política. Virou justificativa para o afastamento e a condenação da política, a repetição do mantra: “os políticos não prestam; roubam e são todos iguais!”

Estamos assistindo a um perigoso descolamento do sistema político em relação à população. Em recente pesquisa,² o governo do presidente Michel Temer foi aprovado por apenas 3,0% dos entrevistados. Seus principais ministros estão sendo investigados por diferentes crimes e foram denunciados pela Advocacia Geral da União (AGU), como integrantes de uma quadrilha que assalta os cofres públicos.

O grau de confiança no Parlamento, instância fundamental da democracia caiu ao mais baixo nível de todos os tempos. Mais de um terço dos deputados e senadores encontra-se sob investigação por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e

² <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/09/28/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope/>>.

só não foram ainda indiciados e julgados por contarem com fórum privilegiado.

Juízes e promotores pleiteiam aumentos salariais acima de 30%, quando cerca de 15 milhões de pessoas encontram-se desempregadas e toda a área social e a de serviços à população no campo da saúde, educação, moradia, segurança pública, previdência, sofreram profundos cortes orçamentários.

Esta situação, além do sistemático desmonte dos direitos trabalhistas e sociais promovidos pelo governo, fez soar um sinal de alerta geral. Diversas igrejas e organismos eclesiais, assim como instituições da sociedade civil passaram a denunciar os desmandos administrativos e a sistemática perda de direitos que vem sendo imposta aos trabalhadores, aos povos indígenas, aos quilombolas e comunidades tradicionais. O Fórum de Participação da V Conferência recolheu esses pronunciamentos e o CESEEP publicou um caderno com o título: *As Igrejas e a Reforma da Previdência*. O Caderno foi rapidamente ampliado e, na sua quarta edição, compila três vezes mais documentos do que na primeira, o que revela a extensão e a gravidade da crise econômica, social, política e ética e a comoção e interpelação que estão suscitando em diferentes setores religiosos e em instituições da sociedade civil.³

A IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana), no seu último Sínodo, lançou dura advertência às autoridades responsáveis pelo país:

Aprofunda-se o escândalo da corrupção. A legitimidade dos atuais legisladores está abalada na sua essência, mesmo com exceções. Que autoridade lhes resta para revisar e definir questões da amplitude de uma reforma trabalhista e previdenciária, que irá impactar novamente naqueles setores da sociedade já fragilizados? O descolamento da classe política do povo brasileiro é notório. Se sobra alguma relação, ela é cínica e dissimulada...⁴

³ BEOZZO, José Oscar (org.), *Igrejas e organismos eclesiais e civis – Pronunciamentos: reforma da previdência, reforma trabalhista, desemprego e greve geral, crise política*. São Paulo: CESEEP, 2017. O Caderno pode ser acessado no site do CESEEP: <www.ceseep.org.br>.

⁴ Carta da direção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB às autoridades responsáveis pela nação brasileira. Foz de Iguaçu, PR, 17 de março, 2017, in BEOZZO, op. cit., p. 21.

A CNBB, duas semanas depois, condenou as escolhas para a reforma da previdência como sendo um caminho de exclusão dos mais vulneráveis:

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores ético-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica. Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 “soluciona o problema”, excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social.⁵

Diversas Igrejas evangélicas, no mesmo dia, emitiram um pronunciamento conjunto:

Os Presidentes e representantes das Igrejas evangélicas históricas do Brasil, em virtude das propostas de mudanças no regime previdenciário brasileiro contidas na Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, no cumprimento de seu dever profético e no exercício da fé cristã, fazem o seguinte pronunciamento...

⁵ Nota da CNBB sobre a PEC 287/16 “Reforma da Previdência”. Brasília, 23 de março de 2017, *ibidem*, p. 7-8.

Depois de enfatizarem o papel redistributivo da renda pelo sistema de seguridade social e seu propósito de diminuir as desigualdades, concedem que é necessário superar gargalos e injustiças presentes no sistema: a proposta de reforma ignora, entretanto, as diferenças de gênero e a sobrecarga de trabalho sobre as mulheres; os trabalhadores mais pobres, que desde crianças são lançados ao trabalho sem carteira de trabalho e sem que seus direitos sejam garantidos ao final da vida. Denunciam os grandes sonegadores da previdência e de como se tributa o trabalho, e não o capital. Concluem dizendo:

Conclamamos os membros que se reúnem em nossas Igrejas a orar pelo bem de nossa nação e que Deus nos permita construir um país em que justiça social e cuidado com os mais necessitados sejam pauta permanente de nossas políticas públicas.⁶

Os Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB justificam sua enérgica manifestação, proclamando:

O Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo declara bem-aventuradas as pessoas que têm “fome e sede de justiça” por que elas serão fartas! (cf. Mateus 5,9), e a Carta de Tiago nos lembra “Ora, o fruto da justiça semeia-se na paz, para os que exercitam a paz” (3,18). Portanto, não podemos nos omitir diante desta tragédia humanitária que estas reformas promovem. Trata-se, pela sua simples proposição de um desrespeito e uma violenta ameaça para este país. Sinal de governantes ilegítimos que, não conseguindo defender esta agenda em um processo democrático com participação po-

⁶ Pronunciamento dos Presidentes e Representantes das Igrejas Evangélicas Históricas do Brasil sobre a Reforma Previdenciária – PEC 287/2016. CBB – Convenção Batista do Brasil, IPI – Igreja Presbiteriana Independente. Rio de Janeiro, 23 de março de 2017. Aderiram à nota as seguintes Igrejas: IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil, IPU – Igreja Presbiteriana Unida, IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, RENAS – Rede Evangélica Nacional de Ação Social, AECB – Aliança Eclesiástica Congregacionalista Brasileira, IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil, IMB – Igreja Metodista do Brasil, IML – Igreja Metodista Livre. In: BEOZZO, *ibid.*, p. 25-26.

pular ampla, o fazem usurpando os poderes que pertencem ao conjunto de cidadãs e cidadãos do Brasil.

Creemos que, pela união das forças de todas as pessoas de boa vontade, haverá reversão deste quadro. Conclamando assim à mobilização em favor dos direitos das pessoas trabalhadoras, de melhores condições de trabalho e do amparo justo especialmente para mais pobres e vulneráveis de nossa sociedade. Como poderemos ter paz, se promovemos a injustiça, a morte e a exclusão?⁷

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC manifestou sua adesão ao movimento dos trabalhadores às vésperas da greve geral de 28 de abril passado:

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) une-se às manifestações das Igrejas e de religiosos e religiosas de diferentes confissões e adere à Greve Geral, um instrumento legítimo de luta de trabalhadores e trabalhadoras. O que tem acontecido em nosso país, um ano após a ruptura democrática, é grave. Temos acompanhado dia após dia, mês a mês, ataques aos direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras. Junto com isso, têm aumentado a repressão e a violência, em especial contra povos indígenas e trabalhadores e trabalhadoras do campo. Temos um Parlamento que, com algumas exceções corajosas, se mobiliza para votar contra os interesses da maioria da população brasileira. Há uma opção clara por parte do governo contra a democracia. Vivemos uma ditadura do sistema financeiro. Estamos reféns dos interesses do capital especulativo. O povo não pode ser sacrificado por causa da ganância de alguns poucos. Parar é preciso! Pelo país, pelos trabalhadores e trabalhadoras. Os escândalos prosseguem. Ao mesmo tempo em que aprovam no Congresso a Reforma Trabalhista, que acabou com a CLT,

⁷ Carta aberta sobre a reforma da previdência e reforma trabalhista – IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2017, *ibid.*, p. 27-29.

o STF acaba com o teto constitucional e libera supersalários para cargos públicos. Há uma clara distorção ética nessas decisões. Cortam direitos de trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que garantem privilégios de uma elite burocrática.⁸

Concomitantemente às declarações oficiais de diversas Igrejas cristãs, muitos outros organismos eclesiais, pastorais, ordens e congregações religiosas se pronunciaram, quase todas na mesma direção.⁹

A apresentação do pôster do Curso de Verão – 2018 terminava com um convite, que agora é estendido às pessoas que irão participar do CV e aos leitores(as) do livro:

Você e sua comunidade, grupo ou pastoral estão convidados a entrar no mutirão para a reconstrução da política como serviço ao bem comum.

Boa ocasião para que o CV deste ano repita a estrutura do ano passado, quando do estudo da violência, com redobrada possibilidade de participação através das MESAS DE DEBATE.¹⁰ Estas oferecem o concurso de muitas vozes e de diferentes experiências em torno da temática de uma política ética, com participação popular a serviço do bem comum.

⁸ CONIC adere à greve geral de 28 de abril: Dia 28 de Abril – Vamos Parar, Brasília, 26/04/2017, *ibid.*, p. 55.

⁹ Mulheres Luteranas: Somos contra a Reforma da Previdência Social, p. 31-32; Conselho Nacional de Leigos do Brasil – CNLB, p. 33-35; Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB NACIONAL, p. 36-39; Carta aberta contra a Reforma da Previdência Social – Província Franciscana da Imaculada Conceição, p. 40-41; Carta aberta contra a subtração de direitos fundamentais – Ministros e Custódios Franciscanos, p. 42-43; Carta aberta à classe trabalhadora – PO e MTC, p. 44; CONIC adere à greve geral de 28 de abril, p. 56; Nota de apoio das Comunidades Eclesiais de Base do Estado de São Paulo à Greve Geral de 28/04/2017, p. 57-59; Nota do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade/CAALL de repúdio às reformas e de apoio à greve geral, p. 60; Nota do CESEEP de repúdio às reformas e de apoio à greve geral, p. 61; CLASP – Apoio às manifestações e protesto contra reformas, p. 62; Mensagem da CNBB aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, p. 67; Nota da Pastoral Operária Nacional sobre o 1.º de maio de 2017, p. 69-70; Mensagem da Assembleia Geral da CNBB: O grave momento nacional, p. 71.

¹⁰ BEOZZO, José Oscar e FRANCO, Cecília Bernardete (orgs.), *Educar para a paz em tempos de injustiças e violência*. Curso de Verão – Ano XXX. São Paulo: Paulus, 2016.

SEÇÃO I - MAPEANDO A REALIDADE

Esta unidade quer oferecer elementos teóricos para a compreensão da realidade política com a contribuição do filósofo *Manfredo Araújo de Oliveira*, professor da Universidade Federal do Ceará, dissertando sobre *Cidadania e Política: os desafios de hoje*. *Fábio Konder Comparato*, reconhecido jurista e constitucionalista, apresenta, num sucinto apanhado: *Os grandes princípios éticos em matéria política*. Com um viés mais prático, *Terezinha Toledo*, que foi professora da Universidade Federal do Espírito Santo e trabalhou no CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae*) e *Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira*, professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciência(s) da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora e da PUC-Minas, trazem o importante aporte do *Movimento Fé e Política* para a articulação, animação e reflexão dos(das) militantes no campo do engajamento político e social, a partir de sua fé cristã, de princípios humanistas e da busca de uma sociedade do “bem viver”.

SEÇÃO II – BÍBLIA E TEOLOGIA

Com o texto *A crítica profética ao Rei, ao Templo e ao Império*, *Sebastião Armando Gameleira*, biblista e bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, coloca o tesouro da Palavra de Deus a serviço de um olhar capaz de desmascarar, no passado e no presente, a teia ideológica da dominação, a partir do grito dos pobres. Essa palavra traz também luz e esperança para prosseguir na caminhada e na luta.

SEÇÃO III PASTORAL: REINVENTAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA

Essa seção traz a contribuição das MESAS DE DEBATE. Combina aportes de caráter mais teórico com testemunhos de pessoas comprometidas com uma atuação política fiel a valores e princípios de serviço ao bem comum. Registram a busca de uma atuação comprometida com o povo e suas necessidades, seja no parlamento, seja na gestão pública, seja na militância de base.

Na linha do testemunho de vida e compromisso, encontram-se os depoimentos abaixo:

- Gestão pública municipal: uma experiência desafiadora

Izalene Tiene, atualmente missionária leiga na Amazônia, militante das CEBs e dos Direitos Humanos e que foi vice-prefeita e prefeita da cidade de Campinas SP:

- Mulheres na política

Luiza Erundina, deputada federal, assistente social, professora universitária, vereadora e prefeita de São Paulo, ministra no governo Itamar Franco. Figura emblemática de um exercício ético da política.

- A Comissão Estadual da Verdade - Rubens Paiva: trajetória e recomendações

Adriano Diogo, vindo das comunidades e movimentos populares da periferia da capital paulista, presidiu, como deputado estadual, os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo. Apresenta a síntese do relatório com suas recomendações.

- A política como vocação

Marco Aurélio de Souza com militância nos movimentos de juventude, vereador e prefeito de Jacareí SP, por duas vezes, deputado estadual com extensa militância na região do Vale do Paraíba, retrança sua caminhada neste capítulo.

- Política: a forma mais sublime de caridade

Nicolau Bakkerer, missionário do Verbo Divino que trocou a Holanda pelo Brasil, teve decisiva militância nas questões ambientais e relevante atuação na Câmara Municipal do município de Holambra, SP, nos deixa o relato de sua experiência.

- Políticas Públicas na área dos Direitos Humanos

Renato Simões veio da Pastoral da Juventude, com participação na Pastoral Operária e nas CEBs, foi três vezes deputado estadual e, de

2013 a 2015, deputado federal e secretário nacional de Movimentos Populares e políticas setoriais do PT.

- Participação eleitoral do militante de base. De que lado estamos?

- A margem, a viúva e o pastor

Matias Vieira e Vera Lúcia relatam a preciosa experiência de militantes de base que aceitaram o desafio de concorrer a cargos legislativos, a pedido de suas comunidades e movimentos. *Matias Vieira* é pedagogo e professor de educação física. Foi candidato a vereador nas eleições de 2008 e 2012. *Vera Lúcia Rodrigues de Faria* é educadora infantil na SME de Campinas, SP, da Comissão Arquidiocesana de CEBs. Foi candidata a vice-prefeita nas eleições de 2016.

- Poder Legislativo: Câmara Municipal de São Paulo: limitações e potencialidades de um instrumento de lutas populares.

- Militar na base e atuar na assessoria parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo

Fábio e José Nildo compartilham o desafio de trabalhar na assessoria de trabalhos legislativos. *Fábio Rodrigues de Jesus* é liderança popular da Zona Leste de São Paulo, advogado e professor universitário. *José Nildo Alves Cardoso* é advogado, professor da USP e voluntário do Curso de Verão. Ambos relatam o que significa combinar esses dois empenhos: trabalho de base e assessoria parlamentar.

Passando para o campo da formação assumida por militantes cristãos preocupados em preparar pessoas, sobretudo jovens, para assumir responsabilidades na esfera política, são relatadas duas experiências, uma no Sul, na cidade de São Paulo, SP, e outra no Nordeste, na região metropolitana de Recife, PE:

Caci Amaral, coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de SP; *Márcia Castro*, coordenadora da Pastoral Fé e Política da Região Episcopal Belém, e *Mônica Lopes*, agente da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Gestor da Rede de Escolas

de Cidadania de São Paulo, escrevem sobre a ***Escola de Fé e Política Waldemar Rossi – “Formando novas cidadãs e novos cidadãos.***

José Marcos da Silva, Pastor da Igreja Batista escreve sobre a ***Escola de Fé e Política da Região Metropolitana do Recife, PE.***

As reflexões seguintes têm a ver com duas vertentes da vida política, os partidos e as eleições:

Valter Pomar, historiador e professor de Relações internacionais da Universidade Federal do ABC escreve sobre *Partidos políticos no Brasil*, e André Feitosa Alcântara, jovem advogado e monitor do CV sobre ***O sistema eleitoral no Brasil e as propostas de reforma política.***

O CV prossegue no seu compromisso de dedicar, como a cada ano, um olhar sobre o tema da ***Campanha da Fraternidade***, de modo todo especial, naqueles anos em que as campanhas foram ecumênicas, não apenas pela abrangência e relevância do tema proposto, mas pelo comum empenho das várias Igrejas cristãs congregadas no CONIC em assumir conjuntamente sua preparação e realização. As Campanhas de 2000, ***Dignidade e Paz – Novo Milênio sem exclusões***; de 2005, ***Solidariedade e Paz***; de 2010, ***Economia e Vida***, e de 2016, ***Casa comum: nossa responsabilidade***, trilharam esse caminho ecumênico.

A Campanha da Fraternidade de 2018 escolheu por tema *Fraternidade e superação da violência*, e por lema, “Em Cristo somos todos irmãos” (Mt 23,8).

Os que participaram do Curso de Verão de 2017 tiveram ocasião de debruçar-se sobre este tema, sua angustiante atualidade, sua complexidade, mas também sobre duas dezenas de iniciativas bem-sucedidas para combater em suas raízes a violência e construir espaços de fraternidade e paz.

Para este ano, o texto da CF ainda não estava pronto, quando do término deste livro. Estará, entretanto, disponível no site do CESEEP (www.ceseep.org.br) no momento do CV, que irá dedicar-lhe todo um dia de estudo e aprofundamento.

Queremos exprimir toda nossa gratidão às pessoas, famílias, comunidades e instituições que sustentam, com sua esperança, seu entusiasmo e sua generosa cooperação, a caminhada do CV. Devemos especial reconhecimento aos voluntários e às voluntárias que se preparam durante todo o ano e assumem a responsabilidade pela infraestrutura, organização, animação musical, ambientação artística e coordenação metodológica das Tendas. São eles os pilares desse mutirão de formação dos setores populares na sociedade, nas Igrejas e num grande leque de grupos religiosos e sociais.

A gratidão estende-se às muitas entidades parceiras do CESEEP, entre as quais destacamos a PUC-SP. Na pessoa de sua Reitora, a Prof.^a Maria Amália Pie Abib Andery e do Prof. Wagner Lopes Sanchez, coordenador do Departamento de Ciências da Religião, designado para acompanhar o CV, reiteramos nosso profundo agradecimento à PUC. Este reconhecimento estende-se à Fundação São Paulo, na pessoa do Pe. José Rodolfo Perazzolo, pelo apoio a esta longa e fecunda parceria entre a Universidade e o CV e, igualmente, a Sérgio Rezende, responsável pelo TUCA, que tem atendido sempre com solicitude e prontidão a todas as necessidades do CV.

Parceiros fieis nessa empreitada de cada ano são os que se ocupam da comunicação e vem aperfeiçoando continuamente essa dimensão do CV: a Paulus Editora, que publica o livro do CV; a Rede Rua De Comunicação, que prepara o DVD com os conteúdos dos(as) assessores(as) e as atividades do CV. A Rede Rua cuida ainda com a Rádio Cantareira, o grupo Transformar de jovens da Zona Leste e toda a equipe de comunicação, da transmissão *on-line* das palestras no TUCA e da interação com os mais de três mil internautas que, a distância, acompanharam o CV no ano passado. Livro, DVD e o inteiro teor das palestras postadas no YouTube são instrumentos pedagógicos preciosos para o trabalho de repasse do CV em comunidades e grupos, por todo o país.

Nossa gratidão à retaguarda generosa, que estabelece laços de acolhida e afeto e garante a realização do Curso de Verão. São as muitas famílias e comunidades que abrem seus corações e suas casas para receber os participantes de cidades fora do Estado de São Paulo e

de tantas regiões do país. Deus lhes pague, por oferecerem carinho, pouso, alimentação a todos esses participantes.

Enfatizamos que, em todos esses anos, o intuito maior do CURSO DE VERÃO foi, e continua sendo, o de contribuir para a formação das pessoas, especialmente dos jovens, e de colaborar para que assumam com entusiasmo e maior preparo a tarefa de animadores e de formadores de novas lideranças em suas comunidades, movimentos sociais, conselhos municipais e na vida política de suas cidades. Podem contar com nossos votos e preces, para que continuem a caminhar na fidelidade aos valores da educação popular, do ecumenismo, do respeito ao diferente, no serviço aos setores populares, dentro do espírito de gratuidade do mutirão.

O CESEEP oferece aos que, por razão de trabalho, distância, enfermidade, escassez de recursos, não estão podendo participar presencialmente do CV, a possibilidade de acompanhar ao vivo a transmissão do CV. É oferecida ainda a possibilidade, para os cursos dos anos anteriores, de inscrever-se para a modalidade de CURSOS A DISTÂNCIA, com acompanhamento e orientação de educadores qualificados. Oito cursos encontram-se disponíveis e o atual encontra-se em preparação, numa parceria entre o CESEEP e a Coordenação Central do Ensino a Distância (CCEAD) da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro (RJ).¹¹

Aos participantes do CV, nossas calorosas boas-vindas, na certeza de que estarão construindo, junto com os assessores(as), as coordenações de suas Tendas e os responsáveis pelas mesas de debate, caminhos de um mundo mais justo e ambientalmente sustentável.

Expressamos ainda nossa sincera gratidão às congregações religiosas, às comunidades da Arquidiocese de São Paulo, na pessoa dos seus párocos e animadores, do seu Cardeal Arcebispo, Dom Odilo Pedro Scherer, e de seus bispos auxiliares; aos pastores, pastoras e bispos das Igrejas e Comunidades Evangélicas que emprestam igualmente

¹¹ Os interessados num desses cursos de verão *on-line*, podem inscrever-se, diretamente pela página web do CESEEP - <<http://www.ceseep.org.br>> - ou entrar em contato com o "CESEEP - Cursos a Distância", pelo e-mail: <c.distancia@ceseep.org.br>.

sua colaboração e apoio ao CURSO DE VERÃO. Ao CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) vai dirigido um especial agradecimento. Nossa gratidão se estende para além das fronteiras a instituições e pessoas daqui de perto e de longe, que nos apoiam, de modo particular a *Missionszentrale der Franziskaner* da Alemanha, que contribui para os gastos dos encontros de formação dos monitores e demais voluntários.

Neste ano, o *Fundo Nacional de Solidariedade* da CNBB, formado com as contribuições para a Campanha da Fraternidade, está de novo colaborando com bolsas de estudo para jovens com dificuldades para cobrir os custos do CV. Outras pessoas também estão solidariamente contribuindo para o FUNDO DE BOLSAS do CESEEP que permite acudir a outros tantos participantes.

É, pois, em espírito de ação de graças e de gratidão a Deus e a todas e a cada uma dessas pessoas e instituições que generosamente cooperam para a construção deste espaço pedagógico, que entregamos aos participantes do CV e aos nossos muitos leitores o Texto Base do 31.º do CURSO DE VERÃO, frutuoso e generoso esforço de formação popular construída em mutirão, num diálogo ecumênico e inter-religioso. Em tempos tão conturbados para a maioria do povo brasileiro, principalmente os mais pobres, queremos deixar as palavras de Dom Helder Camara, que nos convocam para manter viva a esperança militante:

*Deixa-me acender cem vezes, mil vezes,
um milhão de vezes a esperança,
que ventos perversos e fortes teimam em apagar.
Que grande e bela profissão: acendedor de esperança!*
Dom Helder Camara, 1971.

São Paulo, 12 de setembro de 2017.



Seção I
Mapeando a realidade:
movimentos sociais e políticos,
partidos e Estado



1.

CIDADANIA E POLÍTICA: DESAFIOS DE HOJE

Manfredo Araújo de Oliveira¹

Introdução

O ser humano se experimenta a si mesmo não como algo que simplesmente está aí no todo do real, mas precisamente como uma realidade que é “entregue a si mesmo”, que dispõe de si mesmo, que investe em si mesmo em todas as decisões tomadas, que, antes de tudo, é interpelado a decidir sobre seu próprio ser, que age a partir de fins que estabelece, pode criar maneiras novas de ser humanos baseadas em novos padrões para além das formas vigentes.

Numa palavra, o ser humano se experimenta a si mesmo não simplesmente como algo que é, mas como “algo que experimenta a interpelação a ser”, como devir e tarefa, isto é, como sujeito, e enquanto tal como permanentemente inacabado. Assim, a experiência originária do ser humano sobre si mesmo é o saber-se como “obra a ser realizada pela configuração histórica de sua ação”, que é a busca, sempre retomada, da conquista de sua humanização. Portanto, sua experiência originária é a experiência de seu próprio dever-ser no seio de determinada situação histórica.

Ora, como se configura nossa situação histórica? Como é o mundo em que hoje estamos situados? Para muitos analistas de nosso tempo, o que se manifesta em primeiro lugar é que está em formação “uma sociedade mundial” porque o mercado e o sistema de comunicação produziram uma “conexão global”, mas logo se acrescenta que se tem de falar de uma “sociedade mundial estratificada”, porque o mecanis-

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de Munique, Alemanha. Professor do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, assessor das CEBs e Movimentos Populares.

mo do mercado mundial vinculou uma “produtividade” progressiva a uma “miséria” também progressiva. Numa palavra, esta sociedade vinculou processos de “desenvolvimento” e processos de “exclusão”. Essa conexão global, que está em formação, foi chamada de “globalização” e constitui a ordenação mais recente do tipo de sociedade gerado na modernidade, a sociedade capitalista.

O Papa Francisco nos lembra que, nessa sociedade com tanta produtividade, há milhões de pessoas que morrem de fome no mundo: “A outra dimensão do processo já global é a fome. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como uma mercadoria qualquer, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isto constitui um verdadeiro escândalo”.² Que tipo de sociedade é esta? Como está configurada? Quais são seus traços fundamentais?

Segundo Habermas,³ nesta configuração societária, as ações sociais são prioritariamente coordenadas pelos mecanismos do “dinheiro” e do “poder”, de modo que economia e administração tomam o lugar da religião, como princípio de organização da vida social. O Papa Francisco exprime isso com muita lucidez em seu discurso no II Encontro dos Movimentos Populares na Bolívia em 2015.

Buscando o que ele chama as “causas estruturais” do drama social e ambiental contemporâneo, afirma: “E por trás de tanto sofrimento, tanta morte e destruição, sente-se o cheiro daquilo que Basílio de Cesareia chamava o “esterco do diabo”: reina a ambição desenfreada por dinheiro. O serviço do bem comum fica em segundo plano. Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez pelo dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem, transforma-o em escravo, destrói a fraternidade inter-humana, faz lutar povo contra povo e até, como vemos, põe em risco a casa comum”.⁴ No discurso aos mesmos grupos, em 2014, havia afirmado a característica central

² Discurso do Papa Francisco aos participantes do Encontro Mundial dos movimentos populares. Ed. CNBB, Coleção Sendas, vol. 1, 2015, p. 8.

³ Cf. HABERMAS J. *Teoria do agir comunicativo*. Vol. 1 e 2, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

⁴ Ed. CNBB, vol. 4, 2015, p. 8.

deste sistema econômico e expressa um juízo ético sobre ele: “Isto acontece quando, no centro de um sistema econômico, está o “deus dinheiro”, e não o homem, a pessoa. Sim, no centro de cada sistema social ou econômico, deve estar a pessoa, imagem de Deus, criada para que seja o denominador do universo. Quando a pessoa é deslocada e chega o “deus dinheiro”, dá-se esta inversão de valores”.⁵

Neste contexto, afirmam analistas, há um descompasso suicida entre o capital produtivo e o capital fictício, ou seja, há fortalecimento do capital rentista internacional e local e enfraquecimento do setor produtivo. Isso asfixia o mundo do trabalho com enormes impactos no sistema de emprego. As estratégias desse processo são privatização, desnacionalização e reprimarização da economia, o que, em nosso caso, conduziu a enorme redução do poder do país no contexto global. O resultado destes processos é um cenário humano que é cenário de sofrimento, de incerteza e de insegurança.

Elemento fundamental dessa configuração é a defesa do “mercado” como único regulador da vida societária (tese central do liberalismo econômico), o que na prática significa a substituição da política pelo mercado na direção dos processos sociais e a configuração das relações sociais de acordo com o modelo do mercado, o que leva as pessoas a entrar em luta econômica umas com as outras, num mundo de competição generalizada. Isso conduz a uma contraposição radical ao que caracterizou a forma de configuração do capitalismo depois da II Guerra Mundial, ou seja, à expansão da intervenção estatal no domínio econômico. Essa intervenção agora só se justifica quando se orienta para o fortalecimento do mercado, portanto, para a consolidação dos interesses do capital e para a abertura comercial e financeira da economia.

Numa palavra, acima de tudo, o que importa é a abertura de novas frentes de expansão do capital, o que exige uma diminuição dos custos de produção, sobretudo, no que se refere aos custos salariais e à regulação do mercado de trabalho, constituindo, neste projeto, um mecanismo fundamental para o aumento da rentabilidade dos antigos

⁵ Ed. CNBB, vol. 1, 2015, p.11.

e dos novos empreendimentos. A experiência tem mostrado que este modelo, onde foi implantado, tendeu estruturalmente à concentração da renda e da riqueza, à exclusão social (hoje 20% da população mundial controla e consome 80% de todos os recursos naturais, um bilhão de pessoas vive no limite da sobrevivência com apenas um dólar por dia) e à depredação da natureza, a uma verdadeira devastação ecológica (anualmente são lançados nas águas, no solo e no ar mais de mil agentes químicos sintéticos, a maioria tóxicos). Continuado esse processo, a vida tornar-se-á praticamente impossível.

O Estado neste novo contexto é sinônimo de falta de eficiência (irracionalidade) e liberdade, e o que passa agora ao primeiro plano é o avanço da revolução tecnológica (que tem seu eixo em sua fase recente na “Tecnologia da Informação”) a serviço do mercado, sobretudo dos mercados financeiros. Trata-se de um liberalismo transnacional que abriu o mercado mundial com trânsito livre para a circulação de capitais, aprofundou os processos de interconexão econômica, limitando o poder político dos governos locais. Nesta dinâmica, o capital criou para si um espaço de ação para além dos estados nacionais.

É neste horizonte que se situa o projeto de “desmonte sistemático dos direitos sociais”, em que elementos centrais são o encurtamento da proteção social, a eliminação de direitos trabalhistas conquistados em décadas de lutas, a desarticulação das organizações sindicais e dos movimentos sociais com a finalidade de despolitizar sua atuação e reduzir o poder de negociação através de mudanças na legislação trabalhista e mesmo de medidas repressivas e a destruição sistemática do planeta em função do aumento dos lucros. No Brasil, para sua efetivação, está em curso uma ruptura profunda com o pacto civilizatório que se materializou na Constituição de 1988.

O espetáculo da financeirização no Brasil é extraordinário: as dívidas das famílias brasileiras atingiram a cifra altíssima de 46,5% em 2015, travando a expansão do consumo e paralisando o crescimento. Contudo, os lucros dos bancos, dos rentistas e intermediários financeiros aumentam de forma explosiva. Isto significa dizer que o Brasil leva adiante com forte empenho seu processo de ajuste à nova ordem do capital afastando tudo o que possa ser empecilho ao mercado e à

competitividade num país com enormes desigualdades regionais, de renda, de educação, de acesso a serviços de saúde e saneamento. “A aliança entre a grande finança nacional e internacional, a grande mídia e as elites locais que comandam estas instituições constitui um desafio de enormes proporções para a construção de um caminho alternativo para o nosso desenvolvimento”.⁶

O sociólogo Jessé Souza⁷ nos mostra como o predomínio do sistema financeiro no capitalismo contemporâneo configura profundamente nossa realidade nacional e faz isto analisando os acontecimentos que nos marcaram desde o ano de 2015. Um elemento central de sua proposta consiste em mostrar como os interesses financeiros de meia dúzia de pessoas precisam, antes de tudo, “colonizar nosso espírito”, antes de assaltar nosso bolso e direcionar os recursos de toda a sociedade, por meios legais ou ilegais, para uma elite mesquinha, indiferente ao destino do país.

Esta elite é uma “elite financeira” que comanda os grandes bancos e fundos de investimento. Todas as frações dos endinheirados ganham sobretudo com as “taxas de juros” exorbitantes, uma espécie de taxa extra associada aos preços do mercado. Dessa forma, todas as outras classes pagam essa taxa a essa ínfima classe, o que evidentemente não aparece na mídia, em que os articulistas econômicos são pagos diretamente ou não por esta elite para legitimar esse saque. Essa taxa de juros, embutida em tudo o que consumimos, precisa ficar oculta. Diferentes propostas teóricas são apresentadas para sua justificação, por exemplo, a tese de que ela é necessária para o controle da inflação, escondendo o interesse de poucos, que se contrapõe ao interesse geral. Para o autor, é aqui que se situa o verdadeiro assalto e a verdadeira corrupção. Nesse contexto, a mídia é fundamental (ela é o principal instrumento para alimentar todo o sistema consumista) para que a população, submetida a distorções sistemáticas da realidade, não perceba realmente o que está verdadeiramente em jogo.

⁶ Cf. GOMES, G. *A conjuntura atual e seus possíveis desdobramentos* (mimeo), Brasília, 2017, p. 32.

⁷ Cf. SOUZA, J. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016, p. 19 e ss.

Não havendo a compreensão adequada desse processo, não é possível compreender por que e como essa elite do dinheiro fácil nos faz a todos de imbecis. Primeiro domina nossa inteligência por meio das universidades e das escolas. Depois, pelo controle direto ou indireto dos meios de comunicação, procura distorcer e fraudar sistematicamente a maneira como a sociedade percebe a si mesma e os interesses que na realidade contam. São as ideias que assimilamos sem refletir e em relação às quais não temos distanciamento crítico que nos escravizam e nos levam a agir contra nossos próprios interesses. O resultado desses processos é um cenário humano que é um cenário de sofrimento, de incerteza e de insegurança.

Certamente é importante aqui ter diante dos olhos que a sociedade brasileira hoje possui uma característica fundamental dessa sociedade mundial em formação: é profundamente “pluralística”, com diferentes grupos humanos, diferentes culturas, diferentes concepções de mundo e da vida humana, diferentes valores e suas hierarquias, diferentes religiões. As condições de vida homogêneas e estáveis das sociedades tradicionais não existem mais:

No nível internacional, explodem conflitos culturais entre o Ocidente secularizado e o mundo islâmico teocrático, reações etnocêntricas de populações nacionais contra os estrangeiros, contra os que têm outras crenças, outra cor, contra os deficientes e os grupos marginais, precisamente num momento em que as migrações crescentes provocam a convivência de populações étnica, religiosa e culturalmente diferentes.⁸

Nossa situação epocal é, assim, marcada pela multiplicidade dos “imaginários sociais”, como diz Ch. Taylor,⁹ ou seja, por formas diferenciadas de compreensão e interpretação do mundo e das sociedades. Nesse contexto, a palavra “multiculturalismo”¹⁰ tornou-se uma

⁸ Cf. OLIVEIRA, M. A. de. *Ética, Direito e Democracia*. 2.ª ed. São Paulo: Paulus, 2010, p. 229.

⁹ Cf. TAYLOR, Ch. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Texto e Grafia, 2010, p. 31-38.

¹⁰ Cf. TAYLOR, Ch. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d, p. 165-180.

palavra-chave a partir da ideia central sempre retomada: os indivíduos ou os grupos sociais devem ter suas “diferenças” reconhecidas ou respeitadas, constituindo, para muitos, uma das necessidades básicas das sociedades modernas pluralistas, e se revela no fato de que “a demanda por reconhecimento transformou-se em uma das forças motrizes dos movimentos sociais”.¹¹ Alguns pensadores afirmam que essa problemática nos levou a compreender a necessidade de pensar nossa situação a partir de um novo ângulo, ou seja, o das “teorias do reconhecimento”,¹² embora se reconheça que uma dificuldade aqui é que o conceito não tem uma significação fixada nem na linguagem cotidiana, nem na linguagem filosófica.

Nessa situação, as convicções fundamentais, as formas de comportamento, os sistemas normativos, as formas de vida e as instituições da tradição perderam sua evidência, sua validade inquestionada. Essa situação constitui, muitas vezes não explicitamente, uma crise de sentido, de orientação, de legitimação das ações. A questão mais grave e que toca profundamente o sentido de nossas ações neste mundo é: num contexto como este, é possível e tem sentido encontrar rumos normativos válidos para todos os que possam alicerçar um projeto de vida humana que legitime uma alternativa aceitável ao sistema vigente? Como, se vivemos hoje uma dissolução radical de todos os valores? Nossa população não é profundamente marcada por racismo, machismo, homofobia, pela aceitação da miséria e da desigualdade, por preconceitos que discriminam as pessoas por etnia, classe social, escolhas sexuais, religiosas ou profissionais, tudo aceito como natural?

Nessa situação de domínio dos sistemas financeiros e num contexto de extremo pluralismo, como fica nossa ação? Como enfrentar o novo individualismo que se difunde em nível mundial? Como fica, nesse contexto, o projeto político democrático que se radica na igualdade e na justiça e cuja meta é gerar uma sociedade que se rege por direitos?

¹¹ Cf. RIBEIRO, E. V. “Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política”. In: *Síntese*, vol. 43, n. 137 (2016), 396.

¹² Cf. RICOEUR, P. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006. HONNETH, A. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2011.

Apenas uma ilusão de quem ainda não captou os grandes desafios de nosso tempo? A saída seria, então, capitularmos em virtude de uma impossibilidade que nos leva a uma resignação diante de um mundo que nos destrói e destrói a natureza, numa cultura em que, na crise generalizada de valores, responde-se a esta situação pondo-se o valor do dinheiro acima de todos os valores e transporta para as relações humanas critérios, valores e métodos do mercado? Ou, antes, o risco que nos ameaça revela-se como chance de organizar nossa vida de forma mais justa e criativa?

Ainda se pode falar com algum sentido em ação política? Não é um elemento fundamental de nossa situação histórica a desilusão generalizada em relação ao jogo político e partidário dominado por interesses econômicos que financiam eleições e se apoderam do Estado? Não se põem Executivo, Legislativo e Judiciário a serviço do mercado no capitalismo globalizado? Que significa afinal política num mundo marcado por esse projeto de sociedade em que vige a tese de que o mercado é a melhor resposta para solucionar a questão da satisfação das necessidades e dos desejos humanos, numa sociedade moderna baseada na divisão social do trabalho?

O princípio-eixo deste projeto é que cada indivíduo é livre para buscar a satisfação e suas necessidades num sistema econômico dotado de leis internas que tornam isso possível sem nenhum plano imposto pela autoridade estatal. Quanto mais essa sociedade é deixada em si mesma, tanto melhor funciona sua lógica; portanto, quanto menos ação política, melhor é o desempenho dessa sociedade, ou seja, lucro cada vez maior está garantido para os grupos privados, que tudo controlam. O poder hoje se deslocou radicalmente e está nas mãos de gigantes que ninguém escolheu e que ninguém pode controlar. Como legitimar e criar, então, neste contexto estruturas de convivência que tornem possível a vida em comum igualitária? Como gestar um novo modelo de coexistência entre as diversas culturas, povos, etnias, religiões, formando uma civilização solidária?

Uma primeira questão a enfrentar é o próprio sentido de política que se desenvolveu na modernidade e que ainda hoje nos marca.

Para V. Hösle,¹³ parece que o uso da palavra “política” ocorre com a pretensão de se referir a medidas de uma organização ou mesmo de uma pessoa que devem servir a seus interesses de “Poder”. Assim, nessa significação, o conceito do político se refere a atividades determinadas que têm a ver com o Estado e para a designação de fenômenos que dizem respeito a lutas de poder. Ora, desde os gregos, embora a política tenha a ver com as questões de poder, ela é muito mais do que isso e tem basicamente a ver com a conquista de si mesmo do ser humano no seio de sua história. Como diz Lima Vaz:

O conceito de igualdade *política* começa a se constituir no trânsito do social, entendido como domínio em que o imperativo da satisfação das necessidades naturais impõe a associação dos indivíduos em vista do confronto laborioso com a natureza, para o *político*, entendido como o domínio da relação entre os homens que se tece exatamente como relação da *igualdade na diferença*... Ela assegura ao homem, ser social, essa forma superior de igualdade que o eleva da particularidade das diferenças individuais à universalidade concreta do ser-reconhecido no universo ético da *políteia*, ou no reino das leis.¹⁴

É fundamental para entendermos o sentido da ação política e mostrar seus fundamentos retornar ao ponto de onde partimos: a uma reflexão sobre o ser humano.

1) A necessidade de explicitar nossa concepção de ser humano

Segundo Lima Vaz,¹⁵ a noção de política pressupõe sempre uma “ideia determinada” do ser humano, portanto, uma antropologia fun-

¹³ Cf. HÖSLE, V. *Moral und Politik. Grundlagen einer politischen Ethik für das 21. Jahrhundert*, Munique: Beck, 1997, p. 94 e ss.

¹⁴ Cf. LIMA VAZ, H. C. de. “Democracia e Sociedade”. In: *Síntese*, n. 33 (1985), 9-10.

¹⁵ Cf. LIMA VAZ, H. C. de. “Ética e Direito”. In: Toledo C., Moreira L.(orgs.). *Ética e Direito*. Belo Horizonte: Loyola/Landy, 2001, p. 207.

damental: “Há, assim, uma antropologia política fundamental que, em formas diversas, acompanha a história já relativamente longa das sociedades políticas do Ocidente”.

Trata-se, na tematização desta “ideia de ser humano”, em primeiro lugar da explicitação e reconstrução sistemática das “dimensões básicas” que expressam o que compete necessariamente ao ser humano enquanto ser humano, ou seja, aquelas características que ele não poderia deixar de ter sem deixar de ser o que é. Tematizando-se a “constituição própria do ser humano”, tematiza-se conseqüentemente o lugar que ele ocupa no universo. Tal empreendimento é uma reconstrução crítica do já conhecido nos contextos quotidianos de vida e nas ciências, orientadas com o objetivo de captar os constitutivos essenciais do ser humano.

2) A Subjetividade humana enquanto abertura ao todo da realidade

Em primeiro lugar, o ser humano se manifesta como uma realidade material-orgânica e, enquanto tal, como “uma parte da natureza”, uma parte do universo, já que é um “corpo orgânico”, marcado, portanto, por determinada configuração corporal-biológica. Enquanto dimensão primeira, o corpo constitui o pressuposto da consciência, da autoconsciência e da intersubjetividade humanas. Numa palavra, a corporalidade emerge como mediação irrecusável das relações dos seres humanos entre si e dos seres humanos com o mundo natural. Assim, por ser uma dimensão constitutiva do propriamente humano, o corpo não pode simplesmente ser reduzido a um “objeto” entre outros no mundo dos objetos. No entanto, de alguma forma, o ser humano pode-se pôr diante de seu corpo, objetivá-lo e configurá-lo.

A pertença do ser humano ao campo do ser biológico é, contudo, de alguma forma, paradoxal: por um lado, ele é portador de uma determinação biológica com todos os limites congênitos que isso implica; por outro, está de certo modo para além de qualquer limite, de qualquer determinação, pois, por meio da “pergunta”, transcende o imediato e se distancia de tudo o que ele encontra. Ele se mostra,

assim, enquanto “ser da linguagem”, como o lugar em que toda e qualquer realidade se exprime, diz-se. Numa palavra, o ser humano é aquela instância em que se articula em princípio a compreensão de tudo, portanto, portador de um horizonte irrestrito. Essa capacidade manifesta algo especificamente humano e, dessa forma, começa-se a esboçar seu lugar na totalidade do real e a grandeza específica de seu ser.

Por poder distanciar-se de tudo, o ser humano emerge, então, em princípio, como entidade capaz de “pôr tudo em questão”, portanto, como abertura a tudo o que é. Isso lhe torna possível distanciar-se de tudo por meio da “reflexão crítica”. Mas uma coisa muito importante e que deve ser lembrada aqui, fundamental para entender o dinamismo da ação humana, é: o ser humano é aberto ao “todo que abrange simplesmente tudo”, não só ao universo existente, pois as possibilidades vão além do existente, incluindo todas as possibilidades de infinitos outros universos não realizados, todas as virtualidades infintas que se podem efetivar sob outras formas. Numa palavra, somos abertos a outros mundos possíveis, o existente, o vigente, não nos aprisiona.

3) A subjetividade é livre, autodeterminada

O ser humano, como ser da linguagem, revelou-se como a instância que expressa a compreensão de qualquer realidade e é por meio dela que se dá a ordenação e a classificação de tudo o que é experimentado mediante uma rede de conceitos. Somente pela mediação desses quadros conceituais pode o ser humano reduzir a imensa complexidade do real por ele experimentado e, portanto, estruturar e organizar sua experiência de mundo. Na realidade, a respeito de todos os conceitos emerge, inevitavelmente, a possibilidade da pergunta sobre sua legitimidade. Ora, justamente, aqui, situa-se a grande façanha do ser humano: ele levanta a *questão da validade* que se pode pôr tanto a respeito de nossas atividades de “compreensão” do mundo como das razões que pretendem legitimar nossas “ações” no mundo.

O ser humano é, em princípio, capaz de distanciar-se de suas próprias ideias e de seus próprios desejos ao perguntar se são elas “verdadeiras” e se eles são moralmente “corretos”. Isso significa que o ser

humano pode perguntar pelos “critérios” que devem orientar sua vida. Isso é o grande passo que ele dá além do mundo infra-humano. Por essa razão, o ser humano delibera, avalia, julga e toma decisões, o que é incompatível com a tese do determinismo, que afirma que o passado e as leis da natureza juntos determinam a cada momento um futuro único. Na esfera da vida prática, isso tem como consequência o poder passar de uma vida que busca esses critérios simplesmente em fatos sociais existentes como, por exemplo, nas tradições, nas concepções de vida ou nos valores hegemônicos em sua situação histórica, para uma reflexão avaliativa sobre os valores ou as normas que ele deve aceitar como condutores de sua vida. Isso implica responsabilidade pelas escolhas que fazemos.

Aqui é a própria razão humana, e não uma simples decisão arbitrária, que deve responder à pergunta: que devo fazer? O que para nós constitui fatos em nossa vida não pode constituir uma resposta a essa pergunta, pois esses fatos mesmos podem ser objeto de questionamento sobre sua validade. Por essa razão, é insuficiente aquele conceito de “liberdade”, hoje muito difundido, que a interpreta como poder realizar o que se quer, pois os desejos e os motivos que nos movem podem ser induzidos e manipulados socialmente. Quanto maior é a necessidade de satisfazer a eles, menos livre é o ser humano, uma vez que, assim, se nega justamente aquilo que constitui a liberdade enquanto liberdade, ou seja, a “autonomia”. Do ponto de vista psicológico, isto é, dos motivos que nos levam a agir, outros fundamentos diferentes dos racionais podem de fato ser os móveis de nossas ações. Por isso é necessário avaliação crítica.

Pode-se dizer que toda a filosofia de Kant é movida por uma intenção subjacente: mostrar que a verdadeira grandeza do ser humano não consiste simplesmente, como pensa a modernidade, em sua capacidade de se impor sobre o mundo, de submeter a natureza a seus desejos, mas em “sua capacidade de autodeterminar-se a partir da liberdade”. Não simplesmente a técnica, mas a liberdade, e com isso o ético, é a fonte da grandeza do ser humano.

Tudo isso mostra que as ideias do “verdadeiro” e do “bom” são as grandes descobertas do ser humano como ser espiritual, e são

inelimináveis, pois mesmo aquele que julga toda verdade uma ilusão tem que considerar verdadeira sua convicção. Precisamente por essa razão, essas ideias abrem um horizonte de liberdade que vai muito além da liberdade entendida simplesmente como liberdade negativa de coações internas ou externas. O verdadeiro e o bom abrem, para o ser humano, um espaço de libertação: ele pode sempre se perguntar pelas razões teóricas e práticas de suas crenças e, com isso, libertar-se das causas cegas que o impulsionam.

Espiritualidade significa, assim, distanciamento crítico, liberdade, transcendência: posso afastar tudo de mim enquanto nomeio, capto; posso tornar tudo objeto de consideração e de ação. Mas isso significa a possibilidade e conseqüentemente a responsabilidade na condução e configuração da própria existência, numa palavra, o ser espiritual não é só inteligência, mas também vontade e autoconsciência e é enquanto tal que ele é coextensivo à totalidade do real.

4) A liberdade é essencialmente construção de relações

A liberdade humana é um processo de passagem de nossa capacidade de distanciamento crítico perante tudo para a configuração efetiva de nossas vidas históricas, onde, antes de tudo, se mostra com clareza a distância e a tensão permanente entre a efetividade da situação e o que nela nos é disponível e o horizonte irrestrito que nos marca: “...o ser humano nunca é originariamente um sujeito puro sem mundo e sem história, ele não é nunca uma subjetividade fechada em si mesma, mas é constitutivamente aberto ao grande todo, ao universo enquanto tal... relação ao mundo e relação a si mesmo...”.¹⁶

Por isso, nosso processo de construção e conquista “do humano do ser humano” ocorre como construção das relações que nos caracterizam como seres-no-mundo: relação com a natureza e relação com os outros humanos. Isso significa que liberdade individual e liberdade relacional são duas dimensões inseparáveis. A primeira consequência disso é que a liberdade humana só é liberdade “realizada” como

¹⁶ Cf. OLIVEIRA, M. A. *Antropologia filosófica contemporânea. Subjetividade e inversão teórica*. São Paulo: Paulus, 2012, p. 247.

liberdade no mundo natural e social, ou seja, quando ela se faz o fundamento que alicerça a relação com a natureza e da vida comum dos sujeitos entre si. Nesse sentido, a “realização histórica da liberdade” se revela como o princípio e o fim normativos de todas as formas de configurar nossa vida coletiva.

Dessa forma, se a liberdade, no primeiro momento, é “transcendência” do eu perante tudo o que é fato, como dizia Hegel,¹⁷ esta liberdade é a liberdade do vazio e da destruição, pois, perante ela, toda realidade se dissolve; se, num segundo momento, ela é “decisão”, tomada de posição diante de uma multiplicidade de possibilidades, contudo, ela só se plenifica verdadeiramente quando se exterioriza, faz-se mundo, autoconfigurando-se como ser efetivo na natureza e na sociedade, na esfera do mundo objetivo: “O sujeito só existe enquanto marcado e configurado pelas estruturas constitutivas de seus mundos históricos (relações institucionais)”.¹⁸ Assim, a liberdade é o evento histórico da produção comum de estruturas, de instituições, que efetivam o ser humano como ser da autodeterminação.

Numa palavra, liberdade é o processo por meio do qual o ser humano conquista seu ser e isso é a razão de ser última de nossas ações no mundo. Portanto, liberdade efetiva é liberdade como construção intersubjetiva de relações, isto é, a construção do ser pessoal como ser-com-o-outro e, por isso, decisão a respeito da “configuração específica deste ser-com”. Afirmar isso significa dizer que o ser humano é luta permanente de conquista de sua liberdade, portanto, ele é essencialmente um “ser de risco” porque determinadas configurações deste ser-com podem ser a “negação da igualdade e liberdade”, proclamadas como princípios normativos desse processo de conquista de si.

Assim, o que está em jogo no processo de libertação e que torna possível a constituição dos sujeitos como sujeitos é este “processo de construção de comunhões”, como espaços de efetivação da liberdade na contingência dos eventos, das situações e das coisas, a sempre reno-

¹⁷ Cf. HEGEL, G. W. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1955, p. 30.

¹⁸ Cf. OLIVEIRA, M. A. *Antropologia filosófica contemporânea*, op. cit., p. 254.

vada busca de uma configuração num momento histórico determinado e, por isso, único. A liberdade, então, só é livre como história da luta pela produção das “obras” que constituem formas de efetivação de nossas vidas. Por essa razão, uma liberdade somente interior não é, propriamente, liberdade, mas é efetiva quando é unidade de ambos os aspectos, da universalidade e da particularidade, do pensamento e da ação, da transcendência e do engajamento, da possibilidade e da realização, que são momentos de uma mesma totalidade.

Se a liberdade é, assim, um processo que se efetiva enquanto síntese de opostos, ela encontra seu grau supremo de efetivação na conquista da subjetividade dos sujeitos, na esfera do mundo das relações socio-políticas construído pelo ser humano. A condição disto é a superação de qualquer forma de “coisificação do ser humano” e a criação de um mundo em que os sujeitos se reconheçam, mutuamente, como seres fundamentalmente livres e iguais e se respeitem mutuamente como entidades que não devem ser reduzidos a puros meios, instrumentos uns dos outros, mas respeitados como fins em si mesmos.

Com isto tocamos o cerne do processo de libertação, que deve ser a vida humana: ser homem significa conquistar-se como ser livre e o caminho para chegar aí passa pela superação do indivíduo como realidade isolada e pela construção com os outros de um mundo que seja efetivador da liberdade. Aí cada um é para si pela mediação do outro, cada um existe para si enquanto existe pelo outro e para o outro. Isso significa construir uma intersubjetividade simétrica que é síntese da identidade (todos são considerados como fins em si mesmos) e da diferença (todos são reconhecidos nas diferenças que não destroem a igualdade básica).

O sujeito, assim, se constitui como sujeito pela mediação do encontro com o outro sujeito, o que significa dizer que a conquista de uma subjetividade verdadeira só é possível quando se opõe às desigualdades vigentes um “princípio de igualdade de direitos”, fundado na liberdade. Tem razão Hegel,¹⁹ quando sabe que onde o humano se divide em senhor e escravo não é possível emergir a liberdade verdadeira.

¹⁹ Cf. OLIVEIRA, M. A. de, *Ética e Sociabilidade*. 5.ª ed. São Paulo: Loyola, 2015, p. 226 e ss.

5) A liberdade é o fundamento dos direitos humanos

O ser humano, como vimos, é aquela realidade que é fim em si mesma, o que não significa negar o valor próprio de cada realidade do universo. Precisamente porque aberto à totalidade do ser, ele é, então, “ponto de referência do universo”, que é uma rede de relações onde tudo tem a ver com tudo, e enquanto tal não pode ser reduzido a puro meio. Ele não é simplesmente um objeto entre outros objetos.

Se toda realidade é portadora de um valor intrínseco que corresponde à sua estrutura própria de ser, todo ser humano, como ser inteligente e livre que, consciente e livremente, se possui a si mesmo, possui uma dignidade incondicional, que o faz portador no mundo do valor intrínseco supremo. Isso exige a dignificação ética do ser pessoal, fim em si mesmo, portanto, portador de valor absoluto e de dignidade absoluta, e isto se diz de todo e qualquer ser humano, fundamentando a “igualdade essencial de todos os seres humanos”. Numa palavra, todos são iguais porque livres e por essa razão devem ser tratados de acordo com essa dignidade fontal, legitimando-se, assim, uma ética estritamente universalista: “...o homem se constitui, portanto, sujeito de direitos ou sujeito universal”.²⁰

Que o ser humano não seja tratado como fim em si mesmo, por exemplo, ser tratado como puro meio para valorização do capital, contrapõe-se àquilo que ele é ele no mais profundo de si mesmo, equivale, portanto, a uma degradação de seu ser. O Papa Francisco nos lembra a peculiaridade do ser humano no universo, no n. 81 da *Laudato Si*:

Embora suponha também processos evolutivos, o ser humano implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução de outros sistemas abertos. Cada um de nós tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus. A capacidade de

²⁰ Cf. LIMA VAZ, H. Cl. de. “Ética e Direito”. In: *Ética e Direito*, op. cit., p. 209-210.

reflexão, o raciocínio, a criatividade, a interpretação, a elaboração artística e outras capacidades originais manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico... consideramos o ser humano como sujeito, que nunca pode ser reduzido à categoria de objeto.

Ora, é a dimensão do valor da constituição de cada ser, peculiar a cada ser, que é a base do valor propriamente ético de qualquer realidade. Por isso, a capacidade humana de captar as coisas como elas são em si mesmas, de exprimir sua inteligibilidade, é o que torna possível à vontade humana afirmar o valor do ser de uma realidade como valor ético. O ser humano age racionalmente, ao afirmar um valor, quando seu ato se funda num valor do ser das realidades.

Assim, nesse agir no horizonte do todo em busca de seu ser próprio individual e social, deixar-se orientar pela consideração da constituição das diferentes realidades é o que constitui o caráter racional de sua ação. No caráter de ser livre que ele é se situa o fundamento de seus direitos fundamentais, que são exigências nas diversas esferas de sua vida de efetivação de seu ser, que ocorre quando suas ações fazem emergir obras em diferentes dimensões através das quais ele efetiva seu ser. Aqui precisamente, os direitos elementares constituem a base normativa de suas ações e do que elas produzem de modo especial das leis e das instituições, um critério, portanto, não simplesmente fático, mas normativo para o julgamento dos sistemas jurídicos e políticos que configuram de nossa vida coletiva.

Os direitos são direitos da pessoa enquanto pessoa, cuja constituição de ser se caracteriza por vincular a mais radical individualidade com a maior universalidade enquanto abertura à totalidade da realidade. Como pessoa, o ser humano é, em primeiro lugar, um ser singular, já que seu processo de individuação é positivo e interior: ele se fundamenta na liberdade como aquela relação em que o ser humano se possui a si mesmo na forma da tarefa indeclinável de configurar seu próprio ser. Pessoa é liberdade, finalidade em si mesma e dignidade intrínseca suprema. Sua defesa é obrigação inevitável de cada um.

Por outro lado, na base de sua espiritualidade, a pessoa é mais aberta de que qualquer outro ente e sua autoefetivação ocorre na construção de obras comuns na história. Por essa razão, “a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais”... (*Gaudium et Spes*, n. 25). Desta forma, a comunidade política é uma decorrência da própria constituição ontológica do ser pessoal e por isso existe para obter um fim comum, a efetivação dos direitos fundamentais e inalienáveis de todos os seus membros. Assim, os direitos humanos articulam as exigências normativas que devem orientar a construção da comunidade política.

É como ser pessoal, ser corporal, inteligente e livre, que o ser humano é portador de direitos inalienáveis, portanto, radicados essencialmente na constituição de seu ser pessoal, e como tais devem ser considerados como naturais. Mas porque a pessoa é essencialmente um ser histórico, os direitos são sempre uma obra a se realizar na história. A consequência disso é que há sempre novos direitos a serem positivados e efetivados. Nomeiam-se hoje alguns desses direitos de que nos tornamos conscientes na atual situação do mundo: direitos da mulher, dos homoafetivos, das populações não brancas, dos marginalizados, dos excluídos, dos países e povos da periferia deste mundo, dos migrantes, das vítimas da globalização, das minorias, da natureza.

A partir dessa consciência, pode-se entender a tensão que existe entre o sistema de direito positivo e aqueles que, dentro desse sistema, não têm direito. Nessa perspectiva, a história humana se revela de ponto de vista normativo como o campo de luta pela efetivação de direitos, ou seja, sua transformação em direitos reais, criação de instituições que positivem, reconheçam e garantam direitos, portanto, pela efetivação dos seres humanos como seres livres e consequentemente iguais. A conquista da humanidade do ser humano passa pela conjugação entre igualdade e liberdade e, como tarefa histórica, isso significa o enfrentamento de todo tipo de desigualdade e servidão.

Assim, a construção de uma sociedade igualitária no respeito às diferenças que não ferem a igualdade de dignidade e a criatividade, é a exigência suprema que deve normatizar as lutas históricas. Trata-se, então, de estabelecer as condições de possibilidade da realização da

integralidade do ser pessoal, de um mundo autenticamente humano, em que o respeito a cada ser humano e ao ser próprio da natureza constitui o horizonte que orienta a vida. Nesse sentido, os direitos do cidadão emergem como o fundamento normativo universal da vida sócio-histórica e sua promoção e garantia como a tarefa básica da vida coletiva. O ser humano nunca será verdadeiramente ser humano enquanto for dependente e oprimido em qualquer dimensão de sua vida e por essa razão não haverá fim da exploração e de todo tipo de opressão histórica que ameaça sua vida sem a efetivação dos direitos humanos.

Daí porque não há dignidade humana sem o fim da coerção material, da insegurança e da dependência econômica. Não há efetivação do ser humano sem o fim da dominação, das relações repressivas. Isso significa dizer que uma organização excludente da vida coletiva em que se naturalizam as desigualdades econômicas, sociais e culturais é incompatível com este horizonte normativo que exige igualdade de direitos para todos, portanto, relações sociais igualitárias e participativas.

6) A esfera do político enquanto conjunto de instituições a serviço da garantia e da efetivação de direitos

A ética se radica, como vimos, antes de tudo, no valor intrínseco da estrutura de ser da pessoa humana que se efetiva na esfera de suas relações básicas: com a natureza e com os outros seres humanos. Daí, a exigência ética que nos deve marcar primordialmente é a humanização, ou seja, a promoção de tudo aquilo que pode contribuir para a realização do ser humano como ser inteligente e livre. É fundamental aqui o estabelecimento, em virtude, aliás, do inevitável conflito de valores, de uma hierarquia de valores que estabeleça as balizas do processo de conquista da humanização e o critério básico a partir de onde essa hierarquia pode ser construída. O que se acaba de dizer a respeito do valor do ser humano e da natureza constitui precisamente esse critério básico. Numa palavra, o direito e a justiça constituem o valor básico da política, sua medida intrínseca. É isso que exprime a palavra do Papa Bento XVI: “Sua origem e seu objetivo estão precisamente na justiça” (*Deus caritas est*, 28).

Como o ser humano é igualmente individual e social e a conquista de seu ser implica necessariamente as duas dimensões, a passagem se tem que dar sempre da ética individual para a ética social, ou seja, para a “política”, que pensa precisamente as exigências normativas de uma sociedade que se compõe de seres portadores de direitos. O ser humano, como ser da linguagem, é a instância que expressa a inteligibilidade de qualquer realidade, de modo que precisamente nesta esfera é que se deve dar a negação da particularidade do indivíduo e sua elevação à universalidade ou seja, “a passagem do arbítrio despótico para a lei”, como princípio de configuração da vida coletiva.

Pode-se dizer que é a efetivação desta síntese entre a particularidade e a universalidade que constitui a tarefa histórica das sociedades políticas, sempre diferenciada porque realizada nas contingências dos mundos históricos diferenciados. O que, em última análise, está em jogo é a efetivação do ser humano como ser livre e é a partir daqui que a existência política se revela como algo superior ao arbítrio despótico. Isso implica, em primeiro lugar, a defesa dos direitos básicos do ser humano. Podemos, apesar da ambiguidade da expressão, denominar “direito natural” ao conjunto de normas que podem ou mesmo devem ser impostas com meios coercitivos por razões morais quando isso não for inoportuno.

Nesse sentido, o direito natural se constitui como a medida para a avaliação moral do direito positivo, que se fundamenta nos princípios de uma ética universal: sem referência a ele, torna-se impossível uma crítica objetiva do direito positivo. Assim, o direito natural é a instância de controle do direito positivo, pois pode haver sistemas positivos de direito em contradição com as exigências do direito natural; basta pensar, por exemplo, nas leis racistas de Nuremberg e a justiça de terror de Stalin. A questão fundamental aqui é saber se os sistemas positivos de direito estão ou não em contradição com as exigências do direito natural, o que nos permite distinguir direito (positivo) e justiça, um problema absolutamente fundamental para nosso engajamento no mundo. Pode existir uma pluralidade de sistemas de direito compatíveis com o direito natural.

A norma decisiva do direito natural objetivo é que os direitos naturais subjetivos dos portadores de direito devem ser protegidos com

coerção, o que significa que, assim, os seres humanos orientam sua vida nos princípios da justiça e se respeitam mutuamente como membros de uma associação de livres e iguais. Por uma série de razões, a defesa desses direitos e da harmonia das liberdades deve ser tarefa de uma instância pública, o Estado de direito, o que implica que ele pode ou deve empregar coerção, quando necessário, para defender as pessoas, sobretudo os indefesos – crianças e deficientes –, e as vítimas das diferentes configurações históricas da vida coletiva. Quando isso ocorre, as pessoas são compreendidas como cidadãos, isto é, não simplesmente na particularidade empírica de sua existência natural, mas como sujeitos universais ou sujeitos de direitos. Nesta perspectiva, se manifesta que a igualdade básica dos seres humanos é, antes de tudo, uma igualdade de direitos, ou seja, não é uma igualdade fática, mas normativa, cuja efetivação na história humana pressupõe o estabelecimento de instituições universalistas.

A questão subjacente mais grave hoje é a crise das concepções de ser humano no contexto de nossas sociedades pluralistas e a difusão de uma ideologia individualista, o que criou o paradoxo histórico básico de sociedades cada vez mais preocupadas em definir e proclamar listas de direitos humanos e, ao mesmo tempo, incapazes de transcender o plano formal de sua proclamação e de efetivá-los no nível das instituições e práticas sociais.

7) Democracia e sociabilidade participativa

Em sentido estrito, a existência política é a existência fundada em direitos. A democracia, como uma forma de configuração da vida política, tem aqui seu pressuposto fundamental. Uma pergunta se impõe aqui: o Estado pode ou mesmo deve impor a efetivação dos direitos “naturais”? O Estado se legitima como instituição que garante e efetiva direitos e se é exigência moral criar uma ordem em que os direitos fundamentais das pessoas possam ser efetivados,²¹ então,

²¹ Trata-se aqui de uma “consideração normativa” do Estado, isto é, de sua legitimação a partir de princípios éticos. Outra coisa é sua consideração não normativa, científica, que procura explicar sua função no contexto social, como, por exemplo, na tradição marxista, em que ele é

ele encontra sua justificação normativa como instituição a serviço da dignidade humana; por isso, é insustentável a indiferença estatal perante as necessidades elementares. Dessa forma, o Estado é o poder do direito, isto é, é aquela instituição que emerge da necessidade de proteção do direito com a tarefa de efetivar direitos e organizar a si mesmo na base do direito. Por isso, apenas falar de liberdade do que passa fome é cínico; só a superação da fome e a garantia de chances de formação produzem liberdade e, portanto, direitos fundamentais, e é dever do Estado garantir isso. Nesse contexto, um problema fundamental é o da hierarquia de valores: assim, a defesa da propriedade não pode estar no mesmo grau que a defesa da vida.

Que significa, então, Estado “democrático” de direito? A democracia, como forma de configuração da vida política, radica-se na ideia básica de que todo ser pessoal, como ser livre, é, desse modo, o sujeito da efetivação de sua própria vida individual e social, de tal modo que todos são portadores do direito de assumir a configuração da vida coletiva, na busca de instauração de “uma ordem jurídico-política em que os direitos da pessoa na vida pública sejam assegurados”.²² A consequência disso é que uma sociedade só pode ser dita democrática quando for igualitária, capaz de reconhecer a alteridade, e participativa, onde todos constituem o sujeito de sua própria construção como sociedade; portanto, sem que haja cidadãos de segunda categoria, sem direitos reconhecidos. Nesse sentido, a democracia pressupõe o Estado de direito como poder responsável pela promoção e efetivação de direitos. Ainda mais: ela pressupõe o direito de todos os cidadãos à participação livre nas deliberações e decisões sobre o que diz respeito à coisa pública.

Essa participação dos cidadãos se efetiva mediante sua presença no espaço público pela autodeterminação de sua liberdade, o que implica justamente discussão, implicando troca livre e igualitária

visto como uma estrutura complementar às estruturas econômicas. É assim, numa consideração de ordem sociológica e econômica, que se pode falar do Estado como espaço de disputa entre os movimentos populares, sindicais e ambientais, e o capital e seus interesses.

²² Cf. GASDA, E. E. “Política, cristianismo e laicidade”. In: *Perspectiva Teológica*, v. 47, n. 132 (2015) 211.

de argumentos, e escolha. Por essa razão, a democracia implica a liberdade de associação e expressão, que torna possível às demandas sociais chegarem à vida pública, de tal modo que, na democracia, a opinião pública ocupa um lugar central. É nesse sentido que se pode dizer que, na democracia, há uma primazia da sociedade civil sobre o Estado. Por isso, ela não acontece quando as pessoas não têm vontade de exercer, de alguma forma, o poder e de se fazer ouvir e ser parte integrante das decisões; numa palavra, recusam-se a participar na gestão da coisa pública.

Isso significa dizer que a democracia considera o conflito como algo legítimo e a ser trabalhado em processos argumentativos. Dessa forma, uma das primeiras tarefas de democracia deve ser a busca de instituições para que as deliberações sobre a configuração da vida coletiva possam efetivar-se de forma adequada. Isso revela que a democracia é sempre um “possível” e, por essa razão, o risco do fracasso é permanente.

As questões que hoje se põem como fundamentais para o debate, segundo muitos analistas, são basicamente de duas ordens: as questões de redistribuição de riquezas e as questões de reconhecimento,²³ ou seja, os sujeitos se engajam em lutas políticas tanto reivindicando inclusão social como respeito à identidade. Nesse sentido, também as lutas por respeito à identidade tem uma base universalista: o potencial universal de cada indivíduo ou grupo para formar e definir a própria identidade. Mas, diferente da política igualitária, que pretende a universalização dos direitos, esta aponta para o reconhecimento universal da identidade singular²⁴.

Trata-se aqui de construir uma ordem societária numa sociedade multicultural em que são reivindicados “os direitos de igualdade e liberdade, comuns a todos, mas que abrange a diversidade de valores e de direitos culturais no âmbito das comunidades diferenciadas²⁵”. Assim, a política do reconhecimento das identidades é de grande

²³ Cf. BERTASO, J. M. “Cidadania”. In: BARRETO, V. de PAULO, CULLETON, A. *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo: Unisinos, 2010, p. 100.

²⁴ Cf. TAYLOR Ch. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*, op. cit., p. 61.

²⁵ Cf. BERTASO, J. M. *Cidadania*, op. cit., p. 98.

importância numa sociedade pluralista uma vez que ajuda a combater discriminações e desigualdades realizadas em relação a cidadãos que não são reconhecidos em suas diferenças. “Não discriminar é tratar diferentemente os diferentes²⁶”.

Bibliografia complementar

- GASDA, E. E. “Política, cristianismo e laicidade”. In: *Perspectiva Teológica*, v. 47, n. 132 (2015).
- HONNETH, A. *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- LIMA VAZ, H. C. de. “Democracia e Sociedade”. In: *Síntese*, n. 33 (1985).
- OLIVEIRA, M. A. de. *Ética, Direito e Democracia*. 2.^a ed. São Paulo: Paulus, 2010.
- RIBEIRO, E. V. “Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política”. In: *Síntese*, vol. 43, n. 137 (2016).
- SOUZA, J. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Perguntas para o debate

- 1) Como é o mundo em que hoje estamos situados?
- 2) À luz dos direitos humanos, detectar processos de coisificação da pessoa humana no Brasil de hoje.
- 3) Como pensar a ação política dos cristãos numa sociedade secular e pluralista?

²⁶ Cf. RIBEIRO, E. V. *Reconhecer-se reconhecido*, op. cit., p. 397.

2.

O MOVIMENTO NACIONAL FÉ E POLÍTICA

Pedro A. Ribeiro de Oliveira¹

Teresinha Toledo²

Introdução

Este texto tem por finalidade apresentar de modo acessível o Movimento Nacional Fé e Política (MF&P). Trata-se de um olhar *de dentro* por ser elaborado por dois membros da sua equipe de coordenação, mas fiel à realidade por abordar a história e realizações do movimento, e não suas intenções. Uma ênfase especial é dada ao tema da formação política, por ser este um dos maiores desafios do momento atual.

Gênese e primeira fase do Movimento Nacional Fé e Política

A Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, favoreceu a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de Pastorais Sociais que, ao longo da década de 1970, deram decidido apoio ao movimento sindical, à luta pela terra, a associações de moradores, à luta dos povos indígenas e a tantos outros movimentos populares, mas raramente se envolveram na política partidária, vista sob suspeita. A razão é que o regime empresarial-militar deformou a atividade político-partidária.

¹ Leigo católico, nascido em 1943, doutor em sociologia, foi professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciência/s da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora e da PUC-Minas. É membro de *Iser-Assessoria*.

² Leiga católica, nascida em 1942, pedagoga, foi professora de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, trabalhou no Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* e na Prefeitura de Diadema – SP, coordenando a Participação Popular / Orçamento Participativo.

ria, que deixou de ser a disputa entre representantes de diferentes interesses sociais para tornar-se negociata de cargos e vantagens. Eram exceções os agentes políticos que não se deixavam corromper pelo governo militar em busca de apoio político. Isso provocou nos ambientes cristãos muita rejeição contra a política partidária, mas a abertura política do início dos anos 1980 mudou o panorama, ao possibilitar a criação de novos partidos.

Em busca de meios novos de ação, os movimentos populares fizeram importantes experiências no campo da política partidária, como as prefeituras conquistadas em 1982 pela *Corrente popular* do PMDB em Mato Grosso, a participação em campanhas eleitorais e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Pouco depois, a eleição de parlamentares e a conquista de prefeituras pelo PT, com decisiva participação das CEBs e Pastorais Sociais, trouxeram à tona o problema do lugar dos cristãos na política partidária.

Desde as crises políticas da 1ª República, a Igreja Católica no Brasil firmou a posição de não patrocinar um partido como próprio, mas de incentivar a participação política de seus membros em partidos que se alinhassem com seus princípios morais e seu Ensino Social. O problema é que essa posição trazia o problema prático da dispersão dos cristãos em diferentes partidos e, conseqüentemente, pequena influência nos seus rumos. Formavam uma “massa de manobra” muito útil à obtenção de votos, mas sem força suficiente para participar da direção partidária.

Nesse contexto, Fr. Clodovis Boff elaborou um texto que, divulgado no 6.º Encontro Intereclesial de CEBs (Trindade - GO, 1986) trazia uma contribuição original ao tema: legitimava a participação política dos cristãos, atribuindo à Igreja a função de orientar essa participação. O texto provocou muito debate³ – entre outros motivos, por desconsiderar o risco de instrumentalização da Fé cristã como

³O texto e sua discussão foram publicados, originalmente, como suplemento de *Tempo e Presença*, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Em 1987, acrescido de novos textos, veio a público como livro pela Editora Vozes, de Petrópolis, com o título *Cristãos: como fazer política*.

ideologia – e apontou a necessidade de melhor reflexão que levasse a um encaminhamento prático.

Pe. Ernanne Pinheiro, responsável pela assessoria política da CNBB, promoveu um encontro de políticos católicos, tendo em vista aprofundar a reflexão e estabelecer algum consenso. A diversidade de posições ideológicas, porém, era tanta que o encontro propiciou um diálogo respeitoso entre os participantes, mas não fez avançar encaminhamentos práticos.⁴ Ficou claro, ali, que a identidade católica por si mesma não oferece base suficiente para a criação de um instrumento de ação política. Também o CESEEP passou a oferecer, desde 1988, um espaço específico de formação sobre a temática da Fé e Política no Curso Latino-americano para Militantes Cristãos.

Outro encaminhamento ao debate foi dado em junho de 1989, por iniciativa do Centro de Direitos Humanos de Petrópolis, quando cerca de 30 pessoas se reuniram no Rio de Janeiro para aprofundar a reflexão e buscar um consenso sobre o assunto. Eram todas pessoas que, motivadas pela fé cristã, estavam engajadas em lutas populares – movimentos sociais, sindicais, de vizinhança, de direitos humanos etc. Embora nem todas participassem de atividades partidárias, todas votavam no Partido dos Trabalhadores. Mais importante: essa afinidade política se aliava à sintonia no campo da ética e era reforçada por laços de amizade. Essa base comum facilitava a busca de um consenso, mesmo porque ficou claro desde o início que o grupo não se tornaria mais uma *tendência* do PT. Outro ponto de consenso é que a política não se reduz aos partidos, mas se dá igualmente nos movimentos sociais.

Esses dois pontos de consenso, porém, não resolviam o problema prático de criar uma organização capaz de evitar a dispersão dos cristãos e assim aumentar sua influência nos rumos dos movimentos sociais e no próprio PT. De fato, era evidente a disparidade entre o grande número de cristãos nas suas bases e sua pequena representação nas

⁴ O encontro realizou-se no Rio de Janeiro em 1988 ou 1989. As discussões realmente acaloradas aconteciam nos intervalos entre militantes ligados a diferentes *tendências* do PT.

cúpulas. Desqualificados como “igrejeiros”, eram em geral descartados no momento da eleição de dirigentes sindicais, do PT e da coordenação de movimentos sociais. A solução do problema deveria ser buscada numa forma de assumir a identidade cristã como elemento de aglutinação de forças dispersas nas CEBs e Pastorais Sociais, sem, contudo criar uma *tendência* cristã no PT, que equivaleria a criar um partido.

O desafio prático era, então, consolidar essa identidade e multiplicar ações que articulassem os muitos grupos informais para dar-lhes consistência. Para isso foram propostos encontros de estudo, dias de espiritualidade e oração, e uma publicação sobre temas próprios a cristãos politicamente atuantes. Restava, porém, uma questão em aberto: a identificação desse movimento, que não queria ter uma afiliação formal – “de carteirinha” –, mas a adesão pessoal aos mesmos princípios para a ação. Foi então elaborada a *Carta de Princípios do Movimento Fé e Política*. Seria membro do MF&P quem se identificasse com esses princípios e os pusesse em prática. Dada sua importância, convém reproduzir a *Carta de Princípios*, que foi revista em 1999:⁵

Existem no Brasil inúmeros grupos de pessoas que, inspiradas na mensagem evangélica, atuam em movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e outros espaços de organização social. Algumas se reúnem em grupos informais de reflexão, celebração e aprofundamento. A maioria, porém, se sente isolada e necessita de meios de reflexão para a sua prática. É nesse contexto que atua o *Movimento Fé e Política*. Este movimento é ecumênico, não confessional e não partidário. Está aberto a todas as pessoas que consideram a política uma dimensão fundamental da vivência de sua fé, e que consideram a fé o horizonte de sua utopia política.

⁵O texto original encontra-se no *Caderno Fé & Política*, n.º 1, p. 5-6, com um detalhado registro da reunião de fundação e sua preparação em reuniões anteriores. As mudanças substantivas – e não apenas de forma – foram: a fé como *horizonte* (em lugar de *fundamento último*) da utopia; a referência à *construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal*; o acréscimo de *plural e planetária* na qualificação da sociedade a se construir; a *rejeição dos valores calcados no individualismo e na absolutização do mercado* e a *reafirmação, como valores fundamentais para o ser humano, a solidariedade, a cooperação e o direito de todos à vida em plenitude*. No parágrafo final, foi acrescentada a *ecologia* aos serviços de formação.

Voltado para a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal, o movimento tem o objetivo de fomentar a reflexão política, a vida espiritual e a subjetividade daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social.

Os participantes do Movimento Fé e Política atuam em movimentos sociais, organizações populares ou partidos políticos; assumem a causa dos pobres, dos oprimidos e dos excluídos; conferem prioridade à conscientização e organização popular; recusam a manipulação das bases; afirmam as classes populares como principal sujeito da própria história; rejeitam todos os valores calcados no individualismo e na absolutização do mercado e reafirmam como valores fundamentais para o ser humano, a solidariedade, a cooperação e o direito de todos à vida em plenitude. Comprometem-se com o exercício da cidadania ativa e a construção de uma sociedade socialista, democrática, plural e planetária.

O Movimento Fé e Política pretende ser um serviço de formação e informação sobre questões de política, cultura, ecologia, ética e espiritualidade. Ele pretende reforçar e estimular a experiência dos grupos de reflexão, celebração e aprofundamento.

Depreende-se desse documento que o MF&P queria ser um organismo de serviço aos grupos de *Fé e Política* existentes e que viessem a surgir no Brasil. O quanto possível, esses grupos, com suas particularidades, se articulariam em forma de *rede*. Para alimentar essa *rede*, o núcleo central do Movimento se propôs a publicar textos para reflexão – os *Cadernos de Fé e Política* – promover seminários de estudo e encontros em forma de retiro espiritual. Com muito esforço, foram publicados quinze cadernos,⁶ realizados pelo menos um encontro anual de reflexão sobre temas específicos – ética, análise de conjuntura,

⁶ A coletânea dos principais artigos foi publicada em 2005 por Ideias e Letras, com o título *Fé e Política: fundamentos*. O livro e os Cadernos podem ser acessados em: <<http://fepolitica.org.br/secao/publicacoes/>>.

partido, ecologia e outros. Isso motivou grupos locais ou estaduais a também realizarem encontros de espiritualidade e de estudo. Um deles foi o seminário sobre Mística e Espiritualidade com Frei Betto e Leonardo Boff, promovido pelo Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* (Cepis), de São Paulo, em maio de 1993, com a participação de 400 pessoas de vários estados.⁷

A conjuntura dos anos 1990, porém, era outra. A vitória do capitalismo neoliberal foi um desastre para as classes populares, porque rompeu unilateralmente o pacto social construído na elaboração da Constituição *cidadã* de 1988 e deu ao mercado, agora globalizado, enorme liberdade. Também a realidade religiosa havia mudado: o projeto de *restauração identitária*, vitorioso na cúpula da Igreja Católica, ameaçava todo trabalho de base, enquanto o avanço neopentecostal minava o movimento ecumênico também no campo evangélico. As posições políticas conservadoras ganharam força alegando defender a vida intrauterina e a família, enquanto projetos políticos de mudança estrutural na economia eram desqualificados como “ideologia”.

Naquele contexto, o esforço do núcleo central não dava os resultados esperados: pouca gente participava dos encontros, e os *Cadernos* – que tanto custavam para ser produzidos – tinham pouca saída. Tudo isso provocou certo desalento entre os membros daquele núcleo inicial, sendo poucas as pessoas que ainda teimavam em participar das atividades do MF&P e assim contribuir para a animação de militantes. Nove anos após sua fundação, o MF&P parecia não ser mais necessário. O impulso inicial estava dado: já existiam no Brasil muitos grupos de “Fé e Política” (com ou sem esse nome), o Movimento Evangélico Progressista era atuante, muitas dioceses incentivavam a Pastoral política e começaram a ser criadas Escolas de Fé e Política.⁸ De fato, muitos grupos nasceram e desenvolveram excelentes trabalhos de conscientização e articulação política, embora nem sempre ligados ao MF&P.

⁷ Dele resultou a publicação de Fr. Betto e Leonardo Boff: *Mística e Espiritualidade*, agora em 6ª edição revista e ampliada.

⁸ Muito importante foi a criação em 2004 do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, com a finalidade de incentivar a formação no campo da Fé e Política e articular nacionalmente as escolas locais. Desde sua criação, o CEFEP tem feito boa parceria com o MF&P em vista da formação de novas lideranças.

Na virada do século, a segunda fase do MF&P

Em janeiro de 1998, Fr. Betto tomou a iniciativa de convocar uma reunião do movimento em São Paulo. Na pauta, apenas um tema: avaliar o MF&P e decidir se ele ainda cumpria a função para a qual fora criado. Se a realidade não pedisse mais sua existência, o grupo daria por encerrado o MF&P e buscaria outra forma de animação dos e das militantes na política. A avaliação apontou que ele ainda tinha uma missão a cumprir e era preciso pensar uma nova forma de atuação. O trabalho em pequenos grupos fora bem-feito, mas o momento exigia uma atuação massiva. Foi decidido, então, convidar o núcleo coordenador e outras pessoas que despontavam na militância para uma reunião com a finalidade de redirecionar o movimento.

Essa reunião aconteceu em outubro de 1998, quando foi reformulada a *Carta de Princípios* e o movimento decidiu promover um grande encontro aberto a todas as pessoas que sentissem necessidade de animar sua prática política. Realizado em Santo André-SP, o encontro teve por tema “a mística da militância” e foi um momento mágico de encontros pessoais, testemunhos e celebração das lutas. A coordenação havia se preparado para receber até 400 pessoas e vieram quase 2.000. Tal êxito incentivou outros eventos do mesmo tipo, e a partir de então o MF&P passou a ter como principal atividade promover Encontros Nacionais abertos a todas as pessoas identificadas com sua *Carta de Princípios*.

Foi estabelecida uma metodologia de construção coletiva, que se adapta à realidade e às possibilidades de cada cidade que recebe o Encontro Nacional, sempre em forma de mutirão com vinte a trinta equipes de trabalho e centenas de famílias que oferecem hospedagem solidária. A equipe local – com representantes de Pastorais Sociais, movimentos sociais, entidades e organizações populares, incluindo pessoas de outras igrejas ou tradições religiosas – recebe o acompanhamento da coordenação nacional e juntamente decidem o tema, as assessorias, o cronograma e a dinâmica, encaminham projetos de financiamento e compõem a coordenação executiva. Os participantes contribuem financeiramente por meio da taxa de inscrição. A parti-

cipação do poder público – ao ceder espaço e infraestrutura – e da diocese ou paróquias locais – que abrigam as equipes de preparação do evento – tem sido muito valiosas. Note-se, enfim, o apoio das universidades, que, nos encontros de Brasília-DF e Campina Grande-PB, acolheram o evento em seu respectivo *campus*.

Esses Encontros Nacionais aumentaram muito o alcance do MF&P, que se tornou uma referência nacional para cristãos comprometidos com as causas populares. Momento importante dos Encontros é a apresentação de quem exerce cargo ou mandato político, porque muitas dessas pessoas são malvistas por sua Igreja, como se a função política fosse pecaminosa. Outro ponto importante é a prática do ecumenismo tanto na valorização da diversidade de Igrejas cristãs e de outras tradições, quanto nas celebrações que incluem a todos na partilha da Palavra, na Ação de Graças e na Ceia do Senhor. Enfim, esses Encontros tem sido um canal eficaz de formação, colocando em debate – em plenário e em oficinas específicas – os grandes temas da conjuntura. Foram um dos principais difusores, no Brasil, do *Bem-viver* como proposta de sociedade, economia e forma de convivência planetária alternativa ao modo de produção e consumo capitalista.

A tabela seguinte traz o panorama geral dos **Encontros Nacionais** já realizados:

Ano	Local	Tema	Presentes
2000	Santo André - SP	<i>Mística da Militância</i>	Quase 2.000
2002	Poços de Caldas - MG	<i>As razões de nossa Esperança</i>	4.000
2003	Goiânia - GO	<i>Conquistar a terra prometida</i>	6.000
2004	Londrina - PR	<i>Utopias da fé e realidade da política</i>	5.000
2006	Vitória - ES	Profetismo no exercício do poder	4.000
2007	Nova Iguaçu - RJ	<i>Pelos caminhos da América Latina, uma Nova Terra</i>	4.500
2009	Ipatinga - MG	<i>Cuidar da vida: espiritualidade, ecologia e economia</i>	3.600
2011	Embu das Artes - SP	<i>Em busca da Sociedade do Bem-viver: sabedoria, protagonismo e política</i>	3.800
2013	Brasília - DF	<i>Cultura do Bem-viver: Partilha e Poder</i>	+ de 3.000
2016	Campina Grande - PB	<i>Bem-viver: águas da solidariedade e sementes de esperança</i>	Quase 1.000

Convém sublinhar que toda essa mobilização é realizada a partir de um pequeno núcleo: a coordenação nacional do MF&P, cuja organização é baseada no trabalho voluntário. Com exceção da secretária de administração e do serviço de manutenção do *site*, todos os membros da coordenação são voluntários que arcam até mesmo com seus gastos de viagem para as reuniões. São seis membros escolhidos entre os antigos militantes, mais um ou dois representantes dos grupos que acolheram encontros nacionais. O espaço onde tudo acontece de fato é nos grupos de base, tendo ou não o nome de “Fé e Política”. O movimento resume-se em lhes oferecer o ânimo, a metodologia de trabalho, a oportunidade de encontros e subsídios de espiritualidade político-libertadora.

As mudanças na conjuntura, porém, sinalizam que hoje o MF&P não pode mais limitar suas atividades à promoção de Encontros Nacionais. Isso é confirmado pela análise comparativa dos temas e das presenças elencadas na tabela acima. O número de participantes teve seu auge no Encontro de 2003, ao começar o governo Lula e anunciar-se um período de mudanças sociais e políticas. Nos Encontros seguintes, diminui o número de participantes, enquanto os temas apontam a preocupação com o rumo daquele governo. A temática do *Bem-viver – Sumak Kawsay* dos povos andinos – aparece em 2011, como a indicar a busca de um projeto de transformação vindo da periferia do mundo capitalista. O 10.º Encontro, em 2016, logo após o *golpe do impeachment* deixou evidente que hoje o MF&P tem uma nova missão: não apenas animar a prática e a espiritualidade político-libertadora, mas também discernir pistas para a ação política no contexto de crise mundial iniciada com a crise financeira de 2008 e que hoje se desdobra num clima de guerra das grandes corporações contra as massas empobrecidas e a Terra.

Após o golpe de 2016, a terceira fase?

A proposta do *Bem-viver* abre caminho para outra forma de ação política: seu ponto de partida continua sendo a contradição entre capitalismo e socialismo, mas a ela acrescenta-se outra, também própria do

mundo moderno: a contradição entre colonização ocidental e culturas ameríndias. Sua enorme difusão entre os movimentos populares na América Latina está ligada à crise financeira de 2008, que, ao abalar o sistema financeiro global, revelou a fragilidade estrutural do modo de produção e consumo capitalista. Ficou claro que, ao priorizar as relações de concorrência sobre as relações de cooperação, o capitalismo rompe os laços de solidariedade humana, corrói as relações internacionais, mina o poder dos Estados, provoca a crise ambiental e promove a 6.^a extinção em massa de espécies. Para salvar o sistema financeiro, os Estados adotam a política de ajustes fiscais e liberam a exploração de recursos naturais, agravando mais ainda o desequilíbrio climático, energético e ecológico da Terra, como denuncia o Papa Francisco na encíclica *Laudato si'*. Nesse contexto, os povos oprimidos buscam outra saída e essa busca leva à descoberta do *Bem-viver*.

O MF&P quer responder a esses desafios oriundos da crise global de 2008. Dois fatos novos incidem diretamente sobre o movimento: a tendência das Igrejas ao seu enclausuramento e a reduzida capacidade dos partidos políticos como agentes de ação transformadora. Vejamos brevemente o que eles representam como desafios ao MF&P nesta nova etapa de sua existência.

Sabemos que uma espiritualidade militante e uma sólida formação política são, hoje, tão necessárias quanto antes, mas as propostas devem ser repensadas tendo em vista o quadro atual. A Teologia da Libertação, que fundamenta as razões de uma fé que se concretiza nas práticas político-libertadoras, tem sido excluída nos ambientes institucionais da Igreja Católica, hoje tomados pelo *clericalismo*. Em consequência, leigos e leigas que anseiam por participação eclesial adulta sem renunciar à sua fé politicamente engajada, raramente encontram espaço para isso. Também nas Igrejas Evangélicas são pequenos os espaços para militantes que se colocam a serviço das causas populares, mais do que dos interesses institucionais de sua Igreja. Esses apelos por uma espiritualidade político-libertadora se fazem mais e mais sentir, desafiando o MF&P a encontrar novas formas de formação e de apoio mútuo entre os cristãos e as cristãs militantes desde as bases eclesiais locais. Boa novidade foi a mobilização de

várias Igrejas cristãs e organismos ecumênicos em defesa dos direitos da cidadania e dos trabalhadores e trabalhadoras, e contra as medidas arbitrárias do governo resultante do golpe de 2016.⁹

No campo político, é evidente a frustração com a política partidária. Ela é clara no caso do Partido dos Trabalhadores, que não conseguiu realizar seu propósito de ser o principal veículo político das classes populares, mas existe também noutros partidos de esquerda que se distanciaram dos movimentos populares, provocando o crescente descrédito popular na própria política. Mais que antes, o MF&P precisa retomar a “prioridade à conscientização e organização popular”, a “recusa à manipulação das bases” e a afirmação das “classes populares como principal sujeito da própria história” – que estão na sua *carta de princípios* – como fundamentos para a construção de novos condutos de ação política em nosso País.

Um processo de formação para os novos tempos

O Movimento Nacional Fé e Política adota o método pedagógico da formação na ação para que a pessoa progressivamente tome consciência da realidade onde vive, motivando-se para transformá-la ao mesmo tempo em que transforma a si mesma. Isso implica, é claro, o método *ver, julgar e agir*. Mesmo nos seus primeiros anos, quando realizou minicursos sobre temas específicos, o ponto de partida era sempre a análise da conjuntura. Também ao promover os grandes Encontros Nacionais, o MF&P sempre teve como objetivo favorecer a formação dos participantes a partir do exame de suas práticas. O modelo adotado desde o 4.º encontro, com toda a tarde de sábado dedicada a trabalhos em grupos, bem expressa esse método pedagógico: o assessor ou assessora convidada deve provocar os participantes a falarem sobre suas práticas naquele campo, apontar as principais dificuldades e favorecer a reflexão conjunta sobre os encaminhamentos

⁹Com o título: “Igrejas e organismos eclesiais e civis – pronunciamentos: reforma da previdência, reforma trabalhista, desemprego e greve geral, crise política”, o Caderno lista 40 documentos recentes e está disponível para *download* no site do CESEEP na seção PUBLICAÇÕES à direita: <www.ceseep.org.br>.

mais adequados. A assessoria implica, evidentemente, a transmissão de conhecimentos especializados sobre o tema em questão, mas isso só ocorre quando as questões são levantadas no próprio trabalho em grupo.

Não está em questão a validade desse método pedagógico, respaldado por toda uma tradição de movimentos sociais e teorizado por Paulo Freire: o MF&P continua a afirmar que o conhecimento da realidade vem da reflexão – de preferência em grupo – sobre as práticas que visam transformar essa realidade. O desafio que hoje se coloca tem a ver com a extensão do campo a ser conhecido. A realidade atual, resultante do processo de globalização neoliberal que interligou o mundo de tal forma que é impossível entender uma realidade particular fora do seu contexto, obriga quem quer conhecê-la a dominar conceitos teóricos capazes de abranger essa nova configuração do mundo. Basta lembrar expressões como *sistema mundial de mercado*, *guerra de 4ª geração*, *financeirização*, *planetarização*, *aquecimento global*, *antropoceno* e tantas outras que antes eram de uso restrito a estudiosos e que hoje precisam entrar nas análises de conjuntura para dar conta da realidade vivida. A própria ideia de *Bem-viver* hoje incorporada pelo MF&P para dar conta de sua proposta de mundo, só ganhou seu significado atual nos primeiros anos do século XXI.

Esse problema requer soluções criativas para que seja preservado o método pedagógico da *formação na ação* –portanto, o método *ver, julgar e agir* –, sem por isso restringir a ação aos âmbitos local, regional ou nacional. Ao intuir essa necessidade, desde 2014, o MF&P voltou a promover seminários de estudo sobre temas específicos, destinados a pessoas que tenham função multiplicadora junto às bases. Também a revitalização do *site*¹⁰ para difundir textos que sirvam de subsídio a estudos em profundidade é um caminho que se abre agora. O movimento percebe, contudo, que o desafio da formação política no mundo atual é grande demais para ser enfrentado por uma única organização – por maior e mais poderosa que seja. Cabe

¹⁰ Acesso: <www.fepolitica.org.br>.

então a organismos representativos de movimentos sociais, a partidos políticos comprometidos com as causas populares, a Igrejas cristãs que estejam *em saída* para colocar-se a serviço da vida dos pobres e da vida da Terra, e também a entidades de ensino e pesquisa, engajar-se nesse grande trabalho de formação que provoque a sensibilização, a conscientização e a organização da sociedade para a construção de uma nova civilização planetária, regida pela justiça, pela paz e pela integridade da criação.

Conclusão

Diante desses desafios e dificuldades, o MF&P tem a convicção de que só terá futuro se continuar fiel a seus princípios fundantes: a espiritualidade político-libertadora que se concretiza de forma macroecumênica e a opção radical pelos excluídos e excluídas do banquete do mercado. Aqui o desafio que a realidade atual propõe ao Movimento Nacional de Fé e Política, nessa fase em que se esboça o 11.º Encontro Nacional, a realizar-se em 2019.

Ao inspirar-se na sabedoria do *Bem-viver* como referência de sua proposta para o século XXI, o Movimento Nacional Fé e Política valoriza a sabedoria dos marginalizados pelos poderes coloniais e recupera as palavras do Apóstolo Paulo: “Deus escolheu o que é loucura no mundo, para confundir os sábios; e Deus escolheu o que é fraqueza no mundo, para confundir o que é forte” (1Cor 1,27). Nesses saberes ignorados pelos sábios da política e pelos grandes do mercado, o Movimento Nacional Fé e Política busca fundar os alicerces de uma “sociedade socialista, democrática, plural e planetária”, proposta por sua Carta de Princípios.

Questões para reflexão

1. Como a espiritualidade político-libertadora anima lideranças em sua luta junto aos movimentos populares e na política partidária?
2. Cite alguma forma criativa de trabalho político de base a partir da vivência da fé, nos tempos atuais.

Textos para aprofundamento

A coleção de textos do Movimento Fé e Política foi digitalizada e está disponível em: <www.fepolitica.org.br>.

BOFF, Clodovis *et al.* *Cristãos: como fazer Política*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BOFF, Leonardo, Fr. Betto. *Mística e Espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, Pedro A. R. (org.). *Fé e Política: fundamentos*. São Paulo: Ideias e Letras, 2005.

Boa coleção de textos sobre o *Bem-viver* está disponível em:

<<http://www.iserassessoria.org.br/>>. seção Biblioteca – Bem-viver.

3.

OS GRANDES PRINCÍPIOS ÉTICOS EM MATÉRIA POLÍTICA

Fábio Konder Comparato¹

Até o presente, prevaleceu na doutrina e na prática cristãs uma tradição individualista. Com raras exceções, toda a ética desenvolvida no Cristianismo referiu-se ao comportamento individual, desconsiderando o fato de que, em matéria política, social ou econômica, os sujeitos atuantes são, principalmente, grupos sociais e não apenas indivíduos.

Por outro lado, em toda a era moderna, durante a qual nasceu e desenvolveu-se a civilização capitalista, que acabou tornando-se a única civilização mundial da história, houve inegável condescendência em todas as religiões com a prática capitalista, desconsiderando-se a severa advertência evangélica: “Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mateus 6,24).

Os três princípios éticos fundamentais em matéria política, social e econômica

Na atualidade houve um renascimento da noção de *princípio*, como norma superior da conduta ética, da qual derivam múltiplas regras particulares.

¹ Professor titular aposentado da disciplina Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, instituição de que é Professor Emérito. É doutor em Direito pela Universidade de Paris. Defensor dos direitos humanos, tem denunciado violações praticadas ao longo das últimas décadas. Foi criador da Escola de Governo. Suas principais obras são: *Muda Brasil. Uma Constituição para o desenvolvimento democrático* (1986), *Para viver a democracia* (1989), *A afirmação histórica dos direitos humanos* (1999), *Ética* (2006) e *Rumo à Justiça* (2010).

Ora, as normas éticas são essencialmente altruístas: elas dizem respeito ao interesse alheio, ou ao bem comum da coletividade, nunca ao interesse próprio do agente. A posição egocêntrica é um fermento de desunião e de desconcerto na vida social: é o caminho da morte. Por isso mesmo, um dos piores, senão o pior mal a assolar a humanidade neste século, é o avanço brutal do sistema capitalista em todas as partes do mundo, difundindo inescapavelmente esse fermento dissociativo, que transforma cada qual no competidor implacável do seu semelhante, e submete necessariamente os não proprietários em despossuídos de si próprios.

É exatamente nesse sentido eminentemente altruísta que devem ser compreendidos os três princípios fundamentais da ética política, social e econômica; a saber, a República, a Democracia e o Estado de Direito.

Importa notar que se trata de princípios complementares ou interconectados; de tal sorte que o não cumprimento de qualquer um deles repercute automaticamente nos dois outros.

Infelizmente, precisamos ter a clareza necessária para reconhecer que nem um desses três princípios se aplica no Brasil.

Começemos por examinar o princípio republicano.

Com a habitual concisão latina, Cícero põe na boca de Cipião, o Africano, a definição precisa: *res publica, res populi*; bem público é o bem do povo. Na linguagem dos juristas romanos, o adjetivo *publicus* designava o que pertencia em comum a todo o povo, em oposição aos bens de propriedade particular de indivíduos, ou de corporações, mesmo aquelas que hoje consideramos situadas na esfera estatal.

No Brasil, todavia, essa concepção jamais fez parte da mentalidade coletiva. Já no começo do século XVII, Frei Vicente do Salvador verberava o egoísmo dos colonizadores, os quais “usam da terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída”. E conclui: “Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela e trata do bem comum, senão cada um do bem particular”.²

² *História do Brasil, 1500-1627*, livro primeiro, capítulo segundo.

Democracia, como a origem etimológica indica, é o poder do povo. Mas não qualquer poder, e sim a soberania ou poder supremo. Na história moderna, contudo, a burguesia europeia, ao se tornar classe dominante, utilizou o conceito de povo e de democracia em sentido abastardado: povo designaria apenas aquela mínima fração populacional considerada plenamente capaz; o que excluiu de início as mulheres e os analfabetos (a maior parte da população). E justamente a minoria capaz de votar só o fazia para eleger representantes, não para exprimir a própria vontade.

Hoje, como dispõe a Constituição Brasileira de 1988, para a eleição de representantes do povo há o princípio do sufrágio universal. Mas isso não significa que a nossa democracia seja realmente representativa. Uma pesquisa de opinião pública realizada há pouco verificou que nada menos do que 94% dos entrevistados não se sentiam representados no Congresso Nacional.

Por outro lado, a nossa Constituição estabeleceu a grande inovação de reconhecer, em seu art. 14, que a soberania popular se exerce não só pelo sufrágio universal, mas também por plebiscito, referendo e iniciativa popular. Mais adiante, porém, em meio à profusão de outras normas, ela dispõe que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito” (art. 49, inciso XV). Ou seja, o “povo soberano” só tem competência para exercer tais atribuições da democracia direta, quando o Congresso Nacional assim decidir...

Na verdade, até mesmo o sufrágio eleitoral, em razão da imensa desigualdade socioeconômica que perdura há séculos entre nós, está muito longe de exprimir a vontade legítima do povo brasileiro. Desde o início da colonização portuguesa em nosso território, graças, sobretudo, à escravidão e ao regime latifundiário, consolidou-se um regime oligárquico, no qual a minoria formada pelos potentados econômicos privados, associados aos grandes agentes estatais, exerce sem contestação o poder soberano. Ou seja, no povo brasileiro, para usarmos da expressão camoniana, há “os que nascem para ser mandados, e os que nascem para mandar”. Ou seja, o princípio fundamental expresso no Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos – “todos os

seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” – ainda não penetrou em nossa consciência coletiva. Como se pode, em tais condições, esperar que o regime democrático funcione em nosso país?

Que dizer, então, do terceiro princípio ético-político fundamental, a existência de um Estado de Direito? Ele significa substancialmente que todo titular de poder é sujeito a um controle jurídico; vale dizer, não existe poder absoluto. Pelo que se acaba de ver, com relação aos dois princípios ético-políticos anteriores, é escusado afirmar que o autêntico Estado de Direito ainda não existe em nosso país, pois, como afirma o velho ditado popular “quem pode manda, obedece quem tem juízo”.

Para ilustrar o que se acaba de dizer, basta considerarmos um só exemplo. Porventura, os Ministros do Supremo Tribunal Federal são efetivamente sujeitos a algum controle e alguma responsabilidade pelos seus atos ou omissões, diretamente perante o povo soberano ou a outro órgão estatal, do Poder Judiciário ou não? A resposta é obviamente negativa. Imaginava-se, até há pouco, que os integrantes de nossa Suprema Corte fossem sujeitos ao controle do Conselho Nacional de Justiça, criado em 2009, pois a Constituição estatui em seu art. 103-B competir ao Conselho “o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário” – do qual faz parte, escusa dizê-lo, o Supremo Tribunal Federal – bem como “do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes”, além de “receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário”. O próprio Supremo Tribunal encarregou-se de dissipar toda dúvida a esse respeito, ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade 3.367/DF: “o Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros”.

Essa constatação de que nem um dos três grandes princípios éticos é respeitado em matéria política entre nós não nos deve abater. Ao contrário, o reconhecimento geral dessa triste verdade, pelo povo brasileiro e por todos os agentes estatais, representa a condição necessária para que iniciemos a indispensável reforma em profundidade da vida social em nosso país.

Seção II

BÍBLIA E TEOLOGIA



4.

A CRÍTICA PROFÉTICA AO REI, AO TEMPLO E AO IMPÉRIO

Sebastião Armando Gameleira Soares¹

Nota prévia

O que segue foi pensado como instrumento de estudo. Tenta-se fazer uma síntese do tema, mas supõe-se que leitor ou leitora tenha a oportunidade de verificar em primeira mão o que realmente a Bíblia afirma. Daí, a razão de cada afirmação vir secundada por referências, entre parênteses, ao próprio texto bíblico, com dois objetivos: que se possa verificar se o que se diz tem realmente fundamento no texto bíblico e para que, quem o lê, possa ter a oportunidade de refazer pessoalmente o caminho proposto pelo autor e, deste modo, concordar ou não com suas afirmações.

Introdução

Para ler corretamente os textos proféticos, devemos ter presente que estes nos chegam em linguagem religiosa antiga, quando não se conhecia bem o encadeamento entre a “causa primeira”, transcendente (os deuses), e as “causas segundas”, ou seja, os seres intramundanos.

¹ Dom Sebastião Armando Gameleira Soares é alagoano e casado com Madalena Fonseca Soares, tem três filhas e um filho, três netas e três netos. Com ela coordena um projeto social “Casa Eumênica - Crer & Ser”, no Alto do Moura, em Caruaru - PE, Brasil. Graduado em Filosofia (Olinda, PE). Mestre em Filosofia (Universidade Lateranense - Roma), em Teologia (Universidade Gregoriana - Roma) e em Ciências Bíblicas (Pontifício Instituto Bíblico - Roma). Especialização em Sociologia (Roma) e Bacharelado em Direito (Olinda - PE). Foi diretor de estudos e professor de Sagrada Escritura no Instituto de Teologia do Recife - ITER, membro da equipe de assessoria do Departamento de Pesquisa e Assessoria - DEPA, e assessor do Regional Nordeste II da CNBB e da CRB. É membro do Centro de Estudos Bíblicos - CEBI, do qual foi diretor nacional e coordenador do Programa de Formação. Membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, da qual é Bispo desde o ano 2000. Hoje se dedica particularmente ao Ministério da Palavra (estudos bíblicos e teológicos, especialmente Leitura Popular da Bíblia, Anglicanismo, Escolas de Fé e Política, Espiritualidade) em fronteira ecumênica.

Males que vinham da Natureza ou eram causados pelas pessoas e os povos, facilmente se atribuíam às divindades ou a seres celestiais. Os céus tinham interesse em proteger ou corrigir seus fiéis. Para isso podiam até usar ações de inimigos como instrumento de castigo. Em princípio, sendo realidade pessoal e livre, Deus pode surpreender a qualquer momento e intervir no mundo, mas, de acordo com a própria reflexão sapiencial da Bíblia, sua ação ordinária, no entanto, respeita o curso e o processo das coisas deste mundo. Ele é sempre causa última da realidade, mas, ordinariamente, não é causa imediata dos acontecimentos. Do contrário, o mundo criado perderia sua legítima autonomia, de modo que a liberdade/reponsabilidade humana seria esvaziada. Naquele tempo, porém, ainda não era clara a ideia de que o mundo funciona mediante processos imanentes à realidade criada. Por isso, facilmente se atribuíam aos deuses o que acontecia aqui embaixo. De maneira direta e imediata, salvavam ou castigavam. Assim compreendiam, por exemplo, que o imperialismo e as guerras de conquista não eram mais que um instrumento nas mãos de YHWH (cf. Is 10,5-16).

Com a compreensão que temos hoje, o que nos interessa, sobretudo, é perceber qual o foco central de profetas e profetisas, quando se voltam a avaliar a realidade dos povos. (Não se pode esquecer que havia também profetisas, como se vê, por exemplo, na consulta do rei Josias à profetisa Hulda (cf. 2Rs 22,11-20).) Não há dúvida de que Deus está misteriosamente implicado no intrincado dos acontecimentos. Aqui, porém, subjaz uma convicção importante, também para hoje em dia: dos conflitos, das injustiças, das invasões e das guerras *os povos devem tirar lições para sua caminhada*, devem aprender dos acontecimentos históricos; aprender a “fidelidade” e a “aliança”, decidir-se por novos caminhos que hoje chamaríamos de “caminhos de humanização”.

Chama a atenção a lucidez com que percebem *as causas econômicas dos conflitos*. Com fina intuição, são capazes de exercitar o que hoje chamamos de “análise de conjuntura” e ainda perceber os vários níveis ou dimensões do que hoje chamamos de “estruturas da sociedade” (cf., por exemplo, Am 1-2). Enxergam claro e denunciam corajosamente

que o processo social, com seus conflitos, não são causados por fatores “necessários”, como se houvesse um “destino” que se sobrepusesse a nossa liberdade, como outros povos foram levados a pensar. Não, as situações não se impõem por um determinismo da Natureza; têm causas históricas em decisões e processos pessoais e coletivos desencadeados antes de nós; nossa própria ação pode fortalecê-los num sentido ou noutro. O certo é que somos chamados(as) a revertê-los e empreender ações que visem mudar o rumo das coisas. É por isso que falam de “pecado”, isto é, de responsabilidade humana envolvida nos acontecimentos. Se criamos situações, é possível que possamos mudá-las. Está implicada na história a liberdade humana.

Pela “denúncia”, desmascaram, particularmente, aquilo que hoje entendemos por “pecado social”, essa teia que tecemos na sociedade com o complexo entrelaçamento de nossas ações e reações, tanto pessoais, quanto coletivas. No “anúncio”, conseguem comunicar a mensagem de que, se nós decidimos coletivamente, é possível deter e até mesmo mudar o curso da história. São admiráveis por ir além de todo moralismo, chegando ao ponto de identificar o que hoje chamamos de “condições materiais”. Finalmente, intuem, com particular clarividência, a íntima relação entre poder econômico e poder político, inclusive militar, e como a religião pode, com facilidade, cumprir o papel de “ideologia de legitimação” do sistema de opressão.

Ademais, algo admirável é que não se pode deixar de perceber o longo alcance das profecias. Há anúncios que não parecem ter condições de se realizar já naquele tempo antigo. Na verdade, *a profecia está radicalmente voltada para adiante*; o olhar não se restringe ao imediato, há como uma “visão utópica” que alcança o futuro. Como imaginar o estabelecimento da paz num povo pequeno, como o dos hebreus, cercado por impérios poderosos? Os oráculos contra as nações são clara indicação de que o “xalôm” (felicidade, harmonia, paz) só se fará possível em horizonte internacional. Quem sabe, o que hoje começa a ser chamado de “civilização do bem-viver”. O grande líder socialista russo Trotsky, o havia intuído com intensa clareza e, daí, seu conflito de visão com Stalin: não seria possível o socialismo num único país, a causa da “revolução” é por si mesma internacional. Isto, a profecia

bíblica já o havia intuído muitos séculos antes de Cristo, assim como, depois, o grande visionário que era o apóstolo São Paulo.

Finalmente, uma das maiores contribuições da corrente profética é ter intuído, com clareza meridiana, que a questão central da vida humana é a do PODER, que, facilmente, degenera em *opressão* entre pessoas e povos, e a da POSSE das coisas, cuja *apropriação* degenera infalivelmente em ambição de riqueza. Concomitantemente, por isso mesmo, é a questão central da fé e das expressões religiosas. Para dizê-lo, claramente, *a questão do Poder coincide, de fato, com a questão de Deus* e com a questão crucial da *liberdade humana*. Isso quer dizer que a questão de Deus ultrapassa os espaços da religião e se situa na arena da vida em sociedade e das lutas humanas.

Quando lemos, por exemplo, Êxodo, capítulos 14 a 15, não é difícil perceber que não se trata simplesmente de uma narração histórica de acontecimento do passado. Em gênero literário de epopeia nacional, transmite-se uma profunda reflexão teológica sobre a história. A antiga experiência fundadora torna-se para sempre paradigmática. Trata-se de ajudar a perceber que, na marcha dos acontecimentos, há momentos qualitativamente decisivos, prenhes de futuro. Isso se revela particularmente em situações de impasse, quando o horizonte histórico parece completamente fechado, períodos de pesada opressão, de calamidades, de guerras, de ditadura, de exílio... Do abismo de nossa pequenez, lançamos o grito: “Das profundezas, Senhor, clamo a ti” (Sl 130; Sl 77). Em sua caminhada, o povo se sente paralisado diante da grandiosidade mítica das forças da Natureza, adiante parece impossível prosseguir; de bater em retirada e voltar ao Egito já não há condições, aperta o cerco a polícia do opressor. A angústia se apossa da multidão. A liderança, porém, percebe a mensagem que é decisiva: “Diga ao povo que dê um passo adiante” e o caminho se abrirá. Aqui se dá a experiência da fé, que é capaz de abrir o futuro (cf. Ex 14,5-18). Nas situações de impasse, o futuro se antecipa nos gestos de liberdade e esperança. Hoje, nosso grande profeta Pedro Casaldàliga, nos exorta continuamente: “Outro mundo possível, já somos nós; outra Igreja possível, já o somos”. E ele mesmo o tem vivido com intensa paixão na própria carne.

1. Um povo de origens diversas reunido em aliança igualitária

O “povo bíblico” adquiriu sua existência e identidade na história, em circunstâncias bem determinadas, como tantos outros povos. O que vai caracterizá-lo de maneira especial é sua maneira de ser e o que pensa sobre si e sua história. Na Bíblia, temos o testemunho que oferece de si mesmo, testemunho complexo porque vem de tempos muito antigos, primeiro conservado oralmente e, só muito depois, posto por escrito. Pelas análises que fazem as pessoas estudosas e especialistas em História Antiga e em estudos bíblicos, tudo indica que o “povo dos Hebreus” só começou a existir como tal no período que vai entre os séculos XIII a XI a.C. Quando se escreve a Bíblia, muito tempo depois, chega-se a uma síntese final na qual se unificam vivências e histórias muito variadas, de tempos diferentes, de regiões diversas e de tradições e narrativas que têm como sujeitos grupos bastante diversificados. É bom, por exemplo, ter presente que, por detrás das histórias e tradições, estão diferentes grupos que habitavam regiões diversas do país; que há superposição de épocas diferentes nos mesmos textos; que as histórias eram contadas de geração em geração e se conservavam de cor e eram transmitidas por tradição oral (“quem conta um conto, facilmente aumenta um ponto”). É verdade, porém, que os povos antigos tinham uma memória muito mais forte do que a nossa, justamente por não saber ler e ter menos recursos visuais. Mas, no jeito antigo de contar, por exemplo, os “comentários” e os acréscimos de “redações” posteriores não vêm em pé de página, mas são incluídos com naturalidade nos textos já existentes, na continuidade das histórias, ou até como “episódios” a mais, os quais muitas vezes denotam interesses e pontos de vista dos redatores. Assim, os “contos” crescem, ou diminuem, ou até se modificam, de acordo com seus transmissores e redatores, influenciados por sua própria época. Essas modificações, acréscimos ou ajustes podem ter se dado ainda no processo de transmissão oral, ou já na redação escrita. Relatos mais antigos podem ter sua origem entre os séculos XVIII e XV a XIV a.C. (entre esses, podem estar as antigas histórias sobre os Patriarcas

e as grandes Mães). Só durante o século X a.C., tempo do reinado de Salomão, é que se começou a reunir esse material por escrito, pois era importante para a corte oferecer ao povo um relato unitário que viesse fortalecer a imagem de ser um povo só, apesar de sua diversidade de origem e de trajetória. A famosa Assembleia de Siquém, presidida pelo libertador Josué, se refere a essa diversidade de grupos tribais reunidos na nova solidariedade de uma “aliança” (cf. Js 24,1-2.14-15).

2. O Profetismo e a rejeição do Estado

A pesquisa histórica mais atual sugere que o povo, como se dizia acima, teve seu período de formação entre os séculos XIII a XI a.C. Parece ter sido essa uma época bastante conturbada na terra de Canaã, aquela faixa que corresponde hoje ao país do povo palestino, infelizmente ocupado e usurpado, em grande parte, pelo Estado de Israel. Documentos extrabíblicos aludem a constantes revoltas provocadas por grupos que se levantavam contra os principados que tinham o controle da terra. Esses grupos parecem ter sido de pastores e camponeses, gente que perdia suas terras e se tornavam “bandoleiros”, semelhantes aos “cangaceiros” nordestinos de outros tempos no Brasil. Lutavam em revoltas contra os príncipes dos castelos/fortalezas, que controlavam o território e ocasionalmente ofereciam seus serviços de mercenários nas lutas entre príncipes concorrentes. Concentravam-se particularmente nas montanhas aonde os carros de guerra não podiam subir. Aqueles bandos eram designados como HaPiRûs, exatamente as mesmas consoantes de HeBReus (o som das labiais P e B se equivalem em muitas línguas e se vê em crianças que estão aprendendo a falar). Há cartas enviadas de Canaã que denunciam a situação e pedem socorro ao Faraó do Egito para conter a desordem que se espalhava pelo país, pois o Egito era sempre o poder imperial mais próximo, por isso capaz de impor ordem nas rivalidades regionais. Além desses grupos de camponeses e pastores revoltosos, havia com frequência a migração de povos que vinham das margens do deserto em redor, assim como a entrada na terra de bandos de fugitivos vindos do Egito, gente que ali estava sujeita a trabalhos forçados, ou por serem

imigrantes “estrangeiros”, ou por estarem dominados por terem sido perdedores de guerras regionais... (cf. Ex 1-2).

É altamente provável que nossa Bíblia guarde memória desses vários grupos que chegaram a formar o “povo dos hebreus”. Na origem, provavelmente, “hebreus” não era designação de nacionalidade, mas de condição social, “bandoleiros”, “gente sem eira nem beira”, “vagabundos”, isto é, gente que vagava por aí. O nome “hebreu” equivale a “migrante”, no sertão nordestino equivaleria a “retirante”. A memória dos pastores se guarda particularmente no livro do Gênesis, grupos que se reconheciam em Abraão e Sara, Isaac e Agar, em Ismael, em Jacó, Lia e Raquel, em Esaú, em suas descendências, para quem os poços d’água eram vitais para beber e dar de beber a suas criações... As histórias dos camponeses, intensamente envolvidos em lutas pela posse da terra, se acham em livros como os de Josué e o dos Juízes. Em Êxodo e Números, encontramos-nos com grupos de migrantes pelo deserto e com os que tinham fugido do Egito. Hoje tudo está reunido numa monumental síntese que retrojeta (projeta no passado) a imagem do povo como sendo um povo só, desde o período de Abraão, Sara, Agar e Jacó, dando a impressão final de que todo o povo seria diretamente descendente dos doze filhos de Jacó, Lia e Raquel. Ora, na verdade, a formação do conjunto foi muitíssimo mais complexa. Quando todo o povo se tornou um só, era importante inculcar essa imagem unitária como já sendo tal desde os inícios, dentro do princípio clássico de “um só rei, um só povo”. A narração da famosa “assembleia de Siquém”, com Josué, por sua vez, dá claramente a entender que a formação do povo tinha sido o resultado de um pacto entre clãs e tribos de diversas origens (cf. Js 24). De fato, ao longo da história, verificarmos que a unidade foi sempre problemática entre o Norte e o Sul, “estranhamentos” e rivalidades mantiveram-se mesmo no período tão idealizado da unidade tribal. As *genealogias* vieram como uma espécie de “documento de legitimação”, de caráter antropológico e jurídico, da unidade nacional. Finalmente, todos os grupos se consideravam descendentes de um único clã de antepassados, cuja cabeça era Jacó ou Israel, ele mesmo descendente de Isaac e de Abraão (cf. Gn 18-35, especialmente 29-35).

De qualquer forma, a complexa formação do povo desembocou em criar um *sistema social tribal*, diferente de tudo o que se tinha estabelecido a seu redor nos povos vizinhos, que se haviam organizado em principados, na terra da Transjordânia, a leste (cf. Js 24), o que até hoje é objeto de admiração para historiadores. Durante cerca de duzentos anos, mesmo com grandes dificuldades, manteve-se o sistema do igualitarismo tribal, afinal caído com a ascensão da monarquia. Mesmo assim, permaneceu na memória popular como o “tempo ideal”, quando Deus era o único Rei (cf. Jz 8,22-23) e todo o povo um só. A “segunda” versão da Lei, o livro Deuterônomo, tem aí sua referência maior; o profetismo vai extrair dessa memória a fonte de sua inspiração; a literatura de resistência, após a volta do grupo que fora exilado em Babilônia, quando se tratou de reconstruir a convivência na terra, da mesma forma, teve o igualitarismo tribal como memória-paradigma; e o Novo Testamento vai assumir o símbolo das “12 tribos” como o do Povo de Deus, renovado por Jesus, um povo de iguais, cujo ideal continua a ser o Reinado do Deus único (cf. Mc 3,13; 6,43; Ap 21). O texto clássico do livro de Juízes 9,7-15, a famosa “Fábula de Jotão”, é bem o retrato desse ideal e considerado um dos textos mais críticos e genialmente irônicos sobre o poder humano na literatura universal.

O sistema tribal foi quebrado por força das *contradições internas* (grupos com terras mais produtivas, ou com períodos de estabilidade e paz, ou com maior facilidade de água, alianças regionais, progresso em técnicas de cultivo etc.) que carregava consigo, e que foram acentuando, ao longo do tempo, as desigualdades entre tribos e clãs; assim como pelo *perigo externo*, que representava a ameaça de povos vizinhos, particularmente os filisteus, um povo guerreiro, bem armado e articulado em cinco cidades-Estado, que almejava o domínio de todo o território. A Bíblia, no livro de Juízes, a partir do capítulo 8.º, começa a falar dessas contradições e prossegue pelo livro de Samuel. Até então, o poder de decisão, é certo, estava ordinariamente nas mãos de anciãos das tribos, chefes de clãs e famílias, mas esse “poder político” não causava divisão de “classes”, pois os chefes tinham o mesmo “status” de toda a população, trabalhavam como toda a gente

e não tinham propriedade privada de meios econômicos. Agora, os grupos mais bem situados economicamente, os proprietários de bois, por exemplo (cf. 1Sm 11), já são indicação clara de que se tratava da ascensão de um estrato superior, com novas técnicas de produção (o arado com tração animal de boi, verdadeira revolução na agricultura) que possibilitava excedente de produção e consequente comercialização (cf. Jz 9,25) e nova pretensão de comando e governo sobre o povo (cf. Jz 8,24-35; 9-10; 11,1-11), além de almejar novo “status” socioeconômico, o que, naquele contexto, se dava pela extorsão do “tributo” (cf. Jz 8, 22-28; 1Sm 8). O projeto de dominação “imperialista” dos filisteus (cf. Jz 13-16; 1Sm 4-17; 27-29) foi a gota d’água para indicar que se fazia necessário novo sistema de governo, baseado no comando de príncipe que contasse com força militar permanente, como vai se dar com Saul (cf. a partir do cap. 9.º de 1Sm). Já não era suficiente a defesa a cargo do exército popular, convocado cada vez, por um dirigente carismático, o “justiceiro” ou “juiz”, como se vê no caso da convocação de Débora e Barac e até antes de Jefté (cf. Jz 1-11). Saul, herdeiro dos Juízes, foi o primeiro comandante com um destacamento armado permanente (cf. 1Sm 10). Passava-se de um sistema tribal, interfamiliar, em que o poder de decisão estava difuso na sociedade, a novo regime em que o poder se concentrava no Estado, representado pelo príncipe ou monarca, distinto da sociedade e acima dela. O símbolo que evidenciava esse novo poder era o castelo fortificado, ou a fortaleza militar que ocupava o centro da região e se mantinha pelo tributo pago por camponeses e pastores.

Na vigência do sistema tribal, o profetismo tinha um aspecto bem particular. Eram bandos ou confrarias de pessoas consagradas a YHWH, ligados a santuários rurais em torno de uma figura de liderança. Uma de suas tarefas precípuas parece ter sido ajudar o povo a manter-se fiel a seus valores comunitários e a reconhecer seu Deus como a fonte principal de sua vida e liberdade. Quando se ia à batalha para defender-se de invasores e opressores, os grupos de profetas e profetisas se encarregavam particularmente de animar os guerreiros com cânticos e danças que os incitava a lutar com garra e entusiasmo. É o que se vê, por exemplo, em Miriam, irmã de Moisés (cf. Ex 14,19-

21), puxando o cântico de vitória que se desenvolveu posteriormente, como se vê no belo poema em 15,1-18. Em Números, 21,27-30, pode ser que tenhamos um testemunho de celebração de luta. A tomada de Jericó, por exemplo, está envolvida nessa mesma atmosfera de liturgia guerreira (cf. Js 6,20.26). Débora, juíza e profetisa, anima a guerra comandada por Barac com uma das peças poéticas mais antigas e famosas da Bíblia (cf. Jz 5,1-31). A personagem novelesca de Judite, séculos depois, ainda se inspira nesse modelo de Débora, ao cantar a vitória sobre os inimigos de seu povo (cf. Jt 9; 14,7; 16,1-17). Em torno de Samuel, o profeta na transição do tribalismo à monarquia, estão memórias desse profetismo comunitário e guerreiro. Sente-se isso no famoso Cântico de Ana, a mãe de Samuel (cf. 1Sm 2,1-10). Por sua vez, Samuel está rodeado de um grupo de profetas com os quais Saul se encontra e junto com eles entra em transe (cf. 1Sm 10,1-16). Em batalha contra os filisteus, a presença da arca e o brado do povo tinham feito “tremar a terra” (cf. 1Sm 4,1-11).

No período do comando de Saul, que era basicamente só um comandante militar, o sistema tribal, de qualquer modo, ainda persistia. Davi, porém, vai tomando, progressivamente, a liderança sobre o povo até chegar realmente ao poder. Sua história é contada a partir de 1Sm 16 e vê-se bem a disputa de posições em relação a Saul. É Davi quem deve ser considerado propriamente o primeiro rei, enquanto Saul fora, sobretudo, o primeiro comandante militar permanente. Davi, além de chefe de bando e comandante, era um político consumado. Foi primeiro chefe de seu povo, a tribo de Judá, portanto tinha credenciais de um “chefe tribal”. Aceitou, porém, o “convite” a ser chefe também do Norte (cf. 2Sm 3); estabeleceu sua capital em Jerusalém, cidade conquistada como propriedade pessoal, na fronteira entre as duas metades do povo, Judá e Israel (cf. 2Sm 5,6-16); levou para Jerusalém a Arca da Aliança, o tradicional santuário móvel das tribos (cf. 2Sm 5-6), todos sinais enganosos de que o sistema em nada mudara, como se o tribalismo persistisse e ele não passasse de uma espécie de “superchefe” tribal. Na verdade, aparentemente respeitava os poderes locais dos anciãos das tribos e não cobrava tributo a não ser de povos vizinhos conquistados (cf. 2Sm 8; 10-11; 12,26-31). O povo não

sentia o peso da radical mudança. Mas, na verdade, Davi já dava sinais de que a monarquia se instalara pra valer: constitui o seu ministério de governo (cf. 2Sm 8,15-18) e seu comando militar (cf. 20,23-26), intenciona construir o templo, símbolo da aliança divina com o rei (cf. 2Sm 7) e desprestígio dos santuários rurais locais, sente-se dono de homens e de mulheres (cf. 2Sm 11-12), luta contra seu filho Absalão, aliado a chefes tribais para derrubá-lo (cf. 2Sm 15-18).

Setores mais perspicazes ou mais prejudicados começam a perceber claramente a mudança radical e a revoltar-se (cf. 2Sm 16-20). Assim, sem que o povo o sentisse claramente, a monarquia estava instalada e vai chegar a seu apogeu com Salomão, sucessor de Davi e por ele mesmo designado. Começava o regime de “sucessão dinástica”, de modo que a aliança de Deus com o povo vai sendo cada vez mais reinterpretada como aliança com a “casa de Davi” (cf. 2Sm 7), como se vê, por exemplo, em “salmos reais” (cf. Sl 2 e 110; 45; 61; 72; 89; 132). Em vez da “aliança tribal” firmada na antiga Assembleia de Si-quém (cf. Js 24), põe-se de pé o Estado monárquico que tanto vai dar o que fazer à corrente profética, permanente porta-voz da “oposição” do campesinato à opressão do trono e da capital.

Sem dúvida, o tempo dos reis é o celeiro da Profecia, em outros termos, da resistência do povo aos projetos de dominação dos potentes. Já no período de Davi aparecem dois profetas que ficaram particularmente famosos: Natan e Gad. Como nas cortes daqueles tempos, esses profetas eram assessores do rei. O que é significativo, porém, é que ambos têm a coragem de repreendê-lo por aquilo que consideram comportamentos contrários à vontade de Deus, pecados, portanto. Natan hesita, mas finalmente não aceita que o rei construa o templo e o dissuade da ideia, em nome de Deus (cf. 2Sm 7). Ora, o templo era a suprema legitimação do Estado monárquico. Natan ainda tem a coragem de repreender o rei pelo crime contra Urias e sua mulher, usando a famosa “parábola da ovelhinha do pobre”, com a qual denuncia a pretensão do rei de ser dono das pessoas e poder dispor da vida e da morte (cf. 2Sm 11-12). Gad o enfrenta no episódio do recenseamento, que se faz em vista da cobrança de impostos, e denuncia sua intenção de apoderar-se do povo como propriedade

particular (cf. 2Sm 24). Não devemos ver essas figuras proféticas como de indivíduos isolados, mas de intérpretes de correntes que existem no seio do povo, como tinha sido no caso de Samuel, o qual se fez arauto daquela porção da sociedade que não aceitava adotar o regime monárquico (cf. 1Sm 8).

De acordo com a grande profecia bíblica, a instituição do reinado não é desejável, pois, como lembrado acima, o ideal permanece sendo o “sistema tribal” igualitário, como se pode ver claramente na famosa “Fábula de Jotão” (cf. Jz 9,7-21). Há textos que fazem uma espécie de avaliação evidentemente negativa do sistema monárquico. É o caso, por exemplo, do texto de 1Sm 8, em que o profeta Samuel, símbolo do conturbado momento de transição de regime de governo, denuncia o que hoje chamaríamos de “estrutura” injusta e opressiva do sistema que se estava por adotar. O mesmo severo julgamento é lançado contra o rei pelo profeta Jeremias, cinco séculos depois, mostrando a continuidade da opressão enraizada no sistema estatal monárquico (cf. Jr 22,13-19). A “classe” dominante dos opressores sente-se idolatricamente divinizada, infinitamente acima do comum dos mortais, ontem como hoje. O Profeta Oseias, oito séculos antes de Cristo, pronuncia um julgamento radicalmente crítico e negativo em relação a todo o período monárquico: “É tua destruição, pois só em mim está o teu auxílio. Onde está o teu rei para te salvar em todas as tuas cidades, e os teus juízes, a quem dizias: “Dá-me um rei e um príncipe”? Eu te dou um rei em minha ira, eu o retomo em meu furor” (Os 13,9-11). Ou seja, a monarquia é designada como “o arco da ira de Deus”, do início ao fim.

O livro do Deuteronômio, inspirado pelo ambiente profético e tendo presente a realidade de fato, esboça o perfil do rei ideal no capítulo 17,14-20. Sem dúvida, por trás do anúncio de como deve ser o rei, está a crítica à realidade como tem sido e percebe-se clara alusão ao modelo implantado pelo rei Salomão (“carros e cavalos”, “numerosas mulheres”, “não fará com que o povo volte ao Egito”, alusão a pactos comerciais e militares): deve ser alguém escolhido por Deus, o que, na Bíblia, equivale a manifestar ter o “carisma” ou a capacidade de governar em favor do povo (cf. Sl 72); alguém que seja “um de teus

irmãos”, ou seja, com os mesmos critérios de vida, não deve ser um “estrangeiro”, formado na mentalidade idolátrica de que a vontade do rei é que é a lei, como se vê nas histórias do rei Acab e da rainha estrangeira Jezabel (cf. 1Rs 21); seu modelo de governo e de vida não pode ser à imitação do que se passa no império, fundado sobre o militarismo (carros e cavalos) e a riqueza (prata e ouro); as relações internacionais devem ser tais que não desviem o poder de sua fidelidade ao próprio povo (mulheres estrangeiras com critérios “pagãos” idolátricos); acima da vontade e desejos do rei está a Lei de Deus, “que deverá ler todos os dias de sua vida”, hoje diríamos, acima do governante está a “Constituição”.

O século IX a.C. tinha sido marcado pela presença de grandes profetas, como ELIAS (cf. 1Rs 17-21), seu discípulo ELISEU (cf. 2Rs 2-13) e MIQUEIAS ben Yimlá (cf. 1Rs 22), no Norte, nas imediações do Monte Carmelo, rodeados de discípulos e mergulhados em grandes questões que opunham o povo aos reis. Os profetas se punham em aberta oposição aos reis, pois interpretavam os interesses e direitos do povo. Os casos mais famosos foram a luta entre Elias e Acab-Jezabel (cf. 1Rs 21), e a aliança de Eliseu com o general Jeú para derrubar o rei Jorão (cf. 2Rs 9).

O século VIII a.C., foi uma fase de forte crescimento econômico e de prestígio político da corte, chamado às vezes de “o milagre israelita”, tempos do rei Jeroboão II, no Norte (cf. 2Rs 14,23-29), sucedido por uma série de monarcas fruto de intrigas mortais (cf. 2Rs 15,8-31). No Sul governava o rei Ozias (cf. 2Rs 15,1-7) sucedido por Joatão e Acaz (cf. 2Rs 15, 32-16, 20), é o momento áureo da Profecia. É nele que se acham quatro dos maiores profetas: AMÓS e OSEIAS, com atuação no Norte do país, e em seguida ISAÍAS e MIQUEIAS no Sul.

Amós apresenta uma análise preciosa da estrutura do sistema econômico e sociopolítico da região da terra de Canaã e vizinhanças, estabelecido num mosaico de pequenos reinos. Nos capítulos 1 e 2, é admirável como, por intuição, sem qualquer formação “sociológica”, o profeta é capaz de analisar profundamente o sistema, tanto em sua face interna, nacional, como em sua face internacional. Apresenta a *conjuntura global da região*, conflagrada pelo incêndio da guerra, e

chega a denunciar a *estrutura* que explica aquela situação conjuntural. São oito oráculos de denúncia, claramente distintos, pois cada um se dirige contra um reino da região. Chama a atenção imediatamente a *denúncia do militarismo* de que o sistema se alimenta. Estamos no *sistema tributário* em que um príncipe, instalado em palácio-fortaleza, domina a região em redor, com controle sobre camponeses e pastores. A “cidade-Estado” é o castelo fortificado, onde reside o príncipe com sua corte: a família, o dispositivo de defesa e comando militar, o santuário de legitimação religiosa, os artesãos necessários à manutenção dos serviços... o povo reside na roça e tem em suas mãos os meios de produção (a terra, os rebanhos e os instrumentos de trabalho), mas, a pretexto de segurança para viver e trabalhar, paga “tributo” ao príncipe, com a entrega de “dízimos” dos produtos da terra e do rebanho, e a disponibilidade para a guerra e para os trabalhos forçados em construções e outros misteres. A guerra é inevitável para alimentar o sistema, pois cada “cidade” almeja controlar cada vez mais território em seu entorno, o que significa expansão da economia e de poder político. O resultado é que toda a região vive num incêndio constante. Além de denunciar os *crimes de guerra*, o profeta denuncia a própria razão “*estrutural*” da guerra, o tributo, garantido pelo aparato militar e legitimado pela religião, pois os dízimos e ofertas são recolhidos nos santuários, *deus os quer e os ordena*. O aparato religioso serve para criar o consenso do povo e, assim, dispensa o poderoso de usar armas para obrigá-lo a entregar o tributo.

No ponto culminante da composição literária, deparamo-nos com dois oráculos que fogem ao estilo dos demais: 2,4-5 (oráculo contra Judá) e 2,6-16 (oráculo contra Israel). Mantém-se a denúncia do militarismo (v. 5 e v. 13-16), mas a razão mais profunda da destruição é outra. No caso de Judá (que pode ser um oráculo posterior, acrescentado à composição mais antiga), ressalta-se a *dimensão cultural-religiosa do sistema*, ou seja, a idolatria, expressão suprema de legitimação da opressão e manifestação da alienação: em vez da fidelidade aos mandamentos do Deus vivo, deixam-se seduzir pelas “Mentiras”, o que é chamado de falso e ilusão (cf. Os 8,11-14), hoje falaríamos de “ideologia” legitimadora do sistema de opressão. No oráculo final, faz-se *análise*

interna da estrutura do sistema tributário, tal como se dá em Israel. Começa-se pela denúncia da economia, os pobres são vendidos por uma bagatela (v. 6). Pode tratar-se de julgamentos injustos nos tribunais (cf. 5,7.10-13), mas parece que, de qualquer modo, a ênfase recai sobre *relações econômicas injustas*, de exploração, na base do sistema (cf. 8,4-6). Em seguida (v. 7), alude-se a *relações sociais de opressão* de ricos sobre pobres, expressas de maneira especialmente dramática: os pés dos ricos (sua parte mais baixa) “esmagam” as cabeças dos pobres (sua parte mais elevada), a “caminhada” (vida) dos pobres é bloqueada pelas dificuldades e barreiras que lhes opõem os poderosos; as relações homem-mulher se degradam pela escravidão e isso se torna evidente nas relações de exploração e promiscuidade sexual da filha do pobre provavelmente entregue por dívidas. A *religião* é denunciada por suas íntimas relações com a economia do tributo, que é por ela legitimada (v. 8). A *memória cultural-religiosa* de uma história feita com Deus no passado é traída, particularmente a memória do Êxodo, da fuga pelo deserto e do dom da terra (v. 9-10), uma maneira de recordar os tempos antigos do igualitarismo tribal. Finalmente, no nível do *poder político*, profere-se a denúncia de que profetas, porta-vozes do protesto popular, e testemunhas consagradas (“nazireus”) a manter o estilo próprio de povo de Deus, como se fazia nos tempos da guerra tribal de defesa (cf. livro de Juizes), são perseguidos ou corrompidos. A conclusão é a mesma de todos os oráculos: só haverá uma mudança profunda com a derrocada do *militarismo* em que se baseia o sistema (v. 13-16). A cena final é particularmente forte: a paralização do exército, a derrota e a impossibilidade de bater em retirada. Para mais nada servirão as armas; em tal situação de desespero, a ironia final: “o mais corajoso entre os heróis, fugirá nu, naquele dia”, com a única desesperada tarefa de testemunhar a vergonha da derrota do sistema.

Oseias, um dos mais brilhantes poetas da Bíblia, faz um penoso trabalho de *diálogo com a religião popular*. Pretendeu mostrar que a adesão aos ídolos nada mais é que abandono do Deus da Liberdade, revelado na libertação do Egito e no dom da Terra Prometida, cujos produtos são por Ele ofertados, não pelas divindades da Natureza, os “baalins”, as quais legitimam o determinismo do poder do rei e dos

ciclos da Natureza. Ambos os determinismos tinham sido quebrados pelo prodígio da antiga libertação, vitória sobre o *determinismo do poder do Faraó e das forças da Natureza*, representadas pelo Mar (o “grande abismo”), símbolo do caos. Denuncia a confiança no dispositivo militar, percebe a ameaça da Assíria, investe contra governantes e sacerdotes que desviam o povo, em vez de esclarecê-lo (cf. Os 4-5), chega a intuir que as relações sociais injustas agridem a própria Natureza (cf. Os 4,1-3). Como dito acima, chega a fazer um julgamento radical sobre todo o período da monarquia: “Eu te dou um rei em minha ira e o retomo em meu furor” (Os 13,11), mau começo (cf. 1Sm 8), triste fim (cf. Os 10,15).

Miqueias era já um ancião, camponês do interior, no Reino de Judá. Lança seu olhar sobre todo o país, desde o Norte até o Sul. Não perde a esperança (cf. cap. 4), mas percebe o desastre que se aproxima. Denuncia os chefes opressores e exploradores (cf. cap. 2-3). Também percebe a ameaça da Assíria (cf. 5,4-5). Até a capital de Davi, Jerusalém, será reduzida a campo para ser arada, quem sabe, desejava que fosse entregue aos camponeses (cf. 3,9-12).

Isaías era um homem da cidade de Jerusalém, com acesso à própria corte. Sua maneira de escrever o coloca nas alturas de clássico da língua hebraica. Talvez fosse alguém de posição, mas assume a vocação de profeta e tem coragem de enfrentar os poderosos do país. Ao contrário de Elias, de Amós e de Oseias, acreditava que pudesse chegar um rei capaz de realizar a justiça, talvez por isso insistisse em seus contatos com a corte, também porque amava sua Jerusalém. Porém, tinha profundo senso de justiça e denunciava os malfeitos dos poderosos. Viveu o difícil momento da invasão da Assíria às portas de Jerusalém e manteve até o fim a crença de que a invasão não aconteceria, e assim foi, o exército estrangeiro se retirou e Jerusalém foi preservada (cf. o “Livro do Emanuel”, Is 7-12; 36-38). Sua figura foi tão grandiosa que teve continuidade em seus discípulos e discípulas, de modo que, no século VI a.C., durante o exílio em Babilônia (cf. Is 40-55), e na reconstrução do país, nos séculos V e IV a.C. (cf. Is 56-66), ainda era viva sua influência nos debates que se travavam acerca do futuro do país.

Outro grande profeta foi JEREMIAS que atuou entre o século VII e VI a.C. Testemunhou a grande reforma empreendida pelo rei Josias, que tinha como objetivo fortalecer a unidade do país, aproveitando-se do enfraquecimento do império assírio. Foi ferrenho crítico da aliança com o Egito para resistir à Babilônia. Não foi escutado e teve a tristeza de assistir ao desastre de Jerusalém, tendo sido sequestrado e forçado a exilar-se no Egito, que tanto criticara (cf. Jr 39-44). Seu testemunho e suas palavras foram objeto de meditação de várias gerações, por ter sido o profeta-testemunha da queda de Jerusalém, com a profunda e ampla crise de fé que tal fato provocara. Contemporâneo de Jeremias foi SOFONIAS, que bradou fortemente contra o Estado e a abertura indiscriminada às nações e a seus costumes, particularmente à Assíria, para ele, havia a convivência com valores e costumes idólatras. Foi o profeta que começou a formular aquilo que depois ficou conhecido como “espiritualidade dos pobres de YHWH”: “Deixarei em teu seio um povo pobre e humilde, e procurará refúgio no nome de YHWH, o resto de Israel” (cf. Sf 3,11-20). “Procurai YHWH, vós todos os pobres da terra, que realizais a sua ordem. Procurai a justiça, procurai a pobreza, talvez sejais protegidos no dia da ira de YHWH” (Sf 2,3).

Durante o exílio em Babilônia, atuaram dois grandes profetas, EZEQUIEL e um discípulo anônimo de Isaías, apelidado de “SEGUNDO ISAÍAS” (cap. 40-55). Falaremos deles mais adiante.

No século V a.C., voltaram de Babilônia grupos que tinham sido exilados, depois de meio século de abatimento e frustração, com a queda de todas as instituições nacionais. O povo camponês do interior, os pastores e os pobres em geral tinham ficado no país, confusos e sem lideranças políticas que lhes indicassem os rumos da nação. Ao longo desse tempo, sobreviveram como lhes era possível, sem rei, sem templo, sob a liderança de poderes locais e regionais e com intensa convivência com outros povos da região, com os quais se ligaram por casamentos, até o momento em que os persas derrubaram o poder de Babilônia e se apossaram do país. Aos poucos, a população foi sentindo a mudança. O Império persa tinha outra maneira de governar os povos submetidos. Garantiam-lhes certa autonomia local, permitindo seus costumes, tolerando-lhes a religião e até estabelecendo chefes e go-

vernadores da própria nação, contanto que fossem de total confiança, governavam através do que hoje chamamos de “pelegos”, pessoas do próprio povo dominado, só que totalmente a serviço dos interesses do Império. O importante era garantir a retirada dos tributos e manter a ordem, evitando qualquer movimento de revolta. Foi assim que o imperador nomeou dois funcionários judeus de confiança, Esdras e Neemias, para governar. Neemias exercia as funções de governador, e Esdras as de sacerdote e muito entendido das leis dos judeus. Isso representava um projeto de reconstrução do país totalmente a serviço do Império, que acatava com submissão o poder opressor e ajudava a sustentá-lo com os impostos pagos. A ideologia da obediência total à Lei de Deus e à sua vontade completava esse quadro. Foi-se impondo a ideia de que agradar a Deus era observar minuciosamente as regras religiosas controladas pelos sacerdotes e pelos mestres da Lei. O sistema de sacrifícios de animais era, na verdade, sistema de exploração, pois beneficiava o clero e os proprietários de gado. Já, no passado, o profeta Oseias ironizava, dizendo: “Eles (os sacerdotes) se alimentam do pecado de meu povo e anseiam por sua falta” (Os 4,8), ou seja, quanto mais o povo pecar, mais os sacerdotes lucravam com seu sentimento de culpa e os sacrifícios de purificação. As mulheres foram especialmente oprimidas, a começar de que, pelas leis de pureza, eram obrigadas a se sentir impuras durante sua vida toda. Baste ler com atenção o livro chamado Levítico na Bíblia para perceber com assombro a carga que pesava sobre elas. Imaginemos que uma das regras impostas por Esdras foi a dissolução de todo casamento com mulheres estrangeiras; tudo isso em nome de Deus e da “pureza” de seu povo, que devia ser um “povo separado”.

Percebemos na Bíblia, em textos provindos desse mesmo período, outros projetos de reconstrução do país em conflito com esse, de submissão ao Império. Houve tentativa de *restabelecer a monarquia* e reorganizar o país em torno da autoridade de um rei descendente de Davi e em aliança com o Templo, mas sem sucesso. Outra linha de atuação política foi tentar pôr todas as expectativas em torno do Templo de Jerusalém, que devia ser reconstruído como testemunho de esperança no futuro. Os sacerdotes seriam as lideranças legítimas

do país, estabelecendo-se assim um *governo teocrático*. Entre o povo mais pobre, porém, permanecia viva a *memória do igualitarismo tribal*. Profetas alimentaram essa expectativa e essa memória terá importância até mesmo no Movimento de Jesus, séculos depois, basta ler os primeiros capítulos do Evangelho segundo São Lucas.

Rejeitar o Estado, como os profetas o fazem claramente, seria hoje um projeto arcaico e carente de realismo? “Sociedade sem Estado” teria sido algo típico desses tempos antigos, quando as sociedades ainda eram pouco diversificadas e pouco complexas? A posição profética não passaria hoje de uma atitude anacrônica, retrógrada, fora de tempo? Seria ingenuidade e crença quase mítica pensar que poderíamos caminhar para outro modelo de convivência social em que o poder fosse mais difuso no conjunto da sociedade civil, sem esse descolamento tão nítido, e geralmente opressivo, entre “instância de governo” (Estado) e “instância de poder” (sociedade)? Talvez valha a pena referir que antropólogos constataam que, nos vários continentes, há numeroso conjunto de povos que até hoje persistem numa maneira de viver que recusa o Estado, permanecendo o poder difuso na comunidade tribal. De fato, há liderança, há chefia, mas o poder não está descolado da sociedade. É *a sociedade que detém nas mãos o poder de decisão*. Há, por exemplo, tribos aborígenes no Brasil nas quais as discussões dos problemas comuns são encaminhadas coletivamente. A “casa dos homens” é uma instituição coletiva, masculina, espaço de análise, de discussão e de decisão coletiva. Foi-me dito que, tomada a decisão, esta fica suspensa até que os *homens* em casa consultem suas *mulheres* a respeito. E não é inusitado que, depois dessa consulta a pé de ouvido, a questão volte a ser discutida e, levando em conta a opinião feminina, a decisão seja modificada ou até chegue a ser mudada completamente. Liderança ou chefia existe, mas não é instância de poder de decisão, encarna, sobretudo, respeitabilidade, prestígio moral, exemplo de generosidade, capacidade de aconselhar e de dedicar-se ao serviço do grupo, além de ajudar a elaborar o consenso social.

Há um método africano de tomada de decisão conhecido como “indaba” que vai no mesmo sentido. Quando há questões a discutir e decisões a tomar, a aldeia se reúne e se vara a noite, se preciso, ma-

drugada adentro, para chegar a um consenso, o que não quer dizer necessariamente unanimidade. O que se busca é consentir no que é mais razoável fazer, embora possa haver alguma dose de discordância aceitável. Muito diferente de nosso habitual regime parlamentar, no qual a maioria se sobrepõe à minoria, mesmo que “maioria” signifique, muitas vezes, apenas um voto a mais, como se dá com “50% mais um” ou com a chamada “maioria simples”, sistema que infelizmente é adotado até em Igrejas cristãs. Ora, isso significa admitir que, praticamente, metade do grupo social não esteja de acordo com a decisão ou que poucas pessoas, na prática, decidam o destino do povo. Pensando bem, um belo absurdo, bem pouco digno de ser chamado de “civilizado”, pois poucos (em geral, homens) obtêm a vitória e esmagam a multidão.

Dizem sociólogos, historiadores e politicólogos que esse modelo “tribal” só é possível em sociedades de tipo “antigo”, sociedades consideradas “não complexas” ou até designadas, preconceituosamente, “arcaicas” ou “primitivas”. Afirmam-se, como se fosse verdade absoluta, que a sociedade, quando se torna mais complexa, necessariamente cria o “Estado” descolado da “sociedade civil”, para ser a instância última de decisão e poder, tendo inclusive o “monopólio da força”, ou seja, o Estado, não propriamente (legitimamente) como “representante”, mas como “substituto” da sociedade, com a capacidade de impor-se sobre ela. Entretanto, continua-se a dizer que a função do Estado é cuidar de promover o bem comum, o que não passa de ideologia, cortina de fumaça para enganar o povo. O que se constata, porém, na realidade, é que o que se descola da sociedade, o que se sobrepõe à coletividade e o que se constitui “poder de decisão” é, de fato, a classe dominante, ou seja, o grupo minoritário que se apropria da Economia e, por consequência, da Política (poder de decisão).

O marxismo anunciava o fim do Estado. Só que já o próprio Lenin, em patética carta ao “Comitê Central”, preocupado com a indicação de Stalin a secretário-geral do Partido, lamentava o fato de que as ameaças à Revolução tinham dado origem a um fortalecimento do aparelho de Estado e a concentração do poder, inclusive militar... A previsão até hoje não se realizou. O que percebemos, entretanto, em muitas nações

é o esforço de ampliar cada vez mais as relações, os processos e as estruturas democráticas, no sentido de intensificar e ampliar os mecanismos de participação popular. Pretende-se, cada vez mais, passar de simples “democracia representativa” a “democracia participativa”, quando a sociedade civil está em condição permanente de intervir nas decisões de poder, além de ter em suas mãos instrumentos eficazes de análise, fiscalização e controle sobre as instâncias de governo. Isto, sem dúvida, parece ir na direção de aproximar sempre mais o Estado (instância de governo”) da sociedade civil (instância de poder), fazendo com que o “âmbito das decisões” se aproxime cada vez mais do “âmbito das necessidades”, conveniências e desejos da coletividade social. Sim, porque, na verdade, como indica muito bem o apóstolo São Paulo, profundo conhecedor da tradição bíblica, “a sabedoria e o poder” residem no povo, e não nos que se julgam “poderosos” (cf. 1 Cor 1-2). Se lemos com atenção e profundidade o texto, vemos que a inspiração paulina nos impulsiona no sentido de intensificar processos de “conscientização” da realidade social (*desmascaramento da ideologia legitimadora da opressão*) e *processos de organização popular alternativa*, de tal forma que a *articulação de experiências locais* seja fermento de um *dinamismo internacional* mais amplo, até atingir o âmbito mundial, este um dos aspectos mais evidentes do que Paulo considera “*processo de evangelização*”.

Para a reflexão em grupos:

1. Tentar formular, segundo a Bíblia, em que consiste o conflito entre “igualitarismo tribal” e sistema monárquico (Estado).
2. Como vemos hoje a perspectiva da “democracia participativa” e como lutar concretamente para estabelecê-la?

O profetismo e a crítica à religião

Na época tribal, entre o século XIII-XI a.C., não existia santuário central. Para atender às necessidades religiosas dos clãs e tribos, o que havia eram “capelas rurais”, integradas no ambiente de pastores e agricultores. Reuniam-se junto a árvores sagradas (cf. Gn 18) ou a

fontes d'água (cf. Gn 16 e 21), no alto de montes (cf. Gn 22; Ex 19), na fronteira do deserto (cf. Gn 26). Havia lugares que guardavam memórias de antepassados ilustres, como Abraão (cf. Gn 18; 22) ou Jacó, por exemplo (cf. Gn 28; 35; 32; Js 22,10-12). O próprio pai de família exercia as funções sacerdotais (cf. Gn 15; 22; Jz 8,22-27; 11,29-40), às vezes auxiliado por “rezadores” ou “beatos”, como temos conhecido no Brasil e que naquele tempo se chamavam de “levitas” (cf. Jz 17). Festas religiosas eram herança de tempos muito antigos. A Páscoa, por exemplo, vinha do costume de pastores, que, quando saíam com os rebanhos na primavera, exorcizavam os espíritos maus com sangue aspergido nas tendas para que não os agredissem na “travessia” (páscoa = passagem). Os pães ázimos eram costume agrícola de começar o ano novo com fermento novo (cf. Ex 12-13). Santuários podiam surgir de aliança com sacerdotes locais (cf. Ex 18 e 19).

A Josué estava relacionada a memória de um “monumento” sagrado feito com doze pedras para celebrar a passagem do Jordão (cf. Js 3-4) e em Guilgal (cf. Js 4,19-5,12). A Arca era um santuário móvel, particularmente destinado a celebrar a “aliança tribal” (cf. Js 7,6). Nos santuários locais se juntavam tradições de YHWH e antigas tradições cananeias arraigadas na religião popular das tribos (cf. Jz 2,1-5.11-23), pois o povo era originariamente “cananeu”, da Terra de Canaã, em sua maioria. Ao grande herói Gedeão se liga a memória do santuário tribal de Efra (cf. Jz 6,11.24; 8, 27; 11, 39; 17-18). Samuel, o profeta da transição entre o tribalismo e a monarquia, ainda vive estreitamente ligado a santuários locais, particularmente o de Silo (cf. 1Sm 1-3), à Arca (cf. 1Sm 4-7) e a Ramá (1Sm 7,15). Saul e Davi ainda se acham ligados à tradição dos santuários locais (cf. 1Sm 14,35; 22). Há duas narrações bem típicas dessa época, a de Micas e a do santuário da tribo de Dan (cf. Jz 17-18).

No ambiente de vida das tribos e dos clãs, é claro que podia haver trocas em pequena escala, mas ainda não havia comércio, o que só vai aparecer no período seguinte. A economia é de subsistência, para satisfazer necessidades imediatas e básicas da tribo. Feita a colheita, separa-se a semente para plantio e o excedente se “queima” na “festa das primícias” e na “festa da colheita”, que funciona como o grande

festival de partilha, como se dava em nosso interior nas festas de padroeiros(as)... E isso se dava em redor do santuário local como expressão de regozijo e gratidão a Deus e votos de fidelidade, e rituais para garantir a fertilidade da terra. O profeta Oseias, no século VIII a.C., teve de lutar para que o povo percebesse que o grande doador dos frutos da terra era o mesmo Deus do Êxodo, e não divindades locais da fertilidade (cf. Os 2), isto para ver como era enraizada na religião popular a ligação com os santuários locais. As divindades da fertilidade, na perspectiva dos profetas, legitimavam o sistema tributário, uma vez que se tratava de imitar deuses e deusas, particularmente mediante cultos de orgia sagrada, para estimular a produção agrícola e dos rebanhos, e a reprodução de mão de obra humana. No Deuteronômio e no Levítico se fala dessas festas, que foram sendo incluídas no culto a YHWH.

Só com o aparecimento da monarquia é que o rei vai pensar em santuário central, como vimos com Davi e Salomão. É que o templo “nacional” era elemento decisivo de legitimação religiosa do príncipe. Era o sinal de que Deus o tinha escolhido e era Ele quem o mantinha no poder, pois o rei era imaginado como tendo particular relação de filiação com Deus. É curioso que essa ideologia do “direito divino do príncipe” chegou até os tempos modernos. Davi, ao assumir o trono em Jerusalém, tem de pensar imediatamente no “santuário real”. Sabemos como até hoje a religião e seus símbolos exercem papel ideológico importantíssimo sobre a população, frequentemente justificam o poder estabelecido em nome de Deus. Imaginemos, na Antiguidade, quando a esfera religiosa envolvia a totalidade da vida e era, por excelência, a “agência” produtora de *legitimação ideológica*. Davi, porém, era politicamente muito arguto. Percebia que o regime tribal, já com duzentos anos, dava sinais claros de estar minado e mesmo combatido por contradições internas, como, por exemplo, o surgimento de acumulação econômica em certos clãs e territórios, o que provocava desigualdade social, conflitos intertribais e rachava a unidade da “aliança” (cf. Jz 8,1-3.4-21; 9,1-57; 10-12). Também havia a temida ameaça externa, particularmente dos filisteus, com seu projeto de dominar todo o território a partir do Sul. Mas, de qualquer

forma, o sistema tribal estava arraigado profundamente na população, sobretudo no Norte do país. Davi sabia que tinha de agir com extrema cautela. Primeiro, faz-se aclamar rei de Judá (cf. 2Sm 2) e aguarda ser “convidado” a aceitar reinar sobre o Norte, Israel (cf. 2Sm 3-5). Conquista para si Jerusalém e, desse modo, estabelece sua capital em território que não é de nenhuma tribo (cf. 2Sm 5,6-16). Faz chegar a Jerusalém a Arca, o famoso santuário móvel que simbolizava a presença de Deus entre seu povo, agora supremo símbolo de legitimação de seu poder (cf. 2Sm 6, notar especialmente v. 21). E organiza seu ministério (cf. 2Sm 8,15-18; 20,23-26). Em vez de cobrar tributos das tribos, preferiu empreender campanhas para conquista de povos vizinhos: filisteus, moabitas, amonitas, arameus, os quais financiariam seu reinado (cf. 2Sm 8-11). Tudo se passava como se não tivesse havido nenhuma mudança estrutural, pois *a realidade tribal local* não parecia ter sido afetada. Davi mantinha a figura de chefe “supertribal”, agora com poderes ampliados, mas nada mais que isso.

Finalmente, o rei decide construir o Templo, era o que ainda faltava. O texto de 2 Samuel capítulo 7.º é bem expressivo. O profeta Natan, assessor e conselheiro do rei, provavelmente figura no texto como “personagem” para sugerir a hesitação que se fazia sentir naquele momento entre aceitar ou rejeitar o inusitado desejo do rei. Afinal, a aliança de Deus era com o povo das tribos desde os antigos tempos da assembleia de Siquém, sob a liderança de Josué (cf. Js 24). Natan pode personificar a hesitação e discussão então havida nos ambientes proféticos e da corte: há quem concorde (cf. vs. 1-3) e há, sobretudo, quem rejeite as novas pretensões do poder, com base na firme tradição popular, persistente há duzentos anos (vs. 4-11). Termina por prevalecer a negativa: recorda-se a época tribal: “...durante todo o tempo em que peregrinei com os israelitas, porventura disse a um só do juízes de Israel... pastores do meu povo... Fui Eu que te tirei das pastagens onde pastoreavas ovelhas... Prepararei um lugar para o meu povo Israel, e o fixarei para que habite nesse lugar nem tenha de andar errante... desde o tempo em que instituí juízes sobre o meu povo Israel... YHWH te anuncia que é Ele quem te fará uma casa” (2Sm 7,5-11). O texto faz questão de recordar a memória dos

tempos tribais. Na verdade, quem constrói a casa é o próprio Deus, ou seja, seu povo em aliança (cf. Js 24) é a própria “casa” onde Ele habita. De qualquer forma, a partir de Davi, a “aliança” vai receber uma reinterpretação: de aliança de Deus com o povo, desde os antigos tempos de Moisés, vai sendo, progressivamente, compreendida como aliança de Deus com a “casa de Davi”, o que está presente em diversos “salmos reais”.

Salomão sobe ao trono como sucessor de Davi, apesar de todas as disputas, conflitos e crimes em torno da sucessão, como vemos em 2 Samuel desde o capítulo 13 até 1Rs capítulo 2.º. Com isso o sistema da época carismática dos Juízes é abandonado. Naquele tempo, quando o povo se achava ameaçado por inimigos, uma liderança espontânea se levantava para guiá-lo nas guerras de defesa. É o que vemos nas narrações do livro de Juízes. Com a ameaça “imperialista” dos filisteus que pretendiam dominar todo o território, como já sabemos, foi preciso estabelecer um comando militar permanente, sob a mão de Saul, que, na verdade, ainda não é um rei, mas um comandante. Uma mudança, porém, sinalizava-se no ar, verdadeira revolução na agricultura: Saul pertencia ao estrato social ascendente, os grupos que já tinham condição de criar bois e utilizá-los na aragem da terra e no serviço de carga (e carros) e, com isso, dispor de maior produtividade (cf. 1Sm 11,5-11). Até esse momento, só se conhecia a criação de gado miúdo, carneiros e cabras, como se vê nas narrações antigas. Os próprios juízes já vinham mudando sua maneira de proceder e manifestavam, cada vez com mais intensidade, pretensões de poder permanente (cf. Jz 7-8: Gedeão; Jz 9: Abimeleque; Jz 11: Jefté). É que as condições econômicas estavam mudando e pressionavam no sentido de estabelecer novo tipo de poder, com a quebra do igualitarismo tribal.

Com a subida de Salomão ao poder, as mudanças se consolidam e a *monarquia* é sua expressão cabal. O rei centraliza o poder, solapa a autoridade dos chefes tribais locais, não respeita nem os tradicionais limites geográficos das tribos, com mão de ferro, impõe o tributo sobre o povo: porcentagem da produção para o sustento mensal da corte, serviço militar obrigatório e trabalho forçado nas grandes

construções do rei. Afinal, o templo é levantado como “casa de Deus” que legitima a “casa do rei” (cf. 1Rs 3-9), como se fazia na Fenícia (cf. 1Rs 5,15-32; 9,10-25). Também do Egito e de outras procedências lhe vinha inspiração (cf. 1Rs 11,1-13). Em 1Sm 8 e em Dt 17,14-20 temos clara condenação do sistema monárquico como sistema de opressão sobre o povo.

Nos profetas do século VIII a.C., “o século de ouro da Profecia”, temos palavras contundentes de condenação da aliança do trono com o templo. É que a corrente profética percebe com extrema lucidez até que ponto a religião era a ideologia legitimadora do poder opressor. Vale a pena folhear o pequeno livro do profeta Amós: o culto se faz com o vinho extorquido dos pobres e com mantos penhorados por empréstimos (cf. 2,8), como se YHWH fosse um entre os ídolos que “seduzem pela mentira e ilusão” (cf. 2,4.8); chega-se ao ponto de corromper os “consagrados” e “reprimir” os profetas (cf. 2,11-12), negando, na prática, toda a tradição da “aliança” selada desde o Êxodo (2,9-11). Logo após a morte de Salomão, tinha acontecido a ruptura entre o Norte e o Sul. Jeroboão, adversário político de Salomão, a ponto de ter-se exilado no Egito (cf. 1Rs 11,26-40), é aclamado, por sinal, em “assembleia em Siquém” (cf. Js 24), líder das tribos do Norte, com apoio do profeta Aías de Silo (cf. 1Rs 12). Mas, dadas as novas circunstâncias, já não foi mais possível manter o sistema tribal e, assim, formou-se o Reino do Norte, sendo Jeroboão seu primeiro rei, aliás censura de como quase todos os reis (cf. 1Rs 14). Com intuito de afastar as pessoas do templo salomônico de Jerusalém, restaura dois santuários tribais tradicionais, ligados à memória de Jacó e de seus filhos: Dan e Betel (cf. 1Rs 12). Pois bem, Amós profetizava no santuário de Betel, nos limites entre Israel e Judá, já no período do rei Jeroboão II, época de particular prosperidade para os grupos dominantes. Foi expulso daí pelo sacerdote Amasias. É característica a maneira como o sacerdote justifica a expulsão, que caracteriza bem a íntima aliança entre o poder político e a ideologia religiosa: “Em Betel não podes profetizar, porque é santuário do rei, um templo do reino” (Am 7,13). O profeta o percebe claramente e corajosamente o denuncia: anuncia a destruição conjunta dos palacetes dos ricos e

dos altares de Betel (cf. Am 3,13 - 4,3). Lembra os lugares de culto e ironicamente diz que ir a Betel é convite a pecar, e ir a Guilgal é a multiplicar os pecados (cf. Am 4,4-5). Logo em seguida, compõe um artístico texto em que opõe a busca de Deus à busca de santuários do país: “Procurai-me e vivereis; mas não procureis Betel, não entreis em Guilgal e não passeis por Bersabeia; pois Guilgal, seu nome já o indica, aponta para “cativeiro”, e Betel, de “casa de Deus” se tornará “casa do nada”; procurai YHWH e vivereis... procurai o Bem, e não o Mal para que possais viver... odiai o mal e amai o Bem, *estabelecei o direito no tribunal!*” (Am 5,4-6.14-15). E mais adiante pronuncia dura condenação do culto religioso, texto que se tornou clássico: “Eu odeio, eu desprezo as vossas festas... afasta de mim o ruído de teus cantos; que o direito corra como água e a justiça como arroio perene!” (Am 5,21.23-24). Vale a pena ler todo o capítulo. Finalmente, mais uma terrível ironia: “Aqueles que juram pelo Pecado de Samaria (o santuário ou a imagem da deusa) e aqueles que dizem: ‘Viva o teu deus, Dan!’ e ‘viva o caminho de Berabeia!’ ‘cairão e não mais se levantarão’” (Am 8,14).

Também o profeta Isaías tem palavras fortíssimas para denunciar o que hoje chamaríamos de “alienação religiosa”. Pode-se ler, por exemplo, o que nos diz no capítulo inicial de seu livro e perceber a força expressiva das imagens que usa: os “devotos” são expressamente caracterizados como “assassinos” dos pobres”, devotos com mãos manchadas de sangue (cf. Is 1,2-20: íntima relação entre o sangue das vítimas cultuais e das vítimas da injustiça), assim como o clássico texto sobre o verdadeiro jejum que agrada a Deus (cf. cap. 58).

Na época do profeta Jeremias, no século VII a.C., o rei Josias, aproveitando-se da situação de recuo das grandes potências da região, Egito e Assíria, encabeçou uma ampla reforma e, a partir de Jerusalém, pretendeu reunificar o país. Uma de suas providências foi a proibição e até destruição de santuários populares locais e a unificação do culto no templo de Jerusalém (cf. 2Rs 22-23). Aqui se sente a força das tradições tribais locais: Salomão tinha construído o templo real em Jerusalém no século X a.C., e Josias só consegue destruir santuários tradicionais e tentar unificar o culto na capital no século VII

a.C., portanto, três séculos depois. A partir dessa época, Jerusalém, santuário do rei, se tornará cada vez mais o centro religioso do país. Clássico é o capítulo 7.º da profecia de Jeremias, que data do século VII a.C., no período do rei Joaquim (609-598 a.C.), já bem perto da invasão babilônica que se daria em 587 a.C., e faz uma crítica radical à função do templo enquanto “ópio do povo”, diria Carlos Marx, neto de rabino, conhecedor da Bíblia, “engano, ilusão”, que é justamente a função dos ídolos mudos, das “mentiras” atrás das quais corre o povo, deixando-se enganar, como costumava dizer Jeremias. A esse propósito, vale a pena ler o Salmo 135 e o Salmo 146.

O processo que condenou Jesus à morte foi aberto quando ousou desafiar as autoridades do Sinédrio (governo do Templo e da Judeia), ao invadir o santuário de Jerusalém e fazer um gesto profético que anunciava a destruição do Templo (cf. Jo 2, 13-22). Jesus não tencionava “purificar”, mas denunciar o papel da instituição religiosa como legitimação da opressão sobre o povo, e sua merecida destruição. Na verdade, no Templo, se concentravam *a exploração econômica*, era o grande “banco central” para recolher os tributos da população mediante “ofertas e sacrifícios” (cf. Mc 11,15-19; 12, 38-44); *a dominação política* (cf. 12,1-17.38-40), pois era a sede do governo teocrático, naturalmente sob a vigilância de Roma; e *a alienação religiosa* (cf. 11,27-33; 12,18-44), pois impunha sobre o povo a crença de que a salvação de Deus dependia do cumprimento das prescrições, cuja “chave” se achava nas mãos da elite intelectual dos escribas e da liderança sacerdotal. Ora, Jesus havia mostrado, no caso do leproso, que a cura (“purificação”) ou inclusão das pessoas não passava necessariamente pelo controle do Templo, mas por novas relações de acolhida e de proximidade “corporal”. Por isso, muita gente começava a dar as costas ao Templo e fazia agora “peregrinação” a lugares afastados (lugar de gente leprosa e marginalizada) para experimentar a acolhida do profeta de Deus (cf. Mc 1,40-45). O mesmo experimentavam outras categorias de pessoas excluídas que passavam a sentir-se como “gente de casa”: publicanos equiparados a “paralíticos”, paralisados e estranhos, agora recebidos na casa de Jesus (cf. Mc 2,1-17); gente sem lei, a quem as urgências do quotidiano não permitiam cumprir

os costumes prescritos às “pessoas de bem” (cf. Mc 2,18 - 3,1-6); gente possuída por forças estranhas, excluídas da convivência (cf. Mc 5,1-20); mulheres impuras e humilhadas (cf. Mc 5,21-43); pessoas estrangeiras tidas por desprezíveis (cf. Mc 7,1-30)...

Em sua investida contra o Templo, Jesus o comparava a uma figueira, árvore típica e simbólica do povo, que era incapaz de dar frutos, só merecia ser amaldiçoada e secar (cf. Mc 11,12-26). Por isso, denunciava o *sistema de privilégios* (os “primeiros lugares” na economia e na política), assentados na *exploração das categorias mais pobres* e marginalizadas, e *legitimados pela religião*. Na verdade, o símbolo maior no Templo era o Tesouro que avançava sobre o pouco com que se mantinha a vida dos pobres (cf. Mc 12,38-44). Para o profeta Jesus não podia haver outro caminho, senão denunciar a perversidade a que chegara o sistema religioso e anunciar sua destruição (cf. Mc 13,1-23). Algo novo deveria surgir para manifestar a glória do Filho do Homem (cf. Mc 13,24-27), o qual, como princípio de nova humanidade, revelava que as instituições têm de estar em função da vida das pessoas humanas (cf. Mc 2,23-27; veja a correlação feita por Jesus entre “homem” e “Filho do Homem”, no v. 27); nova figueira frutífera deveria brotar, não mais no Templo, mas nas *casas das comunidades* (cf. Mc 13,28-37). Era o que Jesus esperava de seus discípulos e discípulas.

O profetismo e a dominação imperialista

A terra do povo da Bíblia era particularmente uma região estratégica, conhecida como grande corredor para os exércitos da Antiguidade, região do mundo onde se acharam mais moedas antigas, o que testemunha as muitas passagens de caravanas comerciais e militares. Abaixo, na entrada da África, estava o Egito às margens do rio Nilo, que pairava como a sombra imperial mais próxima sobre a Terra de Canaã. Aí, pastores, camponeses e príncipes só respiravam com mais tranquilidade quando os faraós se enfraqueciam ou eram forçados a concentrar-se em seus negócios internos. No Norte se situavam os impérios, primeiro o dos hititas, a noroeste, depois os da Mesopotâmia,

ou seja, da região “entre rios”, a vasta terra além da Síria na direção nordeste e sudeste, cortada pelos famosos rios Tigre e Eufrates, este último tão famoso que, na linguagem corrente, se chamava apenas “o Rio”, como se vê em Js 24,14. Entre Egito e Mesopotâmia, pelo lado leste se estendia o deserto, por isso os povos migravam seguindo o roteiro traçado pelos cursos d’água. Assim aconteceu com os patriarcas, as grandes mães e seus clãs, lembrados como antepassados das tribos israelitas (cf. Gn 12, 4-13,4; 24,1-13). Quando o Egito se fortalecia forçava passagem na direção do Norte; quando os impérios da Mesopotâmia se expandiam rumavam na direção do Egito, e a Terra de Canaã era sempre o corredor obrigatório. Foi esse o palco para os movimentos dos impérios daquele tempo: Egito, hititas, Assíria, Babilônia, Pérsia, Síria (helenista) e, finalmente, Roma.

Na Antiguidade, não havia países com fronteiras fixas. O Estado era a cidade governada por um príncipe, com sua corte, a aristocracia e o dispositivo militar de defesa e de conquista. Por isso, fala-se de “cidade-Estado”. Pastores e camponeses perambulavam pelos grandes espaços vazios a oscilar entre as diversas zonas de influência das cidades que eram, na verdade, fortalezas ou castelos fortificados, semelhantes ao que conhecemos do Feudalismo medieval. A riqueza das cidades dependia da roça e dos rebanhos que a cercavam. Fora das “terras do rei”, os camponeses, via de regra, mantinham a posse da terra, e os pastores peregrinavam com seus rebanhos. Mas, a pretexto de garantir com suas armas a paz da região, os príncipes cobravam tributos de camponeses e pastores: entrega de parte da produção, serviço militar e trabalho forçado nas construções e obras de irrigação. Como já vimos, a guerra era frequente, pois cada cidade disputava a área circunvizinha e era assim que se dava a expansão do território até estender-se em império. Um texto que nos ajuda a representar esse quadro são os dois primeiros capítulos do livro do profeta Amós, quando lemos a denúncia de que o sistema tributário tem como mecanismo fundamental o dispositivo militar, instrumento essencial de conquista de territórios e garantia de tributos. Foi sob esse sistema que se desenrolou a história do povo da Bíblia: o imperialismo, que asfixiava os povos mais frágeis e alimentava-se do tributo pago por

eles, precisava da guerra para submetê-los e da religião para legitimar-se, pois quem vencia era sempre quem tinha deuses mais poderosos (cf. Sl 58: faz-se a aproximação entre os deuses e os poderosos). O profetismo se desenvolveu no contexto desse sistema internacional.

Os reinos de Davi e Salomão foram possíveis e tiveram a feição de pequeno império na região, com domínio sobre povos vizinhos, porque o Egito estava debilitado no século X a.C. Com a morte de Salomão, rompida a unidade imposta, o povo se dividiu em Reino do Norte, ou Israel (onde era mais forte a tradição tribal por estarem reunidas dez tribos), e Reino do Sul, ou Judá (praticamente identificado com a tribo de Judá/Simeão). O século IX a.C. foi de intensa disputa entre os Estados da região: Damasco, Israel e Judá, sem falar das regiões a leste do Jordão. Foi a época de dois grandes porta-vozes da Profecia: Elias e Eliseu, que se colocaram claramente na defesa dos segmentos mais pobres e sofridos da região, as maiores vítimas dos interesses dos poderosos. Vale a pena ler as histórias sobre esses dois grandes profetas (cf. Elias: 1Rs 17 a 22; Eliseu: 2Rs 2-13).

Já no século VIII a.C., a Assíria tinha se levantado com a conquista de toda a região, provocando a sensação de “domínio mundial”. Em 722 a.C., conseguiu conquistar o Reino de Israel, cuja capital era Samaria, e ameaçou o Sul com o cerco à capital, Jerusalém, mas, por algum grave motivo, surpreendentemente, teve de bater em retirada. Supõe-se que as forças militares tenham sido acometidas de séria enfermidade (cf. 2Rs 15-20). O profeta Isaías foi testemunha desse momento desesperador (cf. Is 36-39), o que se reflete em seus oráculos do período (ver Isaías, a partir do capítulo 5.^o). Mas, mesmo assim, o reino de Judá teve de pagar tributo à Assíria, o que significava que o império mantinha hegemonia sobre toda a região. Eram duas as maneiras típicas de dominação: ou ocupação direta do território ou cobrança de tributo para evitar a invasão.

Isaías viveu intensamente esse momento difícil. Percebe com clareza a gravidade da situação com a marcha avassaladora do Império assírio sobre toda a região (cf. Is 14, 24-23,16; 9,7 - 10,4): fala da própria Assíria, dos filisteus, de Moab (talvez), Damasco, Israel, da região de Cux (Etiópia), do Egito, de Edom, dos árabes, de Tiro, uma

visão realmente internacional... Vê com pesar a íntima relação entre a situação internacional e o que se passava dentro do país, sobretudo na capital Jerusalém. Sua expectativa era que, diante da ameaça do imperialismo, todo o povo se unisse solidariamente, se não para resistir, ao menos para sobreviver. O que via, porém, era anarquia e desorganização, ninguém se entendia (cf. Is 3,1-4,1; 28,1-30,26). As injustiças sociais só se agravavam, com total inversão de valores (cf. Is 5,8-30). De maneira muito concreta, por exemplo, abismado, descreve a insensibilidade de mulheres de alta classe, que desfilam vaidosamente pela cidade (cf. 3,16-24), insensíveis ao desastre às portas. Com vívida sensibilidade, descreve o abandono em que caminham os homens, perdidos na solidão da desgraça (cf. Is 5,26-30; 8,21-23). Sob a sombra ameaçadora da iminente invasão da capital que tanto amava (cf. Is 7,18-25), o profeta intervém junto ao rei Acaz e sente que até a sorte de sua família está completamente envolvida com a situação, como se vê em Is 8,1-20; 9,1-6; 11,1-9, oráculos que, no pós exílio, serão inspiradores do projeto de “poder popular” que iria animar os pobres. Depois, junto ao rei Ezequias, manifestou sua total oposição a aliar-se com o Egito (cf. Is 30,1 - 31,3). Com coragem chegou a levantar a voz contra o próprio rei da Assíria e prever o castigo sobre o império (cf. Is 10,5-16; 30,27-33; 31,4-9). Pode-se ainda lembrar um texto que é dos mais expressivos da Bíblia em relação ao imperialismo: Is 14,5-21, provavelmente referido ao fim do rei da Assíria ou de Babilônia.

Temos na Bíblia também a memória e os oráculos de quatro profetas que se destacaram nessa época: Miqueias, NAUM, Sofonias e HABACUQUE.

Miqueias é do Sul, como Amós era camponês. Seu livro deve ser uma composição que, como de costume, já tem também a mão posterior de seus discípulos. Tem nos olhos a derrocada do Reino do Norte. Sem dúvida, mantém a esperança, certo de que Deus segue de perto toda aquela tragédia, essa perspectiva positiva atravessa todo o escrito (cf. 4,1-8.11-13; 5,1-7; 7,8-20). Impressiona-se sobretudo com a desordem social interna provocada pela invasão estrangeira: as duas capitais, Samaria e Jerusalém, são particularmente acusadas

de desmandos, assim como diversas cidades da região; a religião é caracterizada como “prostituição”. Como homem do campo, o que o profeta deseja é um país transformado em “plantação de vinhedos” (cap. 1.º), típica perspectiva de camponês. Vê com assombro como a crise escancara as portas para aproveitadores da desgraça do povo, provocando desordem generalizada (cf. 2,1-3,4; 3, 5-11; 6,9-16; 7,1-7). De novo, seu olhar de camponês imagina Jerusalém “arada como um campo” de plantação (3,12). Dá a entender claramente que percebe a articulação daquilo que hoje chamamos o “sistema social”: contempla a desarticulação, a um só tempo, do *dispositivo militar, das cidades (a economia e a política do Estado) e dos santuários (a religião)*, como hoje em dia, setores intimamente conectados. O livro se conclui num horizonte de esperança (cf. 7,8-20).

Naum profetiza lá pelos anos 612 a.C., e, com fino senso teatral, descreve, com impressionantes imagens, a derrocada de Nínive, a famosa capital da Assíria, tão famosa que, bem depois, lá pelo século V a.C., depois do exílio em Babilônia, vai servir de cenário para a profecia de Jonas. As riquezas e a arrogância militar dos impérios deste mundo não fogem ao olhar de YHWH e a seu poder avassalador (cf. Na 2,2-14; 3, 1-19).

Antes do reinado de Josias como soberano de Judá e de sua reforma (anos 640-630 a.C.), com a tentativa de reunificar o país, aproveitando-se das dificuldades da Assíria para lidar com seu imenso império, o profeta Sofonias precede o ministério de Jeremias. É interessante como o profeta toca vários aspectos do que chamamos de “imperialismo”. Chama a atenção que o texto comece com a intuição de que há íntima relação entre o desastre sociopolítico e o “desastre ecológico” (cf. 1,2-3), o mesmo que vemos em Oseias (cf. 4,1-3). Em seguida, o profeta menciona o sincretismo da religião popular cananeia, do culto a YHWH nos santuários e dos cultos astrais de procedência assíria (cf. 1,4-7). As classes dirigentes se deixam influenciar pelos costumes e as modas da metrópole, até na maneira de vestir, e em seus cultos, assumidos como “modas” religiosas que assimilam aos dominadores (cf. 1,8-9). O profeta denuncia quem se aproveita das novas chances que o Império oferece de exploração econômico-financeira do próprio

povo (cf. 1,10 - 2,2). Seu olhar repassa diversas regiões do império próximas a Israel e Judá, chega até a Assíria: é tudo destruição (cf. 2,4-15). As lideranças, hoje diríamos classes dirigentes, são acusadas de exploração, opressão e violência contra o povo (cf. 3,1-8). Se há esperança de futuro, esta repousa nos “pobres da terra”, os quais são designados como “Resto”, “um povo pobre e humilde”, estes “apacentarão e repousarão”... (cf. 3,9-20). Começa a surgir no horizonte a expectativa do que hoje chamaríamos de “poder popular”, que se fortalecerá com o sofrimento do período correspondente ao domínio de Babilônia e com a tentativa de reconstruir o país no século V a.C. de acordo com um “projeto popular”, como veremos adiante.

JEREMIAS exerce sua missão entre os séculos VII a VI a.C. É o período em que o império assírio já caminha para sua queda com a ascensão de Babilônia. Quando fala de sua vocação, já indica como a sente: “Vê, Eu te constituo hoje sobre as nações e sobre os reinos, para arrancar e para destruir, para construir e para plantar” (Jr 1,10). É clara sua percepção de que a “desgraça (continuará) a derramar-se do Norte sobre os habitantes da terra” (Jr 1,14; vale a pena ler todo o capítulo). Para o profeta, a perspectiva da invasão é inevitável e ele a descreve com imagens intensamente fortes: leão, furacão, desastre sobre desastre, a própria natureza parece devastada (terra vazia e disforme, os céus parecem sem luz, tremem as montanhas, já não há voo de pássaros... cf. Jr 4-6). Todo o livro mostra o intenso sofrimento do profeta: incompreendido por outros que também se julgam profetas (cf. Jr 23,9-40; 28,1-17); incompreendido pela política oficial do rei, que deseja aliar-se ao Egito contra os babilônios, enquanto Jeremias declara que se trata de política suicida (cf. Jr 21-22; 34,1-7; 38,14-28). É perseguido e preso, quase morre (cf. Jr 26; 36, 1-38). Na queda de Jerusalém é sequestrado e levado com fugitivos para o Egito (cf. Jr 39-44). Durante todo o tempo de sua atividade, perturbava-o ver a inconsciência dos dirigentes e do próprio povo diante da tragédia que se aproximava, os costumes não mudavam, as injustiças não se corrigiam (cf. Jr 8-15). A religião persistia como ideologia legitimadora do sistema de opressão, como se vê no capítulo 7º, como já foi salientado ao falar da relação com o Templo. Finalmente, o profeta

percebe de maneira aguda e ampla como o império se espalha por toda a região. É o que vemos claramente nos oráculos contra as nações, que ocupam boa parte de seu livro (cf. Jr 25, 13-38; 46-52).

O profeta Habacuque deve ter vivido nos últimos anos do domínio assírio, quando o império já se achava enfraquecido, o Egito tentava retomar o poder sobre a região e a Babilônia já avançava. Em pouco tempo, os três impérios sucediam-se. O que mais chama a atenção deste profeta é que aqui se aprofunda a questão do imperialismo. Sim, é certo que Deus rege a história e os impérios opressores não passam de instrumentos de castigo em suas mãos. Mas por que tanta opressão sobre os povos mais fracos, por que tamanha desproporção entre força e fraqueza? É certo que os impérios caem, uns debaixo do poder de outros experimentam seu castigo. Mas a cadeia da opressão nunca tem fim? Onde está a palavra final de YHWH? A história terá de ser sempre o suceder-se da opressão, o chicote apenas a mudar de mão? O grito inicial que abre o texto é lancinante: “Até quando, YHWH, pedirei socorro e não ouvirás, gritarei: ‘Violência!’, e não salvarás?”. O texto é intensamente poético e patético. Tudo é uma perturbadora pergunta: “Até quando?”. Do sentimento de abandono, o que se escuta parece ser apenas o silêncio de Deus. Apesar de tudo, o profeta se mantém na fé e na esperança de que a última palavra será de Deus (cf. Hb 2, 1-4; 3,16-19). Preciosa é a intuição de que o que se dá no terreno das relações econômicas e sociais e de política internacional pode ser descrito como terrível catástrofe ecológica (cf. Hb 3,3-16). Quem sabe, nos cinco “ais” do capítulo segundo, talvez tenhamos uma pista de resposta à angustiante pergunta sobre o imperialismo: a história é um imenso e profundo mistério; o que se tem visto é o suceder-se de opressão interna a cada povo e entre os povos. Sem dúvida, a palavra final é de Deus, pois com Ele se esconde a chave do mistério da história. Mas, *nas mãos das pessoas e dos povos está a responsabilidade de praticar a justiça*. O prelúdio é significativo, como abertura: “Verdadeiramente, a riqueza engana (ou: o presunçoso é um traidor), um homem arrogante não é para sempre, ainda que escancare sua garganta como o *xeôl* (abismo da morte), e como a morte seja insaciável; ainda que reúna para si todas as nações e congregue

a seu redor todos os povos” (Hb 2,5). A raiz de toda perversão é o poder posto a serviço da injustiça, que se manifesta pela *dominação das pessoas e apropriação das coisas*. É esse o motivo presente em todos os “ais”: O que se denuncia é a ganância, a injustiça, a prepotência sanguinária, a vontade de conquista... e tudo isso em aliança com uma religião idolátrica que o legitima mediante ídolos mudos, mentirosa confiança em ouro e prata. Sem dúvida, mudar essa maneira de ser está em nossas mãos. Em suma, o problema do imperialismo tem suas raízes na própria *estrutura perversa do ser humano*, é um problema cujas *raízes são antropológicas*. É o que nos ensinarão claramente Jesus e o apóstolo São Paulo.

O império persa sucede o da Babilônia. A subida de Ciro ao poder é saudada com esperança pela corrente profética que se inspirava no grande Isaías. Estamos agora no final do século VI a.C. Os persas tinham uma maneira diferente de governar as províncias. Garantido o pagamento dos tributos à metrópole e a fidelidade política, aos povos dominados era concedida relativa autonomia, tanto assim que Judá era governada por dois cidadãos hebreus, Neemias e Esdras; o primeiro, governador; o segundo, grande escriba, ambos da estreita confiança do Império. Eram aquilo que chamamos de “pelegos”, a serviço do dominador. Empreendeu-se a reconstrução do país e do Templo, até com ajuda financeira da metrópole; quem estava exilado em Babilônia teve permissão de voltar, e o povo experimentava uma nova sensação de autonomia. É o período em que se retomou a profecia proclamada durante o exílio, do profeta Ezequiel e de um discípulo anônimo do profeta Isaías, chamado hoje de “Segundo Isaías”, ambos grandes poetas. Agora, depois de tanto sofrimento, distância da pátria, no caso dos exilados (cf. Sl 137), ou abandono de quem tinha ficado na terra em condições muito difíceis (cf. Lamentações), já não se tratava tanto de denunciar ou acusar, mas de consolar: “Consolai, consolai meu povo!” (Is 40,1). Ezequiel tinha vivido a queda de Jerusalém e a condição de exilado, e tinha feito grandes planos para a reconstrução na volta, apostando numa renovação da liderança sacerdotal, sendo ele mesmo também sacerdote (cf. Ez 40-48). Recapitula as difíceis circunstâncias que levaram ao desastre que fora a invasão babilônica

e chama o povo a assumir as próprias responsabilidades (cf. Ez 1-24). Levanta os olhos e contempla o horizonte em que se movem as diversas nações da região (cf. Ez 25-39). Vale a pena ler com atenção os poemas em que retrata o imperialismo, não de caráter militar, mas econômico, de Tiro, capital da Fenícia, especializada em navegação e em construção de navios, além do grande comércio de madeira preciosa, uma espécie de “paraíso fiscal” daqueles tempos: país pequeno, mas muito rico... (cf. Ez 26-28).

O Segundo Isaías celebra com entusiasmo o triunfo de Ciro, o qual tinha sido recebido com entusiasmo até em Babilônia, tal a opressão que se sentia. Via nesses acontecimentos a mão vitoriosa de YHWH em favor de seu povo, um novo êxodo (cf. Is 43). Ajuda a elaborar a ideia de que só YHWH é Deus, os ídolos das nações nada são (cf. Is 44-45). Canta a queda de Babilônia opressora (cf. Is 46-47) e exalta o retorno dos exilados e a glória de Jerusalém (cf. Is 51-55). O ponto alto de sua profecia são inegavelmente os poemas do “Servo Oprimido e Vitorioso”, que serviram aos evangelistas como trilha para compreender a missão de Jesus. Trata-se dos poemas nos capítulos 42,1-9; 49,1-7; 50,4-11; 52,13 - 53,12. Esses poemas tiveram como ponto de partida a experiência de sofrimento do grupo que fora para o exílio, com a queda de Jerusalém e de todas as instituições nacionais que, ao menos parcialmente ainda restavam, tais como o rei, o templo, a terra, e o que ainda se sentia de “autonomia nacional”. Também retratam em certa medida o sofrimento do próprio profeta, incompreendido pelo próprio povo (cf. Is 53,1). O profeta pensava que a experiência de sofrimento estava preparando a nação para uma missão que iria bem além dela mesma como testemunha do Deus único entre as nações.

Após a volta dos grupos que tinham sido exilados em Babilônia e durante o governo de Neemias e Esdras, quando no país se trabalhava pela reconstrução, vários projetos estiveram em pauta. Neemias e Esdras representavam uma corrente que não via problema em se aliar e submeter-se ao império persa. Naturalmente, Esdras, como grande escriba, pensava também que o eixo de renovação seria a observância estrita da Lei, que marcaria claramente o limite e a separação entre o povo eleito e os gentios. Chegou a impor a dissolução dos casamentos

com mulheres estrangeiras e deu origem a forte movimento de submissão e opressão das mulheres, o que se vê na legislação presente no Levítico, quando se trata das leis de pureza e impureza. Alguns, porém, sonhavam reerguer a nação com a restauração do trono de um descendente de Davi, em aliança com o Templo; assim pensavam, por exemplo, os profetas Ageu e Zacarias. As propostas de Ezequiel levaram a imaginar o futuro como uma teocracia, com seu centro no Templo e no governo dos sacerdotes. *A corrente que vinha do profeta Isaías*, no entanto, dá testemunho de que havia forte “movimento popular” que não confiava nessas propostas. Era o “movimento dos pobres”, que tentavam recuperar os antigos laços entre clãs e tribos, pois já não confiavam nas instituições, nem do Estado, nem da religião a seu serviço. Inspiravam-se na profecia do Segundo Isaías, em que se recuperavam *as antigas memórias tribais*: Abraão, os patriarcas e as antigas mães que tinham vivenciado grandes prodígios, desde a libertação do Egito (cf. Is 41,8-20; 43,16-21; 44,1-5.21-23; 48,1-2; 51,1-3; 54,1-10). Agora o povo seria conduzido por um novo espírito e uma nova e firme aliança, como nos antigos tempos de Moisés, das origens (cf. Is 61; 63). A religião seria vivida de outra maneira, como inspiração para a prática da justiça como verdadeiro jejum (cf. Is 58), de modo que a justiça se estabeleceria para os pobres e fracos (cf. Is 65,19-25). E o horizonte dessa salvação seria, agora, sim, universal, sem exclusão nem de estrangeiros, nem de eunucos, todos reunidos numa “nova Jerusalém” universalmente aberta (cf. Is 56; 60; 62). Tratava-se de restabelecer e fortalecer os vínculos entre as “casas”, o que restava da tradição de tribos e clãs. Em nossa linguagem de hoje, diríamos restabelecer os vínculos horizontais de solidariedade na “sociedade civil”.

Com a inspiração dessa corrente “popular”, o povo teve forças para suportar o que ainda iria vir com a dominação grega. Com a morte do imperador Alexandre Magno, solteiro e sem filhos, o grande império fora dividido entre generais. O reino do Egito dominou o povo hebreu do século IV a.C. até o começo do século III. Eram os reis chamados Ptolomeus. Do século III ao II, o domínio passa ao reino da Síria, também um reino helenizado, herança do império

de Alexandre, sob a mão dos reis chamados de Selêucidas. Como a cultura grega se julgava superior, “civilizada”, e considerava todos os outros povos como “bárbaros”, onde dominava, pretendia impor seus padrões de civilização, costumes e religião. O “movimento dos pobres”, porém, reagiu, levantando-se uma rebelião liderada por uma família que recebeu o apelido de “macabeus”, que queria dizer “martelos”, título surgido justamente da fama de grandes guerreiros. Chegou-se a uma situação extrema, a luta foi terrível, já que a opressão era total. As elites locais colaboravam com os estrangeiros para salvar a própria pele: “ser judeu”, observar as tradições de seu povo, tornara-se crime. O rei chegou ao extremo de tentar entronizar sua estátua no templo de Jerusalém. Imaginemos a revolta do povo! Muita gente optou pela guerrilha ou caiu na clandestinidade. Duas obras na Bíblia retratam esse grave momento, o livro de Daniel e os dois livros deuterocanônicos de Macabeus (estes ausentes das Bíblias protestantes). São documentos importantíssimos para compreender esse grave momento da vida do povo, sob a ameaça de quase extermínio. Toma vulto nesse tempo o chamado “gênero literário apocalíptico”, com imagens e parábolas enigmáticas, linguagem prodigamente simbólica, para despistar os opressores. Escreve-se sobre “Babilônia” para, na verdade, falar contra Damasco, capital do império e animar o povo à resistência. São escritos nascidos da clandestinidade. A esplêndida e corajosa figura da Mãe, que vê morrer seus sete filhos e finalmente ela mesma é assassinada, é emblemática e simboliza o povo no limite extremo da resistência, movido por fé inabalável em Deus, que toma o partido das vítimas da prepotência do império, fé inabalável no Criador do mundo, que, misteriosamente, põe seu poder em favor do povo da aliança. Seus fiéis, mesmo ao morrer, “sabem” firmemente que não morrem (cf. 2Mc 7). Foi nesse período que se aliaram as doutrinas da Criação e da Ressurreição.

O “movimento popular” dá uma prova de força, nesse longo período de resistência, que se inicia com a volta do exílio e o esforço de reconstruir o país, a partir do século V a.C. Essa prova de força é a abundante literatura bíblica surgida, sem falar dos escritos apócrifos judaicos que foram aparecendo também. Desde o século V a.C., vai

tomando vulto essa literatura que reflete a resistência, cuja inspiração vem de longe: suas raízes estão nas profecias de Isaías. No século V, aparece o “panfleto” do profeta Abdias, reagindo apaixonadamente contra os invasores do país. Possivelmente, muitos salmos foram surgindo, além da edição final de Provérbios. O profeta Malaquias se mostra preocupado com o futuro. O livro de Jó discute a situação da gente oprimida e esmagada pelo sofrimento e a injustiça imposta pelos opressores. O Cântico dos Cânticos, sem dúvida, reage à tendência, simbolizada por Esdras e os escribas, de marcar o corpo da mulher com o estigma da “impureza” e da exclusão. Rute é claramente protesto crítico contra a discriminação das mulheres estrangeiras. Jonas é crítica ao pensamento de que todo estrangeiro é necessariamente opressor. Não por acaso traz para o centro do drama a memória da odiada cidade de Nínive, capital do cruel império da Assíria, e abre o horizonte da missão aos gentios. Tobias chama o povo a manter-se fiel às tradições dos pais, resistindo até a velhice. Eclesiastes toma posição diante do sistema grego que se deseja impor, fundado no *latifúndio* e na *escravidão dos pobres*. Judite exalta o protagonismo feminino na resistência, e a mulher é elevada ao nível das grandes lideranças antigas, como Débora, os Juízes e os famosos heróis da libertação. Ester é “a mulher que enfrentou o palácio” e, de sua elevada posição, corajosamente se colocou em defesa de seu povo. Eclesiástico ou Sirácida é obra de sábios que se preocupam com guardar a tradição sapiencial de sua gente, chegando a ser, até, muito conservadores. Daniel anima a resistência e, em linguagem apocalíptica, anuncia a *esperança de que é possível um reino humano* (cf. Dn 7), enquanto ironiza o poder imperialista com seus pés de barro. Finalmente, temos o livro da Sabedoria, surgido do contexto da perseguição no Egito e deixando-nos uma das mais profundas reflexões sobre a relação entre *idolatria (religião)* e *poder*, religião como legitimação ideológica da opressão.

É como se, nesse período, a Profecia se tivesse difundido e espalhado por diversos segmentos do povo e em variados gêneros literários. Já não se formula só em oráculos, mas também em poemas para oração (salmos e lamentações), em “novelas” (como Judite, Rute, Ester, Tobias), em reflexões sapienciais (Eclesiastes), em monólogos quase

teatrais, como em Jó, em poemas de amor, como no Cântico dos Cânticos, em textos narrativos que se movem entre a história e a lenda edificante, como se dá em Jonas e em certas partes de Macabeus, em escritos apocalípticos, como Daniel, ou em alguns textos acrescentados a antigos profetas. Diferentes gêneros literários e, naturalmente, diferentes autores. E quando se veem tantos textos em torno de mulheres e de sua condição de altivas e corajosas lutadoras, não é legítimo levantar naturalmente a pergunta se mais de um desses escritos não terão saído da pena de mulheres? Por que seria espantosa novidade, se já alguns dos mais antigos textos contidos na Bíblia tiveram justamente mulheres como autoras? É só pensar em Miriam ou Maria, a irmã de Moisés (cf. Ex 15,21), em Débora, “juíza e profetisa” (cf. Jz 5) e talvez em Ana, mãe do profeta Samuel (cf. 1Sm 2,10).

No período após a volta do exílio, foi-se fortalecendo muito a expectativa da vinda de um enviado de Deus para realizar a libertação de seu povo. Imaginava-se um Messias, Ungido, descendente de Davi, que restabeleceria a monarquia e a independência do Estado judeu, finalmente livre da dominação dos impérios. Assim imaginavam vários segmentos da classe dirigente, como sacerdotes, escribas e mesmo pensadores apocalípticos. O “movimento dos pobres” também participava, de certo modo, dessa expectativa, mas tinha sua maneira própria de representá-la. Também idealizava a figura de Davi, certamente porque, tendo sido rei, fora diferente de todos os outros, não havia ainda desbaratado o sistema tribal, como vimos acima. Desse modo, o que impressionava não era tanto a figura do Davi de Jerusalém, o monarca, mas o Davi de Belém, identificado com as tribos, o mais novo dos filhos de Jessé, cuidador de ovelhas, o rei quase criança (cf. 1Sm 16,1-14), que derrubara o gigante Golias (cf. 1Sm 17), como o descrevera Isaías em alguns de seus poemas (cf. Is 6,13; 9,1-6; 11,1-9). É essa figura de Davi que inspirou o profeta Jeremias (cf. Jr 23,1-8) e o profeta Ezequiel (cf. Ez 34). O profeta Sofonias falara do futuro com o país nas mãos de “um povo humilde e pobre” (cf. Sf 2,3; 9-13); essa imagem é ainda mais explícita na segunda parte da profecia de Zacarias, após o exílio, pelo final do século IV a.C.: “um rei pobre e humilde”, “montado sobre um jumento”, montaria dos pobres trabalhadores, que

não faz apelo à guerra para impor sua autoridade (cf. Zc 9,9-10). Jesus chamou a atenção de Jerusalém ao escolher a montaria de jumento para entrar na capital, identificando-se com a profecia de Zacarias. O “novo Davi” para o “movimento dos pobres” era, sem dúvida, aquilo que hoje designamos como a expectativa do “movimento popular”, ou seja, o “poder popular”, o povo finalmente no poder.

Conclusão

É impressionante como a Bíblia, mesmo no contexto de categorias religiosas e culturais antigas, consegue perceber claramente como a questão de Deus é eminentemente humana e prática. Não se trata de crer numa “entidade” divina e celestial a pairar sobre o mundo, embora aparentemente essas categorias imaginativas estejam continuamente presentes na “superfície” do discurso profético e da Bíblia em geral. Trata-se, profundamente, porém, de perceber que se refere a uma “aliança” entre nossa *condição terrena* e a *dimensão transcendente que nela se revela*. Fora dessa “aliança”, o Estado adquire a figura de ídolo, ao impor-se como poder absoluto à “adoração” da sociedade; a religião, igualmente, ao servir de legitimação suprema de qualquer poder opressor; o Império, da mesma maneira, ao impor-se como instância suprema de dominação. O dilema decisivo é o seguinte: ou tomamos o “caminho” do Deus vivo (cf. Mq 6,6-8) ou caímos sob a opressão de ídolos, a saber, de alguma realidade mundana, quer seja o poder de pessoas iguais a nós, quer seja coisas inferiores a nós, seja a Natureza, seja nossas próprias obras (cf. Sb 13-15; Is 41,21-29; 44,9-20; 46-47). Santo Tomás de Aquino, um dos maiores teólogos da Igreja, diz claramente que chegamos até a perceber que é razoável que Deus exista para ser a causa última dessa realidade tão grandiosa que é o mundo. Não seria razoável pensar que o mundo seja causa de si mesmo. Mas *do que Deus é*, nós nada sabemos, é mistério absoluto. É Ele que se revela, revelando-se em nós, como *dimensão transcendente de nossa realidade de pessoas*.

Ora, o “lugar” da revelação dessa dimensão, que nos liberta de limites e nos torna seres autônomos, é a *liberdade*, pela qual *o poder*

se exerce como capacidade de ser e amoroso dom, e não como ciumento privilégio a agarrar ou a conquistar de outrem (cf. Fl 2,1-11). Assim, na vida, dão-se dois caminhos alternativos: ou amadurecemos em vista de aceitar a presença dos demais seres humanos ao nosso lado, ou temos medo de perder-nos, roubados da vida. É o medo, não o poder, que nos leva à prepotência e à *opressão*, como se a presença de outrem fosse sempre ameaçadora. Como o que acontece com criança que se recusa a compartilhar o brinquedo com receio de ficar sem ele; ora, a vida é nosso supremo brinquedo. Quanto mais temerosos(as) e inseguros(as), mais nos tornamos agressores(as) e dominadores(as). Na verdade, *só é livre quem se possui a si mesmo, sem medo de perder-se*. Ora, *só quem se possui é capaz de entregar-se*, em outras palavras, só é livre quem ama, quem se sente na posse de si mesmo, cheio de poder de vida, de capacidade de ser, a ponto de não temer dar-se. *Só é livre quem já está para além de si*. Como dizia o poeta Ferreira Gullar: “É evidente que o sentido da vida são as outras pessoas”. Estar para além de si é jogar-se na transcendência, isto é, em Deus, mesmo que não se saiba disso de maneira explícita e reflexa. O que importa, acima de tudo, é a experiência, não sua formulação. É a mesma coisa que dizer que só é livre quem ama, isto é, quem já não vive para si mesmo, quem *já não necessita* nem mesmo de agarrar-se à própria vida, pois *liberdade é o contrário de necessidade*; concretamente, quem serve outras pessoas e partilha as coisas, pois já está tão seguro (“poderoso”) de si que não teme perder-se (cf. Mc 8,31-10,52). Na linguagem religiosa, trata-se de estar no caminho do Deus vivo, e não no caminho dos ídolos (cf. Mq 6,6-8s.). Os ídolos são, de fato, reflexo de nosso narcisismo medroso, e a Bíblia o compreendeu muito bem. Deus se revela em nós como caminho de abertura à transcendência da Vida, não como uma entidade estranha e acima de nós.

Fé não é simples crença, é, acima de tudo, *firmeza* no caminho que se empreende, *confiança inabalável* no rumo a seguir e compromisso de *fidelidade*. No caminho, vamos sendo inabitados(as) pela energia misteriosa que nos possui e nos conduz e vamos assimilando-nos ao jeito de ser do Espírito que nos impele (cf. Jo 14,5-21). Ao experimentar que, na verdade, estamos sobre a rocha, o Caminho vai se

mostrando a maneira correta de ser e de viver. O maior de todos os profetas e profetisas, o profeta Jesus de Nazaré, percebeu isso claramente e deixou explícito nos Evangelhos, quando mostra que quem se agarra a si mesmo já se perdeu (cf. Mc 8,34-37) e o mesmo compreendeu São João, quando nos diz: “Quem ama, conhece a Deus” (cf. 1Jo 4,7-9; 4,7-20). Da mesma maneira, o apóstolo São Paulo fez a profunda experiência de que é a liberdade que nos torna pessoas adultas e, assim, nos resgata da prisão e da escravidão da Lei e nos dispõe a viver a serviço num imenso corpo de iguais, sendo membros uns dos outros (Gl 5,13-26; 1Cor 12-14). Assim, a Bíblia, com fina sabedoria, nos faz descobrir que as questões que enfrentamos nas relações e nas estruturas dos sistemas de convivência (ecologia, economia, relações sociais, política, cultura, religião) têm sua raiz em nossa *condição antropológica*, isto é, em nossa condição de pessoas humanas, frente a frente, com outras pessoas humanas. Aqui está a raiz do drama humano: se amadurecemos para conviver como pessoas, seres humanos livres, em comunhão (o apóstolo Paulo e São João falam de “nascer de novo” e ser “novo homem”: cf. Jo 3,3-8; Rm 6,44-14), ou se permanecemos com medo uns dos outros, atraídos(as) pela ilusão e a mentira dos ídolos, de que o “sentimento” de superioridade é o que nos salva, como nos alertam os profetas. Ora, na verdade, *sentimento de superioridade* é máscara de *sentimento de inferioridade* e de medo.

O grande profeta do Novo Testamento, o apóstolo São Paulo, deixou-nos uma reflexão preciosa na Primeira Carta aos Coríntios, capítulos 1 a 4. Em face da desunião que estava havendo na comunidade, faz reflexão que se relaciona intimamente com nosso tema. A gravidade da desunião nas comunidades cristãs está no que diz respeito a nossa alienação. Continuamos a sentir e a pensar com critérios “alienos”, alheios a Cristo. Ora, ao contrário da sabedoria do sistema do mundo, a palavra de Deus para nós não é um simples arrazoado ideológico, elaborado por “escribas deste mundo”, mas é o acontecimento da Cruz de Cristo, *algo manifestado pela realidade da vida*. Longe de ser um chamado à resignação e submissão ao sistema de opressão, a Cruz é explosiva, é revelação de que os poderosos nada entendem do que é mais profundo na vida. A Cruz desmascara as ideo-

logias que legitimam os sistemas de opressão. Se crucificaram Jesus, “o Senhor da glória”, é que não reconheceram a Palavra que revela a vida. *Pela Cruz Deus revela sua solidariedade com as vítimas*, aquelas que o sistema considera sem valor nenhum. No entanto, nos considerados fracos pelo sistema do mundo é que residem a “sabedoria e a força de Deus”. Só que, infelizmente, não o sabem, contaminados(as) que estão pela ideologia do sistema dominante. Por isso, os pobres precisam ser “evangelizados”. Paulo Freire diria “conscientizados”, precisam se imbuir da certeza de que são “a sabedoria e a força de Deus”, passando, mediante o *diálogo pedagógico*, da consciência ingênua à *consciência crítica*, da busca de soluções individuais à *organização coletiva* e à *ação que vá às raízes e causas da opressão*.

O povo cristão deveria ser justamente esse novo espaço de consciências libertadas para viverem a nova “cidadania do Evangelho” (Fl 1,27), a cidadania da liberdade e do agir transformador. Ah! quando chegaremos a nos convencer de que o povo de Cristo é o espaço alternativo, sal, fermento e luz para articular-se com todas as forças que desejam lutar por “outro mundo possível”?! Igreja não é “religião da sociedade”, muito menos ainda “guardiã da moral” vigente. Para a Igreja, religião é só linguagem e instrumento de comunicação com o povo, pois até hoje os povos têm sido religiosos. Mas não é esse o conteúdo de nossa mensagem. Nosso conteúdo é a profecia que denuncia os impérios e anuncia o Reino de Deus, *reinado da liberdade, da justiça e da comunhão universal*. Não carregamos conosco uma ideologia, mas sim a revelação de um acontecimento: na Cruz de Jesus, Deus manifestou que sua solidariedade é com as vítimas dos sistemas de opressão, é em nome e junto com essas que falamos e devemos caminhar. Deus é Caminho (cf. Jo 14,6). Diz bem o papa Francisco, quando, sutilmente, desautoriza a tentativa de esvaziar a “opção pelos pobres”, reduzindo-a a simples “amor preferencial”; a nossa é “opção fundamental pelos pobres”, assim fala o papa (cf. Sf 2,3; 3,12-20; Zc 9,9-10; Lc 1,40-55); radicaliza, isto é, vai às raízes, aos fundamentos, vai a Jesus, que se fez pobre entre os pobres (cf. Fl 2,1-11).

Para a reflexão em grupos:

1. Comente a crítica profética ao papel da religião na sociedade.
2. Como seria possível, hoje, a fé bíblica purificar a religião de sua função ideológica de legitimar o sistema de opressão?
3. Como criar, hoje em dia, redes horizontais e transversais que possam promover cada vez mais articulação da sociedade civil mundial, em lugar das redes do Mercado e do Império?

Bibliografia

- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- _____. *Arqueologia da Violência – Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- GASS, Ildo Boh. *Introdução à Bíblia*. Vol. 1: *Porta de Entrada*, 2006, 8ª. ed.; Vol. 2: *Formação do Povo de Israel*; Vol. 3: *Formação do Império de Davi e Salomão*; Vol. 4: *Reino Dividido*; Vol. 5: *Exílio Babilônico e Dominação Persa*; Vol. 6: *Período Grego e Vida de Jesus*; Vol. 7: *As Comunidades Cristãs da Primeira Geração*; Vol. 8: *As Comunidades Cristãs a partir da Segunda Geração*. São Leopoldo: CEBI e São Paulo: Paulus, 2005.
- SICRE, Luis. *Los Dioses Olvidados – Poder y Riqueza em los Profetas Preexílicos*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1979.
- _____. *Los Profetas de Israel y su Mensaje – Antología de Textos*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1986.
- SCHWANTES, Milton. “Profecia e Estado – Uma proposta para a hermenêutica profética”. In: *Estudos Teológicos*. Vol. 22. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, 1982, p. 105-145.
- _____. *Da Vocação à Provocação – Estudos Exegéticos em Is 1-12*. São Leopoldo: Oikos, 2011 (ver “Outras Obras do Autor”, elencadas na p. 461).

Seção III
PASTORAL
Reinventar a participação
popular e a política



5.

O SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL E AS PROPOSTAS DE REFORMA POLÍTICA

André Feitosa Alcântara¹

*“Vejam: Eu quebrei as algemas, levantei os caídos, do meu
Pai fui as mãos,
Laços, recusei os esquemas, Eu não quero oprimidos, quero
um povo de irmãos\
Vejam: Procurei ser bem claro; o meu reino é diverso, não
precisa de Rei
Tronos, outro jeito mais raro de juntar os dispersos o meu
Pai tem por lei.”
Vejam, eu andei pelas vilas. Frei Fabretti, OFM*

Neste texto, será apresentado o conjunto de elementos, conceitos e regras utilizados na sociedade brasileira para o exercício do poder político institucional, especificamente para o acesso político ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, por possuírem influência direta e cotidiana nos valores e relações humanas. Somente conhecendo as regras vigentes do jogo do poder é que será possível assumir nosso papel de promotores do bem comum e transformadores da sociedade, propondo uma *reforma política* que atenda aos anseios populares.

¹ Advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (2006), especialista em Gestão de Direitos Humanos pela Unieuro (2008), em Direito Público pela ESA OAB/SP (2012) e em Cultura e Meios de Comunicação pela PUC-SP/SEPAC (2014); com aperfeiçoamento em “Legislativo, Controle Externo e Contas Públicas” pela Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo em parceria com a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo; membro do Centro de Direitos Humanos de Sapoemba – CDHS e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – CGGDH. Atuou profissionalmente nas áreas pública e privada, no legislativo municipal, na administração pública direta e indireta e em organizações da sociedade civil. Atualmente, é professor do ensino profissionalizante em disciplinas da área do Direito na ETEC CEPAM (Gestão Pública).

A vida em sociedade requer uma organização capaz de construir relações pautadas na solidariedade, na partilha, na paz e na justiça social. Por isso, é possível perceber que o mundo é organizado em Estados-nações, cada qual com seu território, sua cultura, com seu povo, com sua organização e com suas normas. No Brasil, também estamos organizados num Estado-nação. Temos um território formado pela biodiversidade natural, um povo com pluralidade de ideias e costumes, uma organização das instituições do Estado destinadas à efetivação dos direitos das pessoas.

Ao lançarmos o olhar sobre nosso Estado para estudá-lo, melhor compreendê-lo e transformá-lo, é necessário perceber que há instituições com função de administrar, gerir o orçamento, prestar serviços e fornecer bens públicos à população, como as prefeituras, os governos estaduais e distrital e o governo federal (a Presidência da República). Há também instituições incumbidas de elaborar normas necessárias para nortear o comportamento da sociedade e daqueles que atuam nas instituições do Estado em nome da sociedade, como as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas, a Câmara Distrital e o Congresso Nacional – formado pelo Senado, com 81 senadores(as), e pela Câmara dos Deputados, com 513 deputados(as) federais. Essas instituições também têm o poder de fiscalizar as ações desenvolvidas por quem governa.

As principais decisões dessas instituições realizadas diariamente no âmbito federal (União), no Distrito Federal, nos 26 estados-membros e nos 5.569 municípios no Brasil são efetuadas por pessoas selecionadas pelo povo por intermédio do processo eleitoral. Essas pessoas são os agentes políticos. Eles são escolhidos por intermédio das eleições. Essa possibilidade de escolher alguém para exercer as funções de Estado, como governar, elaborar leis e fiscalizar o governo, resulta do reconhecimento do poder soberano do povo, ou seja, do poder popular. Todo poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes. Esse é o elemento fundante da democracia, no qual os poderes do Estado pertencem ao povo, destinam-se a atender o povo e são geridos por pessoas do povo. Podemos participar do poder estatal

por meio de nosso representante escolhido pelo voto (direito político ativo) ou podemos ser eleitos para representar nosso grupo (direito político passivo).

Por isso, além do voto,² direto, periódico e secreto, também são formas de participação popular, no Estado, o plebiscito (o povo decide sobre questões de relevância legislativa, administrativa ou constitucional, como o sistema de governo parlamentarista ou presidencialista), o referendo (o povo decide sobre a validade das decisões parlamentares, como proibir ou autorizar o comércio de armas) e a iniciativa legislativa popular (o povo propõe uma norma jurídica que deve possuir o apoio de no mínimo 1% das pessoas que votam distribuídas em 5 estados da federação).

As disposições normativas que garantem os direitos políticos estão descritas nos artigos 12 e 17 da Constituição Federal de 1988, bem como nas seguintes leis, elaboradas pelo Congresso Nacional, que possui exclusividade na produção de normas de natureza eleitoral (art. 22, I, da CF88):

- Lei Federal nº 9.709/1998: Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal (Lei do Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular).
- Lei Federal nº 4.737/1965: Institui o Código Eleitoral.
- Lei Federal nº 9.504/1997: Estabelece normas para as eleições.
- Lei Federal nº 9.840/1999: Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral (Lei de Combate à Corrupção Eleitoral, resultada de iniciativa popular que uniu diversas entidades e movimentos da sociedade).
- Lei Federal nº 9.096/1995: Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal (Lei dos Partidos Políticos).

²O Direito de escolha é conhecido como sufrágio. O voto é a expressão do direito de escolha, ou seja, é o exercício do sufrágio.

- Lei Complementar n.º 64/1990: Estabelece, de acordo com o § 9.º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, determinando outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
- Lei Complementar n.º 135/2010: Altera a Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9.º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, determinando outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato (Lei da Ficha Limpa).
- Lei Federal n.º 13.165/2015: Altera as Leis n.ºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina (Minirreforma Eleitoral 2015).

Para conhecer as regras da disputa pelos espaços do Poder Público, é necessário conhecer a citada legislação eleitoral. As normas sobre eleições servem para viabilizar e organizar o exercício do poder de sufrágio popular, efetivando os direitos políticos, regulando todo o processo eleitoral. Roberto M. de Almeida (2011) expõe que o direito eleitoral trata do “alistamento, registro de candidatos, propaganda política, da votação, da apuração e diplomação, garantia de exercício do sufrágio popular”.

Apesar de ser um direito universal, o sufrágio somente pode ser exercido pelos cidadãos brasileiros, excluindo-se os estrangeiros, os menores de 16 anos de idade e aqueles que estão prestando serviço militar. A pessoa deve estar em pleno gozo de sua capacidade civil.

Para poder ser escolhido como agente político (representante), a pessoa deve cumprir os requisitos de elegibilidade, quais sejam:

nacionalidade brasileira; pleno exercício dos direitos políticos; alistamento eleitoral, ou seja, registro no cartório eleitoral; domicílio eleitoral na circunscrição, ou seja residir no município ou estado-membro, onde ocupará o cargo; filiação partidária com o mínimo de 6 meses antes das eleições; e idade mínima exigida para o cargo no dia do registro da candidatura, como por exemplo, ter no mínimo 35 anos para presidente(a), vice-presidente e senador(a). E ainda, a pessoa não poderá estar sob algumas das condições de inelegibilidade, sendo elas: ser inalistável (estrangeiros, militares em serviço e menores de 16 anos) e analfabeto. Há também situações na qual a pessoa não pode ser candidata para determinados cargos. Essas são as situações denominadas inelegibilidades parciais, sendo elas: o Presidente, Governador e Prefeitos não podem candidatar-se para mesmo cargo, exceto no caso de uma reeleição; o Presidente, Governador e Prefeitos não podem candidatar-se para outros cargos, exceto se renunciarem até 6 meses antes do pleito; O parente do titular do cargo eletivo no Executivo não pode candidatar-se no mesmo território de jurisdição do referido cargo; os agentes públicos que exercem as funções de juízes e promotores eleitorais não podem candidatar-se, e servidores dos cartórios não podem candidatar-se para cargos eletivos na cidade onde trabalham. As pessoas que foram condenadas em processo judicial, por motivos de improbidade ou imoralidade, não podem candidatar-se por um período de até 8 anos, desde o momento em que a sentença condenatória for dada por um coletivo de julgadores em um tribunal.

Sistema Eleitoral (de votação) brasileiro

Sistema eleitoral é o “conjunto de técnicas e procedimentos que se empregam na realização de eleições, destinadas a organizar a representação do povo no território nacional”, nas palavras de José Afonso da Silva (2010).

Conhecer as técnicas e procedimentos para a realização das eleições é um direito/ dever do cidadão que deseja efetivar sua cidadania e seu direito fundamental à participação na democracia.

O povo brasileiro possui um eleitorado de 145 milhões 934 mil e 329 pessoas, conforme dados julho/2017 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instituição constitucionalmente responsável pela administração do processo destinado ao exercício disciplinado de sufrágio, que vai desde o registro dos partidos até a homologação dos resultados do dia da votação com a diplomação dos candidatos eleitos. O eleitorado está dividido em circunscrições eleitorais (federal, distrital, estadual ou municipal), zonas eleitorais (organização eleitoral não vinculada aos limites municipais ou de comarca, sendo a sede de atuação do juiz e promotor eleitorais) e seções eleitorais (divisão das zonas eleitorais, sendo a menor unidade da organização eleitoral) respeitando o local de domicílio do eleitor que irá realizar contato direto com as mesas receptores de votos para apresentar sua escolha de forma secreta. Atualmente, utilizamos no Brasil as urnas eletrônicas, proporcionando maior rapidez ao processo de votação e apuração.

A Constituição Federal brasileira adotou dois tipos de sistemas para a eleição dos agentes políticos representantes do povo, sendo um conhecido como Sistema Majoritário, utilizado essencialmente para o acesso ao Poder Executivo, portanto, aos cargos de prefeito, governador e presidente, com mandato com duração de 4 anos, podendo ser reeleito uma vez. É também aplicado ao cargo de senador da República, pertencente ao Poder Legislativo e visa garantir a representação de cada estado-membro no Congresso Nacional. Por isso, em cada unidade da federação são eleitos, 3 senadores(as), cada um com 3 suplentes, para o mandato de representação de 8 anos.

No sistema majoritário, *é eleito o candidato(a) que obtiver diretamente a maioria dos votos apurados (50% +1)* no primeiro turno de votação, a partir de uma lista aberta de candidatos(as), independente da legenda partidária, sendo excluídos os votos brancos e nulos. Lembre-se que os votos brancos e nulos não anulam a eleição. Quem vota branco ou nulo se abstém de decidir, lava as mãos e deixa a decisão para aqueles que votaram.

Caso nenhum candidato alcance a referida maioria, haverá segundo turno, exceto na escolha de senador, e em municípios com menos de 199.999 eleitores.

O outro sistema eleitoral adotado na Constituição Federal³ é o Sistema Proporcional, destinado a eleições dos representantes do povo, conhecidos como parlamentares, para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmaras de Vereadores. Esse sistema de escolha visa garantir a representação do povo na proporção correspondente às correntes ideológicas ou interesses. Para tanto, são realizados cálculos aritméticos considerando os votos da lista de candidatos(as) da legenda ou coligação partidária, com escolha livre e direta dos eleitores (lista aberta).

O número total de parlamentares da Câmara dos Deputados é definido por Lei Complementar, *sendo distribuídas as cadeiras de representação de forma proporcional à população de cada estado-membro*, sendo que não pode ultrapassar a quantidade de 70 deputados federais representantes do estado mais populoso (atualmente São Paulo) e não pode haver estado com representação menor do que 8 deputados federais.

Atualmente, a distribuição da representação parlamentar do povo na Câmara dos Deputados está fixada com base na distribuição da população brasileira por estado-membro, de forma (QUASE) PROPORCIONALMENTE,⁴ da seguinte forma:

³Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar (n.º 78/93), proporcionalmente à população (≠ eleitores), procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. (Grifo nosso)

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

⁴Utilizamos o termo "(QUASE) PROPORCIONAL", pois a regra adotada por decisão do governo militar no período de transição democrática não assegurou a igualdade de voto entre eleitores contida na regra democrática UM ELEITOR, UM VOTO. O governo militar influenciou no estabelecimento de um piso de 8 deputados federais e um teto de 70 deputados para a representação do povo dos estados-membros na Câmara dos Deputados. Assim, os estados com baixa quantidade populacional como estado, como Roraima, com 1.562.409 habitantes, elege 8 deputados federais, ou seja, cada deputado representa 195.301 habitantes. Enquanto que o estado de São Paulo com 41.262.199 habitantes elege 70 deputados federais, portanto, cada deputado representa 589.460 habitantes. Nesta lógica, um habitante de Roraima equivale a três habitantes de São Paulo para efeitos de representação. Esses números tornam-se ainda mais díspares se utilizarmos a quantidade de eleitores (população que efetivamente vota) em cada estado. Essa regra possibilitou a sobre-representação dos setores ruralistas com uma

Entidade Federativa	N.º Deputados Federais
Acre, Amapá, Amazonas, DF, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins	08
Alagoas	09
Espírito Santo e Piauí	10
Paraíba	12
Santa Catarina	16
Goiás e Pará	17
Maranhão	18
Ceará	22
Pernambuco	25
Paraná	30
Rio Grande do Sul	31
Bahia	39
Rio de Janeiro	46
Minas Gerais	53
São Paulo	70

Nos estados-membros, a eleição dos representantes do povo para o Poder Legislativo estadual (Assembleia Legislativa e Câmara Legislativa), com mandato de 4 anos, obedece a determinação constitucional⁵ de possuir o triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados, mas, quando o resultado ultrapassar trinta e seis, mantenha-se esse número acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze, resultando na quantidade de deputados estaduais.

No nível municipal, também há representação do povo nas Câmaras Municipais por intermédio da eleição de vereadores no sistema proporcional. A quantidade de vereadores(as) é determinada pela Constituição Federal de forma proporcional à população, respeitando-se a quantidade mínima de 9 e a máxima de 55 parlamentares.

grande bancada, em oposição à sub-representação da diversificada população dos centros urbanos com reduzidas bancadas setoriais ou de segmentos (Dados do Censo 2010, IBGE).

⁵ Art. 27. O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos deputados estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

No sistema proporcional, a quantidade de votos necessários para eleger um representante ao Poder Legislativo é obtida por cálculos aritméticos. A conta é simples: basta dividir a quantidade de votos válidos (excluem-se os brancos, os nulos e as abstenções) pela quantidade de vagas de representatividade em cada casa parlamentar. O resultado é o número de votos que o partido ou coligação partidária deve obter para conseguir eleger um representante. Esse número é tecnicamente denominado *quociente eleitoral*.⁶

Resumindo: O quociente eleitoral é o número mínimo necessário de votos válidos para que o partido político ou coligação eleja um parlamentar. A regra é dividir os votos válidos obtidos por todos os candidatos(as) do partido, incluindo-se os votos no partido (voto em legenda) pela quantidade de vagas no parlamento.

Outra fórmula bastante utilizada no *sistema proporcional* é aquela destinada a definir a quantidade inicial de vagas que cada partido ou coligação alcançou na eleição, ou seja, qual o tamanho de sua bancada parlamentar, indicando-se o grau de sua representatividade eleitoral. Esse número é denominado *quociente partidário*.⁷

Resumindo: O quociente partidário é o número de vagas obtidas pelo partido ou coligação na disputa eleitoral. A regra é dividir os votos conquistados pelo partido ou coligação pelo quociente eleitoral, sendo desconsiderada eventual fração do resultado.

É importante destacar que a recente “minirreforma eleitoral”⁸ mudou poucos, mas importantes, pontos da lei das eleições. Dentre eles, está a “cláusula de desempenho eleitoral contra o efeito “Tiriri-

⁶ Determina-se o quociente eleitoral, dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior (Código Eleitoral, art. 106).

Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias (Lei n° 9.504/97, art. 5.º).

⁷ Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados, sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração (Código Eleitoral, art. 107). Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido (Código Eleitoral, art. 108).

⁸ Lei Federal n.º 13.165/2015.

Art. 108. Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente eleito-

ca”. Por ela, os partidos ou coligações, que alcançarem representação pelo quociente partidário, somente terão direito a ser representados, se o candidato(a) a ser eleito obtiver no mínimo 10% do quociente eleitoral.

Caso ocorra sobra de vagas após os cálculos acima apresentados, será realizada a redistribuição, iniciando-se pelo partido que obtiver o maior número de votos que sobraram para eleger mais um candidato(a).

Para aumentar as chances de alcançar os cargos de representatividade, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, é possível a realização da união de partidos exclusivamente para fins eleitorais, ou seja, impactando na quantidade de votos obtidos para a vitória eleitoral. Assim, durante o período eleitoral, de disputa dos cargos de representatividade, os partidos coligados funcionam como se fossem um único partido perante a Justiça Eleitoral e o povo, pois apresentam (ou deveriam apresentar) propostas com proximidade político-ideológica. Possuem nome próprio, respondem às ações judiciais eleitorais juntos, utilizam da propaganda eleitoral como se fossem um único partido, inclusive em relação à distribuição do tempo.

ral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Parágrafo único. Os lugares não preenchidos em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o caput serão distribuídos de acordo com as regras do art. 109. (N.R.)

Art. 109. Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários e em razão da exigência de votação nominal mínima a que se refere o art. 108 serão distribuídos de acordo com as seguintes regras:

I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação pelo número de lugares definido para o partido pelo cálculo do quociente partidário do art. 107, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;

II - repetir-se-á a operação para cada um dos lugares a preencher;

III - quando não houver mais partidos ou coligações com candidatos que atendam às duas exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias.

§ 1.º O preenchimento dos lugares com que cada partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.

§ 2.º Somente poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos ou as coligações que tiverem obtido quociente eleitoral.” (N.R.)

Salientamos que o partido não está obrigado a estabelecer aliança ou coligação partidária idênticas no âmbito nacional e regional, podendo, por exemplo, coligar-se para disputar juntos à eleição federal ao mesmo tempo em que podem disputar separadamente as eleições estaduais.

Normas para as agremiações partidárias

Em relação à filiação partidária, verificamos que no Brasil temos 35 partidos políticos. Eles possuem a finalidade de assegurar o regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e defender direitos fundamentais da Constituição Federal. Por definição, os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado, portanto constituídos formalmente por um “grupo de indivíduos que se associam, estavelmente, em torno de um objetivo determinado, que é assumir e permanecer no poder ou, pelo menos, influenciar nas decisões dos poderes instituídos, e assim pôr em prática determinada ideologia político-administrativa” (ALMEIDA, 2011).

A Constituição Federal determina que o partido político deve ter caráter nacional. Ele também está proibido de receber recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros ou de subordinação a estes, possui direito aos recursos financeiros do Fundo Partidário,⁹

⁹ Lei Federal n.º 9.096/1995:

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I - entidade ou governo estrangeiros;
- II - autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;
- III - autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;
- IV - entidade de classe ou sindical.

Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por:

- I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;
- II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;
- III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;

sendo obrigado a prestar contas à Justiça Eleitoral. Possui também o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão no âmbito nacional e estadual, no período das 19h30 às 22h, por iniciativa e responsabilidade dos órgãos de direção partidária, e deve possuir funcionamento parlamentar de acordo com a lei. Eles possuem autonomia para a definição de sua estrutura interna, organização, funcionamento e fidelidade partidária, bem como para a escolha de suas coligações partidárias, no período eleitoral.

Normas para o período eleitoral

O período eleitoral é destinado à atividade de disputa do voto do eleitorado, no qual o partido político, por intermédio de seus candidatos(as), realiza diversas tarefas, sob fiscalização e organização da Justiça Eleitoral, visando apresentar-se com objetivo de ser escolhido pelo(a) eleitor(a).

Inicialmente, é necessário que os partidos políticos aprovelem as coligações e as candidaturas de seus filiados(as), durante o período de realização das convenções partidárias para fins eleitorais. Pode-se iniciar a campanha eleitoral somente após o registro da candidatura na Justiça Eleitoral, com a entrega da documentação necessária prevista na legislação eleitoral.

A quantidade máxima de candidatos(as) de cada partido ou coligação permitida para a disputa eleitoral observa também os parâmetros previstos na Lei das Eleições (Lei Federal n.º 9.504/1997). Para as eleições do sistema majoritário, somente é possível apresentar o número exato de candidatos para cada vaga pretendida. Nas eleições no sistema proporcional é possível apresentar a quantidade de candidatos(as) até 150% do número de vagas a preencher. Nos municípios de até cem mil eleitores, cada partido ou coligação poderá registrar

IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

Art. 39. Ressalvado o disposto no art. 31, o partido político pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas para constituição de seus fundos.

um total de até 200% do número de lugares a preencher nas Câmaras de Vereadores. Há uma ação afirmativa na referida lei de eleições para questões de gênero. Deve-se observar a reserva de um mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatos de cada sexo por agremiação ou coligação partidária.

É possível a realização de pré-campanha, a fim de divulgar o nome dos pré-candidatos(as) entre os partidários, visando à sua aceitação no partido, desde que não envolva o pedido explícito de voto. Também é possível: I) participar de entrevistas, programas e encontros de debates, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos; II) realizar encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado, por conta do partido político, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária; e III) realizar prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos.

Para o período eleitoral, os(as) candidatos(as) devem possuir uma identificação numérica da coligação partidária e dos partidos componentes. Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário, deverão constar também os nomes dos(a) candidatos(a) a vice, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% do nome do titular. A substituição de candidatos(as) é permitida até 20 dias antes do dia das eleições, por motivo de inelegibilidade, registro indeferido ou cancelado (expulso do partido) e, excepcionalmente, a qualquer momento, em caso de falecimento do candidato(a).

Durante o período da campanha eleitoral, o candidato é obrigado a abrir uma conta bancária específica para o recebimento de recursos financeiros destinados ao pagamento dos gastos da campanha eleitoral, sendo necessário manter em dia a prestação de contas, com envio à Justiça Eleitoral, nos prazos determinados, e disponível na rede mundial de computadores de forma acessível a todos os interessados. O limite de gastos eleitorais é estabelecido pelo TSE com base nos parâmetros definidos em lei.

Os(as) candidatos(as) ocupantes de cargos públicos ficam proibidos de distribuir bens, materiais e serviços como forma de captar o voto, bem como impedidos(as) de utilizar publicidade institucional das instituições públicas para o referido fim. Ficam ainda proibidos de demitir, contratar ou utilizar-se de servidores públicos, ações sociais, obras e serviços públicos para captar votos. E ainda, o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão deve observar regras e limitações específicas para fins eleitorais, sendo permitido apenas entre os 35 dias anteriores às eleições até a antevéspera do dia do pleito. Também é proibida a contratação de *shows* artísticos para fins de campanha eleitoral.

Quanto aos recursos financeiros para campanha eleitoral, somente é possível recebê-los de pessoas físicas no limite equivalente a 10% dos rendimentos brutos do doador no ano anterior às eleições.¹⁰ Para aqueles que não declaram imposto de renda, o limite é aquele destinado à isenção do imposto de renda.

A aplicação da legislação eleitoral no período das eleições com a fiscalização da Justiça Eleitoral, dos partidos políticos e do povo tem como objetivo frear o abuso econômico e do poder político, mantendo ao máximo a igualdade de condições entre os candidatos(as) em disputa.

Caminhos da Reforma Eleitoral

A reforma eleitoral consiste numa lista com diversos pontos de alteração do sistema eleitoral brasileiro. Para tanto, é necessário mudar as normas eleitorais, atualizando e modificando as regras e procedimentos eleitorais.

¹⁰ Lei Federal n.º 9.504/1997. Art. 23. Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei (Redação dada pela Lei n.º 12.034, de 2009).

§ 1.º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. (Redação dada pela Lei n.º 13.165, de 2015)

§ 2.º O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o limite de gastos estabelecidos nesta Lei para o cargo ao qual concorre.

Precisamos melhorar o que está ruim, pois, apesar das regras apresentadas anteriormente, sabemos que seu uso está marcado por vícios, interesses privados e ausência da participação popular, gerando falsa representação. Precisamos estimular a criação de espaços institucionais com maior participação popular. Mas como transformar o tradicional em inovador para atender ao bem comum?

Para começarmos a pensar no novo, precisamos agir com ética e pautados na igualdade, na liberdade, na solidariedade e na justiça social, lutando para promover o bem de todos, contra qualquer discriminação e contra a permanência de privilégios por parte daqueles que detêm o poder econômico.

Entre os pontos para ver, julgar e sonhar um novo sistema eleitoral a ser estabelecido por uma legítima e popular Reforma Política, temos: sistemas de votação eleitorais; financiamento eleitoral e financiamento partidário; suplência de senador; vice para cargos do Executivo, filiação partidária e domicílio eleitoral; coligações partidárias; voto facultativo; data da posse do mandato; cláusula de desempenho eleitoral; fidelidade partidária; reeleição e duração do mandato; candidato avulso; propaganda partidária; propaganda eleitoral; democracia direta: plebiscito e referendo; democracia direta: iniciativa popular; e mais recentemente foi incluída questões pertinentes à democratização do Poder Judiciário.

A partir desses temas, podemos promover debates nas redes sociais, montando desenhos e frases de reflexão. Podemos criar um jornal para distribuir na comunidade, entre os familiares e amigos.

Estágio do Processo de Reforma Política

A legislação eleitoral é elaborada de forma exclusiva pelo Congresso Nacional. Por isso, foi instituída a Comissão Especial para Análise, Estudo e Formulação de Proposições Relacionadas à Reforma Política – CEPOLITI na Câmara dos Deputados, composta por 34 parlamentares, sendo 4 do PMDB, 4 do PT, 3 do PP, 2 do DEM, PR, PSD, PSDB e PSB e 1 do SD, PHS, PSC, PODE, PRB, PTB, PCdoB, PROS, PPS, PV, PDT, PSOL e REDE, sob relatoria do deputado federal Vicente Candido (PT/SP) e presidência do deputado federal Lucio Vieira Lima (PMDB/BA).

Há uma pluralidade de posições pessoais e partidárias em relação aos diversos temas para a Reforma Política. Por isso, é necessária a participação de diversos atores sociais, entre autoridades, especialistas e entidades representativas da sociedade brasileira. O plano de trabalho da comissão prevê a divisão dos trabalhos com a realização de audiências públicas, inclusive nos estados, dividindo-se em temas constitucionais e infraconstitucionais, tais como:

- Revisão dos prazos de desincompatibilização¹¹ (adequando a Lei Complementar n.º 64, de 1990, aos novos prazos de campanha);
- Regulamentação de pré-campanhas;
- Antecipação do processo de registro eleitoral;
- Revisão da regulamentação das pesquisas eleitorais;
- Propaganda eleitoral; e outros eventualmente sugeridos pelos membros da Comissão;
- Sistema Eleitoral e modelo de financiamento de campanhas;
- Partidos Políticos: democracia interna, coligações, cláusulas de barreira, federações e demais temas correlatos;
- Mecanismos de democracia direta;
- Mecanismos de estímulo à participação das mulheres na política;
- Temas diversos, como duração de mandato/reeleição, coincidência das eleições, obrigatoriedade do voto e outros temas de interesse do colegiado.

Esses temas são objeto do anteprojeto de lei que tramita na Comissão visando alterar a Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei n.º 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), e dá outras providências.

É perceptível que não há consenso parlamentar sobre os temas da Reforma Política, pois cada um apresenta uma proposta a partir

¹¹ Período no qual é possível que o candidato se adeque às condições de elegibilidade, como afastamento do cargo eletivo no Executivo para concorrer a outro cargo.

dos seus interesses individuais e partidários, os quais diferem de especialistas, de estudiosos e da sociedade civil.

Por isso, para não permanecer na dependência dos parlamentares, que muitas vezes apresentam propostas convenientes aos seus próprios interesses, a sociedade civil vem se organizando e acumulando força política com articulação e mobilização visando incidir na pauta da Comissão parlamentar da Reforma Política. Um dos instrumentos utilizados pela sociedade civil organizada está no projeto de iniciativa popular da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas que apresenta uma proposta de representação política mais identificada com a maior parte da sociedade. Os quatro pontos principais desta proposta são:

- proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha;
- eleições proporcionais em dois turnos;
- paridade de gênero na lista pré-ordenada;
- fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes.

A Coalizão surgiu em agosto de 2013, quando foi aprovado o manifesto da Sociedade Civil pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas com a participação de 114 das mais representativas entidades e movimentos sociais do país, dentre eles a CNBB, a OAB, a CUT, o MCCE, a UNE, a Plataforma para a Reforma Política, entre outras. Nesse manifesto, podemos verificar outros pontos da proposta da reforma política. Podemos saber mais em:

<<http://www.reformapoliticademocratica.org.br>>.

Diante do cenário de insatisfação popular com o tradicional modelo de representatividade e com o desacreditado processo eleitoral, precisamos apontar novos rumos e experiências, para recolocar a política entre as artes do bem comum com ética e responsabilidade. O novo ainda está surgindo, mas o velho ainda não acabou. Outro caminho é começar por nós, por nossas práticas nos movimentos, sindicatos, partidos, no trabalho, na escola, na igreja, na família, na comunidade, para mostrar que é possível realizar aquilo que se deseja para o bem-viver compartilhado, solidário e justo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Roberto Moreira de. *Curso de Direito Eleitoral*. 5ª ed. São Paulo: JusPodium, 2011.
- BRASIL. *Constituição Federal* (1988). República Federal do Brasil. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Especial para Reforma Política. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/reforma-politica>>.
- DICIONÁRIO AURÉLIO ON-LINE. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/eleicao>>.
- LEGISLAÇÃO. Governo Federal. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>.
- PLATAFORMA PELA REFORMA POLÍTICA. Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/>>.
- REDE DA COALIZAÇÃO PELA REFORMA POLÍTICA E ELEIÇÕES LIMPAS. Disponível em: <<http://www.reformapoliticademocratica.org.br/conheca-o-projeto/>>.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado>>.

6.

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA

Izalene Tiene¹

*“Eu sou aquela mulher que fez a escalada
da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores.”
Cora Coralina*

Introdução

O Curso de Verão 2018, tendo como tema *“Ética e participação popular na política a serviço do bem comum”*, está me propiciando a oportunidade de retomar uma avaliação do desafiante mandato executivo que exerci em Campinas de 2001-2004, como sucessora do Toninho do PT,² prefeito assassinado, nove meses após assumirmos juntos o Governo Democrático do Partido dos Trabalhadores (PT). Esperamos ter no debate, a partir deste texto, propostas propositivas para avançarmos em novas formas de governos democráticos e populares.

Como vice-prefeita, assumi a coordenação do Orçamento Participativo (OP) desde o início do governo. Na primeira semana de setembro, o prefeito, juntamente com a equipe de coordenação do OP, num ato público, entregou ao Legislativo, Câmara Municipal, o primeiro Orçamento Anual (2002), fruto das assembleias populares e do trabalho conjunto entre o Secretariado da Administração e do Conselho Municipal do OP, formado com representação das catorze regiões administrativas, eleitas/os nas assembleias.

¹ Assistente Social, professora, militante nos movimentos sociais, movimento das mulheres e nas Comunidades Eclesiais de Base. Cumpriu o mandato como prefeita de Campinas 2001- 2004.

² Antônio da Costa Santos, mais conhecido como Toninho do PT, arquiteto, professor universitário, exerceu o cargo de prefeito de Campinas, de 1.º de janeiro a 10 de setembro de 2001, quando foi assassinado com um tiro, voltando para casa.

No Brasil, vivemos, hoje, um dos momentos de crise política mais profunda da nossa história. Os poucos espaços de democracia representativa e participativa que avançamos nas últimas décadas, estão ameaçados. A crise que atravessamos deixa expostos os limites da democracia exclusivamente representativa e exige de todos nós grande empenho na construção de novos instrumentos de participação popular e de todos os cidadãos e cidadãs visando ao controle social do Estado e dos governos.

Neste depoimento, apresento uma avaliação do Governo desafiante em que estive à frente com toda equipe da administração executiva, os Conselhos Municipais e participação dos sindicatos dos/as trabalhadores/as, dos movimentos sociais e de grupos organizados das mulheres.

Caminhamos juntos para construir um Governo Democrático e Popular

Em 16 de dezembro de 2004, na reunião com todas/os companheiras/os de gestão administrativa, apresentei a avaliação abaixo, com a qual inicio este depoimento sobre minha experiência como Prefeita:

É com muita alegria que me dirijo a vocês nesta etapa final de uma experiência rica, proveitosa e coletiva à frente da Administração de Campinas. Gostaria de ressaltar que este balanço é fruto de reflexões pessoais, mediadas pelas considerações feitas com toda a nossa equipe.

Para entendermos o que foi nosso Governo Democrático e Popular, é necessário rememorar o nosso caminho desde o seu início. Na época da elaboração do Plano de Governo 2001-2004, Toninho e eu tínhamos uma avaliação muito realista sobre as dificuldades que encontraríamos na Prefeitura. Pudemos verificar a gravidade dos problemas logo nos primeiros dias de trabalho da equipe de transição, no final de 2000. Depois de uma década de governos do PSDB e do PPB (hoje PP), Campinas estava praticamente destruída e tomada pelo crime organizado. O governo municipal era dirigido pe-

los interesses das elites econômicas, o que gerou uma dívida social sem precedentes nos 230 anos do Município.³

Sempre deixei claro que, se o desenvolvimento não for sustentável, não servirá para ninguém, porque a exclusão gera violência e morte. Tivemos a coragem de romper com um modelo excludente de cidade porque tínhamos ao nosso lado setores comprometidos com outra história para os trabalhadores e para as trabalhadoras de Campinas. História que foi escrita com a participação popular e com a inversão de prioridades, ou seja, atendemos primeiro as pessoas e comunidades que sempre estiveram longe dos benefícios públicos.

Nosso projeto centrou-se em um desenvolvimento econômico e social que respeita as vocações de cada área da cidade, que integra o urbano e o rural, que garante a vida e promove a igualdade de gênero, raça/etnia e gerações.

O caminho não foi fácil. Construir novas relações na sociedade exigiu de nós paciência, compreensão, determinação e muita vontade política. Agora nos cabe avaliar os resultados de nosso trabalho, com clareza e discernimento. Do ponto de vista político, acreditamos serem três os critérios avaliativos capazes de nos orientarem na tarefa de verificar se o nosso Governo cumpriu com seus compromissos democráticos e populares. São eles: 1) Melhorar as condições de vida do povo, sobretudo dos trabalhadores e das trabalhadoras; 2) Promover a radicalização da democracia; 3) Avançar na disputa pela hegemonia das classes populares.

Em relação ao primeiro critério, com tranquilidade podemos dizer que entregamos Campinas em melhores condições do que naquelas em que a encontramos. Todos os indicadores sociais do nosso Governo apontam para isso, seja na saúde, na educação, na assistência,

³Campinas foi fundada em 14 de julho de 1774.

na cultura, entre outras áreas. Isso foi possível porque invertemos as prioridades na aplicação e controle dos recursos públicos, ao canalizar os investimentos para as regiões mais necessitadas do Município, melhorando as condições de vida desta parcela da população. Há que se destacar, nesse processo, a implantação da meta de 70% de tratamento de esgoto, algo que nem sempre é visível à população, mas que tem alto impacto na sua qualidade de vida. Tivemos importante parceria do Governo Federal para deixar viabilizadas todas as condições de execução desta meta.

Sobre o segundo critério, poderíamos escrever muitas páginas. Foi justamente neste ponto que enfrentamos o nosso maior desafio. Ao implementarmos, no Município, políticas que resultaram numa maior transparência administrativa e na consolidação da participação popular como instrumento de gestão e de controle social do dinheiro e das políticas públicas, a elite econômica reagiu ferozmente contra nossa Administração. A criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais, das Conferências, do Congresso da Cidade e principalmente do OP – Orçamento Participativo – são as faces mais visíveis deste processo de radicalização democrática que Campinas teve a possibilidade de experimentar nestes últimos quatro anos. Tanto assim que a marca maior do nosso Governo é a participação popular.

Por fim, avançamos muito na produção de novos valores e na disputa travada para dirigir o coletivo social rumo a um novo mundo possível que caminhe para a igualdade econômica e a justiça social. Este compromisso do nosso Governo é visível nas ações que transversalmente perpassaram as Secretarias do Governo e na mobilização institucional feita visando a universalizar os serviços e a melhorar a sua qualidade, bem como qualificar e valorizar os trabalhadores municipais. Graças a isso, temos hoje, em Campinas, o movimento social como um todo, e seus quadros, em particular, mais preparados para a disputa por instituir uma nova correlação de forças na sociedade.

Em síntese, é possível dizer que fizemos mais e melhor do que todos os governos anteriores. Administramos de acordo com as premissas históricas da esquerda brasileira. Cumprimos o que estava estabelecido no Programa de Governo 2001-2004, o Caderno Vermelho. Aliás, nosso programa ficou assim conhecido justamente por estabelecer como seu eixo a perspectiva democrática e popular, manifestada em suas propostas de inversão de prioridades, de radicalização do processo de democratização da gestão e na busca da universalização das políticas sociais.

Por isso, é compreensível a violenta resposta da direita, que, rearticulada para manter seus interesses e para retomar a direção da cidade, atacou como pôde o Governo e suas principais figuras, como é o caso desta prefeita. Com o monopólio da mídia impressa em mãos e contando com suas certas articulações nas instâncias judiciais, a elite econômica e os setores conservadores da cidade procuraram impor obstáculos a tudo o que fizemos. Disputaram conosco tendo à disposição armas muito poderosas, que repercutiram enormemente nos resultados das últimas eleições.

Porém, finalizado o Governo, é com grande satisfação que temos a possibilidade de olhar para trás e ver que mantivemos os nossos compromissos éticos e políticos, que há muito são marcas da nossa histórica militância na cidade e no País. Diante do desafio de se fazer uma retrospectiva da nossa experiência administrativa, podemos dizer que não fizemos tudo o que pretendíamos, até mesmo porque os homens e as mulheres não fazem a história como querem, mas como as condições sociais lhes possibilitam. Falhamos, sim, em algumas áreas mais e em outras menos. Do que resulta um olhar prospectivo que nos indica a necessária retificação do insuficiente trabalho desenvolvido na comunicação social e no planejamento estratégico do Governo – são tidos como causas e consequências da fragmentação e da falta de integração das ações que muitas vezes marcaram as nossas atuações político-administrativas.

Nossos maiores legados são a honestidade e o compromisso com a classe trabalhadora, que podem nos fortalecer e nos unificar para enfrentarmos os próximos desafios. Eles já batem à nossa porta, sem perguntar se superamos ou não as idiossincrasias e as divergências político-ideológicas que muitas vezes nos afastaram, nos fragmentaram, nos atrapalharam em nossa luta por transformar Campinas em uma cidade mais humana.

Assim como começamos a revitalizar a cidade, é hora de revitalizarmos a nossa prática político-partidária e societária, para garantir taticamente que o que construímos não se perca. É hora de cerrarmos fileiras em defesa de nossos projetos e das políticas públicas que construímos, de forma a que eles se mantenham e ganhem força, porque são conquistas da população e são nossas marcas, e não de outros que, porventura, queiram deles se apropriar. E para isso, como disse Carlito Maia: “Não precisamos de muita coisa, só precisamos uns dos outros”.

Obrigada pela colaboração! Nosso governo foi feito a muitas mãos. O trabalho coletivo, a colaboração e o empenho de cada um e de cada uma ajudaram a construir uma Campinas mais humana, justa e democrática, uma Campinas de toda gente.

Esta avaliação, feita há 13 anos e ainda sob o impacto de final de governo, será completada, depois de todos estes anos, com a reflexão pessoal sobre a experiência de gestão.

2. Reflexão crítica da experiência pessoal e institucional de Gestora Pública

Fruto de um compromisso de fé vivenciado e aprofundado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das quais participamos e que ajudamos a multiplicar desde 1976, minha participação político-partidária no PT me levou a aceitar, disputar e ser gestora pública, como vice e depois como prefeita em Campinas SP.

Minha vida como cristã leiga, compromisso assumido no batismo pelos meus pais, me levou a dedicar tempo e investimento na formação, organização e fortalecimento das CEBs na Igreja de Campinas. A participação nos movimentos sociais para melhoria da qualidade de vida nos bairros da periferia, a organização das mulheres para garantir relações de gênero com igualdade, levou-me ao compromisso político-partidário (desde a criação do PT - 1980), buscando uma transformação social e política que se desdobrou como proposta na ação da gestão da cidade e do campo.

Na administração, assumi, com muita convicção, a coordenação do Orçamento Público Participativo, organizando na cidade as Assembleias regionais com a participação da população para a indicação das necessidades e demandas prioritárias dos bairros e dos serviços públicos. O Planejamento e Plano Diretor existentes de governos anteriores não respondiam às necessidades da população. Na falta de planejamento adequado à realidade, a população foi criando sua própria condição, morando em “sub-habitações”, com precárias condições para viver. Precárias no sentido de serviços públicos negados à população de baixa renda, devido à concentração de renda nas mãos de alguns que recebiam e recebem muitos benefícios a partir da desigualdade social, fruto de um projeto político que organiza a sociedade só para alguns.

Essa constatação nos levou a planejar melhor as nossas ações de governo a partir da coordenadoria do Orçamento Participativo – OP.⁴ Aprendemos que, na gestão pública, através dos governos eleitos, para períodos de quatro anos, se faz um corte na história, é um tempo, um período, um lugar, e são pessoas também que estão naquele tempo e naquele lugar com responsabilidades, com funções e com tarefas diferentes.

⁴ O orçamento participativo é um importante instrumento de exercício da democracia representativa, pois permite que a população organizada em assembleias e conselhos de direitos, decida as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento público. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilidade entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade e do campo.

A necessidade do planejamento foi mais sentida a partir das assembleias para levantar as demandas da população. Constatamos que era muito importante o planejamento para uma gestão participativa. Por isso, assim que começamos as assembleias do OP, o Planejamento Participativo se tornou indispensável! Esta foi uma e a grande tarefa nos primeiros nove meses de gestão com a participação popular.

Nesse processo, que traria toda uma nova maneira de governar a cidade, o prefeito é assassinado (10 de setembro de 2001) e eu assumo como prefeita numa situação de crise, de transição, com muito sentimento de frustração, de revolta, de insegurança pela violência e barbárie na cidade. Foi muito forte para o PT, para os(as) eleitos(as), para toda a população. No primeiro dia em que assumo o governo, as dificuldades já estão postas: falta de unidade no próprio partido, composição mais política do que técnica no governo e oposição de grupos da elite e da mídia local.

As ameaças e inseguranças não impediram que se cumprissem, no governo que assumia, as propostas de campanha eleitoral, os resultados das assembleias, a participação popular, o levantamento das prioridades, que eram muito mais urgentes nas políticas sociais e também na infraestrutura. A grande maioria da população necessita morar em bairros aonde os ônibus tenham condições de chegar, as ruas precisam estar cuidadas, ter água de boa qualidade, precisa ter o esgoto tratado, iluminação, atendimento em saúde, educação, assistência social e segurança pública. Essas necessidades, constatadas diretamente com a população, não só nos sensibilizaram, como nos comprometeram num esforço incansável para atender realmente o que era mais urgente. Era a proposta assumida nas assembleias do OP.

No processo de consulta à população, o que foi constatado como mais urgente era a situação habitacional e de segurança pública. Atender, a curto prazo, à necessidade de creches, necessidade de melhoria do serviço de saúde e educação, tanto na reforma dos prédios como na ampliação dos quadros profissionais, na formação das pessoas servidoras públicas para atender melhor à população, foram as primeiras medidas adotadas. Como mulher e profissional na área social, incentivei o fortalecimento e implantação de políticas públicas

apontadas e formuladas com participação dos Conselhos de Direitos e OP. O processo democrático nas assembleias se tornou uma ação educativa e de controle social com boa participação popular (100 mil pessoas participaram nas assembleias das catorze regionais). Realmente, em quatro anos, pudemos constatar o quanto as pessoas se *empoderaram* pelo acesso à informação e também por meio de uma relação qualificada com os representantes do governo. O embate que tivemos com setores da elite foi mais acentuado com os que tinham o poder da mídia, consequentemente econômico e político.

A opção e a proposta eleita foram implementadas numa gestão voltada para atender os segmentos mais necessitados de políticas públicas. Constatamos que, diante da desestruturação social, os investimentos em políticas compensatórias era uma necessidade, mesmo conscientes de que são investimentos para cobrir o que a iniciativa privada não atende, mantendo baixos salários, prestação de serviços de má qualidade. Nesse contexto, mesmo com as propostas de governos populares, não há transformação da realidade social de injustiça e opressão, que gera violência, gera morte, e não vida.

Esse é o grande questionamento e também pode ser uma grande ilusão acreditar que, numa intervenção via instituição com uma política de benefícios às pessoas, aos setores mais pobres, deixados à margem, excluídos dos bens sociais e econômicos na sociedade, fazemos a mudança ou vamos garantir a universalização do atendimento. Conscientes dos limites daquilo que uma gestão pública, democrática, popular e participativa pode realmente mudar nessa relação com uma sociedade concentradora de renda, apostamos na participação e no controle social, para atender com prioridades esses segmentos sociais!

A desconcentração de renda não se faz apenas com uma gestão com políticas de redistribuição de renda. Um governo popular pode e deve favorecer os movimentos sociais, sindical, popular; pode e deve propiciar maior organização dos segmentos sociais mais explorados, para garantir mudanças na estrutura social capitalista. Em Campinas, tivemos um governo que foi muito conflitivo e desgastante neste confronto com as elites e com o poder midiático, mas a participação

organizada garantiu um mandato popular, não reeleito, mas com ética e responsabilidade pública!

3. De vice a prefeita: Uma mulher como gestora pública

Você pode imaginar o que é assumir um cargo público, da noite para o dia, numa cidade com um milhão e cem mil habitantes, depois que o prefeito foi assassinado? Além de ter de enfrentar toda a pressão e os problemas que uma cidade grande tem, precisei trabalhar contra toda violência institucionalizada, refletida no crime organizado, motivos e razões de tantas violências!

Sendo mulher, e mulher pobre, foi um fator que pesou ainda mais. O espaço público é realmente muito mais ocupado pelo homem, embora já tenhamos um avanço na participação da mulher, mas, na questão política e do poder, ainda precisamos caminhar muito!

Senti e posso reafirmar que o exercício da gestão pública é muito mais difícil para nós mulheres, que, histórica e culturalmente, temos uma participação mais voltada para um espaço doméstico. A mulher é minoria ainda em relação à participação em instâncias decisórias.

Campinas é uma cidade, berço da República Brasileira, porque nela viveram os barões do café e foi onde os escravos foram libertados por último. Foi o último município a libertar os escravos! Foi uma conquista importante eleger um prefeito que tinha origem na classe média, com um carisma e uma forte relação com o povo, e uma mulher das CEBs e dos movimentos populares. Uma mulher que representava também a força dos/as trabalhadores/as. Fui discriminada por ser mulher e também por representar a classe popular. Outra experiência vivenciada foi a solidão! É muito difícil responder às expectativas geradas no processo de gestão! As pessoas lhe atribuem um poder que realmente você não tem, ou seja, o poder é administrativo, mas não se tem um poder político de fato, porque o poder econômico é muito mais determinante; mais ainda porque se fica com todas as consequências da concentração de renda nas mãos de poucos e a grande maioria dependente do orçamento público. É muita pressão e cobrança porque as demandas são acumuladas!

O exercício do mandato administrativo e político é muito solitário, mesmo considerando que encontrei o apoio das mulheres e dos grupos organizados e participativos no governo. Foi importante a opção da composição do governo (50% das secretarias ocupadas por mulheres), a participação nos Conselhos de Direitos, Conselho do OP, Fórum dos Conselhos e outras instâncias de participação. Tive muito apoio desses setores quando sofri ameaças de morte e de perda do mandato.

Penso que, como mulher, nós mulheres temos uma oportunidade e capacidade de exercer o poder como serviço. Trago comigo marcas históricas de estar voltada para o cuidado da natureza e nela estão as pessoas. Essa é uma atitude que deve e se repete nas ações políticas. No mundo contemporâneo, precisamos muito de cuidados: cuidar da criação, das relações com as pessoas e com a sociedade, tornando-as mais dignas e mais humanas. Se nós mulheres participarmos, de acordo com nossa proporcionalidade populacional (53% da população são mulheres no Brasil), na política, no planejamento e na execução das políticas públicas, vamos garantir outra qualidade de vida, vamos gerar outra sociedade possível, onde mulheres e homens lutarão juntos na superação das estruturas de desigualdades e de injustiça.

4. Compromissos desafiadores

Às 11 horas do dia 11 de setembro de 2001, foi muito difícil tomar posse como Prefeita do Município de Campinas, com o corpo do Toninho sendo velado no Saguão do Paço Municipal! Eu resistia às ordens do Presidente da Câmara! Mas por outro lado, tinha certeza da responsabilidade que me cabia naquele momento, de estar respondendo ao compromisso que havíamos assumidos juntos, Toninho e Izalene.

O sentimento de dor, de impotência, de indignação, diante da dura realidade, do imponderável, era indescritível!

No discurso de posse, fiz um apelo as(os) Vereadoras(es), como representantes do povo, e às pessoas presentes no ato, propondo que nós fizéssemos juntas as mudanças para tornar Campinas mais humana.

Destaquei na abertura do discurso:

... Vocês são testemunhas de que não foi isso que eu combinei com o Toninho! Nós combinamos administrar esta cidade juntos. Vou continuar, e sei que não vou governar sozinha... porque o projeto não é nosso apenas... mas de todos(as) àqueles(as) que nos elegeram, que é a maioria da população eleitora de Campinas!...

O Toninho se preparou para ser Prefeito, eu não tive o mesmo tempo!... Esta marca da violência que estamos vivendo hoje não pode ser em vão! Eu acredito que o Toninho preparou caminhos para que todos nós assumíssemos juntos a tarefa de mudar as relações nesta sociedade. Esta sociedade hostil não serve para ninguém! Não dá para continuarmos numa sociedade de classes, onde poucos acumulam muito e muitos ficam sem nada! Nós precisamos desconcentrar essa renda que está nas mãos de poucos. Precisamos construir outras relações nesta sociedade! Precisamos buscar juntos, esse modelo de governar com participação, para que as pessoas tenham controle da Administração Pública, para que façamos uma inversão de prioridades. Não precisamos acumular nada!

Precisamos partilhar tudo! E é isso que Toninho e eu estávamos fazendo! É isso que precisamos continuar fazendo. Peço às(aos) Vereadoras(es) e a todas(os) os que estão aqui, que vieram manifestar solidariedade, que assumam este compromisso conosco.

Uma cidade que mata até o seu Prefeito, que cidade é essa? Que relação está se criando nessa sociedade?... Precisamos construir canais que levem a uma transformação dessa sociedade!... A transformação principal é que as pessoas tenham condições mais iguais para viver... Pedimos que esse crime não fique impune, que seja esclarecido, assim como todos os crimes... para que haja justiça. Justiça para todos! Precisamos de uma sociedade, onde as pessoas possam andar livremente...

Eu tenho certeza de que, como aprendi a ser vice-prefeita; como aprendi a coordenar a participação popular, o orça-

mento participativo, aprenderei com vocês... a administrarmos juntos esta cidade... Eu me comprometo com vocês: não deixarei um minuto de estar chamando, de estar olhando, de estar administrando com muito cuidado... Comprometo-me que a inversão de prioridades vai acontecer. Mas também não podemos admitir que aqueles que precisam de vida tirem a vida de quem acham que devem tirar! Foi muito curto o tempo do Toninho! Esta cidade não pode ser mantida com o crime!... Vamos gritar como muita força: Justiça, Justiça, Justiça! Não queremos morte, nós queremos vida!... Nós precisamos muito de vocês! Que a Câmara esteja bem unida conosco nos nossos projetos de transformação. Muito obrigada.

Concluindo...

– A experiência de ser vice-prefeita e depois prefeita, à frente de uma Cidade com um milhão e 100 mil habitantes, foi fruto do meu engajamento de fé e plenamente consciente de que a política tem a ver com o serviço prestado à comunidade, uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Aprendi o sentido da política na participação nas Comunidades Eclesiais de Base e nos Movimentos Populares, principalmente nos Grupos de Mulheres da Periferia e na defesa dos Direitos Humanos. O compromisso político-partidário foi um desdobramento deste serviço na perspectiva de implementar políticas públicas para melhorar as condições de vida da população excluída dos benefícios sociais, colaborando na transformação da sociedade.

– Como mulher pobre, trabalhadora social, unida a outras(os) trabalhadores(as), confesso que governar foi e continua sendo um desafio numa sociedade machista e classista. Mas a experiência vivida pode trazer muito aprendizado na condução das políticas públicas, pois o olhar da mulher poderá ajudar muito no cuidado da pessoa toda e de todas as pessoas, nessa interligação com a natureza. Mesmo compreendendo a complementaridade entre homens e mulheres, creio que a mulher tem um olhar específico sobre a realidade social e, certamente, com este olhar poderá apontar para um outro tipo de organização social.

– Como no parto, a mulher consegue gerar a vida em meio de muitas dores, percebo que, mesmo no interior da dor, impotência, indignação, diante da violência maior, que foi o assassinato do prefeito Toninho, caminhamos! Alicerçada na fé da presença de Deus na história, com a ajuda de muitos companheiras(os) de caminhada, sinto que, mesmo diante do imponderável e do indescritível acontecimento, consegui encontrar forças para exercer o mandato até o final, amparada por muitos, mesmo quando perseguida e ameaçada de morte. Creio que o exercício coletivo de uma função política é de fundamental importância para sustentabilidade democrática, pois mesmo no PT se relativizou a ética política e democrática, porque deixou o exercício da participação popular; seduzido por uma garantia de governabilidade, com as alianças das *forças contrárias* e destrutivas.

Finalmente, deixo a minha palavra de esperança para todos e todas que se engajam na luta política, na busca de uma sociedade politicamente democrática, socialmente justa, culturalmente pluralista, economicamente sustentável e ecologicamente integral. Esta se constrói passando de condições menos humanas para condições mais humanas. Sem a participação da mulher não haverá essa transformação social, nem mundo novo! A mulher é a diferença na construção deste mundo mais justo e mais humano, da terra sem males e do bem viver, que vem cada manhã.

Bibliografia

- CRUZ, M. Isabel. *A mulher na Igreja e na política*. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013.
- IHU – Unisinos. Entrevista: “O poder é solitário”. Izalene Tiene (ex-prefeita de Campinas). Adital - Agência Info Frei Tito p/ América Latina, 09/04/2009.
- ROY, Lise. *Mulheres fazendo história: história do grupo de mulheres na periferia de Campinas SP (1980-2010)*. Holambra-SP:Ed. Setembro, 2012.
- TIENE, Izalene. *Mulher Moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. 1.^a ed. Campinas-SP: Alínea Editora, 2004, v. 2000, 171p .
- TIENE, Izalene. “Una mirada desde el trabajo con mujeres en comunidades eclesiales de base”. In: *Revista Passos*, DEI, Tercera Época, n. 159. San José, Costa Rica, 2013.

7.

NAS TRINCHEIRAS DE SEMPRE, PELOS DIREITOS DE HOJE E DO AMANHÃ

Renato Simões¹

Direitos humanos, como ensina a doutrina, são universais, indivisíveis e interdependentes. Assim definiu a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, em 1993, quando se lançou à comunidade internacional o desafio de efetivar direitos através de programas de direitos humanos assumidos pelos Estados Nacionais comprometidos com a Declaração Universal, tratados e pactos de direitos humanos dela decorrentes.

O vínculo entre direitos humanos e políticas públicas nasce da compreensão que a efetivação dos direitos depende do acesso de todas as pessoas aos bens públicos e privados que o concretizam na sua vida concreta, na de suas famílias e comunidades. É o SUS, o Sistema Único de Saúde, que efetiva na sua universalidade, qualidade e gratuidade, o direito humano de brasileiros e brasileiras à saúde. É o SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, que efetiva o acesso das camadas mais pobres da população aos direitos que a sociedade de classes assegura apenas aos moradores do “andar de cima” da pirâmide social.

Foi assim que o Brasil assumiu, como forma de efetivar seus compromissos com o Sistema Internacional de Direitos Humanos, ainda no governo FHC, o desafio de consolidar em compromissos do Estado Nacional políticas públicas, legislações e práticas administrativas. Os

¹ Renato Simões é filósofo pela PUC Campinas com especialização em Direitos Humanos pela USP. Foi deputado estadual e federal pelo PT/SP em várias legislaturas. Militante e dirigente de movimentos de direitos humanos é, atualmente, membro da Executiva Nacional do PT.

governos FHC, Lula e Dilma se desenrolaram sob a vigência de três Programas Nacionais de Direitos Humanos, e vários estados e municípios consolidaram seus compromissos em Programas Estaduais e Municipais de Direitos Humanos.

Tive a oportunidade, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, de coordenar com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo do Estado e o Condepe – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo (PEDH), aprovado numa Conferência Estadual de Direitos Humanos e assinado sem vetos pelo então Governador Mário Covas, em 1997. O PEDH nunca foi renovado, tampouco revogado, e muitos de seus mais de 300 compromissos permanecem desafiando o Estado mais poderoso do país em seu vínculo real com a efetivação dos direitos de sua população.

O fundamental a fixar é que direitos humanos são construções teóricas, coletivas, históricas, nascidos da luta dos sem-direito e legitimados – em geral em momentos de crise e rupturas com sistemas anteriores – como base de convivência social e, portanto, devido a todas as pessoas, em decorrência de sua dignidade. Não estão, pois, sujeitos a nenhum tipo de restrição em função de qualquer condicionante. Não são devidos apenas a “humanos direitos” ou a quem pode pagar por eles, são bens públicos e de destinação universal.

São indivisíveis, ainda que possamos usar categorias que os qualifiquem (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais...) ou os organizem de forma cronológica (direitos humanos de primeira, segunda, terceira, quarta gerações...). São indivisíveis porque decorrem da mesma dignidade humana, não podem ser ranqueados ou vividos numa ou noutra dimensão. São, portanto, um roteiro de lutas permanente, uma utopia em movimento.

Sua interdependência apenas reforça esse caráter de busca ininterrupta, pois a inexistência de um direito se converte em condição de limitação ou inexistência de outros. Ninguém terá plenamente seu direito à saúde assegurado, sem ter acesso a moradia digna e a um emprego justamente remunerado, que lhe assegure o direito a uma alimentação saudável, e assim por diante.

Esses três desafios são também colocados para as políticas públicas que os efetivam. Devem ser universais, ou seja, de acesso ilimitado e gratuitos. Devem ser indivisíveis, considerando a pessoa humana como um todo, sujeito de direitos a serem plenamente saciados. E interdependentes, consolidando sistemas que tenham como horizonte a integração, no território e em todos os níveis de organização da vida em sociedade, para a viabilização de seus objetivos.

Há que se considerar o peso dado aos compromissos dos Estados Nacionais pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos.

A Declaração Universal, em 1948, ainda sobre os escombros da II Guerra Mundial, o casamento dos Direitos Cíveis e Políticos de primeira geração, hegemonizados pelo liberalismo e conquistados sob liderança da burguesia (então classe revolucionária em sua contraposição ao sistema feudal) na consolidação do capitalismo, com os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de segunda e terceira gerações, hegemonizados pela luta socialista sob liderança da classe trabalhadora (fortalecida com os processos revolucionários da primeira metade do século XX e a expansão socialista no pós-guerra).

O Sistema Internacional de Direitos Humanos dela decorrente produziu tratados, pactos, convenções, alianças, que devem ser necessariamente aceitos pelos Estados Nacionais (assinados pelo Poder Executivo, ratificados pelo Poder Legislativo e assegurados pelo Poder Judiciário), numa conjuntura em que os Estados nacionais (seja os de natureza capitalista, em que Estados fortes eram fundamentais para o desenvolvimento capitalista, seja evidentemente os de natureza socialista) eram de fato os condutores da vida de suas sociedades, de seus projetos de desenvolvimento, e prestadores de serviços fundamentais.

A crise profunda do capitalismo mundial no final do século XX, a hegemonia absurda alcançada pelo capital financeiro nestes últimos 50 anos e a adoção de um ultra-liberalismo que enfraquece o peso dos Estados Nacionais, em detrimento da liberdade sem limites para a livre acumulação de capital, produziu, nesta virada de século e de milênio, um profundo ataque a esta concepção de direitos humanos como bens universais, indivisíveis e interdependentes a serem asse-

gurados fortemente por políticas públicas universais, indivisíveis e interdependentes.

A globalização neoliberal fragilizou e – em alguns casos, reduziu a uma sombra simbólica – as instituições multilaterais nascidas no pós-guerra. Essas instituições ou subordinaram-se aos novos ventos de financeirização livre e desmedida, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, entre outras, ou passaram a oferecer resistência simbólica e em muitos casos débil, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Conselho de Direitos Humanos da ONU, por exemplo.

Mas o impacto mais dramático deu-se no plano da destruição do papel dos Estados Nacionais como organizadores da vida econômica e prestadores de serviços públicos universais e gratuitos. Tudo o que podia ser removido para facilitar a livre acumulação e circulação do capital foi destruído pela desconstitucionalização de direitos, pela desregulamentação econômica, pelas privatizações e pela cega obediência à ditadura dos mercados que se estabeleceu sobre a democracia e as instituições representativas da soberania popular.

É o chamado neoliberalismo, uma doutrina de pouquíssima densidade que ajusta toda a vida em sociedade aos ditames do capital. A ordem econômica se transforma na anarquia do mercado, a ordem política é privatizada pelas grandes corporações e a ordem social é deixada ao sabor do poder de compra das pessoas. A assim, o que antes devia ser buscado junto ao Estado como direito passa a ser buscado junto ao capital como mercadoria. Planos de saúde privados, escolas particulares, milícias ou empresas de segurança substituem políticas públicas de saúde, educação, justiça e segurança, excluindo milhões de pessoas em cada país, bilhões de pessoas em escala planetária, do usufruto de seus direitos.

Houve, e há, evidentemente, resistência. Os mesmos movimentos dos sem-direitos responsáveis pela construção de direitos através de condutos políticos e institucionais, entram em campo na defesa dos direitos ameaçados, na denúncia dos direitos revogados, na garantia de direitos vigentes. É de se registrar que, durante mais de uma década, no Brasil e na América Latina, essa resistência conseguiu preservar

direitos e instituições e políticas públicas essenciais no final dos anos 90 do século XX, e produziu, na virada do século, governos populares, de esquerda e de centro-esquerda, que partiram dessa resistência para a adoção de políticas efetivadoras e ampliadoras de direitos.

Foram vinte anos de luta, no mínimo, na contramão das marés e de ventos neoliberais hegemônicos no capitalismo mundial. Nesse período, a história registrará a vigência de direitos econômicos, sociais e culturais em Estados democráticos de direito que produziram vida de maior qualidade e dignidade para milhões de pessoas destinadas à miséria, à fome, à violência, pelos mercados excludentes sob hegemonia do capital financeiro.

A reação veio, e foi pesada, e necessitou da violência institucional de golpes de Estado para recolocar a agenda neoliberal no centro das decisões dos Estados Nacionais. A destituição violenta dos Presidentes Zelaya e Lugo, em Honduras e no Paraguai, e da Presidenta Dilma, no Brasil, a desestabilização política e econômica dos governos da Presidenta Cristina Fernandez e dos Presidentes Chavez e Maduro, na Argentina e na Venezuela, além de tentativas de golpe em outros países do continente, cria uma nova fase de guerra social e polarização ideológica que atinge fortemente os direitos acumulados e experimentados por milhões de pessoas pela primeira vez em suas vidas.

A Participação Social na construção de políticas públicas universalizantes de direitos é substituída pelas lutas de resistência. A voracidade do capital num Estado de exceção se expressa em acelerado ataque a todas as medidas que preservaram e ampliaram direitos nas democracias de conteúdo social que substituíram no poder pela força. Num contexto de profunda e prolongada crise internacional do capital, aberta em 2008, a busca de ativos econômicos e mercados “ocupados” por políticas públicas alcança velocidade frenética.

Veja-se o caso brasileiro. Em poucos meses de governo, o bloco golpista que apeou do Palácio do Planalto a Presidenta Dilma desenhcou seu plano estratégico. O bloco no governo tem ampla maioria parlamentar, apoio midiático e suporte judiciário para promover o mais intenso ataque ao Estado Nacional e aos direitos humanos da história, numa perspectiva de curtíssimo prazo. Começam por

engessar a capacidade do Estado de manter as políticas públicas de conteúdo social, ao aprovar o congelamento constitucional do Orçamento Público federal por vinte anos e impor esse imenso ajuste estrutural a estados e municípios. Avançam na aniquilação do direito ao futuro, revogando o marco institucional pelo qual riquezas do pré-sal seriam utilizadas no financiamento da expansão dessas mesmas políticas públicas. Revogam a participação popular, anulam Conselhos, desmarcam Conferências, neutralizam os canais institucionais de pressão popular por dentro do Estado. Retiram os direitos humanos do orçamento, revogando ou limitando programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida. Freiam a expansão de vagas públicas na educação superior, as cotas sociais e raciais, os programas de cisternas em regiões semiáridas. Aprovam reformas constitucionais e legais para precarizar o trabalho, fragilizar a classe trabalhadora e o movimento sindical, ameaçam a Previdência Pública e todo o sistema de seguridade social nela ancorada. Prendem e processam lideranças de movimentos sociais e da esquerda, limitam os espaços de democracia formal, criminalizam a esperança de um futuro alternativo, aprofundam o divórcio entre a população e as instituições da democracia representativa. Estimulam o politicamente incorreto do passado, abrindo espaço para demonstrações de cunho fascista, misóginas, LGBTfóbicas, racistas, discriminatórias e preconceituosas.

Tempos duros, em que a denúncia das violações de direitos, as lutas de resistência e a demarcação política e ideológica voltam ao centro da estratégia dos movimentos sociais e políticos de esquerda e de defesa dos direitos humanos. Tempos necessários, sem os quais a defesa dos direitos do passado no presente não será capaz de projetar um futuro de novos direitos.

Essa é a vantagem da construção histórica dos direitos humanos pelos movimentos dos sem-direitos. O que outros acumularam antes de nós é patamar de conquistas que devemos honrar e assegurar. Sobre esse piso, nossa luta será capaz de projetar os direitos a serem gozados pelas presentes e futuras gerações. Por isso não podemos parar...

Bibliografia

Vamos prestigiar os dois grandes depositórios de documentos essenciais para os defensores e defensoras de direitos humanos: a Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP (<http://www.direitoshumanos.usp.br>) – e a rede DHNet (<http://www.dhnet.org.br>). Nestes dois *sites* fundamentais, você encontra a íntegra dos documentos mencionados no artigo.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>

Declarações e Tratados Internacionais de Direitos Humanos: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/>

Declaração e Plano de Ação de Viena (1993): <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declarações-e-Tratados-Internacionais-de-Proteção/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>

O III Programa Nacional de Direitos Humanos: <http://www.dhnet.org.br/pndh/index.htm>

As políticas públicas atacadas pelo Golpe e as violações aos direitos humanos daí decorrentes você pode acompanhar em três espaços virtuais importantes:

<http://alertasocial.com.br> (o dia a dia das políticas públicas de direitos atacadas pelo Golpe)

<http://www.plataformadh.org.br> (violações aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais)

<https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/> (o posicionamento do Conselho Nacional de Direitos Humanos).

LIMA, Alceu Amoroso, *Os direitos do homem e o homem sem direitos*. Petrópolis: Vozes, 1975. Reeditado na Coleção “Presença de Alceu”, com prefácio de Frei Betto; Rio de Janeiro: UCAM, 1999.



8.

A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”: PARA ENTENDER A HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR

Adriano Diogo¹

A Comissão Nacional da Verdade foi criada para investigar profundamente os crimes cometidos por agentes públicos durante a Ditadura Militar, construindo uma memória desse período comprometida com os valores democráticos e com os direitos humanos. Dessa forma, além de nos permitir conhecer a nossa história, a verdade poderá também reparar simbolicamente as vítimas dessas violências, evitando que se repitam no futuro.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi a primeira comissão estadual dessa natureza, criada pela Resolução n.º 879 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 10 de fevereiro de 2012. Ela foi instituída no âmbito do Poder Legislativo estadual e é composta por dez deputados estaduais, sendo cinco membros efetivos e cinco substitutos. Foram titulares da Comissão os deputados Adriano Diogo (PT), André Soares (DEM), Ed Thomas (PSB), Marco Zerbini (PSDB) e Ulysses Tassinari (PV). Já os suplentes são Estevam Galvão (DEM), João Paulo Rillo (PT), Mauro Bragato (PSDB), Orlando Bolçone (PSB) e Regina Gonçalves

¹ Adriano Diogo foi Deputado Estadual entre 2004 e 2015 e presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. A Comissão criada por meio da Resolução n.º 879/2012 da Assembleia Legislativa de São Paulo teve como origem o Projeto de Resolução n.º 36/2011, de autoria do deputado estadual Adriano Diogo (PT). Tal projeto previa que as investigações abrangeriam os anos de 1964 a 1985. Foi alterado pelo plenário do ALESP para fixar as balizas cronológica entre os anos de 1964 e 1982. Segundo essa Resolução, a Comissão tinha “a finalidade de efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de São Paulo ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado (...) no território do Estado de São Paulo”.

(PV). A Presidência da Comissão é exercida pelo deputado Adriano Diogo (PT).

As tarefas da Comissão foram: “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria; identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1.º da Lei Federal n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995; colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de direito democrático; promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações” (art. 2.º da Resolução).²

Somente cinquenta anos após o golpe que derrubou o presidente João Goulart, foi concluído o relatório de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre os crimes da ditadura militar. Apesar disso, e do meio século que transcorreu, ainda não tivemos justiça. Quatro décadas depois da Guerrilha do Araguaia, o destino dos desapareci-

²Para cumprir essas tarefas, a Comissão recebeu a competência para “receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público; convidar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas; requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão da Verdade; promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; solicitar o auxílio de entidades e órgãos públicos” (art. 7.º da Resolução).

dos continua ignorado, apesar das sentenças condenatórias da justiça brasileira e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em processos movidos por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Os torturadores, os assassinos e os financiadores da repressão seguem sem condenações criminais. O Brasil continua a ser um Estado fora da lei no tocante aos direitos humanos.³

Este texto tem como fulcro as vítimas e suas memórias. Falta muito a avançar no tocante aos agentes do Estado que cometeram graves violações de direitos humanos e aos particulares que as apoiaram, financiaram ou praticaram. É fundamental ressaltar a grande dificuldade de acesso aos arquivos públicos, mais notadamente os da ditadura: instituições como as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores, fundamentais para a cadeia de repressão e o sistema de vigilância, continuam a negar o acesso a certos documentos do período, ainda desconhecidos, e ainda não fizeram a autocrítica necessária para a vida democrática.

Setores das Forças Armadas, além de não terem colaborado com este momento de construção social da justiça de transição, tendo proibido subordinados de prestarem informações à Comissão Nacional da Verdade,⁴ chegaram a monitorar os integrantes da Comissão Nacional e suas investigações, o que denuncia a permanência de parte do *modus operandi* do sistema de repressão política da ditadura militar.⁵

Organizações particulares que tiveram importante atuação na conspiração que levou ao golpe de 1964 e na sustentação do regime

³Baseamo-nos na expressão do grande jurista Fábio Konder Comparato, ao tratar da obrigatoriedade do cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil: "Se não o fizer, o nosso país terá denunciado informalmente a Convenção Americana de Direitos Humanos, colocando-se como um país fora da lei no plano internacional" (COMPARATO, Fábio Konder. "Repúdio à anistia dos criminosos do regime empresarial-militar". Escola de Governo, 10 de maio de 2013).

⁴Tratou-se de ordem veiculada pelo ofício de 25 de fevereiro de 2014, enviado aos subordinados do Comandante do Exército, General Enzo Peri, proibindo qualquer colaboração para apurar os crimes da ditadura militar. Ele proíbe o atendimento a toda solicitação de informações referentes ao período de 1964 a 1985, feita seja pelo Poder Executivo (federal, estadual, municipal), seja pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou qualquer pessoa (Luiz Cláudio Cunha: "Dilma entre o general e a verdade, acessado em 25 de novembro de 2014).

⁵PIVA, Juliana dal. "Exército monitora membros da Comissão da Verdade: MPF apreendeu no Hospital Central do Exército dossiê sobre integrantes do grupo". *O Dia*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2014.

autoritário, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), não fizeram esforço algum de memória e verdade. Em razão desse trabalho incompleto da justiça de transição no Brasil, e da persistência de condutas e instituições moldadas segundo esse perfil autoritário, as recomendações presentes no Relatório da Comissão Rubens Paiva orientam-se para os dias de hoje e para o futuro, com o fim de fortalecer a cultura democrática.

Não é de admirar a persistência da herança autoritária, tendo em vista que a ditadura militar brasileira foi uma das mais longas do continente latino-americano. Um golpe de Estado, que teve à frente os militares com apoio de setores civis, instaurou um governo autoritário que durou de 1964 a 1985. Durante esse período, houve intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram praticadas, por agentes públicos, contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura, e contra todos os que pareciam ser, às autoridades, obstáculos para os projetos do regime. Conforme apuração que consta no Dossiê⁶ publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

As violências do Estado durante a Ditadura atingiram cifras muito elevadas no Brasil: mais de 50 mil presos nos primeiros meses depois do golpe, 436 mortos e desaparecidos políticos no Dossiê de Familiares, uma quantidade não determinada de índios, 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos, 1.188 camponeses e apoiadores assassinados, 4 condenados à pena de morte (que foi comutada; a ditadura executou vários, mas sempre fora da lei) e milhares de exilados.

Esses números foram ampliados nos últimos anos. Em relação aos povos indígenas, as estimativas apontam para, no mínimo, 8.350 mortos e desaparecidos, configurando o crime de genocídio.⁷ A

⁶ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

⁷ Dados do volume II do relatório da CNV, trazidos à CEV "Rubens Paiva" pelo depoimento

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no estudo “Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição”, apontou o número de 1.196 camponeses e apoiadores.⁸ Apenas uma pequena minoria das vítimas no campo e dos índios foi oficialmente anistiada.

Apesar de elevados, esses números não oferecem a completa dimensão das violências que foram praticadas pela ditadura militar brasileira, um regime político que sistematizou a prática de crimes contra a humanidade e disso dependia para subsistir. Em primeiro lugar, porque é impossível compreender apenas com estatísticas a gravidade e a herança de violências de um regime autoritário e sua persistência no presente. Em segundo, o próprio caráter arbitrário das ditaduras esconde o número real das violações de direitos humanos, pois muitos casos anônimos não figuram nas listas existentes sobre esse tema. Justamente para investigar mais profundamente os crimes cometidos por agentes públicos durante a ditadura é que a Comissão Nacional da Verdade foi criada, a fim de construir uma memória desse período comprometida com os valores democráticos e com os direitos humanos. Dessa forma, além de nos permitir conhecer a nossa história, a verdade poderá também reparar simbolicamente as vítimas dessas violências, evitando que se repitam no futuro.

A Comissão Rubens Paiva divergiu da CNV no tocante à metodologia adotada para os desaparecidos políticos, que consideramos redutora da extensão das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar. Em 7 de novembro de 2014, dirigimos ofício à CNV sobre a exclusão em seu relatório de nomes que já constavam do Dossiê dos Familiares.

É necessário reiterar que, em reunião com o então coordenador da CNV, Pedro Dallari, foi acordado expressamente tanto com a Comissão

de Maria Rita Kehl, o membro da Comissão Nacional da Verdade a cargo dessa questão, na audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (CEV) “Rubens Paiva” sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais desde o período da ditadura militar, São Paulo, 3 de novembro de 2014.

⁸ BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília, 2013.

de Familiares quanto com a Comissão “Rubens Paiva” que se partiria do universo de casos do Dossiê dos familiares para aprofundar as investigações e ampliar a categoria de vítimas, com a ressalva de que nenhum caso seria ignorado de forma a não reforçar a recorrente política de esquecimento que o Estado Brasileiro impõe aos mortos e desaparecidos políticos desde o período da ditadura.

Esse compromisso foi selado e reafirmado em diversas oportunidades, também quando a Comissão Nacional da Verdade recebeu, em Audiência Pública realizada em São Paulo, em 14 de março de 2014, simbolicamente, um exemplar do Dossiê. Vale mencionar que ainda há casos como o de Gerosina Silva Pereira e o de Ângelo Pezzuti da Silva, que já foram reconhecidos pela Comissão de Anistia por estes terem sido executados por agentes do Estado. É um retrocesso questionar a veracidade destes fatos já reconhecidos oficialmente. A Comissão Nacional da Verdade não pode assumir uma visão judicial e estrita do processo de reconstrução da verdade. É evidente que a tarefa de investigação histórica demanda responsabilidade e cautela, mas não há justificativa para a CNV adotar as regras existentes em nosso sistema jurídico relativas à distribuição do ônus da prova utilizadas para períodos de normalidade.

Apesar disso, a CNV manteve essa metodologia redutora, e nomes como o de Paulo Roberto Pinto ficaram de fora, bem como o do presidente Juscelino Kubitschek, cujo assassinato não foi investigado pela Comissão Nacional, e foi objeto de investigação da Comissão Rubens Paiva. A falta de responsabilização jurídica ocorreu, de modo geral, em todos os governos democráticos que sucederam a ditadura. Estes assumiram discursos que, a pretexto de uma “reconciliação”, significaram o silenciamento das demandas por justiça das vítimas, em nome da governabilidade da jovem e supostamente frágil democracia, impondo, na constituição do novo regime democrático que nascia nos anos 1980, uma política de esquecimento.

Com efeito, características peculiares da transição política brasileira, essencialmente consolidadas pela Lei da Anistia de 1979, consagraram certas cláusulas como aparentemente inegociáveis e irrevogáveis, que

deram salvaguarda não apenas aos autores dos crimes contra a humanidade que foram amplamente cometidos por agentes da Ditadura, mas também preservaram boa parte das práticas autoritárias e das violências cotidianas do passado.

O atraso do Estado brasileiro e sua violação permanente dos direitos humanos, no tocante à justiça de transição, está relacionado à Lei de Anistia (lei n.º 6683 de agosto de 1979), interpretada de forma a garantir a autoanistia dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade, violando os padrões mínimos do direito humanitário e do direito internacional dos direitos humanos. O Supremo Tribunal Federal, em abril de 2010, corroborou essa interpretação. A discussão nasceu com o parágrafo primeiro do art. 1.º da Lei de Anistia (lei n.º 6.683 de 28 de agosto de 1979), segundo a qual: “Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”.

Essa redação da lei foi imposta pelo governo federal. Assim é muito claro que a Lei de Anistia não foi fruto de um acordo. Houve, na época, uma pressão popular que mobilizou a opinião pública nacional e internacional. Prevaleceu, no entanto, a vontade política da ditadura militar, que detinha a maioria no Congresso Nacional via cassações, as leis de exceção e outras medidas de repressão política, que incluíram o assassinato e desaparecimento forçado de opositores. O significado daquela lei foi muito discutido à época, e seu texto não autorizaria a interpretação desejada pelo governo, pois não se podem caracterizar, de forma alguma, em termos de técnica jurídica, a tortura e as execuções forçadas e os desaparecimentos cometidos pelos agentes da repressão como crimes conexos aos crimes políticos dos militantes contra a ditadura.

A Comissão, CEV “Rubens Paiva”, adotou esse entendimento, com base nos pareceres de juristas da dimensão de Dalmo de Abreu Dallari e Fábio Konder Comparato, que demonstraram a fragilidade técnica das interpretações favoráveis aos torturadores. A sentença do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 153, em abril de 2010, adotou a interpretação de que a anistia se estendeu aos torturadores. Dessa forma, não só feriu

frontalmente a verdade histórica (pretendendo que a lei fora fruto de um amplo pacto social), como violou fundamentos básicos da Teoria do Direito, além de normas fundamentais de direito humanitário e de direito internacional dos direitos humanos.

A confirmação de que essa decisão foi não apenas um retrocesso político, ao manter vivo um dos mais nefastos legados da ditadura, a impunidade dos crimes contra a humanidade, mas também grande equívoco jurídico veio com a sentença, após alguns meses, da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (conhecido também como Caso Araguaia), que dispôs a nulidade da Lei de Anistia diante do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Essa decisão continua descumprida pelo Estado brasileiro. A continuidade fundamental de certas estruturas institucionais, da dinâmica de poder e do imaginário social herdados desse período autoritário interditou, durante décadas, a possibilidade efetiva de construção de uma memória democrática e coletiva capaz de afrontar o autoritarismo inercial predominante e a violência naturalizada no seio da sociedade.

Daí a repercussão do relatório *Brasil: Nunca Mais*, impressionante iniciativa não oficial de sistematização e revelação da verdade, que consistiu em um projeto de registro e documentação de uma equipe capitaneada por Dom Paulo Evaristo Arns e o Reverendo Jayme Wright.⁹ Deve-se notar que, em meio à interdição do tema, convertido em um dos maiores tabus políticos da história recente de nosso país, sempre houve um esforço das diversas organizações da sociedade civil que congregam ex-perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Esses grupos de direitos humanos tentaram, com todas as limitações existentes, pautar a questão politicamente e provocar os poderes públicos, tanto para esclarecer os fatos históricos do período

⁹ Esse importante relatório lançou luz sobre uma importante dimensão da repressão política brasileira, qual seja, aquela mediada pela atuação do Poder Judiciário. Por meio do registro e da análise dos processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar, foi possível desbravar uma série de mecanismos e práticas repressivas do período. No entanto, em decorrência desse mesmo recorte, que era o único possível naquele momento (1979 a 1985), essa perspectiva é limitada para a construção da verdade histórica do período.

ditatorial quanto para reparar as violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do Estado. Além disso, organizaram importantes levantamentos e descobertas sobre os mortos e desaparecidos políticos brasileiros, compilando dossiês que contêm um precioso material e que até hoje são referência para as pesquisas desse assunto.

A Comissão Estadual Rubens Paiva reconhece e homenageia especialmente os esforços da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, sem a qual o processo de justiça de transição no Brasil estaria ainda mais atrasado. Justamente da pressão social e política exercida pela luta dos familiares é que resultaram os tímidos avanços até então existentes, tais como a Lei n. 9.140, de 1995, que reconheceu a responsabilidade estatal em certo número de casos e criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e a Lei n.º 10.559, de 2002, que criou a Comissão de Anistia, destinada a fazer reparações. Ambas as comissões tiveram papéis importantes tanto do ponto de vista do esclarecimento de alguns episódios e de algumas histórias individuais e, portanto, da produção da verdade, quanto do dever de reparação pecuniária e simbólica das vítimas.

Vale destacar, contudo, que essas iniciativas, além de serem pontuais e pouco articuladas entre si, fator que impediu maior efetividade do trabalho de memória e justiça, tiveram alcance limitado, porque essas Comissões tiveram prerrogativas e mandatos legais bem definidos e controlados, o que teve como efeito não permitir que certas cláusulas impostas sob o manto de uma aparente negociação na transição brasileira fossem revistas.¹⁰ A timidez das políticas públicas envolvendo este tema também se fez sentir no campo acadêmico, que contou com poucos trabalhos comparativamente à quantidade e à qualidade das reflexões de mesma natureza nos outros países do Cone Sul.

Somente nos últimos cinco anos é que o debate se tornou mais intenso. No entanto, os avanços pontuais, de forma geral, têm sido *contrarrestados* por forças expressivas que insistem em bloquear acerto de contas e uma política de responsabilização das violações de direitos

¹⁰ Por essa razão, este texto incluiu recomendações para o aperfeiçoamento dessas Comissões.

humanos do passado sob o argumento da existência de uma correlação de forças políticas desfavorável.

No entanto, em um efeito político, a criação da Comissão Nacional da Verdade serviu para provocar outras formas de mobilização e de restituição de conflitos na cena pública capazes de questionar os bloqueios à justiça e à verdade, como a criação de outras comissões da verdade, públicas ou da sociedade civil, eventos políticos e acadêmicos sobre a ditadura e seu legado, escrachos contra torturadores e apoiadores do regime, em um processo de construção social da justiça de transição. Deve-se notar que existiu, no começo dos trabalhos e nos debates públicos, uma visão equivocada que postulava a existência de “dois lados” em confronto entre si na época da ditadura, ambos com certa legitimidade histórica para suas ações, mas com excessos de parte a parte que seriam condenáveis.

Tal perspectiva levou a uma leitura, desfeita com a mobilização dos grupos de direitos humanos que pressionaram a Comissão Nacional, que sugeria que a busca da verdade deveria ser marcada por certa ambiguidade, pois precisaria considerar os “dois lados”, sob pena de ser parcial e limitada. Segundo essa concepção, a Comissão da Verdade deveria abdicar de qualquer dimensão de justiça, deter-se sobre os crimes de “ambos os lados” e contar com membros que representassem também essas duas perspectivas opostas entre si, como se uma Comissão da Verdade devesse ser uma espécie de câmara de representação e intermediação de interesses corporativistas também em oposição mútua. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos chegou a contar com um integrante apontado como participante da repressão política no *Brasil: Nunca mais*, o general Oswaldo Pereira Gomes.

No entanto, essa leitura política da história, conhecida como “teoria dos dois demônios” foi afastada diante do mandato legal das Comissões da Verdade em apurar as graves violações de direitos humanos de maneira massiva e sistemática, que foram praticadas, durante o regime autoritário brasileiro, somente pelo Estado ditatorial. A tortura¹¹ e os

¹¹ Como definição de tortura, a Comissão do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” adota o entendimento presente no artigo 1.º da Convenção contra a Tortura e outras Penas, ou Trata-

desaparecimentos forçados, parte essencial dos procedimentos de repressão política, nunca integraram o repertório de ação dos opositores e grupos da esquerda que se opuseram à ditadura, tampouco foram adotadas pelos guerrilheiros. Ademais, se esses opositores foram, em regra, punidos, e punidos ilegalmente, uma vez que a tortura, as execuções sumárias e os desaparecimentos forçados nunca foram formalmente legalizados pelo regime, os agentes da repressão, por seu turno, nunca sofreram condenações criminais.

A certeza da impunidade desses agentes era tão grande que as ações terroristas, seja cometidas por militares, seja por eles acobertadas (uma vez que nenhuma delas foi realmente apurada pela ditadura) não se interromperam com a Lei de Anistia. O início dos anos 1980 foi marcado por diversos atentados: a bancas de jornal, a periódicos de esquerda, a advogados, à OAB (culminando na carta bomba que matou a secretária Lyda Monteiro da Silva em 1980) e outras organizações. Podemos lembrar dois casos em que militares pretendiam matar milhares e atribuir a culpa à esquerda.

O malsucedido atentado ao Riocentro, em 1981, não apenas não gerou punição alguma ao então capitão Wilson Luiz Chaves Machado, como não impediu sua ascensão na hierarquia militar após a democratização do país. A prática do terror, inerente à doutrina de segurança nacional, continuou a ser protegida pela impunidade. O combate ao terror, este, sim, foi punido pelos militares, como foi o caso da frustrada explosão do gásômetro do Rio de Janeiro. O brigadeiro João Paulo Burnier planejou usar os militares do Para-Sar no atentado terrorista, que foi abortado em junho de 1968 pela heroica oposição do capitão-do-ar Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. Com

mentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que menciona: "para os fins desta Convenção, o termo 'tortura' designa qualquer ato pelo qual uma violenta dor ou sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a uma pessoa, com o fim de se obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissão; de puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir ela ou uma terceira pessoa; ou por qualquer razão baseada em discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é imposto por um funcionário público ou por outra pessoa atuando no exercício de funções públicas, ou ainda por instigação dele ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência, inerentes ou decorrentes de sanções legítimas".

a previsão de cem mil vítimas, a explosão serviria como pretexto para a execução de opositores e a decretação do AI-5.

Com base nesse ato institucional (que acabou por ser imposto à nação em dezembro do mesmo ano), o capitão foi reformado compulsoriamente. Em 1992, o Supremo Tribunal Federal decidiu, após longo processo, que ele deveria ser reintegrado como brigadeiro. No entanto, as Forças Armadas não cumpriram a decisão, desrespeitando o estado de direito, e ele morreu em 1994. A promoção só foi assinada postumamente. A oposição ao terror e ao massacre continuava a ser malvista pelas instituições militares. O absurdo jurídico e político da teoria dos “dois demônios” pode, portanto, ser verificado na completa assimetria entre, de um lado, os opositores executados, desaparecidos e/ou punidos ilegalmente e, do outro, a impunidade dos agentes da repressão; entre a resistência política e os crimes contra a humanidade praticados pela ditadura; e, finalmente, em referência aos dias de hoje, entre o *ethos* democrático desses antigos opositores à ditadura, dos quais três se tornaram presidentes da república eleitos pelo voto direto popular (esses três foram perseguidos pelo regime: um professor esquerdista, um operário sindicalista e uma guerrilheira de organização clandestina), em oposição à persistência de uma cultura autoritária nas forças de segurança do Estado.

Após a criação da Comissão Nacional da Verdade, com um prazo relativamente curto e considerando as enormes tarefas a realizar, foram criadas outras Comissões e Comitês da Verdade de caráter regional ou setorial, por todo o país: em Estados e Municípios da Federação, nos sindicatos, nas universidades, nos órgãos de classe.

Recomendações da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva

A Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva apresentou nas suas conclusões uma série de recomendações que estão elencadas a seguir.

Medidas de memória e verdade

1. Criação de Memoriais (ou outro elemento simbólico análogo) para as vítimas da ditadura e em homenagem aos que morreram ao combatê-la;

2. Criação da Comissão Permanente de Investigação dos Crimes da ditadura militar e suas consequências nas políticas atuais do Estado e na vida social;
3. Pedido oficial de desculpas pelo Estado brasileiro à Organização das Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos, à Organização Internacional do Trabalho e à Anistia Internacional pela violação do princípio da boa-fé nas relações internacionais e da prevalência dos direitos humanos, em razão das informações falsas sistematicamente prestadas pelo Estado brasileiro nas denúncias contra os crimes da ditadura militar.
4. Implementação de políticas públicas voltadas a impulsionar a difusão da história do Brasil na Ditadura Militar sob a perspectiva de gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e classe social, de modo que a população possa ter acesso e conhecimento desse passado recente das mulheres, crianças afetadas, do genocídio dos povos indígenas e dos crimes praticados contra outros setores da sociedade.

Medidas de justiça

5. Cumprimento integral pelo Estado brasileiro da Sentença da Corte Interamericana no Caso Gomes Lund e Outros – Guerrilha do Araguaia (Caso 11.552).
6. Descriminalização dos movimentos sociais, suas ações e ativistas.
7. Encaminhamento ao Ministério Público Federal das informações coletadas acerca da prática de tortura por agentes do Estado, com vistas à apuração e, responsabilização criminal e civil dos perpetradores dessas gravíssimas violações de direitos humanos.
8. Localização, identificação e entrega aos familiares, para sepultamento digno, dos restos mortais dos mortos e desaparecidos que foram assassinados pelos órgãos de repressão política e cujos corpos foram ocultados.
9. Responsabilização penal, civil e administrativa, inclusive com perda de cargo, de todos os agentes públicos que, por ação

ou omissão, contribuíram para as violações perpetradas pela ditadura militar, como juízes, promotores de justiça, agentes policiais e outros, que, apesar de cientes das denúncias, não se empenharam em garantir a segurança e a vida dos presos, ao não tomar as devidas providências, não solicitando investigação das denúncias.

Reformas legislativas

10. Ratificação da Convenção Sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, adotada pela Resolução n.º 2.391 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 25 de novembro de 1968.
11. Revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei n.º 7170 de 14 de dezembro de 1983).
12. Aprovação de novo Estatuto do Estrangeiro, que revogue a Lei n.º 6.815 de 19 de agosto de 1980.
13. Revogação da Lei n.º 667/1969 e do Decreto 88.777/1983 (R. 200), que regem a organização, o efetivo, o emprego e o funcionamento das polícias militares no Brasil.

Reformas institucionais

14. Instituição e/ou fortalecimento da educação e da formação contínua em direitos humanos das polícias e forças militares e de segurança pública do país, incluindo o estudo da sentença da Corte Interamericana de direitos humanos no caso Gomes Lund e outros – Guerrilha do Araguaia, bem como aos juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
15. Criação de um programa de capacitação de juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público sobre o sistema regional e os internacionais dos direitos humanos, bem como sobre os tratados e convenções assinados e/ou ratificados pelo Estado brasileiro para atuação nas demandas que se referem ao período da ditadura militar.

16. Extinção da justiça militar.
17. Fim dos autos de resistência ou de “resistência seguida de morte”.
18. Desmilitarização da Segurança Pública, desvinculação da polícia militar do Exército e sua submissão à coordenação do Ministério da Justiça.

Recomendações temáticas

Cadeias de comando: a formação da estrutura nacional de repressão política

1. Reconhecimento, pelos órgãos de segurança do Estado brasileiro, do cometimento de graves violações dos direitos humanos, ao proporcionar um esquema de espionagem que viola os direitos constitucionais que garantem a liberdade de expressão e as liberdades políticas.
2. Reformulação do Sistema de Segurança segundo a diretriz da garantia das liberdades políticas, para que cessem a criminalização dos movimentos sociais e as prisões por motivo político.
3. Punição de todos os que estão envolvidos na criação e manutenção do aparelho repressivo que torturou milhares de pessoas, além de terem assassinado e desaparecido com os corpos até os dias atuais.

Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte

1. Reconhecimento, pelas estruturas da polícia civil e militar, da autoria de graves violações dos direitos humanos durante o período da ditadura militar.
2. Determinação, pelos órgãos competentes, da inaplicabilidade da Lei 5.941, de 22 de novembro de 1973, em casos evidentes de violações dos direitos fundamentais previstos no código civil e violações dos direitos humanos, reconhecidos no escopo do direito internacional, em que se inclui o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário.
3. Proibição de homenagens a agentes públicos que são autores de graves violações dos direitos humanos, incluindo reformu-

lação de leis que nomeiam ruas, alamedas, avenidas e rodovias com nomes de agentes acusados de autoria de assassinatos e torturas.

4. Determinação, pelos órgãos competentes, da desmilitarização da polícia.

Métodos e técnicas de ocultação de corpos na cidade de São Paulo

1. Criar todas as condições necessárias e adequadas para prosseguir, com a urgência que o tempo requer, os trabalhos de investigação das ossadas de Perus, priorizando os casos dos desaparecidos políticos por terem mais informações antropométricas e materiais genéticos disponíveis no momento:
 - a) providenciar transferência completa das ossadas do Cemitério do Araçá para a Unifesp;
 - b) Contratar Laboratório Genético;
 - c) Apresentar e entregar a cada familiar documento de análise dos dados coletados pelo Banco do DNA, garantindo um certificado para cada família que fez a doação;
 - d) priorizar a investigação dos três desaparecidos políticos: Francisco José de Oliveira, Dimas Casemiro; Grenaldo de Jesus da Silva. Priorizar estes três não é excluir os demais, sejam políticos ou não. Todos os desaparecidos têm o direito inalienável de ser identificados, de que sejam localizados seus restos mortais e sepultados dignamente. É apenas por questão prática, pois, destes três, há material suficiente para identificá-los sem que haja necessidade de levantar outras formas de investigação.
2. Solicitar aos órgãos policiais fichas datiloscópicas feitas em vida pelos desaparecidos políticos para confronto com aquelas feitas pelos IMLs, quando se trata de “desconhecidos” ou “indigentes”.
3. Criar políticas públicas que auxiliem em formas de organização e documentação dos cemitérios públicos (mapas/plantas dos cemitérios, livros de registros dos sepultamentos e demais documentação).

4. Criar mecanismos de enfrentamento, de prevenção e de erradicação da tortura, de assassinatos e desaparecimentos forçados por agentes públicos.
5. Criar locais de memória dos desaparecidos.
6. Criar condições político-legais que possibilitem a autonomia do Instituto de Medicina Legal e do Instituto de Perícia dos órgãos de segurança pública, para garantir um trabalho de investigação independente, transparente e ético.
7. Criar na UNIFESP e em outras universidades brasileiras um centro de formação e de estudos de antropologia forense que possa manter pesquisas sobre o tema e formar profissionais.

A formação do grupo de antropologia forense para a identificação das ossadas da Vala de Perus

1. Possibilitar a finalização do trabalho de análise até o término de todas as caixas, com o traslado do restante das que ainda permanecem no cemitério do Araçá e a determinação do laboratório para análises genéticas.
2. A garantia de participação dos grupos de familiares em todo o processo.
3. Que todas as pesquisas em antropologia forense referentes aos trabalhos de buscas e tentativas de identificação de desaparecidos pautem-se em prerrogativas como memória, alteridade e regimes de verdade.
4. As pesquisas deverão sempre ter uma etapa de investigação preliminar e de dados *ante mortem*.
5. Instigar a necessidade de um banco de dados *ante mortem* dos mortos e desaparecidos para todo o território nacional. O banco de dados facilitará as buscas em outros contextos, além dos processos de cruzamento *ante mortem/post mortem* no caso de remanescentes ósseos humanos.
6. O banco de dados *ante mortem* deve acompanhar um banco com amostras genéticas de familiares que queiram doar e seguir na busca, com discussões sobre suas finalidades, objetivos, métodos, usos, salvaguarda e análise (quais laboratórios?).

7. As etapas de análise antropológica e de análise genética devem correr em paralelo e com maior diálogo, assim como a análise genética e a etapa *ante mortem* em sua relação com os familiares e suas amostras de DNA.
8. Que a etapa de análise antropológica seja esclarecida em protocolos que garantam a padronização das atividades, baseados em aplicações a contextos similares e atendendo a *standards* internacionais. Da mesma forma, é necessário que todo processo seja documentado e registrado.
9. Todos os trabalhos que envolvam escavações e exumações para buscas de “restos mortais” deverão ser pautados em paradigmas, teorias e métodos arqueológicos. As ações deverão ser minuciosamente documentadas nos seus contextos deposicionais, estratigráficos e sociais.
10. Os trabalhos de busca deverão pautar-se pela prerrogativa da participação dos e abertura aos familiares ao longo de todo processo. O processo importa tanto quanto a identificação, devendo ser respeitadas as discursividades, narrativas e rituais de luto das famílias e companheiros do desaparecido ou morto.
11. Buscar o máximo de transparência junto às famílias e aos demais envolvidos.
12. Estruturar ou demandar, junto às entidades competentes, programas de acompanhamento psicológico e psicossocial tanto aos familiares como às equipes peritas.
13. Fomentar políticas públicas que auxiliem em formas de organização e documentação dos cemitérios públicos (mapas dos cemitérios, salvaguarda da documentação como os livros de registro de entrada).
14. Fomentar políticas de Estado que possibilitem a continuidade dos trabalhos de buscas dos restos mortais para que não se tornem ações pontuais.

O “Bagulhão”, a voz dos presos políticos contra a ditadura

1. Investigação das denúncias contidas no “Bagulhão”, para identificação dos agentes da repressão que ainda restam a ser iden-

tificados e investigação de todos os nomes indicados, para que sejam processados os responsáveis pelos crimes apontados.

2. Fortalecimento dos mecanismos contra a tortura, especialmente o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT).
3. Fortalecimento e independência funcional das Defensorias Públicas, tanto dos Estados quanto da União.
4. Desvinculação dos Institutos Médico-Legais dos órgãos de polícia.

A perseguição aos militares que resistiram à ditadura

1. Reconhecimento político por parte das Forças Armadas da participação de militares na defesa da democracia e das liberdades políticas, que ousaram, inclusive, enfrentar o comando das próprias corporações.
2. Que sejam instaladas placas com registro das participações dos militares na defesa da democracia, nos locais onde trabalhavam, com o objetivo de reconhecer seu ousado papel e restabelecer a verdade histórica de resistência dentro das corporações.

A militarização da segurança pública no Brasil

1. Desmilitarização e unificação das polícias, sob a subordinação do Ministério da Justiça.
2. Fim da duplicidade de carreira das polícias.
3. Revogação do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969 e do Decreto n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983, especialmente o artigo 41, que integra a P/2 das Polícias Militares ao Serviço Secreto do Exército, produtos legais da ditadura civil-militar, devido ao seu potencial de malfeitos ao Estado democrático de direito.
4. Responsabilização de todos os níveis da federação (federal, estadual e municipal) nas questões de Segurança Pública, especialmente o que rege as polícias.

O financiamento da repressão

1. Que sejam nomeados todas as empresas e empresários que contribuíram com a ditadura, e seja dado conhecimento à sociedade do tipo de envolvimento que eles tiveram.
2. Que as empresas que contribuíram com a prática de violações aos direitos humanos sejam responsabilizadas como cúmplices de acordo com as leis internacionais.
3. Que seja alterada a previsão legal que somente permite a responsabilização penal de empresas em casos de crimes contra o meio ambiente, permitindo que em outras violações aos direitos humanos, esse tipo de responsabilização seja possível.
4. Que as empresas que forneciam “listas negras” aos órgãos de repressão com nomes de funcionários envolvidos em atividades contrárias ao regime militar sejam nomeadas e divulgadas para a sociedade e que todas prestem esclarecimentos e promovam reparação.
5. Que todas as empresas que tenham contribuído de qualquer forma para que a prática de violações aos direitos humanos ocorresse durante o período de ditadura militar promovam, como forma de reparação simbólica, a colocação de uma placa em frente à empresa esclarecendo essa participação.
6. Que sejam abertos todos os arquivos que existirem sobre a formação da Operação Bandeirante (Oban), sendo nomeados os seus financiadores.

Conexões internacionais da ditadura militar: A Operação Condor e a atuação do General Paul Aussaresses no Brasil

1. Pedido oficial de desculpas aos Estados da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai pela cooperação da ditadura militar brasileira com as ditaduras desses Estados, à margem do direito internacional.
2. Pedido de informação ao Estado francês sobre a atuação do General Paul Aussaresses no Brasil, com a lista de todos os militares que frequentaram suas aulas, e dos que o auxiliaram a realizar seus cursos.

O legado da ditadura para a educação brasileira

1. Reestruturação do sistema educacional com reformulação das disciplinas escolares.
2. Adoção do conteúdo de todos os relatórios das Comissões da Verdade para referência das diversas disciplinas escolares, observando, por exemplo, o ensino da História do Brasil, que até hoje não ensina sobre as graves violações dos direitos humanos cometidas por agentes ditatoriais e suas ações políticas que implicaram atrasos significativos na conquista de direitos e no pensamento crítico e social.
3. Adoção de novos critérios para formação dos programas educacionais a partir da produção dos relatórios das Comissões da Verdade bem como das discussões que já existem no universo acadêmico e que, até hoje não foram adotadas, visando à reestruturação do ensino, o que é muito necessário para afastar os entulhos autoritários ainda presentes na Educação.

Perseguição à população e ao movimento negro

1. Que o Estado brasileiro reconheça e peça desculpas pela perseguição à população negra, não somente durante o período da ditadura no país, quanto pelos anos de escravidão e opressão até os dias atuais.
2. Que o Estado reconheça as práticas abusivas contra negros e as reprima como forma de garantia da igualdade e da democracia.
3. Que seja valorizada a memória da resistência da população negra contra a ditadura e que sejam homenageados seus militantes.
4. Que o Estado brasileiro instaure uma Comissão que investigue e vise à reparação por séculos de escravidão e desigualdade contra a população negra no país.

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil

1. Cumprimento integral da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, decidida em 2010.

2. Revisão ou reinterpretação da Lei de Anistia da ditadura militar para a nulidade absoluta de seus dispositivos contrários à justiça de transição.
3. Cumprimento integral da Ação Ordinária n.º 82.00.024682-5, que transitou em julgado em 2008, e que determinou a localização dos desaparecidos, dos seus restos mortais, o esclarecimento das circunstâncias da morte e a entrega do relatório oficial sobre as operações militares contra a Guerrilha do Araguaia.
4. Abertura dos documentos sobre a Guerrilha do Araguaia.
5. Investigação e responsabilização pela queima de arquivos relativos à Guerrilha do Araguaia.
6. Adequação do direito interno brasileiro ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional no tocante aos crimes de guerra e crimes de lesa-humanidade.
7. Tipificação do delito de desaparecimento forçado.
8. Inclusão da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos fundamentos do direito internacional dos direitos humanos em todos os níveis da formação militar.
9. Inclusão da Guerrilha do Araguaia e das outras graves violações de direitos humanos pela ditadura militar nos currículos escolares de ensino de história.
10. Criação de sítios de memória relacionados à Guerrilha do Araguaia.

A atuação dos advogados na defesa dos presos políticos

1. Garantir o direito de ampla defesa de acordo com o previsto na atual Constituição e garantir que seja efetivo o devido processo legal.
2. Criar os mecanismos de prevenção e erradicação da tortura e de imediato aprovar o projeto de lei que cria o Comitê de Prevenção à Tortura.
3. Garantir o livre exercício da profissão de advogado/a em todas as fases processuais, inclusive a do inquérito policial.

4. Abrir e investigar os arquivos militares e os arquivos vinculados à Operação Condor para apurar os crimes de estado que se deram fora do aparato do judiciário.
5. Pela revogação da Lei de Segurança Nacional.
6. Criar e fortalecer mecanismos que façam com que o Poder Judiciário incorpore de fato os princípios de justiça, da autonomia, isonomia, transparência, dignidade, economia processual, entre outros.
7. Criar mecanismos que promovam e garantam a participação popular no Ministério Público, nas Defensorias Públicas e nas Procuradorias, inclusive na AGU – Advocacia Geral da União.
8. Rejeitar a autoanistia e apurar os crimes da ditadura, indiciar e julgar os agentes responsáveis por tais crimes conforme os tratados de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro e segundo o direito internacional consuetudinário; considerar os crimes da ditadura como crimes de lesa-humanidade, que são considerados como de violação dos direitos humanos e são imprescritíveis.
9. Na apuração desses crimes, destacar as denúncias feitas pelos advogados de presos políticos, inclusive as que foram levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
10. Fortalecer iniciativas como as do MPF (Ministério Público Federal) que estão aplicando a sentença da CIDH, tratando os crimes de lesa-humanidade como o sequestro, a tortura, a execução sumária e o desaparecimento forçado.
11. Que seja cumprida a sentença dada pela Justiça Federal, 1.^a Vara, e transitada em julgado, em 2007, que determina que o estado brasileiro esclareça os crimes cometidos contra os guerrilheiros do Araguaia e que seja cumprida a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, publicada em 14/12/2010, que determina também o esclarecimento sobre os desaparecidos políticos brasileiros e exige as punições aos agentes públicos responsáveis por tais crimes.

As ações judiciais das Famílias Teles e Merlino

1. Que todos os 377 torturadores apontados pela Comissão Nacional da Verdade, publicados no relatório, sejam declarados pelo Judiciário torturadores.
2. Que o Judiciário e as instituições, em geral, e as militares e policiais, em especial, incorporem, em sua formação e em seus procedimentos, a aplicação dos princípios dos direitos humanos.

Imprensa de resistência à ditadura

1. Recomendamos que, a partir das empresas estatais de comunicação, sejam encampadas as pautas dos movimentos sociais, especialmente os que envolvem forte repressão, discriminação e violência.
2. Recomendamos que o dinheiro público que anualmente é distribuído por cotas para propagandas seja pensado para estimular novas frentes de comunicação, mudando o cenário de monopólio de poder e opinião.
3. Recomendamos que a radiodifusão e a concessão de canais de televisão sejam reformuladas, ampliando a capilaridade de grupos que desejam comunicar sua realidade cultural e formas de pensamento, para que sejam quebrados os pactos que regem até hoje o monopólio de opinião e pautas disseminadas que foi ato pensado e patrocinado pela ditadura militar.
4. Recomendamos que a grande imprensa brasileira, a partir das informações contidas neste relatório e no relatório da CNV, faça uma retratação pública, retificando as informações mentirosas oriundas das versões da ditadura sobre os diversos episódios, principalmente a versão dos assassinatos dos mortos e desaparecidos políticos.

Lembrar os 50 anos do golpe militar, lembrar suas vítimas, lembrar a resistência, construir a verdade e alcançar a justiça!

1. Incluir nos currículos escolares e demais instituições educacionais, em todos os níveis, informações, conhecimentos e reflexões sobre a ditadura militar, o processo de implantação por

meio do golpe militar, e as consequências que ainda persistem nos dias atuais, com vistas a construir o estado democrático de direito.

Lugares da Memória, Arqueologia da Repressão e da Resistência e Locais de Tortura

1. Que sejam reconhecidos e identificados como Lugares da Memória os locais, públicos ou privados, apontados nas narrativas das vítimas e familiares ou nos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, utilizados pelo aparelho repressivo do Estado ditatorial para torturas e outras graves violações, ressaltando a importância desses locais como elementos fundamentais para compreensão do período de repressão, seus atores, seus apoiadores e financiadores e, até mesmo, para descobrir o paradeiro de desaparecidos políticos.
2. Que o Estado se aproprie dos locais citados nesse relatório e que assuma imediatamente a partir da publicação deste relatório sua obrigação em preservar os prédios e espaços que foram utilizados para repressão, com uso dos instrumentos protetivos dos bens culturais, como registro, tombamento, inventários, vigilância e desapropriação, e outros mecanismos aptos à preservação da memória histórica e à revelação da verdade.
3. Que seja criado um fundo destinado à manutenção destes lugares, com a colaboração da Fiesp, como medida de justiça restaurativa em resposta à ação da Federação de Indústrias na conspiração do golpe de 1964 e no financiamento da repressão política e dos crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo Estado brasileiro.
4. Que seja criado um grupo de trabalho para a definição e articulação de políticas públicas voltadas à valorização da memória, com a realização de uma série de audiências públicas para discussão da temática e que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.
5. Que os órgãos de cultura, em suas diversas instâncias, e, especialmente, os órgãos e conselhos nacionais, estaduais e municí-

pais de proteção ao patrimônio cultural, sobretudo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), instaurem procedimentos para tombamento e ou adoção de outras medidas acautelatórias dos prédios públicos ou privados usados como centros de tortura durante a ditadura, a partir da publicação deste relatório.

6. Que seja consolidada a proteção do patrimônio no sistema jurídico brasileiro e gerados mecanismos de incentivo a pesquisas, ao registro e aos proprietários desses bens, como isenção de impostos territoriais.
7. Que os órgãos de cultura e de educação do Estado, em suas diversas instâncias, promovam ações e estratégias de difusão e de educação utilizando os locais de interesse em suas práticas; bem como promovam linhas de fomento para essas ações.
8. Que seja publicado um catálogo com os locais aqui citados como forma de educação e difusão das memórias que carregam esses lugares.
9. Que sejam definidos roteiros pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com visitas aos locais, quando já institucionalizados, como forma de difusão.
10. Que seja instigada a necessidade de realização de pesquisas arqueológicas com a finalidade de encontrar os restos mortais dos desaparecidos e esclarecer a verdade sobre tais acontecimentos.
11. Que seja consolidada a proteção do patrimônio arqueológico no sistema jurídico brasileiro.
12. Que o Estado de São Paulo e as municipalidades promovam um levantamento dos nomes de logradouros que homenageiam torturadores ou militares que atuaram durante a ditadura com a legitimação das violações aos direitos humanos no período, que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.
13. Que sejam alterados os nomes de logradouros públicos que homenageiam ditadores, torturadores e similares que atuaram durante a ditadura com a legitimação das violações aos direitos humanos no período, evidenciando nesse processo suas

diferentes nomenclaturas e os motivos que justificam as escolhas, alterando por seus nomes anteriores, toponímicos, ou em homenagem a lideranças comunitárias de destaque ou pessoas que atuaram para a consolidação da democracia no país; que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.

14. Que seja promovida uma discussão pública, dos órgãos estaduais de cultura e educação em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública para a definição do uso do prédio do DOI-Codi, em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.
15. Que o Município de São Paulo erga o monumento no Cemitério de Vila Formosa recomendado pelo Ministério Público Federal – e aprovado pelo Condephaat – em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.

A Assembleia Legislativa de São Paulo no golpe militar de 1964 e durante a ditadura

1. Que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo promova a devolução simbólica dos mandatos de todos os deputados estaduais cassados pela ditadura.
2. Que seja feita a publicação, a partir dos registros fonográficos remanescentes, de todas as sessões realizadas pela Casa, mas não publicadas no Diário Oficial. Mesmo procedimento deve ser adotado para os discursos censurados.
3. Que as investigações realizadas pela Assembleia durante a ditadura sejam revistas visando à responsabilização, quando possível, dos investigados.
4. Que o regimento interno da Assembleia seja revisto no intuito de eliminar dispositivos sobreviventes do período ditatorial.

Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)

1. Que o estado brasileiro esclareça as circunstâncias de prisão/sequestro e morte de todos os casos apresentados no dossiê e responsabilize os agentes públicos envolvidos nestes crimes.

2. Que o dossiê seja incorporado ao currículo escolar e seja indicado como bibliografia para pesquisas e estudos nas escolas e universidades.
3. Que os lugares citados no dossiê onde tombaram os militantes ou os lugares mencionados nele por terem significado destacado na memória dos fatos sejam considerados espaços de memória e sejam incorporados nas políticas públicas de memória, verdade e justiça.

Violações aos direitos dos povos indígenas

1. Instituição, por lei federal, de uma Comissão da Verdade que apure as violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais em território nacional.
2. Instituição, por lei estadual, de uma Comissão com o mesmo objeto para investigar essas violações aos povos indígenas no Estado de São Paulo.
3. Regularização, proteção, desintrusão e recuperação ambiental das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva para os povos indígenas em virtude das graves violações de seus direitos na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados, sobretudo durante o período da ditadura.
4. Assegurar condições de segurança e soberania alimentar – respeitando a especificidade étnica e cultural de cada povo e território indígena – e também de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas em virtude da não observância de seus direitos na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados, sobretudo durante o período da ditadura.
5. Investigação e responsabilização, inclusive criminal, dos responsáveis pelas graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas durante a ditadura militar.
6. Pedido público de desculpas do Estado Brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho de suas terras e pelas violações de direitos humanos ocorridas sob responsabilidade direta do Esta-

do ou por sua omissão ou legitimação, visando à instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.

7. Implementação de políticas de educação que ressaltem a importância e o respeito à diversidade étnica e às culturas dos povos indígenas, bem como abordem a temática das violações dos direitos desses povos durante a ditadura militar, com especial atenção às determinações da Lei n.º 11.645/2008.
8. Reconhecimento de que a perseguição aos povos indígenas visando à colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime contra a humanidade.
9. Destinação de fundos para fomento à pesquisa e difusão sobre as graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, incluindo pesquisas acadêmicas, obras de caráter cultural e a reunião de documentação pertinente.
10. Garantia ao acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, específica e diferenciada, de forma continuada e permanente, nas aldeias, na terra indígena ou próxima desta, conforme a necessidade de cada povo, com condições apropriadas de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e materiais, respeitando o projeto político-pedagógico próprio, calendário e currículo diferenciado, conforme a tradição e cultura dos nossos povos e de acordo com a resolução 03 do Conselho Nacional de Educação (CNE).
11. Proposição de medidas legislativas de modo a contemplar formas de anistia e reparação coletiva aos povos indígenas.
12. Fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde dos povos indígenas como mecanismo de reparação coletiva, com o reconhecimento da necessidade de se prestar atenção diferenciada a essa população, considerando suas especificidades étnicas, culturais, sociais e territoriais.
13. Revogação do atual Estatuto do Índio e instituição de novo estatuto, que reconheça a autonomia dos povos indígenas como sujeitos coletivos e sua diversidade cultural.

14. Completar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, que o Estatuto do Índio determinou que ocorresse até 1978, descumprido pela ditadura militar e também pelos governos subsequentes, apesar de a Constituição de 1988 ter reconhecido esse direito originário, e de ela ter previsto novo prazo de cinco anos.

Verdade e gênero

1. Implementação de políticas públicas voltadas a impulsionar a difusão da história do Brasil na Ditadura Militar sob a perspectiva de gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e classe social, de modo que a população possa ter acesso e conhecimento desse passado recente das mulheres, crianças afetadas, do genocídio dos povos indígenas e dos crimes praticados contra outros setores da sociedade.
2. Responsabilização penal, civil e administrativa, inclusive com perda de cargo, de todos os agentes públicos que, por ação ou omissão, contribuíram para as violações perpetradas pela ditadura militar, como juízes, promotores de justiça, agentes policiais e outros, que, apesar de cientes das denúncias, não se empenharam em garantir a segurança e a vida dos presos, ao não tomar as devidas providências, não solicitando investigação das denúncias.
3. Instituição e/ou fortalecimento da educação e da formação contínua em direitos humanos das polícias, das forças militares e de segurança pública do país, incluindo o estudo da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e Outros – Guerrilha do Araguaia, bem como aos juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
4. Criação de um programa de capacitação de juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público sobre o sistema regional e os internacionais dos direitos humanos, bem como sobre os tratados e convenções assinados e/ou ratificados pelo Estado Brasileiro para

atuação nas demandas que se referem ao período da ditadura militar.

5. Que o Estado brasileiro crie mecanismos jurídicos para efetivar a punição dos crimes sexuais cometidos por agentes do Estado na ditadura militar, considerando que tal crime é de lesa-humanidade.
6. Que o Estado brasileiro crie mecanismos jurídicos para punição dos crimes de abortos forçados, esterilizações forçadas, gestações forçadas e escravidão sexual, perpetrados por seus agentes no contexto da ditadura militar.
7. Que o Estado brasileiro crie mecanismos jurídicos para punição dos crimes acima citados (crimes sexuais, abortos forçados, esterilizações forçadas, gestações forçadas e escravidão sexual), de forma autônoma, não podendo os autores de tais crimes ser absolvidos pelos de tortura por não poderem ser considerados de menor gravidade.
8. Inclusão nos cursos de Direito de teoria de DDHH numa perspectiva de gênero, étnico-racial, diversidade sexual, de forma transversal no currículo.
9. Ratificação da Convenção Sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, adotada pela Resolução n.º 2.391 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 25 de novembro de 1968.
10. Que o Estado crie Políticas e mecanismos permanentes de reparação e indenização às vítimas de graves violações de direitos humanos, inclusive de violência sexual, cometidos por seus agentes na ditadura militar.
11. Campanhas publicitárias em todos os meios de comunicação sobre o que são graves violações de direitos humanos e a importância da denúncia de violência sexual. A ênfase das campanhas deveria ser o esclarecimento de que as vítimas não são culpadas pela violência sofrida.
12. Que o Estado Brasileiro crie mecanismos jurídicos para que as mulheres grávidas ou com filhos até 2 (dois) anos, presas provisoriamente, possam responder ao processo em liberdade e

as mulheres grávidas ou com filhos até 2 (dois) anos que cumpram pena possam cumpri-la no regime aberto ou em prisão domiciliar, a fim de que se impeça que crianças fiquem presas (e portanto, punidas) ou sejam adotadas por terceiros indevidamente. Que as crianças tenham os necessários cuidados conforme sua idade, mesmo que suas mães estejam condenadas.

A perseguição aos trabalhadores urbanos e ao movimento operário

1. Que o Estado crie políticas e mecanismos permanentes de reparação e indenização às vítimas das violações de direitos humanos cometidos por agentes da ditadura militar, sejam por prisões ilegais, torturas, inclusive aos trabalhadores que, em decorrência das perseguições, sofreram prejuízos, como perda de emprego ou barreiras para ingresso ou permanência no mercado de trabalho, em decorrência de seu nome constar de “listas negras”.
2. Responsabilização civil e administrativa das empresas que contribuíram com o regime militar e com a perseguição aos trabalhadores durante a ditadura.
3. Responsabilização civil, penal e administrativa dos dirigentes das empresas que contribuíram com a perseguição aos trabalhadores na ditadura.
4. Promover uma reforma legislativa no sentido de excluir do ordenamento jurídico todos os resquícios de práticas antissindicais, bem como empecilhos ao livre exercício do direito de greve.
5. Ratificar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da demissão imotivada, denunciada pelo Estado brasileiro em 1996, e regulamentar a Convenção 151, que versa sobre a organização sindical e negociação coletiva no setor público.

Perseguição ao movimento estudantil paulista

1. Recomenda-se a criação de memoriais (ou outro elemento simbólico análogo) em memória das vítimas da ditadura e em

homenagem aos que a combateram nas universidades – nas instituições de ensino.

2. Valorização da memória das graves violações de direitos humanos praticadas contra os estudantes e contra o movimento estudantil, com iniciativas como: incentivo à publicação de livros, criação de memoriais, discussões em universidades e faculdades.
3. Introdução nas escolas e universidades nos currículos que tratem das violações aos direitos humanos, praticadas durante o período da ditadura militar, com o fim de conscientizar da importância da não repetição desses fatos.
4. Incentivar pesquisas universitárias sobre propostas para a educação que o movimento estudantil tinha na época da ditadura.
5. Reconhecimento dos diplomas dos brasileiros que estudaram nos países socialistas (para entidades, conselhos e universidades).

Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”

1. Criminalização da homossexualidade e transfobia.
2. Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero.
3. Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex.: Delegacia Seccional do Centro na rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro’s Bar; escadaria do Teatro Municipal etc.).
4. Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBT.
5. Reparação às pessoas LGBT perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado.
6. Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório.
7. Revogação da denominação de “Dr. José Wilson Richetti” dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do departamento das

Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei 7.076 de 30/04/1991.

8. Suprimir, nas leis, referências discriminatórias das homossexualidades: um exemplo é o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar”.

Ditadura e saúde mental

1. Elaboração de um protocolo de atendimento, no campo da saúde mental, de integral respeito aos direitos humanos; reformulação dos moldes de tratamento de pessoas internadas em institutos de saúde mental, com o propósito de inibir as violações de direitos humanos, inclusive a tortura por meio de medicamentos.
2. Investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mais notadamente em relação à internação e à tortura de presos políticos nas instituições psiquiátricas.
3. Estabelecer um mecanismo de colaboração entre as equipes de saúde mental e justiça de transição do Cone Sul, tendo em vista as vítimas do Plano Condor.

9.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DE UM INSTRUMENTO DE LUTAS POPULARES

Fábio Rodrigues de Jesus¹

Introdução

O Poder Legislativo é uma das estruturas de poder do Estado Democrático de Direito e que tem como função e responsabilidade a criação de leis e a fiscalização do poder Executivo e suas estruturas. Previsto no Artigo 2.º da Constituição Federal, são *Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*, e sua atuação tem como fundamentos e princípios a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tem também por princípio a independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, concessão de asilo político. Buscará, por fim, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à

¹ Fábio Rodrigues de Jesus é advogado, professor formado pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, Pós-graduado em Direito Público Constitucional pela Escola Superior de Advocacia, com Licenciatura Plena pelo Centro Paula Souza e co-escritor do livro *Serviços Jurídicos* publicado pela Editora Erica/Saraiva. E-mail: frodrigues31@hotmail.com

formação de uma comunidade latino-americana de nações (Artigo 3.º ao 5.º da CF/88).

O Estado e seus Poderes são exercidos pela representatividade de seu povo, através da escolha de pessoas que irão compor essas estruturas. Portanto, nossa democracia é representativa, porém a Constituição garante o exercício direto da população, por meio de instrumentos como plebiscito, referendo popular e iniciativa popular, conforme prevê o Art. 14.º da CF/88:

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

O Legislativo tem como principal característica o diálogo, os debates e as deliberações sobre as questões que envolvem os interesses da sociedade em seus diversos grupos e classes sociais.

De acordo com a nossa legislação em vigor, o parlamento ou o legislativo é composto por pessoas da sociedade que, através do voto direto, elegem seus representantes (Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores), para compor esse espaço com o intuito de levar os seus anseios na construção de leis que vão ditar e estabelecer o comportamento, as relações e o desenvolvimento econômico e social.

O Parlamento, nesse sentido, é, por excelência, um espaço em que as pessoas, os grupos, os movimentos sociais, movimentos populares, entre outros, devem, juntamente com seus representantes, dialogar,

debater e definir, na perspectiva dos fundamentos e princípios estabelecidos em nossa carta magna, os caminhos e ações para efetivação de uma sociedade que pretende ser justa, solidária e fraterna.

Para que as finalidades e objetivos do Parlamento sejam alcançados, a própria Constituição Federal estabelece regras gerais quanto à estrutura do parlamento, competência, atribuições, definições de escolha de seus representantes e como deve ser observado em todo processo de discussão, elaboração e definição das leis, inclusive com a participação e o envolvimento constante e direto da população, através dos mecanismos de participação social e popular.

Nosso país, constituído como uma República Federativa, tem, em sua estrutura, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, como entes que atuam de forma independente e harmônica, estabelecendo como poderes o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Com isso, temos, na União, duas casas legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal; nos estados e Distrito Federal, as Assembleias Legislativas, e, nos municípios, as Câmaras de Vereadores.

Em cada um dos entes da Federação, encontraremos as Constituições Estaduais e a Lei Orgânica do Município. As primeiras visam ordenar regras gerais para os governos estaduais e as segundas, para os governos municipais. Nos parlamentos, verificaremos ainda os regimentos internos, que, de forma detalhada, normatizam todo o seu funcionamento e atuação, levando em consideração, ainda, a participação de todos nas diversas etapas do processo da construção e da ação legislativa, bem como de seu papel de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

Analisando esses instrumentos normativos, é possível observar as possibilidades em que a população poderá buscar garantir seus interesses e bandeiras históricas, principalmente para aqueles e aquelas que mais precisam.

Ressaltamos, no entanto, que essas possibilidades de participação não são exercidas por essas casas de forma a atender e servir como verdadeiro instrumento das lutas populares.

Nesse sentido, é possível vislumbrar possibilidades de participação da população no parlamento, porém, sua efetividade dependerá não

só da participação institucionalizada, ou seja, que está prevista na Constituição Federal, nas Constituições estaduais e na Lei Orgânica do Município e nos regimentos internos, mas também em outras possibilidades de persuasão e mobilização para sua efetividade.

1. Câmara Municipal de São Paulo

O parlamento da Cidade de São Paulo é a maior estrutura legislativa do País depois da Câmara dos Deputados e do Senado. É uma casa composta por 55 vereadores e 1.934 funcionários, conforme informação apresentada no próprio *site* da Câmara Municipal. Esses 1.934 servidores estão distribuídos em 449 efetivos, 209 regidos pelo regime CLT, 982 nomeados em comissão, 199 vindos de outros órgãos públicos de forma comissionada, 18 policiais militares e 77 guardas civis metropolitanos.

A atuação e o funcionamento dessa casa são regidos pelos princípios, diretrizes e regras preconizados nos Arts. 1.º ao 4.º e do Art. 12 ao 55 na Lei Orgânica do Município de São Paulo e também no Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo. A necessidade de conhecer e se apropriar da essência do parlamento, da sua organização e estrutura, nos ajuda a fazer desse espaço um verdadeiro instrumento das lutas populares na conquista e efetividade das políticas públicas. Desta forma, é importante entender a dinâmica do processo legislativo que inclui a produção de leis, análise e discussões de temas relevantes para a sociedade e o processo de acompanhamento e fiscalização do Executivo conduzido pelo prefeito e seus secretários.

Para que os interesses da maioria do nosso povo que vive em nossas periferias, da classe trabalhadora e das minorias possam ser considerados no parlamento municipal, se faz necessário que esses grupos possam acompanhar e se fazerem presentes nos gabinetes de cada vereador, na reunião das lideranças de cada partido, na reunião de líderes, nas comissões, nas audiências públicas, nas sessões plenárias e em manifestações na frente da Câmara.

Nesses espaços é que se discute a vida do povo e da cidade por intermédio de ferramentas importantes como o Plano Plurianual –

PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e toda a legislação que envolve educação, saúde, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, habitação, moradia, saneamento básico, tributos, infraestrutura e outras.

2. A Casa do povo, com o povo e para o povo

A Casa do povo do Município de São Paulo está pautada em princípios e diretrizes de participação popular, transparência, controle, igualdade, dignidade, com o objetivo de garantir a adequada representatividade e a participação direta dos cidadãos por meio do plebiscito e referendo, conforme a Lei Orgânica do Município:

Art. 2.º - A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes: I - a prática democrática; II - a soberania e a participação popular; III - a transparência e o controle popular na ação do governo; IV - o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais; V - a programação e o planejamento sistemáticos; VI - o exercício pleno da autonomia municipal; VII - a articulação e cooperação com os demais entes federados; VIII - a garantia de acesso, a todos, de modo justo e igual, sem distinção de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, condição econômica, religião, ou qualquer outra discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna; IX - a acolhida e o tratamento igual a todos os que, no respeito da lei, afluam para o Município; X - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente do Município (Grifo nosso).

Art. 5.º - O Poder Municipal pertence ao povo, que o exerce através de representantes eleitos para o Legislativo e o Executivo, ou diretamente, segundo o estabelecido nesta Lei. § 1º - O povo exerce o poder: I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto; II - pela iniciativa popular em projetos de emenda à Lei Orgânica e de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros; III - pelo plebiscito e pelo referendo. (Grifo nosso)

Nessa mesma linha, a Lei Orgânica do Município estabelece a criação do Conselho de Representantes no âmbito do Poder Executivo como forma direta de participação do povo, que pode e muito contribuir e potencializar as lutas populares também no parlamento:

Art. 8º - O Poder Municipal criará, por lei, Conselhos compostos de representantes eleitos ou designados, a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.

A Casa do Povo, portanto, não deve se fechar em torno de seus vereadores, mas, juntamente com eles, potencializar toda a sua estrutura e organização, dialogando diuturnamente em prol dos interesses das pautas e lutas de todos, especialmente, da maioria do povo que mais precisa.

Quando isso não ocorre, esse espaço de poder se distancia e se desvirtua de seus fundamentos e responsabilidades. Nesse mesmo sentido, o professor Fábio Barbalho, por meio de um poema, ilustra essa necessidade:

A norma é uma fala. Quem a faz tem sonhos e desejos. O povo – que tem sonhos e desejos... O povo sabe falar– mas faz tempo que é difícil povo e norma se falarem. E fica angusto o sonho e o desejo do povo serem sonho e desejo na norma. E a norma empobrece, pois precisa de muitas falas dentro dela. Empobrecida de sonho, desejo e falas, a norma pouco conversa com a realidade... Este manual é cartilha para ver o povo falar a fala da norma. Não pra que o povo fale bonito – isso, ele já faz – mas pra que seja mais useiro ver a norma falar a fala do povo. Preenhe da fala do povo – a norma dará luz. (BARBALHO, 2014)

2.1 Vereadores

São eleitos pelo povo para um mandato de 04 (quatro) anos e são vinculados a partidos políticos que defendem algumas bandeiras e pautas e dispõem sobre como o município deve ser conduzido.

Esses representantes eleitos têm obrigação e dever de dialogar constantemente com quem os elegeu e também com os demais eleitores da cidade, pois, uma vez conduzido ao parlamento, sua ação deve levar em consideração os interesses e necessidades da cidade toda, especialmente daqueles que mais precisam.

Sabemos, no entanto, que, na prática e no dia a dia, os parlamentares acabam atuando em alguns espaços da cidade e também em algumas pautas específicas. Por isso, se faz necessário conhecer cada um deles no intuito do diálogo pessoal e direto acerca das pautas populares e dos trabalhadores.

Ressalte-se que alguns dos vereadores se tornam expoentes do partido e acabam sendo indicados para serem líderes. Nessa condição, esse líder acaba tendo poder de persuasão perante os demais vereadores de sua bancada.

2.2 Lideranças dos partidos

Cada partido, representado por seus parlamentares, convoca reuniões periódicas para definir e fechar posicionamento sobre assuntos pautados internamente nas comissões, no plenário, nas audiências públicas e noutros espaços criados pelo parlamento.

É também possível ser pautados por temas de relevância, trazidos por grupos da sociedade e que poderão ganhar repercussão e influenciar substancialmente o parlamento.

2.3 Reunião de líderes

Esse é um espaço importante dentro da casa do povo, pois em conjunto com os líderes dos partidos, a Mesa diretora da casa, composta pelo Presidente e pelos secretários, define a condução do parlamento e as pautas que serão discutidas nas sessões plenárias, espaço esse de debate e definição.

Na Câmara Municipal de São Paulo, essas reuniões têm acontecido todas as terças-feiras, às 14h, na sala Tiradentes, que fica no 8.º andar. É possível acompanhar as agendas e pautas pelo *site* da Câmara: <www.camara.sp.gov.br>.

2.4 Comissões

As Comissões são espaços de discussões e debates das proposições (projeto de lei, projeto de resolução, moções etc.) apresentadas por parlamentares. Por serem abertas e terem momentos de reuniões, seminários e audiências públicas, é fundamental verificar as agendas, para que os movimentos sociais, trabalhadores e defensores das lutas populares possam se fazer presentes e influir.

As comissões são divididas por temas e algumas têm poder e capacidade deliberativa sobre as proposições da casa, no entanto outras têm apenas caráter de estudo e aprofundamento com característica consultiva.

2.5 Audiência públicas

É um espaço, por excelência, de diálogo direto com a população, com o foco na escuta para melhor análise e posicionamento dos parlamentares. Essa escuta ajuda na obtenção de informações e elementos de evidências ou provas sobre determinados assuntos ou situações concretas.

As audiências públicas são, portanto, uma forma de participação popular para discussão de políticas públicas, seja para fundamentar sua proposta de criação e de implantação.

No *site* da Câmara Municipal, é possível acompanhar as agendas das audiências públicas com o horário e local, além de saber quem a está realizando.

2.6 Sessões plenárias

É o espaço de decisão máxima do parlamento previsto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno. As decisões tomadas nas sessões plenárias normalmente se tornam leis após o aval (sanção) do Prefeito e valem para todos os munícipes.

Essas sessões são abertas ao público e suas reuniões ordinárias acontecem todas as semanas, às terças e quartas-feiras, podendo ocorrer fora desses dias, quando convocada de forma extraordinária.

2.7 Em frente da Câmara

A mobilização e a pressão social são fundamentais para fazer com que essas estruturas do parlamento possam ser acionadas a favor das lutas sociais e populares.

No campo popular, o instrumento de pressão é a presença física das pessoas nos espaços da casa do povo, especialmente e com grande repercussão, quando essa participação se realiza na frente e na entrada da casa do povo.



Manifestação da Frente Municipal em favor do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em frente à Câmara Municipal de São Paulo – 14/08/2017 (Fonte: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupo-faz-protesto-em-frente-a-camara-de-sp-contr-a-corte-de-orcamento-na-assistencia-social.ghml>>).

Digo isso porque alguns setores da sociedade, que também demandam suas pautas e que não são do campo popular, encontram força no capital econômico, nos meios de comunicação de massa e nas estruturas conservadoras e individualistas, para influenciar o parlamento a ter um olhar exclusivo para seus interesses.

Um exemplo do que falo foi um Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito na gestão (2013-2016), que tramitou na Câmara Municipal de São Paulo, propondo o IPTU progressivo na Cidade, fazendo com que, no jargão popular, “quem tem mais paga mais e que tem menos paga menos”. Tal projeto foi massacrado pelos donos do capital, que,

por meio de suas estruturas, iniciaram um processo de deturpação da proposta, alegando para a sociedade que tal iniciativa iria onerar a todos, o comércio e serviços privados, tendo como consequência uma demissão em massa, provocando um grande desemprego.

Lembro que esse discurso do medo levava os vereadores a refletirem sobre votar ou não votar a favor dessa proposta, que, na sua essência, respondia ao princípio constitucional da equidade e também do que estabelece o inciso I do parágrafo único do Artigo 156 da Constituição Federal.

Desta forma, para os defensores das pautas populares, o caminho é a pressão e a manifestação direta como forma de se fazer ouvir pelos nossos representantes.

É claro que sabemos que nem todos foram eleitos com essa pauta, porém é preciso fazer a disputa e o bom combate constantes, pois somente assim conseguiremos avançar.

Também é necessário reconhecer que essa disputa se inicia bem antes de se chegar à casa do povo, pois os debates sobre diversos temas e visão de sociedade nascem em seu interior, em que, desde uma conversa no almoço de família, passando pelos espaços do trabalho, da religião, do time de futebol, das associações entre outros, os modelos vão afirmando ou não determinadas pautas.

Aliás, é nesses espaços que nascem as pessoas e as lideranças, que acabam tornando-se vereadores e vereadoras e que têm o papel de nos representar. Por isso, é fundamental construir um entendimento acerca de qual é o outro mundo que queremos e fortalecer cada vez mais esses espaços.

Os meios de comunicação em massa acabam influenciando o pensamento e o posicionamento dos diversos atores da sociedade, e de fato se faz necessário revisão nesse campo, já que todos esses meios detêm uma concessão pública.

Por outro lado, as associações, igrejas, entidades, sindicatos, movimentos sociais, entre outros, quando conseguem unificar os interesses e as lutas, não há dúvida de que avançam em pautas do povo pobre, trabalhador, que mais sofre as barbáries do poder econômico, seja no campo privado, seja no público.

Na Cidade de São Paulo, com a nova gestão (2017-2020) no Poder Executivo Municipal (Prefeito) e no Poder Legislativo Municipal (Casa do Povo) estamos vendo, em pouco tempo de mandato, o quanto têm se distanciado das lutas populares e negado as políticas públicas conquistadas a duras penas para o povo mais vulnerável e que vive nos bairros e rincões mais pobres.

Com essa situação, estamos vendo a pressão popular nas ruas da cidade manifestando- se e gritando para os nossos representantes, na busca de sensibilizá-los e mostrar o quanto estão negando os interesses da maioria e o quanto estão deixando de observar as suas responsabilidades e compromissos com as diretrizes e princípios preconizados pela Lei Orgânica do Município, pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pelos demais instrumentos que regulam e ditam a política pública.

Vale observar, considerar e constatar, a partir da minha atuação no dia a dia na Casa do povo e ao lado de uma parlamentar, que tais movimentos de pressão, quando organizados, coesos e com pautas objetivas, logram alcançar nítidos avanços, seja na conquista das pautas ou na derrota de vontades e interesses que contrariam as lutas populares.

Considerações finais

Não existe uma fórmula mágica para a construção, efetivação e garantia das pautas de natureza popular, que atendam os interesses da maioria do nosso povo. Essa busca, porém, deve ser constante, persistente e resiliente.

A Câmara Municipal de São Paulo, como um instrumento de lutas populares, assim como todas as casas parlamentares e todos os espaços de organização e representação do povo, só funcionam com eterna e vigilante participação e pressão populares.

Bibliografia

- LEITE, Fabio Barbalho. In: Consultoria do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.consultoriageral.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=20063&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=MAT%C3%89RIA>>. Acesso em 14/08/14>.
- Instrumentos para uma democracia direta constitucional. Lei de Iniciativa Popular. A Ação Popular e a Ação Civil Pública. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8119>>. Acesso em: 14/08/17>.
- Recursos humanos Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/institucional/recursos-humanos/funcionarios>>. Acesso em: 14/08/17.

10.

PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DE UM INSTRUMENTO DE LUTAS POPULARES

José Nildo Alves Cardoso¹

*“Quando vou a determinado país, não indago se há leis boas,
mas se as executam, porque leis boas há em toda parte”
(Montesquieu).*

O Estado democrático de direito

○ Estado brasileiro possui uma organização ou estruturação interna que viabiliza sua existência e atuação social. Inicialmente, a Constituição Federal do Brasil prevê que a união do povo brasileiro no território nacional dá sustentação à existência dos três poderes formadores do Estado brasileiro, independentes e harmônicos entre si (CARDOSO, 2016).

No parágrafo único do primeiro artigo de nossa Constituição de 05 de Outubro de 1988, consta que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

Portanto, a coerência constitucional afirma que temos os governantes que representam os valores atuais da sociedade. Embora não seja uma democracia de fato direta, ela é delegada para um determinado

¹ Zé Nildo, advogado, professor licenciado do Centro Paula Souza, pós-graduado em Direito Constitucional e Administrativo, com especialização em Advocacia Homoafetiva e Formação Pedagógica, com licenciatura plena. Milita nas Pastorais da Juventude e do Menor e nos Direitos Humanos das crianças e adolescentes. É o atual coordenador da Liderança do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo.

grupo que representa esse poder popular. Aqui, não irei refletir sobre o fracassado sistema eleitoral e o poder midiático e econômico, que mantêm a estrutura dos interesses de poucos ricos sobre os muitos pobres. Isso inviabiliza, portanto, a ordem democrática dos diversos interesses, mantendo apenas a ordem econômica com privilégios, típica do sistema capitalista.

Retornando ao conceito constitucional, esse poder não é monárquico. Não está concentrado em uma única pessoa, mas, teoricamente, é do povo, e a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados membros, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (Art. 1º) regido por uma Constituição (Direito). Já não é o poder de um ditador, mas o poder das leis, que estão subordinadas à Carta Magna.

Essa ideia de não ser governado por uma pessoa soberana, tipo rei, mas por uma Lei Maior (Constituição) é uma percepção abstrata de que o povo delega todo o poder para uma Lei: a Constituição Federal. Dessa forma, todos os que governam o Estado o fazem, ou somente podem fazê-lo, em nome da LEI, pela LEI e por ela. Trata-se, aqui, do Princípio da Legalidade: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei (inciso II do art. 5º da CF)”. Tudo o que os nossos representantes fazem, em nome do Estado, precisa estar devidamente consignado em Lei. Ao contrário, tudo o que a lei não proíbe, ao povo está garantido fazê-lo.

Assim o Estado, pessoa jurídica, para ser dirigido, precisa anteriormente ser governado, e é para evitar a soberba desse governo, enquanto administra o Estado, que a própria Lei (CF) limita o poder, garantindo a separação de funções, para o exercício desse “Poder”. Vejamos:

“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

As funções do poder público

O Poder Executivo está investido da função de administrar e governar o ente federativo. No Município, portanto, o executivo é o

Prefeito; no Estado e no Distrito Federal, é o Governador e, na União, é o Presidente da República. Importante salientar que o Presidente, além de exercer essa função de chefe de governo da União (função interna do País), ele também exerce a função de chefe de Estado (função externa do País). A esse regime, chamamos de PRESIDENCIALISMO. A representação dessa função é escolhida periodicamente (no Brasil, a cada quatro anos) através do voto direto, secreto e universal, mediante as eleições majoritárias.

O Poder Judiciário possui a função típica de julgar, de dirimir os conflitos que lhe são levados, tanto os conflitos concretos (individuais), como aqueles que violam as normas jurídicas (leis), no âmbito geral e coletivo. O Judiciário pode, portanto, declarar a aplicabilidade ou não de uma lei, no caso a caso, que é levado em juízo. A nossa Corte Maior é o Supremo Tribunal Federal – STF que protege a Lei maior (Constituição Federal), e o Superior Tribunal de Justiça, além dos Tribunais de Justiça em cada Estado, que distribuem seus juízes e varas em fóruns nas cidades/Comarcas.

Assim, chegamos ao Poder Legislativo, que possui duas funções típicas: a de criar leis (legislar) e a de fiscalizar o Poder Executivo. Nos Municípios, temos as Câmaras Municipais com os vereadores; nos Estados, as Assembleias Legislativas com os Deputados Estaduais; no Distrito Federal, com a Câmara Legislativa e com os Deputados Distritais e, na União, o Congresso Nacional (bicameral). A Câmara Federal (513 Deputados Federais) representa o povo nos Estados, e o Senado Federal (81 Senadores Federais) representa os Estados-membros da federação, sendo três senadores por cada Estado.

Todos os poderes, portanto, são autônomos e independentes. Isso quer dizer que um não tem poder de interferência no ato de gestão do outro, ou seja, cada um possui condições financeiras próprias e condições administrativas de autogestão.

Diante dessa premissa, pode-se concluir que, muito embora as pessoas deem maior importância às eleições do Poder Executivo, que governa os entes federativos, acabam escolhendo seus parlamentares para o Poder Legislativo de forma secundária. Essa atitude distorce as funções dos poderes e o resultado historicamente tende a ser desastroso.

Há um equívoco, pois o Poder Executivo não poderá fazer nada sem a LEI, e quem faz a Lei é exatamente o Poder Legislativo, ou seja, o parlamento. Há, nesse sentido, a necessidade da coerência política por parte de quem vai autorizar o programa de governo do executivo, seja no Município, no Estado, no Distrito Federal ou na União. A partir de outro ponto de vista, se a função do Legislativo é fiscalizar o Executivo, o critério político de escolha também deve levar em consideração se o eleito vai, de fato, fiscalizar ou “encobrir” os erros da administração do Executivo.

É um equívoco, por exemplo, analisar o Legislativo apenas pela lista de presença dos parlamentares em sessão, ou pelo número de sessões que existem na semana, pois transformamos o Legislativo numa fábrica de fazer leis, sem analisar a presença do parlamentar junto aos eleitores. Torna-se um paradoxo reclamar que o parlamentar só vai até o povo para pedir voto, e, ao mesmo tempo, quando eleito, atribuir-lhe disfunção, se não estiver presente no gabinete ou na sessão da casa.

O grande erro, portanto, é analisar o Legislativo pelo número de leis que ele propõe na casa legislativa, pois afinal leis boas há em todos os lugares, mas se elas não forem devidamente executadas, nada transformarão. Portanto, não pode ser esse o único critério de avaliação dos parlamentares.

Para se analisar o Poder Legislativo, faz-se necessário pensar em duas funções: se há legislações em defesa dos interesses públicos e se há fiscalização do Executivo, sendo esta última essencial para que os direitos de fato se transformem em políticas públicas, para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais (inciso III do art. 3º da CF).

O Poder Legislativo do Município de São Paulo

Assim, passo a apresentar o Poder Legislativo do Município de São Paulo, criado em 5 de abril de 1560. É o maior do Brasil, com 55 vereadores e 18 partidos. Nas eleições de 2016, houve apenas 40% (quarenta por cento) de renovação, com 11 mulheres eleitas, ou seja, apenas 1/5 dos vereadores. O prédio atual da Câmara fica no Palácio Anchieta no Viaduto Jacareí, nº 100, Bela Vista, centro de São Paulo.

Nas eleições municipais de março de 1936, 20 vereadores foram eleitos para a Câmara Paulistana, depois de uma acirrada disputa entre o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PC (Partido Constitucionalista). Os trabalhos dessa legislatura tiveram início em julho de 1936. Encerraram-se em 10 de novembro de 1937, quando o Estado Novo (1937-1945), mais uma vez, silenciou os legislativos.

A primeira mulher eleita para a Câmara, Elisa K. Abramovich, não pôde assumir o cargo. A presença feminina só aconteceu, de fato, na segunda legislatura, que teve início em 1952, com a vereadora eleita Anna Lamberg Zéglio.

Para a quarta legislatura, que teve início em janeiro de 1960, assumiu o vereador João Brasil Vita. Ele fez parte consecutivamente de dez legislaturas, uma marca histórica, entre 1960 e 2004. Foi presidente da Câmara Municipal em duas ocasiões, entre janeiro de 1973 e janeiro de 1975, e entre janeiro e dezembro de 1996.

Independente da situação política nacional, os vereadores continuaram a discorrer sobre os problemas da cidade e a propor alternativas aos prefeitos. Aliás, durante o período em que os prefeitos foram nomeados (1969 a 1985), vereadores se firmaram como porta-vozes das demandas dos bairros.

Entre as realizações e os grandes temas discutidos na sexta legislatura, destaca-se a aprovação do primeiro Plano Diretor municipal com força de lei, em 1971, decretado pela Câmara Municipal e promulgado pelo prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz. O plano estabeleceu o zoneamento como importante meio de controle do desenvolvimento urbano.

Desde a 11ª legislatura (1/1/1993 a 31/12/1996), a Câmara Municipal passou a ter 55 vereadores, limite máximo estabelecido pela Constituição Federal, proporcional ao número de habitantes. Com o processo de descentralização das políticas públicas no Brasil, aumentaram as atribuições do governo municipal, o que tornou o papel do vereador ainda mais importante.

Minha experiência de militância política

Iniciei minha militância partidária na esquerda em 2002, motivado pela Comunidade Eclesial de Base (CEB) Divino Espírito Santo, da Paróquia São Mateus Apóstolo (Região Belém da Arquidiocese de São Paulo), e pelo serviço de atendimento às crianças e adolescentes “CEC 9 de julho”. Por conta da atuação na Pastoral da Juventude, na qual experimentava a Palavra de Deus na vida dos excluídos e marginalizados, acabei escolhendo o curso de Direito, numa perspectiva de atuação em defesa daqueles que sofrem as violações de direito, que presenciava nas favelas do Jardim 9 de Julho, onde cresci e desenvolvi minha personalidade.

Depois de formado, tive diversas experiências profissionais na militância dos Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente, além das articulações políticas no bairro. Disso resultou a minha primeira candidatura a Deputado Federal em 2010 e, recentemente, em 2016, a Vereador da Cidade de São Paulo, ambas pelo PSOL.

O saldo dessas duas experiências enseja algumas considerações. Embora já desconfiasse, não teria coragem de externá-las, preocupado em parecer pessimista. Vale a pena, entretanto, apresentá-las para provocar reflexão. Concluí que o cerne do sistema eleitoral é o dinheiro. Não é um jogo no qual quem ganha é o melhor, ou a melhor proposta, a pessoa mais ética etc. O sistema funciona para eleger o melhor marketing político, o produto mais atraente. Quem tem condições financeiras investe, por conseguinte, no seu parlamentar, de quem, provavelmente, irá cobrar a conta depois. Outra constatação é que as pessoas, durante a campanha, também prometem apoio aos candidatos, e quase sempre elas não cumprem. Há ainda muitas pessoas que procuram os candidatos para benefícios próprios; que esperam dos candidatos o cumprimento de promessas inaceitáveis (leia-se corrupção), mas que também julgam que o fato de a pessoa ser candidata a converte em mais um “político-ladrão”. Há, por trás disso, uma relação de clientelismo. Outros olham a situação de ser candidato como se fosse conquista pessoal alcançada por méritos próprios. Vinham me parabenizar, por alcançar esse patamar. Con-

clusão: não somos politizados! Não sabemos o que faz o parlamento, mas desconfiamos que sirva para uma relação promíscua de troca de favores pessoais, o que é lamentável, pois enquanto a população pensa isso, as grandes empresas e o mercado financeiro usam do sistema legal para manter seus interesses e lucros.

A experiência das candidaturas também trouxe certezas otimistas: primeiro, que há pessoas que colocam os interesses pessoais em segundo plano, quando o assunto é bem comum; que essas pessoas não só verbalizam o sonho coletivo, mas especialmente o colocam em prática durante os três meses de campanha. Minha campanha foi realizada por jovens que nunca haviam feito campanha, mas que sonharam juntos, cada um com sua capacidade de ir às ruas, fazer um *meme*, elaborar um texto para as redes sociais, marcar uma reunião com a família etc. Nossa equipe chamou de pedagógico esse processo da campanha, pois uma campanha jamais poderá ser na mesma lógica do jogo de cartas, marcado pelo dinheiro, até porque não o temos, e não aceitamos dinheiro empresarial. A campanha foi de mutirão, do esforço daqueles que sonham com a transformação social e onde a eleição era uma meta, mas não o fim. Não se trata de vencer o melhor, pois o melhor não é o vencedor e sim o que a sociedade ganha com isso. Nesse sentido, hoje temos um grupo político, coeso, chamado “Coletivo – Direito pra quem?” resultado dessa última campanha.

O jogo no parlamento paulistano

No início desta legislatura (2017-2020), o então Vereador reeleito, Toninho Vespoli (PSOL), convidou-me para a assessoria legislativa na bancada do Partido Socialismo e Liberdade. O meu trabalho consiste em transformar as demandas do povo paulistano em projetos de leis. Após acompanhamento dos assessores temáticos do gabinete, quando se chega à conclusão da necessidade de alguma alteração na legislação ou de se criar uma nova legislação, eu faço a parte técnica de redação do PL. Estou também encarregado de acompanhar as demandas de fiscalização do Poder Executivo, para propor denúncia ao Ministério Público, ou consultas ao Tribunal de Contas do Município, bem como

a propositura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPIs) junto à própria Câmara, ou ainda a convocação de qualquer agente público, para prestar esclarecimento na Câmara Municipal. Consequentemente, realizo estudo técnico sobre os projetos de leis do Executivo e dos vereadores, para pautar a bancada do PSOL a fim de convidar a sociedade civil a debater os temas trazidos à Câmara.

Ao acompanhar as sessões ordinárias e extraordinárias na Câmara Municipal de São Paulo, minha impressão é bem diferente daquela que tinha, ou seja, a expectativa era uma, mas a realidade é outra. Trata-se de um jogo que possui regras. Essas regras encontram-se no Regimento Interno da Casa. Os jogadores são os vereadores que organizam seus times. Há times que se misturam com outros, para ganhar o jogo. O governo (prefeito da Cidade), atualmente o dono da bola, controla o jogo, troca favores políticos e vive articulando seu time chamado de **situação**. Quem se opõe a esse jogo, é apelidado de **oposição**. Os diversos times tornam-se, assim, duas federações: uma maior (situação) e outra menor (oposição). Se ganha o jogo quem tem a maioria, não vou precisar explicar quem costuma ganhar. Com isso, você deve estar se perguntando: O que faz então a oposição no jogo? Há times da oposição que jogam conforme as regras (regimento interno) apenas para a TV Câmara captar e transmitir sua imagem. É comum um parlamentar falar sozinho no plenário, com discurso inflamado, ético e, às vezes, crítico ao governo, até que saia do foco da câmera. Esses, no final do jogo, acabam votando junto com a situação. E há outros que, cientes de que são minoria, que não têm como mudar a regra do jogo, tentam ao menos obstruir o jogo. Fazem o trabalho de cansar os jogadores da situação, mostrar suas fraquezas e suas contradições. E quando percebem que a situação vem em peso desmontar a política pública da cidade, então é missão da oposição encher a casa de torcida (população), para pressionar o outro time e votar pelo bem das pessoas e não das empresas que o financiam.

Há jogadores que não sabem o que estão jogando. Há times que vendem seus passes a preço de banana. Há “fakes”, pois na rede social mostra-se ser uma coisa e, na hora do jogo, é outra completamente diferente. Há jogadores que, independentemente do time, sempre

jogam de acordo com o seu treinador. Mas também há time que joga sempre com a torcida, embora esses jogadores precisem ir atrás da torcida, pois a torcida não é organizada.

Quando a bola (projeto de lei) chega ao campo (plenário), significa que já houve alguma espécie de acordo, para que o dono da bola não perca o jogo. Por isso, a importância de os torcedores (os cidadãos) saberem onde ocorrem os treinos, onde podem acompanhar os jogadores e seguir as bolas. Se há um jogo público e político, ele só tem sentido se for democrático, e só valerá a pena jogar, se for para beneficiar toda a sociedade, a Casa Comum.

Nesse jogo político, as regras são chamadas de Processo Legislativo – conjunto de atos coordenados para criação de uma norma jurídica –, e a população pode e deve participar do jogo. Dessa forma, passo a descrever esses instrumentos de lutas populares nas Casas Legislativas.

Os espaços de participação na câmara

Há diversas formas de participação política, além daquela conhecida como a democracia representativa, que é quando elegemos os parlamentares pelo voto direto e secreto. Além do dever social de acompanhar o representado eleito em suas ações políticas na Casa Legislativa, deveríamos realizar a democracia participativa no processo de construção de leis e de fiscalização do Executivo.

No processo legislativo, temos como garantia constitucional participar das comissões e das audiências públicas. Nas casas legislativas mais abertas, transparentes e democráticas, há outros mecanismos de participação.

As comissões são grupos de parlamentares criados pelo Regimento Interno da Câmara. São constituídas por vereadores com representação proporcional às bancadas partidárias e estão classificadas em Permanentes e Temporárias. Abaixo, as existentes na Câmara Municipal de São Paulo:

- As Comissões Permanentes de Caráter Técnico-Legislativo são sete e têm a competência de analisar, promover estudos e pesquisas; de realizar audiências públicas, fiscalizar e convocar

responsáveis pela administração direta ou indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições; de emitir pareceres e votar projetos submetidos à sua análise, como por exemplo, a Comissão de Constituição, Justiça e Participação Legislativa.

- As Comissões Extraordinárias Permanentes são cinco e têm a competência de promover estudos e debates, avaliar e promover políticas públicas nas respectivas áreas de atuação.
- As Comissões Temporárias são criadas para apreciar assunto específico. Devem ser extintas quando alcançada a sua finalidade ou expirado o prazo de sua duração.
- As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são as que se destinam à apuração de fatos determinados ou denúncias, em matéria de interesse do Município, sempre que essa apuração exigir, além dos poderes das Comissões Permanentes – que a elas são igualmente atribuídos – poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

As sessões das respectivas comissões ocorrem semanalmente, em horário diverso das sessões ordinárias e extraordinárias que são normalmente marcadas, a partir das 15 horas, nas terças, quartas e quintas-feiras. As comissões possuem uma hora de duração e estão abertas para a população acompanhar as decisões e discussões de seus parlamentares sobre as proposições apresentadas (projetos de leis), bem como acerca dos requerimentos com vistas à fiscalização do Poder Executivo.

As comissões, por conseguinte, podem aprovar requerimento para ouvir Secretários ou qualquer agente público para prestar esclarecimentos, bem como solicitar informações, ou ainda oficiar ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público.

As Comissões também podem convocar audiências públicas. Essas possuem duração de duas horas. São presididas por vereadores e a população, além de participar, tem direito a voz, podendo ter acesso ao microfone para arguir e fazer proposições.

No caso da Câmara Municipal de São Paulo, a agenda das audiências públicas consta no próprio sítio: <www.camara.sp.gov.br>.

A Casa também possui outras formas de participação, como a Ouvidoria Parlamentar. Foi criada pela Lei municipal nº 15.507/2011 e é um canal de comunicação entre o cidadão e a Câmara. Sua missão é compartilhar informações do Legislativo Paulistano, colaborando para a transparência das ações e para a formação de uma cultura de respeito aos direitos humanos, que promova a cidadania e a democracia.

As sugestões, reclamações e observações podem ser encaminhadas à Ouvidoria por meio de formulário ou por um dos canais identificados no site da Câmara, e o prazo máximo de resposta é de 10 dias.

A Ouvidoria responde ainda pelas demandas enviadas ao Legislativo municipal com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011. No Portal da Câmara, há uma área específica dedicada à LAI. Os questionamentos com base nessa lei podem ser enviados à Câmara preenchendo-se o formulário, também disponível.

O direito à informação garante a todas as pessoas a prerrogativa de solicitar e receber informações dos órgãos e entidades públicas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com o objetivo de dar eficácia à lei, o sigilo se torna a exceção e a publicidade, a regra. Dessa forma, o cidadão pode acessar toda e qualquer informação pública, excluindo-se aquelas que possam oferecer risco ao Estado e à sociedade. A informação deve ser prestada num prazo de 20 (vinte) dias podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias desde que o motivo seja justificado.

Veja abaixo outros tipos de atendimentos que a Casa do Povo Paulistano oferece:

- WhatsApp: (11) 94153-3277
- Telefone: 0800-3-226272; horário: das 8:00 às 19:00 hs.
- Pessoalmente: Na Sala da Ouvidoria, na Câmara Municipal de São Paulo, Viaduto Jacareí, 100 – 1º Subsolo – sala 29. Horário: das 9:00 às 18:00 hs.
- Carta: Escreva para Ouvidoria do Parlamento: Viaduto Jacareí, nº 100, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01319-900.
- E-mail: <ouvidoria@camara.sp.gov.br>
- Facebook: Acesse a página da Ouvidoria e preencha o formulário.

Conclusão

O Poder Legislativo é apenas um dos espaços de participação política. Não pode ser o único, mas também não pode ser o menos importante. Afinal, ele é o próprio Estado, que, gestado por nossos representantes, tem a função constitucional de criar DIREITOS e FISCALIZAR os governos. Diante, porém, da descrença nas instituições, especialmente nas de cunho político, é fato que as pessoas afastam-se desse espaço denominado Casa do Povo. Essa não é, todavia, a melhor estratégia, pois, nesse caso, o espaço é ocupado por representantes de uma minoria que representa o poder econômico dos interesses empresariais, como tem exatamente ocorrido nessa legislatura (2017-2020) na Câmara Municipal de São Paulo, onde a pauta é traçada por lobistas, representando suas empresas visando lucro e apropriação dos bens e serviços públicos.

As limitações são históricas e culturais, desde a perspectiva clientelista do parlamento, como por exemplo, os currais eleitorais pagos mediante emendas parlamentares, que dão ao vereador o poder de “compra”, até mesmo a ausência de informações e de funcionamento do jogo político e dos próprios cidadãos desinteressados. Haja vista que isso não lhe traz nenhum benefício pessoal, mas traria enormes benefícios públicos.

Assim, as possibilidades estão atualmente em alguns parlamentares de esquerda, que sofrem a crítica da ausência de gabinete, mas que fazem-se presentes na organização do povo, nos movimentos e nas ruas, nas agendas externas, que dialogam, de forma inclusive pedagógica, ao explicar o jogo da Câmara Municipal e as reais possibilidades de uma legítima representação política. E mais do que isso, a grande contribuição que o parlamentar pode dar quando vai ao encontro da comunidade e lá ouve a denúncia e a precariedade do serviço público, com o intuito de fiscalizar e verificar se os impostos arrecadados estão sendo adequadamente investidos em políticas públicas de qualidade.

Quem não conhecer as regras do jogo político, mesmo sendo um jogo de cartas marcadas, não poderá sequer jogá-lo. Aí o poder vai continuar sendo jogado por eles, como vimos com o impeachment

da Dilma e com a não abertura da Ação Penal contra Temer. Há uma importante necessidade de transformação social. Ela vem das ruas, do movimento organizado, mas o processo poderá ser acelerado se acompanhado por representantes desses gritos, que ecoem as nossas mazelas também dentro dos espaços estruturados de poder. Coragem, vamos à luta, vamos participar e construir a cidade das pessoas e não do mercado ou do capital. Rumo à Nova Civilização do Amor!

Referência Bibliográfica

- CARDOSO, J. N. A.; ALCÂNTARA, A. F.; RODRIGUES DE JESUS, F. *Serviços jurídicos: práticas em departamentos jurídicos, de recursos humanos e de contabilidade*. São Paulo: Érica, 2017.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história*. 2ª ed. São Paulo: CMSP, 2012.
- Constituição Federal do Brasil, 05 de Outubro de 1988;
- Site da Câmara Municipal de São Paulo: <www.camara.sp.gov.br>.
- São Paulo, Lei Municipal nº 15.507 de 13 de Dezembro de 2011.
- Brasília, Lei Federal nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011.



11.

ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA WALDEMAR ROSSI FORMANDO NOVAS CIDADÃS E NOVOS CIDADÃOS

Caci Amaral, Márcia Castro e Mônica Lopes¹

*“Põe a semente na terra, não será em vão!
Não te preocupe a colheita, plantas para o irmão!”*

Mística e experiências anteriores

Atenta à necessidade de formação cidadã para a efetiva atuação e evangelização no mundo da política, a Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo, em 2012 – período em que a Igreja no Brasil celebrava o Ano da Fé, como resposta da Pastoral ao chamado para conhecer melhor e viver de forma mais profunda a fé professada –, iniciou os primeiros passos para a organização da *Escola de Fé e Política Waldemar Rossi - EFPWR*. Em 2013, a Campanha da Fraternidade convidou-nos a refletir, rezar e agir, em vista da fraternidade e da juventude, e a dizer junto com o profeta Isaías: “Eis-me aqui, envia-me” (6,8). Inspirada na mística do Ano da Fé e da CF 2013, entendendo a ação política como suprema caridade, planejamento e divulgação realizados, naquele ano foram iniciadas as aulas da primeira turma da EFPWR, na Região Episcopal Belém da Arquidiocese de São Paulo. Deve-se registrar que, já em 2010, as

¹ Caci Amaral: coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de SP; membro da coordenação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE Estadual SP; secretária-geral do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de SP.

Márcia Castro: coordenadora da Pastoral Fé e Política da Região Episcopal Belém; coordenadora e orientadora da EFPWR.

Mônica Lopes: agente da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Gestor da Rede de Escolas de Cidadania de São Paulo.

Oficinas do I Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo novamente destacaram a importância da formação de leigos e leigas e da articulação das Pastorais, tendo em vista a participação cidadã na busca do bem comum, a qualidade de vida, a realização de direitos e a promoção e defesa da dignidade da pessoa. Experiências anteriores, das quais os membros da Pastoral foram partícipes, inspiraram e colaboraram para a concretização do projeto da escola.

Cumprе citar, como antecedente histórico:

- Em 2008, o Curso de Extensão em Fé e Política, organizado pela Pastoral Fé e Política, em parceria com as Faculdades Integradas Claretianas, no município de São Paulo, com o tema “Formando cidadãos onde todos os direitos sejam de todos”. Esse curso teve a coordenação de Caci Amaral e Pedro Aguerre, este, professor da PUC/SP. Foi um curso de 90h, desenvolvido no período de um ano.
- A experiência do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP), iniciativa da CNBB, um serviço para a formação política dos cristãos leigos e leigas, sob a presidência da Comissão Episcopal para o Laicato. Com formação presencial e à distância, esse curso vem favorecendo, desde 2009, a troca de experiências entre escolas de cidadania espalhadas por dioceses e entidades no Brasil.
- O projeto Escolas da Cidadania, iniciado pelo Padre Antonio Luiz Marchioni (Pe. Ticão) em 2010, com a fundação da Escola da Cidadania da Zona Leste, Pedro Yamagushi Ferreira.
- Em 2012, a fundação da Escola da Cidadania da Zona Sul, Santo Dias, sob a liderança do Padre Jaime Crowe.

Apoiada nessas experiências, a Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo deu início à organização da escola da região Belém. Considerando a identidade da pastoral e a experiência de 2008, optou-se por denominá-la “Escola de Fé e Política”, explicitando assim a identidade da formação política, a partir da fé cristã. Ao longo dos seus quatro anos de atividades, alunos e alunas assumiram a participação em diferentes conselhos – Saúde, Educação, Participativo, Tutelar,

Idoso, Juventude e Universitário. Por meio da escola, a Pastoral Fé e Política vem promovendo o empoderamento de leigos e leigas, formando novas lideranças para a cidadania ativa.

O patrono da escola

Em 2012, a Pastoral Fé e Política iniciou o planejamento para a organização da escola, até que chegou o momento de escolher seu nome. Queríamos homenagear um leigo ou leiga, tendo como referência sua caminhada cristã, que tivesse compromisso reconhecido publicamente com a política e, se possível, que fosse morador da região onde se localizava a EFPWR, a Zona Leste da cidade de São Paulo. Unanimemente, escolhemos para patrono de nossa escola o amigo Waldemar Rossi.

Ao decidirmos registrar a memória de luta de Waldemar Rossi – leigo, operário, sindicalista e membro fundador da Pastoral Operária –, colocando seu nome como identificação da Escola de Fé e Política, não esperávamos sua adesão ao nosso trabalho. Mas assim ele fez. Aos 79 anos, esteve todas as segundas-feiras nas aulas de 2013 a 2015 sempre alegre, participativo, semeando consciência, a cada aula, com seus comentários. Sempre com humildade, acompanhava nossa caminhada; jamais quis assumir o comando. Mostrava-se presença de luz, amiga, solidária e sábia. Ministrou várias aulas com grande propriedade. Um operário autodidata que se formou ao longo da caminhada de militante, discípulo missionário de Jesus Cristo em plenitude. Waldemar Rossi demonstrava muita clareza diante dos fatos, analisava as raízes dos problemas. Não ficava na superficialidade. Sempre com um sorriso franco, transmitia-nos os fundamentos da alegria do Evangelho. Falava das barbáries de ontem e de hoje, da importância do trabalho de formação e ação na base e com a base, sempre a partir dos mais sofridos, e da organização do povo em pequenos grupos. Waldemar foi para a EFPWR o profeta da esperança. Ficava extremamente feliz com as ações assumidas pelos alunos e alunas, ao atuarem em conselhos de políticas públicas, na organização de grupos na periferia e ao cuidarem do desenvolvimento da consciência crítica frente à realidade.

Sabia da importância de semear e não tinha pressa, nem imediatismos. Dizia-nos que as mudanças ocorrem em processos, e que os processos precisam ser desencadeados. Na sua sabedoria de semeador, dizia ele: “A Escola de Fé e Política é instrumento de conscientização e de ação transformadora”. Por três anos, tivemos o privilégio da sua presença e agora é imensa a sua falta. Mas “a luta continua!”, lembra o lema de Waldemar Rossi, para nos chamar à ação e à reflexão.

Registramos aqui trechos de sua reflexão na aula de abertura da Escola de Fé e Política, em 2013:

“A melhor forma de fazer política, e a mais eficaz, é a acumulação das forças populares. As mudanças não virão sem um projeto de interesse do povo, e sim pela mobilização popular prolongada e consistente.”

“Não violência não é a mesma coisa que timidez, covardia, acomodação.”

“A coragem e a perseverança são qualidades indispensáveis ao político consciente.”

“Busquem, em primeiro lugar, o Reino de Deus e sua justiça, e tudo mais vocês receberão por acréscimo.”

Em 2014, Waldemar elaborou uma carta dirigida às Escolas de Cidadania reunidas na Rede de Escolas de Cidadania - REC.

Os planos pastorais da arquidiocese e a EFPWR

Com a organização da EFPWR, a Pastoral Fé e Política testemunha sua integração com a Pastoral da Arquidiocese de São Paulo que, no 11º Plano de Pastoral (2012-2015) e 12º Plano de Pastoral (2016-2019), alerta para desafios a serem superados e propõe ações diretamente vinculadas à Pastoral Fé e Política e à EFPWR. Na 5ª urgência: *Igreja a serviço da vida plena para todos*, dizem esses Planos de Pastoral:

- A família precisa ser também sujeito da ação política, para que o Estado assegure o exercício de direitos e deveres inerentes à vida familiar (nº1).
- Estudo e reflexão sobre a Doutrina Social da Igreja (nº 6).

- Estimular a participação social e política dos cristãos leigos e leigas nos diversos níveis e instituições, promovendo a sua formação permanente e iniciativas concretas, incentivando a sua participação nos Conselhos Paritários e Comunitários, bem como de Direitos Humanos (nº 11).
- Favorecer a colaboração e a parceria das instituições católicas com outras instituições privadas ou públicas, com os movimentos populares e outras entidades da sociedade civil, nas causas justas e compatíveis com a fé e a moral cristãs, visando à implantação e à execução de políticas públicas voltadas para a defesa e a promoção da vida e do bem comum, conforme a Doutrina Social da Igreja (nº 12).
- Formar grupos de Pastoral de Fé e Política nas Regiões Episcopais, setores e paróquias, motivando e preparando os fiéis para a difícil e nobre ação política em busca do bem comum (*Gaudium et Spes* 457), como testemunhas do Reino de Deus na Cidade (nº 13).

Localização

A EFPWR está instalada no Centro Pastoral São José, situado à Rua Álvaro Ramos, 366, no bairro Belém, Zona Leste de São Paulo, e integra-se com a ação pastoral da Região Episcopal Belém. Sua coordenação é exercida por leigos e leigas dessa mesma região episcopal, tendo como assessores a coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese, um professor da PUC/SP e um padre da Região Episcopal Belém. Está integrada à Rede das Escolas da Cidadania – REC; tem parcerias com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (responsável por atribuir aos alunos o certificado de curso de extensão), a Escola de Governo, (para definição da grade e apoio na escolha de professores) e a Rede Nossa São Paulo – RNSP (para monitoramento do *Programa de Metas da Prefeitura*, por meio do uso da ferramenta *De olho nas Metas*).

Objetivos da EFPWR

Objetivo geral:

Refletir e aprofundar questões sociopolíticas e socioeconômicas e culturais da cidade de São Paulo a partir da fé cristã, visando à atuação cidadã, sendo “sal e luz no mundo”.

Objetivos específicos:

- Compreender aspectos fundamentais da Doutrina Social da Igreja;
- Refletir as questões sociais sob o ponto de vista da ética e da moral cristã;
- Desenvolver o senso crítico em vista da participação cidadã;
- Compreender os instrumentos de planejamento da cidade e motivar para a cidadania ativa;
- Fomentar o diálogo com o poder público propondo a participação social, a transparência ativa e ações concretas frente às demandas identificadas no curso.

Mística

Em uma das avaliações semestrais com alunos e alunas, coordenação, colaboradores e assessores, percebemos que a relação entre fé e política acontecia de forma pontual, sobretudo nas aulas sobre Doutrina Social da Igreja (DSI). Entretanto, era objetivo da EFPWR que a consciência e a vivência dessa relação fossem a base do curso. A partir de 2014, Waldemar Rossi, tendo em vista tornar presente a relação fé e política, propôs e tomou a iniciativa de preparar o momento da mística de cada aula. Seguindo o programa do curso, ele apresentava um texto bíblico ou da DSI para o início das aulas, objetivando a construção, de forma processual, dessa relação. Quantas vezes o professor mencionava que o conteúdo mais importante da aula já havia sido apontado por Waldemar! Temos depoimentos de alunos. Um deles dedicava-se a não se atrasar para não perder a reflexão do Waldemar, e outro declarou: “Eu não sabia da íntima relação entre fé e política presente na Palavra de Deus, até vir aqui na Escola

e participar das reflexões do Waldemar.” Assim, aprendemos com esse mestre e amigo. Atualmente, a coordenação da EFPWR assume a preparação da mística, dentro dessa mesma metodologia, a fim de trazer à consciência dos alunos e alunas a relação entre fé e política, iluminando a realidade com a luz da Palavra de Deus.

Metodologia

A EFPWR está em seu quinto ano de realização com aulas semanais, sempre às segundas-feiras, das 19h30 às 21h30, num total de 76 horas/aula. Adota a metodologia da ação-reflexão-ação, apoiando-se no Ver, Julgar, Agir e Celebrar. As aulas teóricas contam com auxílio de recursos audiovisuais e de debates; a síntese dos conteúdos apresentados pelos docentes é disponibilizada aos alunos e alunas, e ao público em geral, por meio do site da Pastoral Fé e Política, sendo os temas do conteúdo complementados por debates relacionados à conjuntura política, com representantes do poder público, membros de conselhos participativos e outros. Orientados pela coordenadora da escola, alunos e alunas, em grupos por subprefeitura, escrevem e apresentam ao final do ano seus trabalhos de conclusão de curso, os TCCs.

Grade

A cada ano, a grade de conteúdos é submetida à avaliação dos(das) assessores(as), da coordenação, de alunos e alunas, e reformulada no que for necessário. Após o primeiro ano de atividades, avaliou-se como importante que o conteúdo da formação fosse focado no município de São Paulo. Além do fato dos TCCs serem elaborados por prefeituras regionais, considerou-se, para essa mudança, que as eleições para os Conselhos Participativos das Prefeituras Regionais aconteceriam no segundo semestre de 2014. A EFPWR incentivou a participação de alunos e alunas, dos quais 20 se candidataram e oito foram eleitos, num universo de mais de 1.500 conselheiros. O conteúdo da Escola, inicialmente focado numa análise política mais abrangente, passou a dar prioridade ao conhecimento das estruturas político-administra-

tivas da cidade e ao estudo das respectivas políticas de planejamento (Lei Orgânica, Plano Diretor, Orçamento e Programa de Metas). Essa avaliação trouxe significativa modificação no conteúdo desenvolvido nos anos posteriores. Em 2013, os três módulos do curso foram: 1 - Fé, Política e Realidade Local; 2 - Fé e Vida: Questões Fundamentais; 3 - Fé, Política, Economia e Sociedade. Em 2014, os módulos foram: 1 - Fé, Política e Realidade Local; 2 - Fé e Vida: Políticas Públicas. Nesse ano, a cidade discutiu a revisão participativa do Plano Diretor Estratégico e os alunos foram incentivados a acompanhar as audiências públicas. Em 2015: 1 - Fé, Política e o Planejamento da Cidade; 2 - Fé, Política e a Participação do Cidadão, sendo um módulo por semestre. No encerramento do primeiro semestre, fez-se uma análise de conjuntura sobre a cidade; no segundo semestre, foram discutidas as políticas públicas municipais e instrumentos de controle social, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), o controle do orçamento e as audiências públicas. Também em 2015 terminou o primeiro mandato dos conselheiros participativos e, novamente, a EFPWR incentivou a participação dos alunos na eleição para o mandato seguinte. Quinze alunos se candidataram e cinco deles foram eleitos. Em 2016 e 2017, foram mantidos os mesmos módulos de 2015.

Avaliação

A coordenação e os assessores, por meio das informações registradas durante o ano, avaliam o desenvolvimento do curso, do corpo docente e discente, utilizando os seguintes instrumentos:

- Controle de lista de presença;
- Avaliação dos TCCs, por meio de leitura dos trabalhos finais e da apresentação destes para professores avaliadores;
- Avaliação feita pelos alunos e alunas a partir de questionário;
- Avaliação espontânea de alunos(as) e ex-alunos(as).

Equipe de trabalho

Integram a equipe de trabalho uma assessora, um coordenador e uma coordenadora (sendo esta a orientadora dos TCCs), dois auxi-

liares (um para inserir arquivos digitais no site, blog e Facebook do curso; outra para secretaria e organização do acervo da Biblioteca da EFPWR, inaugurada em 2016), além de um grupo de 15 professores e professoras.

Manutenção

As fontes de recursos envolvem:

- Doação anual do Fundo do Laicato da Arquidiocese de São Paulo;
- Utilização das estruturas do Centro Pastoral São José do Belém: salas de aula e os equipamentos necessários (banheiros, água, luz);
- Contribuição mensal dos alunos e alunas;
- Doação da Região Episcopal Belém;
- Doação de leigos e leigas;
- Doação da pastoral Fé e Política;
- Utilização de equipamentos pessoais dos coordenadores e professores.

O contexto da cidade de São Paulo

A EFPWR está inserida numa cidade imensa, plural, excludente, dividida entre regiões geográficas contrastantes – algumas com índices de desenvolvimento comparáveis aos países desenvolvidos –, com a maioria da população expulsa para áreas periféricas, com equipamentos públicos de atendimento de direitos básicos ausentes ou deficitários. A questão da desigualdade na cidade é estrutural e perversa. Reflete a política econômica, social e cultural que informa e orienta as decisões políticas do país. Deixa os ricos nas regiões geográficas que já dispõem de condições dignas de vida e impele a grande maioria da população para os extremos da cidade, ou para guetos dentro do perímetro geográfico com melhor qualidade de vida. Sempre que o tema eleitoral é discutido, seja em encontros, na EFPWR ou em programas de rádio, a pastoral denuncia a perversa distribuição de renda do país e o desvio dos recursos públicos para

pagamento de juros aos rentistas, no valor de praticamente 50% do PIB brasileiro, além de lutar por uma reforma política que venha a permitir a reforma tributária que modifique a cobrança de impostos, ao determinar sua incidência sobre os grandes proprietários de bens e renda, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas. As interferências da Pastoral Fé e Política nessa realidade acontecem pela presença de alunos e alunas da EFPWR, ou de agentes da pastoral, em conselhos municipais, na Câmara Municipal de SP, em audiências públicas realizadas nas prefeituras regionais, no apoio à atuação da Equipe Arquidiocesana de Defesa da Criança e do Adolescente (CRIAD), na divulgação, pela internet, de ações de entidades, movimentos sociais e pastorais, ou nos temas abordados em intervenções divulgadas pela Rádio 9 de Julho.

A participação da coordenação da pastoral no colegiado da RNSP reflete a preocupação desta com o combate à desigualdade na cidade de São Paulo, pois a RNSP tem, entre seus objetivos, conseguir quebrar a desigualdade entre as regiões da cidade, pressionando o poder público para atuação prioritária em territórios com grande vulnerabilidade e pela adequada elaboração do Plano de Metas. A EFPWR integra um grupo que reflete sobre o Programa de Metas da Periferia, instrumento construído pela Escola de Cidadania Pedro Yamagushi com a colaboração da comunidade, elencando as principais reivindicações dos territórios em relação aos serviços da prefeitura.

A elaboração dos TCCs

Como parceira da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a EFPWR compromete-se a controlar a frequência dos alunos e alunas e a propiciar condições para que realizem um trabalho de conclusão de curso, garantindo, assim, o certificado final expedido pela UNIFESP. Os critérios abaixo orientam a escolha do tema e a elaboração dos TCCs:

- Sua elaboração é momento privilegiado para desenvolver a capacidade de pesquisa e conhecimento da realidade, seja por meio de leitura ou por observação de campo.

- Sua realização responde à vida de fé de pessoas que, ao entenderem a realidade, querem melhor realizar seu compromisso com o Evangelho, que convoca para a construção do bem comum.
- Atividades de pesquisa no território e leitura de informações relacionadas ao tema ocorrem fora da sala de aula.
- Preferencialmente, o TCC deve ser desenvolvido em grupo, favorecendo a capacidade de trabalho em equipe e a convivência entre pessoas de diferentes experiências e motivações.
- Os grupos são formados por local de residência, ou seja, por prefeitura regional e não por empatia, lembrando aos alunos e alunas que, na ação política, temos que administrar diferentes olhares e demandas, bem como eleger qual aspecto nos une.
- Cada grupo tem autonomia para eleger o aspecto do território que será objeto do TCC, incentivando-se a apropriação das demandas do território e a participação local.
- Além de apontar problemas, o TCC deve apontar soluções.
- Sempre haverá um ganho maior pela realização do TCC quando este gerar ações locais de continuidade e na organização da comunidade.
- O trabalho realizado pelos grupos é acompanhado durante o ano em encontros mensais, fora do período das aulas, com a orientadora dos TCCs e coordenadora da escola.

Em 2013, a metodologia utilizada foi a acadêmica. Na avaliação de final do ano, a coordenação achou por bem passar a utilizar a metodologia do *Ver, Julgar e Agir*, uma vez que o TCC é um instrumento para a ação cidadã no território. No *Ver*, recuperam-se os conceitos abordados nas aulas e faz-se a busca de dados na Lei Orgânica do Município, no Plano Diretor, no Plano de Metas, no orçamento municipal, nos indicadores da própria prefeitura e de entidades como a RNSP. No *Julgar*, o tema é iluminado pela Palavra de Deus, pela Doutrina Social da Igreja e pelas Campanhas da Fraternidade. Também as causas dos problemas levantados no *Ver* são julgadas, procurando responder à questão: quais são as raízes desses problemas? Esse olhar

foi incentivado por Américo Sampaio, sociólogo da RNSP, quando avaliador dos TCCs. A busca constante por detectar as raízes dos problemas foi semeada pelo patrono da Escola, Waldemar Rossi, que sempre chamou a atenção dos participantes para que não ficassem na análise superficial dos problemas, mas fossem em busca de suas raízes. Ao final do curso, cada grupo apresenta seu TCC para uma banca de professores e professoras especialmente convidados, e que recebem com antecedência os trabalhos a serem avaliados. Ao final de cada apresentação, os professores comentam com o grupo aspectos destacados pela leitura dos trabalhos, acrescidos com os pontos observados durante a apresentação, preenchendo, em seguida, uma ficha de avaliação. Os trabalhos são disponibilizados na página da Pastoral Fé e Política.

Expandindo as atividades

1. Testemunho de participação política

A EFPWR propôs-se, em 2013, a estudar a realidade da cidade e do país, a conhecer os caminhos da participação nas estruturas políticas e a iluminar essa realidade com a Palavra de Deus, as orientações do Magistério e com os princípios da DSI, de modo a exercer uma atuação transformadora a favor do bem comum. Seu primeiro curso teve início dia 18 de fevereiro daquele ano, para mais de 70 alunos, sendo que 50 permaneceram na caminhada. Alunos e alunas estiveram presentes e interferiram em audiências públicas organizadas pela prefeitura ou pela Câmara Municipal, conhecendo os caminhos da participação e, com a graça de Deus, hoje são testemunhas de Jesus Cristo na cidade, atuando no mundo da política. Ainda em 2013, 20 alunos candidataram-se ao Conselho Participativo Municipal e uma aluna candidatou-se ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sempre focada em compreender a organização política e administrativa da cidade, visando à ação cidadã de alunos e alunas preparados para atuar em conselhos municipais da cidade de São Paulo, em movimentos sociais e entidades organizadas da sociedade civil, a EFPWR articula-se com as prefeituras regionais e conselhos

participativos por meio de pesquisas desenvolvidas por alunos e alunas para realizar seus TCCs, pela presença em classe dos que atuam como conselheiros em órgãos da administração pública e por meio de audiências públicas realizadas pela administração municipal e/ou pela Câmara Municipal de SP. Estimulados pelas orientações recebidas durante as aulas, alunos e alunas testemunham e fomentam a ação social em suas paróquias e comunidades, favorecendo a consciência e a vivência da relação fé e vida, o compromisso com os objetivos e atividades da Campanha da Fraternidade e o olhar atento para convidar, conforme nos pede Jesus Cristo, *os pobres, aleijados, coxos e os cegos*, como protagonistas da ação política (cf. Lc 14,13). Relacionamos abaixo outras ações no mundo da Política incentivadas pela EFPWR e pela pastoral Fé e Política:

✓ Com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE Estadual SP:

- Coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular Eleições Limpas;
- Formação de comitês para combate ao Caixa 2.

✓ Com a Rede Nossa São Paulo:

- Articulação para introduzir mecanismos de democracia direta na Lei Orgânica Municipal, para a descentralização do governo e eleição direta dos prefeitos regionais;
- Acompanhamento das ações dos Conselhos Participativos, organizando o Observatório dos Conselhos Participativos;
- Fiscalização das contas da prefeitura de São Paulo através de participação no Observatório Nacional/SP;
- Elaboração de carta compromisso para candidatos a prefeito, comprometendo-os com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Atuação em mobilizações a favor da qualidade de vida da cidade, em audiências públicas na Câmara Municipal e em processos de fiscalização do governo.

- ✓ Com o Movimento de Integração Campo Cidade, MICC.
- ✓ Com o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, pela participação na Campanha Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais.
- ✓ Com a Escola de Governo, para assessoria à EFPWR e para inserções na Rádio 9 de Julho.

2. Comunicação

Com a colaboração de dois de seus membros, a Pastoral Fé e Política mantém o endereço <<http://www.pastoralfp.com>>, utilizado também pela EFPWR. Nele estão inseridos os folhetos de divulgação da escola, o corpo docente, a grade curricular, resumo de aulas ministradas, o material disponibilizado pelos professores e professoras, além de vídeos de algumas das aulas. A página do Facebook <<https://www.facebook.com/efpwr>> auxilia no trabalho de registro das informações e divulgação de convites para aulas e discussão de temas. A comunicação com alunos, ex-alunos, parceiros e grupos informais ocorre também via e-mail: escolafp@pastoralfp.com. As atividades da EFPWR são repercutidas na Rádio 9 de Julho, da Arquidiocese de SP, (1600-AM), às sextas-feiras, no Programa Igreja em Notícia, com intervenção da coordenadora e orientadora dos TCCs.

3. Organização de outras escolas: surge a Rede de Escolas de Cidadania

A possibilidade de expandir a formação política concretizou-se com a presença de alunos e alunas interessados em organizar novas escolas de fé e política nas regiões episcopais da Arquidiocese de São Paulo e em outras dioceses do Estado de São Paulo. Assim, em 2014, surgiram as Escolas de Fé e Política da Região Episcopal Santana, da Arquidiocese de São Paulo, da Diocese de Guarulhos e da Diocese de Mogi das Cruzes. Em 2015, leigos e leigas, também inspirados pela experiência da EFPWR, deram início à Escola de Fé e Política da Região Episcopal Ipiranga da Arquidiocese de São Paulo. Nesse mesmo ano, a coordenação da EFPWR recebeu convite da Diocese de Itapeva para uma oficina sobre o seu funcionamento, tendo em vista o interesse pela implantação de uma escola local na diocese.

Membros da pastoral também levaram a experiência da EFPWR e de outras escolas para a Diocese de Jundiaí, que também organizou sua própria escola. Com o objetivo de integrar e fortalecer as experiências das escolas de cidadania ou de fé e política, as lideranças dessas escolas organizaram a Rede de Escolas de Cidadania (REC), cuja experiência está relatada em texto anexo.

4. Biblioteca

Em 2016, iniciou-se a constituição da Biblioteca da Escola de Fé e Política Waldemar Rossi, com acervo construído por doações de professores(as), alunos(as), ex-alunos(as), membros da coordenação da EFPWR, da Pastoral Fé e Política e de outras pastorais e movimentos, com destaque para a doação realizada por Célia Rossi: aproximadamente 500 livros, boa parte da biblioteca do patrono da escola, Waldemar Rossi. A organização da biblioteca transformou-se em um TCC de uma aluna, que se disponibilizou a organizar o acervo. O Centro Pastoral São José do Belém disponibilizou um armário onde estão guardados os livros catalogados do acervo; os livros são emprestados aos alunos e membros das Pastorais. No início de cada aula, a coordenadora apresenta dois ou três exemplares cujo tema tem a ver com a temática da aula, incentivando a que os participantes solicitem os livros. Em 2017, a EFPWR passou a utilizar um *software* escolar para gerenciar as turmas, em especial a atual, além do acervo da biblioteca.

5. Formação de novos coordenadores

Tendo em vista a formação de novos colaboradores para a coordenação da EFPWR e de outras experiências semelhantes, foi ofertada uma bolsa de estudos no Curso de Formação em Fé e Política do Centro de Formação Política Dom Helder Câmara (CEFEP) para um aluno, participante da Pastoral da Juventude, que se mostrou bastante colaborativo com as atividades da Escola. Alunos e alunas de turmas anteriores disponibilizaram-se a colaborar com a Escola, recepcionando colegas e professores, no controle de frequência, etc. Até o momento, seis alunos realizam ou realizaram atividades de auxílio à coordenação.

6. Articulação com movimentos, organismos e pastorais

Ampliando o leque de possibilidades de participação no mundo da política, outras atividades são divulgadas pela rede comunicação da EFPWR. A escola funciona como um centro irradiador, e muitas vezes impulsionador, de novas atividades cidadãs. Com essa finalidade, desde 2015 a coordenação da EFPWR integra e motiva a organização das atividades do Fórum das Pastorais Sociais da Região Episcopal Belém, constando as atividades do Fórum na grade curricular da escola. Outras atividades podem ser relacionadas:

- Realização de formações sobre Fé e Política para grupos e movimentos, principalmente nos anos eleitorais;
- Divulgação de cartilhas com orientações para os eleitores, em paróquias, comunidades, movimentos, entidades e pastorais;
- Participação nas articulações das pastorais sociais da Arquidiocese e regiões episcopais;
- Incentivo à formação de grupos da Pastoral Fé e Política nas regiões e paróquias;
- Participação na Equipe CRIAD de apoio aos Conselheiros Tutelares e ao trabalho do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

7. Campanha da Fraternidade

As Campanhas da Fraternidade (CF), cujos temas propostos anualmente pela CNBB focam aspectos da realidade do país que atentam contra a dignidade do ser humano e da vida do planeta, são de especial valia para a EFPWR como instrumentos de formação e evangelização. Considera-se que a CF é um momento, por excelência, de evangelização do povo brasileiro, favorece a consciência da relação entre fé e vida e a decisão por trabalhar a favor de outro modelo de desenvolvimento que coloque, à frente de seus objetivos, a dignidade do ser humano, com especial atenção aos excluídos da sociedade de consumo. Desde 2013 a EFPWR integra a equipe responsável pela CF na Região Episcopal Belém, seus coordenadores participam do processo de preparação e avaliação das CFs, organizadas pelo Regional Sul 1 da CNBB, e o tema do ano é sempre trabalhado com alunos e

alunas. Em 2017, como prioridade da Região Episcopal Belém, foi escolhida a proposta de luta pela revitalização ecológica dos córregos do território – prioridade esta assumida pelo bispo regional, pela coordenação de pastoral, pelo fórum das Pastorais Sociais e pelos 10 setores que integram a região, incluindo suas paróquias e comunidades, abrangendo o território de cinco prefeituras regionais da Zona Leste de São Paulo.

Histórico, formação e objetivos da rede de escolas de cidadania de São Paulo – REC/SP

Entusiasmados(as) com o resultado positivo que as Escolas de Cidadania da Zona Leste (Ermelino Matarazzo) e da Zona Sul (Jardim Ângela) estavam alcançando, um grupo formado por representantes dessas Escolas, da Escola de Cidadania e Política de São José dos Campos, agentes da Pastoral Fé e Política, que acompanham o movimento desde o início, representantes do Instituto Cultiva e outros a quem a formação dessas escolas havia chamado a atenção, reuniram-se no salão da Paróquia São Francisco de Assis de Ermelino Matarazzo (São Paulo - SP) em 13 de Dezembro de 2012, para pensar uma forma de como se articular para levar essa iniciativa a mais regiões da cidade de São Paulo e do estado. Muita empolgação se notava naquelas pessoas diante da perspectiva que essas iniciativas apresentavam. Esperança diante de um contexto que apontava para a necessidade de investir alto na formação para cidadania e de lideranças sociais. Ali, foi formada a Rede de Escolas de Cidadania de São Paulo (REC/SP), que surge como movimento de articulação para promover e viabilizar as novas iniciativas de escolas, dar visibilidade ao trabalho das já formadas, acompanhar e dar apoio nas necessidades que as mesmas apresentarem. “Vocês imaginem se, nas próximas eleições para prefeitos e vereadores (2016), tivermos uma Escola de Cidadania e/ou de Fé e Política em cada uma das regiões da Cidade?”, comentava Padre Tição, sem saber que esse sonho não só se realizaria como também, em 2016, em vez de cinco ou seis Escolas, haviam se formado quinze. As regiões a que o padre se referia, naquele momento, eram as Regiões Episcopais da Arquidiocese de SP.

A partir da criação da Rede, sucederam-se novas escolas: a Escola de Fé e Política Waldemar Rossi (Região Belém), Escola de Cidadania de Embu das Artes, Escola de Cidadania Olímpio da Silva Matos (Povo em Ação), Escola de Cidadania da Região Oeste (Butantã), Escola de Cidadania de Mogi das Cruzes, Escola de Fé e Política de Guarulhos, Escola de Fé e Política da Região Santana, Escola de Cidadania Padre Chico Falcone (Itaquera), Escola de Fé e Política da Região Ipiranga, Escola de Cidadania de Sapopemba, Escola de Fé e Política de Jundiaí, Escola de Cidadania da Cidade Ademar e Pedreiras e Escola de Fé e Política da Diocese de Campo Limpo. Waldemar Rossi, amigo e incentivador do projeto de Escolas de Cidadania e de Fé e Política além do nome, deixa seu exemplo de coragem e força como legado para a Escola que se forma imediatamente após a criação da Rede: Escola de Fé e Política Waldemar Rossi. Dizia ele que, depois da Ação Católica e das CEBs, as Escolas surgiram como maior movimento de transformação social, contemporâneo, uma vez que a proposta é incidir na base de tudo, que é a educação. Desses trabalhos miúdos, de formiguinhas, de organização de pequenos grupos pensantes e atuantes, poderá explodir um movimento social que fortaleça a resistência popular. Waldemar comentava isso no início de 2014 – e continuava, como a profetizar:

As nossas Escolas de Cidadania e Fé e Política, pela sua oportuna atualidade, num contexto de expectativas de novos dias, têm a oportunidade de desenvolver a compreensão desses novos tempos e seus desafios. Assim, elas vêm dando oportuna contribuição aos seus alunos na iniciação ou no avanço da prática política. Porém, é necessário que avance sempre, trazendo para suas salas de reflexão o entendimento de que grandes atos revolucionários nascem de pequenos núcleos, mas avançam à medida das experiências e da determinação de criar e recriar o novo da organização coletiva do povo. Seus “formandos” precisam entender que não perderam a capacidade criativa que Deus deu a todos, indistintamente, e que o Espírito Santo sopra seu discernimento sobre todos de boa vontade, cristãos ou não. É também de suma importân-

cia compreender que “quem tem muita pressa come cru, e queima a boca”. Por outro lado, assim com um canoeiro que rema contra a correnteza não pode jamais parar de remar, caso contrário, a força das águas correntes fazem-no retroceder, assim também é preciso atuar sempre controlando suas forças para que não se exauram antes da hora.

Corroborando com o pensamento do Waldemar sobre as Escolas, Rudá Ricci, sociólogo, presidente do Instituto Cultiva, apoiador e incentivador do Projeto REC/SP, fez o seguinte comentário:

Enfim, as Escolas não são mais uma entre tantas atividades. Penso que é a saída do nosso momento histórico. O Brasil que saiu da Constituição de 1988 é outro. O Brasil dos 30 mil conselhos de gestão pública (ou setoriais, ou de direitos) poderia ser outro. Conquistamos espaços nas últimas duas ou três décadas. Mas não estamos sabendo ocupá-los. Falta informação e qualificação. Falta articulação. Falta elaboração política e inovação nas formas organizativas. Conseguimos mobilizar e pressionar, ainda que com dificuldades, mas não conseguimos mudar as estruturas de poder. E, assim, repetimos o script infinitamente: pressão, negociação, pressão, negociação. Mas o Brasil do século XXI é muito distinto daquele dos anos 1980. Poderíamos ir além, além da pressão e negociação. Poderíamos ocupar espaços, poderíamos cogerir as políticas públicas, poderíamos contribuir para o Estado ser mais poroso, mais democrático, ocupado pelas lideranças sociais. Se estou certo, mobilizar é importante, mas muito menos importante que formar, produzir informações para darmos passos mais sólidos e ousados na direção da justiça social e democracia participativa. E as Escolas podem cumprir essa tarefa.

A REC/SP se define como suprapartidária, inter-religiosa e com projeto de gestão horizontal, onde a coordenação de suas atividades é exercida pelos representantes de cada uma das Escolas, num Conselho Gestor. Ou seja, não há uma estrutura hierarquizada com coordenadores(as), presidentes(as), secretários(as) etc. A proposta é

ajudar as Escolas e acompanhá-las, sem interferir na autonomia das mesmas. A responsabilidade de definir o planejamento, cronograma, metodologia, local e horário de funcionamento fica a cargo das Escolas sem intervenção da Rede, mesmo que quando solicitada, possa apresentar sugestões e ajudar na tomada de decisões. É inspirador saber que a semente lançada em dezembro de 2012 caiu em terreno fértil e tem germinado. Já temos uma história para contar. Mas, sem esquecer que a REC/SP é um processo em construção, e que dela ainda teremos muito o que escrever.

Conclusão

A criação de Escolas de Fé e Política é sinal de realização do que propõe o documento 105 da CNBB, “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade”, no qual o laicato, ramo de uma mesma videira, é “sal da terra e luz do mundo” (cf. Mt,13-14). Por sua atuação, a EFPWR responde ao apelo do Papa Francisco: “Não deixemos que nos roubem o entusiasmo missionário, a alegria da evangelização, a esperança, a comunidade, o Evangelho, o ideal do amor fraterno e a força missionária” (EG, nº 76 a 109).

Bibliografia

Textos-Base das Campanhas da Fraternidade.

PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si* sobre o cuidado da Casa Comum.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. *O indispensável compromisso dos leigos na vida pública dos países latino-americanos*. São Paulo: Edições Paulinas, 2016.

12.

ESCOLA DE FÉ E POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – PE

José Marcos da Silva¹

A Igreja Batista em Coqueiral (Recife - PE) opera as seguintes Escolas de Fé e Política voltadas para o segmento evangélico: Escola de Fé e Política Pr Martin Luther King Jr, na Região Metropolitana do Recife; Escola dos Sertões de Fé e Política, em cidades de sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e Escola de Fé e Política da Bahia, na Região Metropolitana de Salvador. Além dessas, que são de sua responsabilidade direta, ajudou a criar e ainda apoia a Escola de Fé e Política William Wilberforce, na Região Metropolitana de Natal - RN.

O presente capítulo está dividido em duas partes: na primeira é apresentado um relato dos acontecimentos predecessores ao nascimento da primeira escola, por ser a mais antiga e dela derivarem as outras; na segunda, o texto que foi o discurso de abertura dessa escola, como ferramenta orientadora do nosso entendimento da relação entre fé e política.

Pano de fundo do nascimento da Escola Fé e Política na Igreja Batista em Coqueiral - PE

A Igreja Batista em Coqueiral nasceu em 4 de dezembro de 1925. Coqueiral é um bairro da periferia da cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, que conta com as principais características

¹ José Marcos da Silva. Pastor Presidente da Igreja Batista em Coqueiral e Presidente do Instituto Solidare. É assessor de escolas de Fé e Política no Nordeste. Bacharelou-se em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil; estudou Psicologia na UFPE; é pós-graduado em Fé e Política para cristãos leigos, pela PUC-Rio.

de qualquer periferia dos grandes centros urbanos: violência; uso e tráfico de drogas; desemprego; urbanização desorganizada; extermínio de jovens, sobretudo negros e pobres; abandono por parte dos poderes públicos, dentre outros. Mas também, é uma comunidade de pessoas vivas, alegres, batalhadoras e que sabem tirar “leite de pedra”, para prover o sustento de casa.

Quanto à igreja, ela é o ente social mais antigo do bairro, mas, no ano de 1999, uma crise a alcançou. Diante de uma realidade comunitária fortemente desalinhada com a vontade de Deus, a liderança refletiu sobre a resposta à seguinte pergunta: se essa igreja deixasse de existir abruptamente, faria falta à comunidade? A resposta imediata e unânime foi um sonoro “não”. Isso foi capaz de causar uma crise existencial quase que imediatamente, a qual trouxe vergonha e dor para sua liderança, mas também seria o embrião de um profundo processo de mudança.

Embalada pela crise existencial, a igreja começou a questionar o porquê de sua pouca relevância, e quanto mais se embrenhava numa reflexão sobre a natureza da sua missão, mais percebia que a sua missão não estava em alinhamento com a missão de Deus. Percebeu que o que se havia criado ao longo de quase oito décadas era uma organização muito mais de serviço aos crentes-membros do que de serviço ao mundo. O templo tinha se tornado o palco de operações da sua fé, e suas tradições e costumes tinham tanto ou mais poder do que a própria Bíblia.

Havia um longo caminho de mudanças, e a necessidade era urgente, porém, havia um processo a ser respeitado, pois mudanças fundamentais não acontecem do dia para a noite. O que estava em jogo não era simplesmente entender o que fazíamos, mas por que fazíamos o que fazíamos. Por que tínhamos abandonado a missão real da igreja para cumprirmos uma agenda que em quase nada refletia a agenda de Deus? Essa era a grande questão.

Optamos por fazer essa reflexão em conjunto para que as mudanças reais fossem construídas por muitas mãos. Deixamos de reunir a liderança para discutir processos administrativos da vida da igreja, para pensarmos, em coletividade, com a Bíblia no colo e com um

tema na cabeça. O primeiro tema girou em torno do templo como casa de Deus e as suas implicações para a vida da igreja. Descobrimos tanta coisa... Descobrimos que nosso templo era uma barreira física perfeita para nos separar do mundo, pois a quase totalidade das nossas ações de serviço a Deus se concentrava nele (templo) e nas coisas que ele encerrava, como o culto, a escola, os ministérios e a estrutura física.

O templo físico, a organização eclesial, a agenda denominacional e outras coisas do gênero tinham se tornado o palco de operações de nossa espiritualidade, mesmo sabendo que a Bíblia não pede isso em nenhum momento, pelo contrário, aponta que tal palco de operações da fé só pode ser o mundo, e o serviço a Deus só é possível no serviço ao outro (cf. Mt 28,19; Mc 13,10; 16,15; At 1,8; Mt 25,31-45; Lc 10,25-37).

Essa insatisfação inaugurou a rota de mudança da igreja. Passamos a nos juntar com o mesmo afinho de antes, mas, então, para pensarmos a relação da igreja com o mundo na prática, a partir de nossa comunidade local. Abrimos a Bíblia e perguntamos a Deus o que Ele esperava como prática de nossa fé, e aprendemos, conjuntamente, sempre conjuntamente, coisas muito especiais: que o serviço a Ele só é possível no serviço ao outro (cf. Lc 10,25-37; Mt 25,31-45); que o motor da mais sublime ação de Deus foi o amor ao mundo (cf. Jo 3,16); que somos salvos pela graça, mediante a fé, para as obras e somente elas, as obras, podem autenticar a nossa fé (cf. Ef 2,8-10; Tg 2,20.26; Ap 19,18); que igreja é a comunidade dos chamados para fora (do mundo) e enviados para dentro (do mundo) (cf. Jo 17); que Satanás age no atacado (cf. Mt 4,8.9; 1Jo 5,19); que a salvação é individual, mas que o plano de salvação é coletivo (cf. Gn 12,3; Tt 2,11); que toda intervenção de Deus é intervenção na história e como resposta a problemas reais das gentes (cf. Ex 3,7.8) e, como consequência, a voz profética da igreja deve ser canalizada para pessoas e sistemas que deturpam a vontade do Senhor, aspecto esse que faz da fé e da política dois lados de uma mesma moeda (cf. Am 5,23-24; 8,4-7; Os 4,1-3; 5,10; 6,6; Is 1,10ss; 10,1.2; Jr 23,5.6; Hc 1,2-4; Mq 2,1-3; 3,5-7); que o Reino de Deus não é feito por

arranjos religiosos, mas sim por justiça e outros marcadores reais da mesma ordem (cf. Rm 14,17); que o Reino de Deus é construído a muitas mãos e que, conseqüentemente, é maior do que a igreja (cf. Dn 7,27; Cl 1,16), pois ela não contém o Reino, mas o Reino é que a contém; que a nossa espiritualidade deve nos levar a ser humanamente santos, humildemente servos e radicalmente simples (cf. Mc 12,30.31); dentre tantas outras coisas.

A todas essas reflexões seguiram-se muitas mudanças práticas. A igreja incorporou diversos projetos sociais em sua dinâmica, mas apenas no ano de 2009 uma percepção especial mudaria mais uma vez o eixo de atuação da mesma. Tal percepção deu-se a partir da célebre frase de Dom Helder Câmara: “Quando dou pão aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que os pobres não têm pão, me chamam de comunista”. Neste momento, uma “eureca” veio até nós: percebemo-nos como uma máquina de dar pão ao pobre, através dos projetos diversos que já tínhamos, mas não sabíamos nada sobre as razões que faziam o pobre não ter pão.

Não tardamos e buscar formação nesse sentido. Encontramos a Escola de Fé e Política Pe. Humberto Plumm, do Regional Nordeste II da CNBB. Essa escola nos acolheu com coragem e carinho, uma vez que éramos os primeiros evangélicos a buscarem matrícula nela. Foi uma linda experiência. Nove dos principais líderes da igreja passaram pelos dois anos de formação e, logo em seguida, dois deles, incluindo o seu pastor, conseguiram matrícula no CEFEP – Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, o que consideramos outro grande presente de Deus em nossas vidas.

As coisas caminhavam bem, mas havia uma grande demanda a caminho: a Escola Pe. Humberto Plumm atendia perfeitamente às necessidades de formação, mas não podia dar conta das necessidades numéricas, pois havia uma gama grande de pessoas que precisavam receber o mesmo conteúdo. Foi nesse momento que desafiamos o Regional Nordeste II a acolher não apenas alunos evangélicos, mas uma escola evangélica. Sabíamos que não podíamos abrir mão da caminhada com o movimento de escolas católicas, por várias razões, dentre elas, a fraternidade que havia se instalado em nossos relacio-

namentos, o que ajudava ambos os lados na quebra de tabus que impossibilitavam a caminhada ecumênica. Mais uma vez, com graça e coragem, o desafio foi acolhido e, com isso, nascia a primeira escola de fé e política do segmento evangélico, em íntima conexão com as demais escolas do Brasil, bem como com o Movimento Nacional Fé e Política.

Para a nossa surpresa, a iniciativa chamaria a atenção de outros evangélicos espalhados pelo Nordeste do Brasil, o que fez surgir as outras escolas citadas na introdução desse capítulo. Hoje, mais de 400 cristãos evangélicos já passaram por essas escolas, dos quais oito foram encaminhados para o CEFEP.

Tem sido uma rica experiência de fé. Acrescentamos à formação um viés prático. As escolas citadas têm duração de três anos, dos quais os dois primeiros são voltados para o aprendizado teórico e o último para a prática, com a formação de grupos de monitoramento de políticas públicas, com recorte especial para as políticas de saúde, assistência e educação. Com isso, nas várias cidades onde seus participantes atuam, muitos já compõem Conselhos de Direitos e já fizeram intervenções significativas em seus contextos, como é o caso da campanha *Rio Limpo, Cidade Saudável*, nas cidades do Recife e do Jaboatão dos Guararapes, que tem como foco cobrar medidas públicas de combate às frequentes cheias do Rio Tejupió, bem como instrumentalizar as comunidades por ele cortadas acerca dos seus direitos e deveres. Outra iniciativa no estado de Pernambuco ocorreu no *Movimento PE de Paz*, um movimento de denúncia dos desmandos do Governo do Estado de Pernambuco na política de segurança pública, que fez de Pernambuco o estado responsável por 10% das mortes por causas violentas no país, no primeiro semestre de 2017. Diversos membros da escola compõem o movimento, inclusive metade do comitê gestor do mesmo é formado por estudantes da Martin Luther King Jr.

Essa caminhada conferiu a nós outra percepção sobre a relação entre fé e política. Mostrar isso é a finalidade seguinte. O texto a seguir foi o discurso do encontro de lançamento da escola acima referida.

Fé e Política²

Os conceitos nos traem, uma vez que, quase sempre, não conseguimos encerrar neles tudo o que o termo abarca, ou, mesmo quando conhecemos muito bem os significados das coisas, não conhecemos a dimensão das relações entre elas. Vivi um bom exemplo disso nesta última quarta-feira, quando fui surpreendido por umas perguntas do meu filho caçula, de treze anos:

- Pai, o que é o Congresso?
- É o conjunto dos senadores e deputados federais, respondi.
- Lá tem ladrões?
- Tem.
- E o que é o PCC?
- É uma organização de criminosos, geralmente ligados ao tráfico de drogas. A sigla significa Primeiro Comando da Capital.
- Onde é que tem mais ladrões? No Congresso ou no PCC?

Perguntas como esta, mesmo parecendo inocentes, denunciam o estado degradante em que estão os nossos representantes políticos, bem como a forma como a imagem da política vem sendo desenhada na mente das pessoas. À igreja, na prática da sua fé, cabe alguma ação de resposta a tal realidade?

A Escola de Fé e Política pretende discutir acerca destes dois conceitos: o de fé e o de política, e quais as implicações práticas existentes entre eles. Na qualidade de cristãos, ostentamos a nossa fé em Jesus Cristo como o nosso Senhor e Salvador, mas não podemos jamais esquecer que a nossa dinâmica de fé não deve buscar respostas apenas para as questões abstratas, uma vez que nossa fé produz prática no “aqui e agora” das nossas relações diversas.

Como cristãos, qual é a nossa obrigação diante de um quadro social que produz morte, causada por *falência múltipla dos órgãos*. Dos órgãos governamentais, como o SUS; dos órgãos sociais como a Família; dos

² Discurso de abertura da Escola de Fé e Política Pr Martin Luther King Jr, em Recife, no ano de 2012.

órgãos religiosos como a Igreja; dos órgãos do sistema nervoso central, como a fé, a esperança e o amor. Quais são as nossas respostas? A Escola de Fé e Política pretende ser um espaço de formação que nos dará luz para iluminar o caminho a estas e muitas outras respostas.

Em seu próprio nome, ela já nos instiga a meditarmos sobre a primeira de todas as questões: fé e política. Essas duas coisas se juntam? Como pode, se uma tem a ver com Deus e a outra com o Diabo?

Fé e política não só devem andar juntas como nunca podem se separar, uma vez que são dois lados de uma só moeda. Se isso for uma verdade e nós não conseguirmos enxergá-la, então precisaremos repensar os conceitos de fé e política.

Fé é o motor que nos faz caminhar em direção a Deus. Política é o motor que faz Deus caminhar em nossa direção.

Lamentavelmente, associamos o conceito de política à imagem que temos dos políticos. Como essa imagem é fundamentalmente comprometida, dada a variedade de escândalos em que estes se envolvem e a grande ênfase que a mídia dá a isso, conseqüentemente, fica comprometido o nosso conceito de política.

O termo “política” nasce no grego antigo e tem como seu radical o termo *polis*, que quer dizer cidade, comunidade. A palavra nasce do grego “*politeia*”, que indica o conjunto de coisas relativas ao povo organizado. Logo, ao pensarmos em política, antes de conduzirmos o nosso pensamento para Barack Obama, Dilma, Eduardo, João, PT, PMDB e coisas do gênero, devemos conduzir nosso pensamento para a nossa rua, o nosso bairro, a nossa cidade e, conseqüentemente, para todos os problemas existentes nesses espaços que afetam o sujeito, a natureza, as estradas, as casas... Pensar política é pensar a *polis*.

Quando eu digo, então, que a política é o motor que faz Deus caminhar em nossa direção, é porque Deus é aquele que é atraído para nós sempre que ouve o nosso clamor e, mesmo sendo um Deus que se relaciona com cada um, está sempre preocupado com sua criação inteira, ou seja, seu plano é para todas as pessoas e para todas as demais coisas. Ele veio em Cristo porque amou o mundo (cf. Jo 3,16). Ele encarnou, isto é, saiu da sua glória e veio em nossa direção, porque quis promover a reconciliação de tudo consigo mesmo.

O que fez Deus intervir na vida de Abraão, não foi, necessariamente, o seu amor por ele, mas, foi o seu plano de, através de Abraão, abençoar todas as nações da terra. “E através de você, eu abençoarei todas as nações da terra” (Gn 12,3). Como Deus nunca é individualizante, seu plano para Israel nunca foi de exclusivismo, de maneira que teria um povo e abandonaria os outros povos. Não. Seu plano foi para todas as nações, através de Israel. O que fez Deus enviar Moisés não foi o seu plano na vida de Moisés, mas sim o seu plano na vida do povo hebreu. É por isso que Ele justifica a sua intervenção dizendo: “tenho visto atentamente a aflição do meu povo que está no Egito e tenho visto o seu clamor por causa dos seus opressores, porque conheci as suas dores. Portanto, desci para livrá-lo... Vem agora, Moisés, pois eu te enviarei a Faraó para que tires o meu povo do Egito” (Ex 3,7-10). É nesse sentido que a política é motor que traz Deus para nós: Ele ouve o clamor do povo. O clamor da *polis*.

O problema é que o nosso sistema religioso é individualizante e egoísta. Sempre pensa no “eu” e nunca na “*polis*”. Nossas práticas, pregações, músicas... tudo aponta para o eu: “entra na ‘minha’ casa, entra na ‘minha’ vida, mexe com ‘minha’ estrutura”. É o culto do “venha buscar sua bênção, irmão”. Se num extremo, temos um clero que individualiza o povo de Deus quando abafa a voz de todos, para que poucos sejam ouvidos, no outro extremo há outro clero que aprendeu a manipular as emoções do povo, deturpou a Palavra de Deus, transformou Deus num amuleto e o ofereceu a preço de banana preta em fim de feira, a fim de que todos pudessem comprar o novo produto e engordar as contas bancárias desses falsos profetas. Esses que se encontram nos dois extremos têm individualizado a religião, mas ambos têm um só destino: a própria perdição quando Deus julgá-los.

Voltando ao Deus de todos, ao Deus da *polis*, este Deus estabelece a sua voz em defesa do povo sofredor. Foi assim que Ele usou e usa o profeta e a profecia, o boca de Deus e a voz de Deus, respectivamente. Se fizermos uma leitura do profetismo bíblico, vamos entender perfeitamente a atuação política de Deus e a profecia como principal ferramenta política do seu povo.

Qualquer leitor bíblico pouco rebuscado, mas que olhe a Bíblia com o mínimo de seriedade, vai rejeitar a deturpação que fizeram do profeta e da profecia, que os reduziu a adivinhador e adivinhação, respectivamente. Perceberá que a quase totalidade das intervenções proféticas foram erguidas quando os governantes e líderes do povo deturpam a justiça.

Foi assim com Amós, que foi usado por Deus para denunciar a invalidez do culto solene orquestrado pelos líderes do povo, quando estes mesmos promoviam falcaturas e injustiças (cf. Am 5,23-24; 8,4-7). Já na profecia de Oseias, percebemos que todos pagam o preço quando os valores fundamentais são abandonados. Sofrem a terra, as pessoas, os animais do campo, as aves do céu e os peixes do mar (cf. Os 4,1-3; 5,10). Isso é política ampliada e fina, política tão bem elaborada que abarca todas as dimensões da vida. Política com “P” maiúsculo. Naqueles tempos de Oseias, a corrupção e a injustiça eram tão acentuadas que Deus clama: “eu quero misericórdia e não mais sacrifícios!” (Os 6,6).

Nos dias de Isaías, Deus chama o povo para uma troca: o fim da injustiça e da opressão e a luta pelos direitos dos menos favorecidos em troca dos eventos religiosos sofisticados que eram apresentados a Ele (cf. Is 1,10-18). Se, porventura, isso nos lembrar de algo dos nossos dias, não vejamos como mera coincidência: é falta de profecia. E já que falei de Congresso no início, Deus usa o mesmo profeta para atacar o poder legislativo dizendo: “ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo, fazendo das viúvas sua presa e roubando dos órfãos!” (Is 10,1-2). Poderia continuar citando aqui muitos outros profetas e centenas de outras profecias, mas isso nós o faremos melhor ao longo da escola.

Quero que você veja que em todos esses exemplos a profecia é lançada contra governantes e líderes do povo, de maneira geral. Consequentemente o povo também é alvo das duras profecias, pois ele só se engana quando permite ser enganado.

E o profeta? Quem é este? É alguém extremamente comprometido com o anúncio e a denúncia profética, ao mesmo tempo em que é

marcado pela renúncia dos seus próprios interesses. É Isaías quem abandona o templo e a pompa sacerdotal para morrer serrado ao meio; é Amós quem deixa sua vidinha pacata de homem do campo para cutucar o rei e o sacerdote na capital; é Oseias quem é constrangido a se casar com uma prostituta, apenas para profetizar sobre a relação entre Deus e Israel; é Daniel quem abandona toda a fartura da mesa do rei, para manter limpa a sua consciência diante de Deus. Esses e outros tantos exemplos, que todos conhecem, de homens e mulheres que renunciaram à sua própria vida em função do anúncio e da denúncia típicas da verdadeira profecia. A renúncia é o elemento que faz do profeta um sujeito político de verdade. Ele aprendeu a transitar pelos extremos da vida para não ter que comer nas mãos dos falsos políticos, que se utilizam da prerrogativa de representantes do povo como ferramenta para benefício próprio. A estes, um verdadeiro profeta jamais deve se associar, sob pena de perder a sua autoridade profética. Nem a estes deve temer, pois o verdadeiro profeta está a serviço do verdadeiro governante.

Se você ficou atento até agora, deve ter percebido que em todas as profecias bíblicas citadas o tema da justiça está imbricado. Pois bem, em Jesus Cristo a mensagem do Reino de Deus se completa e tal Reino sempre vem associado à justiça (cf. Mt 6,33). No Reino que se estabelece em Cristo, a justiça de Deus é, enfim, completada. Na verdade este é o principal anúncio da profecia veterotestamentária: o Justo que estabelecerá a justiça (cf. Jr 23,5-6).

Em Cristo, a justiça se torna, enfim, justa. Não mais uma justiça humana, que sempre prioriza os poderosos, fazendo deles as pessoas felizes em suas *polis*. Os felizes agora são outros. São os pobres de espírito, os que choram, os humildes, os que têm sede e fome de justiça, os misericordiosos, os puros de coração, os pacificadores e os perseguidos injustamente. Agora, em Cristo, uma multidão de excluídos se transforma nos felizes, nos bem-aventurados.

A missão da Igreja precisa passar por aí.

O estabelecimento da justiça é fruto da ação de um Deus que escuta o clamor do seu povo e sempre vem ao seu encontro. Tal justiça entre os homens/mulheres deve ser a essência de toda ação política e é aí

onde a Igreja do Senhor, principal agente político, deve estabelecer suas forças, continuando a sua missão profética, anunciando Cristo com o paradigma por excelência dessa justiça, denunciando todas as estruturas que estão a serviço de Satanás, no seu papel tríplice de matar, roubar e destruir, e renunciando a toda e qualquer proposta que a afaste de sua missão.

Que o nosso bom Deus nos guie com a unção do seu Espírito, nesta linda e necessária tarefa de pensar a nossa fé em exercício. A nossa fé política.

Bem-vindos(as) à Escola de Fé e Política Pr Martin Luther King Jr!



13.

POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Valter Pomar¹

Este texto foi concluído em 15 de julho de 2017. Nesse momento, o Brasil estava imerso em uma profunda crise econômica, social e política. Parte importante dessa crise tem relação com escolhas feitas pelos partidos políticos do Brasil.

No momento em que você estiver lendo este texto, talvez nosso país esteja em situação semelhante ou diferente, melhor ou pior. O que quer que tenha acontecido, também terá relação com os partidos políticos, com suas decisões ou falta de decisão. Por esse e por outros motivos, é importante conhecer quais são, o que defendem e como atuam os partidos políticos existentes no Brasil.

Em si, não se trata de um tema difícil: uma pesquisa na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral nos permite saber quais são os partidos políticos que têm registro legal, hoje (no dia 15 de julho, são 35). No mesmo sítio, podemos conhecer quais são os 42 partidos que atuaram entre 1945 e 1979, ou seja, desde o fim do Estado Novo até o momento em que a Ditadura Militar permitiu que houvesse uma relativa liberdade de organização partidária (*relativa* porque não autorizava o funcionamento legal dos partidos políticos).

Outra pesquisa nos permitirá conhecer mais detalhes sobre o programa, os estatutos e a trajetória de cada um desses partidos, inclusive sobre seu desempenho eleitoral. Isso será mais fácil no caso daqueles partidos que possuem fundações atuantes.²

¹ Valter Pomar é professor de relações internacionais na Universidade Federal do ABC. Entre 1997 e 2016, integrou o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, ao qual segue filiado.

² As Fundações são previstas na Lei que regulamenta os partidos políticos: possuem recursos para realizar atividades de pesquisa, formulação, educação e registro documental dos partidos políticos.

Entretanto, esse tipo de pesquisa não é suficiente para que compreendamos “os partidos políticos no Brasil”. Para isso, é necessário que abordemos o tema de uma perspectiva um pouco mais ampla, que tome como ponto de partida não os partidos, mas a política.

Política e partidos

A política é uma das muitas invenções humanas, mais exatamente uma invenção daquelas sociedades em que existem diferentes setores lutando entre si. Algumas lutas (ou conflitos) ocorrem entre indivíduos, outras ocorrem entre agrupamentos coletivos. O tipo mais geral de agrupamentos coletivos é o que denominamos de “classes sociais”. Nem sempre as pessoas têm consciência de que pertencem a uma determinada classe social. Mas a maior ou menor consciência não afeta a existência objetiva das classes, pois essa existência objetiva decorre da posição que as pessoas ocupam nas relações de produção. Posição que depende de elas serem proprietárias de meios de produção e/ou produtoras diretas.

Na sociedade brasileira, por exemplo, existe uma minoria que é proprietária de grandes meios de produção e vive da apropriação da riqueza produzida pelo trabalho dos outros. Existe um número maior de pessoas que é proprietária de pequenos meios de produção e que vive do seu próprio trabalho, às vezes explorando outros trabalhadores, geralmente sendo explorada por grandes proprietários. E existe um número ainda maior de pessoas que não é proprietária de meios de produção e vive de vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Noutras palavras, existem três grandes classes sociais no Brasil: os capitalistas, os trabalhadores assalariados e os pequenos proprietários.

Existem diferentes tipos de conflitos na sociedade brasileira. Mas os conflitos mais importantes são os que ocorrem entre essas três classes sociais. Esses conflitos são o que chamamos de *luta de classes*, que existe – no Brasil e noutros lugares da Terra – desde que foram dissolvidas as comunidades originárias baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção.

A luta de classes é um fluxo multifacético que, a depender do ângulo que observemos, pode assumir três “formas”: a econômica, a política e a ideológica.

O que chamamos de “luta econômica” é aquela que se trava entre as classes sociais, pela repartição da riqueza, nos marcos de um determinado modo de produção. Por exemplo, quando os trabalhadores fazem greve por aumento de salários, eles estão buscando aumentar sua participação nas riquezas produzidas, dentro das “regras” do capitalismo. Outro exemplo: quando os industriais diminuem os salários oferecidos ou quando os banqueiros aumentam a taxa de juros, eles estão buscando se apoderar de uma parcela maior da riqueza, também dentro das “regras” do modo de produção capitalista.

Já o que chamamos de “luta ideológica” é aquela que se trava entre as classes sociais, pela afirmação de sua visão de mundo, de sua ideologia, de suas teorias. Nesse plano, há uma diferença fundamental: a visão de mundo dominante é aquela da classe dominante. Já os integrantes das demais classes sociais costumeiramente enxergam o mundo através dos “óculos” fornecidos pela classe dominante. Essa influência pode ser maior ou menor, mas ela existirá enquanto existir classe dominante (e continuará exercendo uma influência inercial, mesmo quando essa classe dominante perde o poder e a propriedade).

Finalmente: “luta política” é aquela que se trava pelo poder. Há autores que associam a palavra “poder” com algo ruim. Num certo sentido, é mesmo: afinal, ter “poder” é ser capaz de *obrigar* ou *convencer* terceiros a fazer o que eles não desejariam espontaneamente. Mas se os trabalhadores não lutarem pelo poder, os capitalistas continuarão dominantes. Ou seja: tratar o “poder” como algo negativo ajuda aqueles que possuem o poder, hoje.

Para a classe dominante, a luta política visa manter e ampliar seu poder sobre os trabalhadores e os pequenos proprietários. Já para os trabalhadores, a luta política tem como objetivo acumular poder. Acúmulo que pode ter como objetivo máximo equilibrar forças; ou pode ter como objetivo máximo fazer com que os trabalhadores se tornem classe dominante.

Aqui é importante enfatizar o que está implícito nas frases anteriores: o poder não é um instrumento, não é um prédio, não é um título. O poder é uma *relação social*. Nessa relação, tanto a classe dominante quando as classes dominadas dispõem de algum poder. A diferença está na potência desse poder. Também é importante enfatizar que essa relação social que chamamos de poder se “cristaliza” em práticas, em leis e em instituições muito variadas, por seu tamanho, objetivo e principalmente por seu vínculo com diferentes setores de classe.

Por exemplo: há sindicatos de trabalhadores assalariados, sindicatos de pequenos produtores e sindicatos de grandes capitalistas. Outro exemplo: há organizações populares vinculadas à cultura, à educação e à comunicação. Mas há, também, grandes empresas que exploram os trabalhadores da cultura, educação e comunicação. Há instituições voltadas claramente à disputa do poder (os partidos) ou aos negócios (as empresas). Mas também há instituições que buscam outro tipo de objetivo, seja em benefício de seus integrantes, seja em benefício de toda a sociedade.

A ação de cada uma dessas instituições, a cooperação e o conflito entre elas é uma das muitas formas da chamada luta de classes. Ou seja, uma das formas que assume o conflito entre os diferentes interesses existentes em cada sociedade e em cada época. Dito de outra forma, mesmo uma instituição que não foi criada para fazer política participa da luta política, queira ou não, tenha consciência ou não, assuma isto ou não.

Em cada sociedade e época, a luta entre as classes dá origem a um grupo especial de instituições, a que chamamos de Estado. No final do século XX, na maior parte do mundo, faziam parte das instituições estatais: as forças armadas, as polícias, o sistema judiciário, os parlamentos, os governos, as empresas estatais e assemelhadas.

Teoricamente, as instituições estatais deveriam ser públicas, em duplo sentido: estar a serviço de todo o povo e não ser usada como propriedade privada pelos seus integrantes. Mas na verdade, o mais comum é que ocorra o oposto: as instituições de Estado são tratadas como patrimônio privado e a serviço de apenas um setor da sociedade.

Há um imenso debate sobre a origem histórica e sobre o papel do Estado na sociedade capitalista, assim como nas demais sociedades divididas em classe (por exemplo, o escravismo e o feudalismo). Somos partidários da tese segundo a qual o Estado possui um duplo papel: por um lado, cumpre funções que expressam/defendem interesses públicos, aparentemente acima e além das classes sociais (por exemplo, o SUS). Por outro lado, o Estado defende os interesses de uma parte da sociedade: a classe dominante (por exemplo, 9 em cada 10 decisões do sistema judiciário; idem a postura adotada pelas forças armadas e pelas polícias).

Esses dois papéis do Estado capitalista (o público e o privado) estão em contradição mais ou menos permanente, mas nos momentos de crise prevalece sempre o segundo.

Aliás, originalmente o Estado era essencialmente um instrumento para proteger os interesses da classe dominante. Mas com o desenvolvimento da sociedade humana e com o aprofundamento da luta de classes, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o Estado foi se tornando mais “amplo” em três sentidos: passou a incorporar uma dimensão produtiva (por exemplo, as estatais e o planejamento público), passou a ser responsável direto por um conjunto de políticas sociais e passou a ter segmentos eleitos pelo conjunto da população³.

A ampliação do Estado exige que ele recrute funcionários públicos não apenas entre os capitalistas, mas também entre os pequenos proprietários e os trabalhadores. E os processos eletivos tornam possível que haja governos nos três níveis, bem como minorias e até maiorias parlamentares eleitas pelos trabalhadores, atuando nos marcos de um Estado construído e controlado pela burguesia.

Os dois processos citados acima fazem com que a luta de classes se trave também dentro do Estado. Alguns acreditam que essa luta pode chegar ao ponto de mudar, a partir de dentro, o caráter de Estado. Outros acreditam que essa luta não é capaz de mudar o caráter

³ No Brasil, a partir de 1989, isso inclui vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República.

de classe: no limite, o Estado construído pelos capitalistas estará a serviço dos capitalistas. Exemplos disso são os golpes de Estado, tanto os clássicos (como o de 31 de março de 1964, com a derrubada do Presidente João Goulart) quanto os “modernos” (por exemplo, o “impeachment” da Presidenta Dilma Rousseff concluído no dia 31 de agosto de 2017).

Nesse sentido, é importante ter claro: em 2002, o Partido dos Trabalhadores não chegou ao, nem conquistou o poder. Naquele ano, o PT conquistou o governo, que é uma parte importante do poder, mas não é “o” poder.

Se a luta política é a luta pelo poder, qual é o papel dos partidos nessa luta? Responder a essa pergunta depende, antes de tudo, de saber qual classe cada partido representa. Para os capitalistas, que são a classe dominante, os partidos não são um instrumento dedicado a conquistar o poder. E não o são pelo simples motivo de que a classe dominante já possui o poder. Do que se trata é de manter o poder. Para esse objetivo, os capitalistas dispõem de vários instrumentos: o próprio Estado, mais exatamente aquelas frações da burocracia estatal que não são eleitas; instrumentos privados de poder, como os meios de comunicação; a ação direta das empresas capitalistas; e os próprios partidos, que servem para disputar o governo e os parlamentos, ou seja, servem para disputar um pedaço do Estado.

Aqui vale um esclarecimento: para efeitos didáticos, temos sempre nos referido à “classe dominante” como se ela fosse uma coisa só, tivesse um só interesse e operasse “com uma só voz” seus instrumentos de poder. Na vida real, entretanto, a classe dominante é dividida em inúmeros grupos, com interesses diferentes, que se expressam, por exemplo, em diferentes partidos políticos.

Os trabalhadores não são classe dominante. Seus instrumentos privados de poder (cooperativas, meios de comunicação, escolas, aparatos culturais etc.), quando existem, são mais fracos que os equivalentes controlados pela classe dominante. Não é incomum, entretanto, que os partidos políticos da classe trabalhadora possuam relativamente mais força do que os partidos políticos da classe dominante. Entre outros motivos, isso ocorre – no Brasil e em grande

parte da América Latina e da Europa – porque os trabalhadores dão a seus partidos mais importância do que os capitalistas dão aos seus. Em muitos casos, porque os partidos permitem à classe trabalhadora eleger governantes e parlamentares, conquistando assim fatias do poder de Estado. Em poucos casos, porque os partidos políticos são vistos como instrumentos para a conquista do poder de Estado, não através de eleições, mas através de uma revolução.

Portanto, vale para a classe trabalhadora (e também para a classe dos pequenos proprietários) o que falamos antes acerca da classe capitalista: há no seu interior diferentes grupos (ou frações de classe), que às vezes se expressam em diferentes partidos políticos (ou diferentes tendências dentro de um mesmo partido). A palavra *partido* expressa isto: trata-se de representar o ponto de vista e os interesses de uma parte da sociedade e, inclusive, de uma parte de uma determinada classe social.

A maior parte dos partidos políticos existentes no Brasil no dia 15 de julho de 2017 expressa os interesses de parcelas da classe dominante. Uma minoria expressa (ou pelo menos busca expressar) os pontos de vista da classe trabalhadora. Nestes últimos, convivem – em diferentes proporções – aqueles cujo programa máximo é conquistar fatias de poder no Estado da classe dominante, com aqueles cujo programa máximo é fazer da classe trabalhadora a classe dominante.

O que dissemos até agora permite compreender melhor alguns dos motivos pelos quais o sistema político-partidário existente no Brasil está em crise. Esse sistema político-partidário está majoritariamente comprometido com a manutenção do atual estado de coisas. Acontece que o atual estado de coisas está em crise. Essa crise possui três dimensões interrelacionadas: a crise internacional; a crise do capitalismo brasileiro; e a crise do regime.

A crise internacional

A riqueza que circula nos mercados financeiros é muitas vezes maior do que a soma do produto interno bruto de todos os países do mundo. Essa é a face visível da chamada financeirização, que leva ao

paroxismo a contradição entre os circuitos da produção material e os circuitos da valorização do capital.

O capitalista produz para lucrar. Para o capitalista, o processo de produção e aquilo que se produz constituem meios para ampliar seus lucros. Mas para realizar esses lucros, é preciso vender aquilo que foi fabricado, o que mantinha um vínculo entre a produção material e a valorização do capital.

Nos últimos anos, entretanto, a chamada financeirização tornou esses vínculos cada vez mais tênues. Dinheiro parecia gerar dinheiro, supostamente sem nenhum vínculo com a produção material. Mas as crises periódicas no mercado financeiro mostravam que não era bem assim. Paradoxalmente, a insistência em criar dinheiro a partir do dinheiro debilita a economia real, o que provoca, de tempos em tempos, grandes desvalorizações financeiras.

Esse processo está na origem da crise de 2008. Entretanto, as medidas adotadas desde então pelos EUA, União Europeia e Japão tiveram como objetivo e resultado proteger a especulação financeira. Em decorrência, nessas regiões do mundo as taxas de crescimento continuaram muito baixas e o desemprego continuou muito alto. Um extrato diminuto da população mundial acumula a maior parte das riquezas (reais e fictícias) produzidas pelas empresas capitalistas. Ao mesmo tempo, massas cada vez maiores de trabalhadores são despedadas e/ou mal remuneradas. Nos Estados Unidos, Europa e Japão, a questão do desemprego, inclusive entre trabalhadores qualificados – até então considerados como parte de uma suposta “classe média” – tornou-se um dos aspectos mais marcantes da crise. Capacidades produtivas são desperdiçadas, ao mesmo tempo em que crescem os gastos e os conflitos militares.

Embora ainda seja a principal potência militar e continue responsável pela emissão da moeda de maior trânsito internacional, os Estados Unidos perderam peso econômico, vivem uma crise social e política de grandes proporções e, além disso, sua hegemonia é crescentemente contestada por outros países.

Ao contrário do mundo unilateral pretendido pelos EUA após o fim da URSS, o mundo atual é claramente multipolar, com destaque

para os BRICS. Vale lembrar que, nas condições atuais do mundo, multipolaridade implica em mais conflitos. Ao mesmo tempo, as instituições mundiais criadas em 1945 estão em crise: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OIT, herdeira do GATT) vêm perdendo espaço para uma multiplicidade de acordos, tratados e medidas unilaterais que lembram – em alguma medida – a confusão geopolítica que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial e no intervalo entre esta e a Segunda Guerra, período também marcado por uma grande crise internacional.

Nos anos 1930, vários países tentaram superar a crise através da ampliação dos investimentos públicos, produzindo um efeito “dinizador” sobre a economia e a geração de empregos, fortalecendo a produção em detrimento da especulação. Mas foi a participação na Segunda Guerra Mundial que retirou a economia capitalista dos EUA da crise iniciada em 1929.

A guerra – seja a produção de armas, seja a destruição das riquezas até então acumuladas, seja a reconstrução posterior, sejam as Guerras Mundiais, a Guerra Fria e as guerras quentes ocorridas depois de 1945 – desempenhou um papel fundamental na criação das condições para o ciclo de crescimento econômico capitalista, que se estendeu entre 1945 e 1970. Depois disso e até hoje, o complexo industrial-militar dos Estados Unidos e da Europa Ocidental continuaram sendo desenvolvidos como pilares estratégicos, não só para a defesa de seus territórios e sociedades, mas principalmente para a subordinação de outros territórios e sociedades.

Estados Unidos e Europa Ocidental necessitam de recursos minerais e energéticos de outros países, assim como de mercados. E para garantir tal acesso, lançam mão da ameaça ou diretamente de ações militares. Não por acaso os Estados Unidos instalaram mais de mil bases militares em todo o mundo, e há muito interferem militarmente em toda parte onde seus interesses estejam, real ou imaginariamente, em perigo. As guerras de Reagan, nos anos 1980, disseminaram-se pela América Central, África e Oriente Médio. As guerras de Bush, nos anos 2000, afetaram ainda mais os já conflagrados Afeganistão

e Iraque, devastando grandes regiões. As guerras de Clinton causaram imensa destruição na antiga Iugoslávia. As guerras de Obama, de ingleses e franceses, na África do Norte e no Oriente Médio, destruíram grande parte da Líbia e da Síria, levaram aos conflitos na Ucrânia. Donald Trump, antes mesmo de tomar posse já iniciou uma escalada verbal com a China, já ameaçada por um “cerco de contenção” no arco que vai do Japão às Ilhas Spratley. E caso Hilary Clinton tivesse vencido, o cenário de escalada militar não seria qualitativamente diferente.

Num certo sentido, estamos vivendo um momento internacional que possui semelhanças inquietantes com algumas situações que deram origem à Primeira e à Segunda Guerra. Uma dessas semelhanças diz respeito aos efeitos sociais, políticos e militares do liberalismo (naquela época) e aos efeitos políticos do neoliberalismo (nos dias de hoje). No início do século XX, a Europa e os EUA viviam sob a hegemonia do liberalismo. Como resultados, tivemos a ampliação da desigualdade social, a polarização política e a Primeira Guerra Mundial. Um dos seus desdobramentos foi a Revolução Russa de 1917. Noutros países da Europa, seja para superar a crise, seja para debelar a ameaça de uma revolução social, parcela crescente da classe dominante aderiu às teses do populismo de direita, que assumiu a forma do fascismo na Itália, do franquismo na Espanha, do salazarismo em Portugal e do nazismo na Alemanha.

O populismo de direita dos anos 1930 não era liberal: pelo contrário, fez crescer o papel do Estado, do planejamento e do protecionismo nacionalista. Mas o populismo de direita era também expansionista, imperialista, racista, machista, misógino, antidemocrático, antissocialista e anticomunista. O resultado disso foi a Segunda Guerra Mundial. Hoje o populismo de direita está de volta: Donald Trump nos EUA, Marine Le Penn na França, as forças fascistas e neonazistas na Ucrânia, Grécia e em diversos países do Leste Europeu, os partidos ultrac conservadores cuja força eleitoral cresce em todos os países da Europa Ocidental, inclusive nos países nórdicos, conhecidos por seu estado de bem-estar social. No Brasil e noutros países da América Latina, o populismo de extrema-direita também se faz presente.

Tanto o neoliberalismo “globalista”, quanto o populismo de direita “protecionista” conduzem, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras. Em 2008, a crise econômica teve como epicentro os Estados Unidos. No dia 15 de julho de 2017, a crise política mundial também tem seu epicentro lá. As medidas tomadas pelo governo Donald Trump empurram o mundo para um conflito de grandes proporções.

A situação internacional torna mais urgente e imprescindível, portanto, um Estado comprometido com a soberania nacional e com o desenvolvimento, um Estado forte o suficiente para enfrentar o imperialismo financeiro e, também, as forças políticas e sociais que, dentro do Brasil, defendem a dependência, a desigualdade, a democracia oligárquica e o desenvolvimento limitado.

A crise do capitalismo brasileiro

O território, a população, a economia, a sociedade, a política e a cultura do que hoje chamamos de Brasil se constituíram, ao longo dos últimos séculos, num processo marcado por quatro grandes características: a dependência externa, a desigualdade social, a democracia oligárquica e o desenvolvimento limitado.

A dependência externa assumiu diferentes formas, na Colônia, no Império, na República Velha, no Estado Novo, no período de 1946-1964, na Ditadura Militar, na transição presidida por José Sarney, nos governos eleitos pelo voto direto a partir de 1989 e nos dias de hoje. Mas há um traço constante: a tendência a manter no exterior o centro dinâmico da economia nacional. Até o momento, sempre que se tentou alterar essa tendência, uma aliança entre forças externas e internas reafirmou (às vezes de forma modificada) os mecanismos de dependência.

A desigualdade social também assumiu diferentes formas, desde a chegada dos colonizadores portugueses. De um lado indígenas, escravos, camponeses pobres, assalariados, excluídos, setores sociais oprimidos e explorados. De outro lado, nobres colonizadores, senhores de escravos, latifundiários e comerciantes, capitalistas de variados tipos.

Mudaram os protagonistas, mas persistiu sempre uma elevada desigualdade social – combinada com variáveis étnicas, de gênero e geracionais, desigualdade esta geralmente superior à existente em países mais pobres que o Brasil, seja do ponto de vista das riquezas naturais, seja do ponto de vista da capacidade produtiva. Um fenômeno que persiste por tantos séculos não é um acidente: vivemos numa sociedade organizada de tal maneira, que sua reprodução depende da manutenção e do aprofundamento da desigualdade social.

A democracia oligárquica é a terceira de nossas características seculares. Desde a chegada dos portugueses até 1888-1889, vivemos sob um regime político simultaneamente monárquico e escravocrata. Entre 1889-1930, tivemos uma república de senhores de terra, basicamente os fazendeiros do café. De 1930 a 1945, experimentamos uma ditadura explícita ou disfarçada. Entre 1945 e 1964, foi a vez de uma “democracia” liberal, com fortes restrições às liberdades básicas de organização sindical, partidária e de livre manifestação eleitoral. De 1964 a 1985, enfrentamos uma ditadura militar.

Só a partir de 1989 a maioria do povo conquistou o direito de participar dos processos eleitorais, ainda que com inúmeras restrições de fato, expressas na influência do dinheiro, do oligopólio da mídia e em regras eleitorais que distorcem a proporcionalidade do voto. Novamente, não se trata de uma casualidade: a dependência externa e a desigualdade social são incompatíveis com uma democracia que não seja oligárquica.

A dependência externa, a desigualdade social e a democracia oligárquica estão na origem das principais características, contrastes e contradições da sociedade brasileira. Uma dessas características é um determinado padrão de desenvolvimento, que por ser prisioneiro das três características acima descritas, possui uma natureza limitada – não indo além de determinado ponto, que sempre parece inferior às visíveis possibilidades e potencialidades do país –, passando, por isso, a impressão de ser cíclico (parecendo voltar ao ponto de partida, mais exatamente a determinados problemas e entraves). Motivo pelo qual, ao longo dos últimos 517 anos, experimentamos muito crescimento e pouco desenvolvimento.

Em dois momentos da história recente, a sociedade brasileira chegou perto de superar esse padrão de desenvolvimento limitado: a partir de 1930 e a partir de 2003. A urbanização, a industrialização, o fortalecimento do Estado, as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas a partir de 1930 foram de grande dimensão.

Entretanto, o ciclo de desenvolvimento aberto na Revolução de 1930 atingiu um ponto de esgotamento por volta de 1980. E, ao final da década de oitenta, ficou claro que a classe dominante escolhera o caminho do chamado neoliberalismo, acarretando a destruição de parte importante dos avanços acumulados nas últimas décadas e retornando ao padrão de crescimento limitado.

Com a posse do presidente Lula, em 2003, teve início uma nova tentativa de superar o padrão de desenvolvimento limitado. Mas em 2016, através do impeachment, as forças adeptas das políticas neoliberais retomaram o controle integral do governo e desde então vêm destruindo aquilo que fora feito desde 2003, desmontando os aspectos positivos da Constituição de 1988 e retomando a destruição da “herança varguista”, com destaque para a Petrobrás e a CLT.

Supondo que esse processo regressivo não seja interrompido, a sociedade brasileira experimentará novamente dilemas similares aos experimentados antes da Revolução de 1930.

Por exemplo, a prevalência do padrão primário-exportador e a debilidade da indústria nacional. Dilemas que – hoje mais do que antes – terão implicações catastróficas, como se percebe no caos instalado nos grandes centros urbanos e em diversas políticas públicas, da saúde à segurança.

A crise de regime

As contrarreformas reduzem o valor pago aos trabalhadores e ampliam os recursos disponíveis ao Capital, mas a conjuntura global e a situação interna são desfavoráveis ao crescimento. A tendência é a ampliação do desemprego, da desassistência e da miséria. O que, como é óbvio, não contribui para estabilizar o cenário político.

Até o dia 17 de maio, vivíamos uma crise político-institucional, caracterizada pela crescente desarmonia e os conflitos entre os “poderes” da República. Desde então e até o dia 15 de julho de 2017, tudo indicava que ingressávamos em uma “crise de regime”. Noutras palavras, numa situação que pode desembocar numa mudança do regime político do país.

No varejo, isto pode se explicar assim: o caminho escolhido para atacar Lula e o PT, a implementação da “ponte para o futuro” e o clima de radicalização decorrente polarizam o país entre alternativas (como Lula, Dória e Bolsonaro) que não são exatamente as preferidas pela cúpula de diferentes setores do golpismo. O aprofundamento da polarização, por sua vez, faz crescer a possibilidade de um “pronunciamento” militar, mesmo que venha fantasiado de toga. Noutras palavras: a crise das instituições tende a se converter numa crise de regime, podendo levar a uma ruptura da institucionalidade vigente.

No atacado, a explicação para o surgimento de uma crise de regime está na dificuldade cada vez maior de aparecer uma solução para a crise nos marcos da atual institucionalidade, no descompasso entre as necessidades das diferentes classes sociais versus os limites impostos pela atual constitucionalidade, na distância cada vez maior entre a profundidade da crise e as capacidades e pretensões dos que controlam as instituições de Estado.

Na história do Brasil, já assistimos a situações semelhantes. Algumas poucas vezes, a mobilização popular prevaleceu e a crise foi resolvida através do exercício das liberdades democráticas. No mais das vezes, prevaleceu o acordo por cima, sustentado muitas vezes por intervenções militares, não faltando quem alimentasse ilusões nos “setores patrióticos” das forças armadas, que antes, como hoje, estariam supostamente incomodadas com o entreguismo, com a corrupção e o caos social.

Importante levar em consideração, também, que a tendência à polarização e à crise não estão restritas ao Brasil. A polarização é uma tendência latino-americana e também mundial. O golpe, no Brasil, só ganha pleno sentido e lógica quando o inserimos nas movimentações

dos EUA, especialmente no sentido de enfrentar a China e aliados, inclusive militarmente.

A crise que o país vive pode ser solucionada através de uma negociação entre as partes em conflito? Ou a crise que o país vive exige uma derrota profunda de uma das partes em conflito?

O golpe de 31 de agosto e tudo o que ocorreu antes e depois, bem como o apoio dos “jovens ricos educados” a alternativas como Bolsonaro e Dória, indicam que uma parte das elites já decidiu qual seu caminho: aprofundar o golpismo, se necessário com doses de militarização. Tudo leva a crer que a maior parte das elites tocará a música de sua jovem guarda.

Como impedir que as alternativas de direita se concretizem? Alguns setores acham que contribuiremos para isso se “despolarizarmos” a disputa. O principal problema desse tipo de “solução” é que ela consiste em tentar impedir nossa derrota através de uma autoderrota. Uma consequência prática disso seria a de que não haveria reversão, mas sim aprofundamento da “ponte para o futuro”. E já sabemos (vide a Europa e os EUA) o que tende a ocorrer quando a esquerda capitula enquanto o tecido social se deteriora.

Outro caminho para impedir as alternativas de direita consiste em ampliar a mobilização popular. A Frente Brasil Popular, o PT, a CUT, o MST, a CMP, a UNE, a Frente Povo Sem Medo e todas as organizações do campo democrático, popular e de esquerda insistirem na campanha pelo Fora Temer e Diretas Já; na defesa dos direitos e no enfrentamento das contrarreformas; colocando em pauta a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte, como mecanismo democrático para reordenar as instituições e indicar o tipo de desenvolvimento que queremos para o Brasil; e defender o direito democrático de Lula ser candidato.

Seja qual for o desfecho da crise – algo sobre o que o leitor deste texto saberá mais do que nós, que o estamos concluindo em 15 de julho de 2017 – no próximo período, a luta de classes assumirá formas mais duras, mais confrontativas e mais violentas do que no período 2003-2016. Inclusive se a esquerda vencer a próxima eleição presidencial, a tendência seguirá sendo a da ampliação dos conflitos.]

A crise dos partidos e da política

Em resumo, há uma confluência de variáveis, desembocando numa crise que afeta os partidos políticos. Num certo sentido, portanto, não é o descrédito popular que causa a crise nos partidos; é a crise nos partidos que provoca um descrédito popular. Dito de outra forma, como há uma crise geral, a maioria dos partidos não consegue mais fazer o que fazia antes. E a minoria que poderia ser alternativa, ainda não demonstrou ter apoio de massa suficiente para ser uma alternativa, seja uma alternativa de oposição, seja uma alternativa antissistêmica.

Nesse contexto, estudar os “partidos políticos no Brasil” é útil, desde que possamos extrair desse estudo uma orientação clara acerca do que pode e deve ser feito para enfrentar a crise, do ponto de vista das maiorias. Basicamente: reconstruir e fortalecer os vínculos da classe trabalhadora com as instituições que historicamente a representam; elaborar e defender programas e estratégias que sejam antissistêmicas, não apenas de oposição.

Bibliografia básica

- CARDIM, Carlos Henrique (2003). *Cultura Política e Fundações Partidárias no Brasil*. Ministério das Relações Exteriores.
- PRADO, Henrique Sartori de Almeida (2009). El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. *Libel – The International Federation of Liberal Youth Organization Magazine*, p. 1-6, 27 abr. 2009.
- MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri. “Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (1997-1999)”. Perseu: *História, Memória e Política*, v. 3, n. 4, p. 193-194.
- Krause, Silva; Schmitt, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

14.

A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO

Marco Aurélio de Souza¹

Se ouvires a voz do vento, chamando sem cessar...² (Vocação)

Antes de discorrer a respeito do tema “política como vocação”, achei melhor conversarmos um pouco a respeito do que vem a ser “vocação”, para depois entrar numa vocação específica que é a “vocação política”.

Visto que a palavra “vocação” não é tão desconhecida assim, achei por bem começar buscando no Google, quais os conceitos e definições que ele me traz a respeito deste termo, e fiquei satisfeito com as suas primeiras buscas, que reproduzo abaixo:³

O que é Vocação?

Vocação é um termo derivado do verbo latino “vocare” que significa “chamar”. É uma inclinação, uma tendência ou habilidade que leva o indivíduo a exercer uma determinada carreira ou profissão.

¹ Marco Aurélio de Souza tem 56 anos, é casado e pai de dois filhos. Reside em Jacareí, onde foi vereador de 1996 a 2000, prefeito de 2001 a 2008 e deputado estadual por São Paulo de 2011 a 2015. É formado em Ciências Contábeis e Ciências Sociais, pós-graduado em Administração Pública e em Espiritualidade. Atualmente, é membro da equipe executiva do CESEEP e assessor da bancada dos deputados estaduais do PT na Assembleia Legislativa no Estado de São Paulo. Assessora, também, a Comissão de Direitos Humanos daquela Casa. Participa do grupo CVX-MCL – Movimento Cristão Libertador (Comunidade de Vida Cristã), e a pré-CVX Pedro Fabro, ambos de Jacareí. Participa do Movimento Nacional de Fé e Política e é colaborador do Instituto Aplausos.

² Música “Vocação”, Pe. Zezinho.

³ Fonte: <<https://www.significados.com.br/vocacao/>>.

Vocação é uma competência que estimula as pessoas para a prática de atividades que estão associadas aos seus desejos de seguir determinado caminho.

Por extensão, vocação é um talento, uma aptidão natural, um pendor, uma capacidade específica para executar algo que vai lhe dar prazer.

Vocação religiosa

Vocação religiosa é um chamado de Deus para a prática religiosa, é louvar e servir a Deus e ao próximo. Ter vocação religiosa é estar disponível para se separar das coisas que são do mundo e que não são do agrado de Deus.

Religiosos são cristãos que querem dedicar sua vida a Deus e aos irmãos, e encontrar em Deus sua segurança, alegria e realização pessoal.

A vocação religiosa pode ser seguida por homens como também por mulheres que, ao sentirem o chamado de Deus, deixam tudo e colocam-se inteiramente a serviço dos irmãos mais necessitados. Essas mulheres buscam as congregações com que mais se identificam e se preparam para serem irmãs ou freiras.

Vocação profissional

A vocação profissional é formada por um conjunto de aptidões naturais, como também interesses específicos do indivíduo que o direcionam na escolha de uma profissão. O teste vocacional é um instrumento que pode auxiliar as pessoas indecisas sobre qual carreira profissional devem seguir.

A segunda fonte de consulta foi a Canção Nova:⁴

A palavra vocação (etimologicamente) deriva do verbo latino VOCARE, que significa "chamar". É a tradução do termo "vocatione", que quer dizer chamado, apelo, convite. Na raiz está "vox", "vocis", "voz". Vocação quer dizer chamado.

A vocação (teologicamente) é o chamado de Deus dirigido a toda pessoa humana, seja em particular, seja em grupo, em

⁴ <<https://blog.cancaonova.com/vocacional/o-que-e-vocacao/>>.

vista da realização de uma missão ou serviço em favor da comunidade. Vocação é o chamado do Pai por meio de Jesus Cristo na força dinamizadora do Espírito Santo.

Vocação é o chamado de Deus que tem como finalidade a realização plena da pessoa humana. É um gesto gracioso de Deus que visa a plena humanização do homem. É dom, é graça, é eleição cuidadosa, visando a construção do Reino de Deus. É um chamado para fazer algo, para cumprir uma missão. Toda pessoa é vocacionada, é eleita por Deus.

Deus elege por causa de alguns (comunidade) e esta eleição se manifesta no nosso dia a dia. A mensagem do Evangelho é um convite contínuo a seguir Jesus Cristo: Vem e segue-me (cf. Mt 9,9 ; Mc 8,34; Lc 18,22; Jo 8,12).

Vem – chamado: é um convite pessoal dirigido por Deus a uma pessoa. Segue-me – Missão: é o seguimento da prática de Jesus.

É uma iniciativa gratuita, proposta que parte de Deus (dimensão teológica). Impulso interior de cada pessoa onde conscientemente responde ao plano de amor de Deus (dimensão antropológica).

Como Deus chama? Pessoalmente e pelo nome. Pelos valores que nos atraem. Pela Comunidade. Pelas necessidades da Igreja e do mundo.

Fiquei satisfeito com o que li, pois a partir disso já poderei refletir sobre alguns pontos que julgo importantes, para discorrermos a respeito do assunto.

Na primeira fonte consultada, o termo vocação vem explicado como sendo uma “inclinação”, uma “tendência ou habilidade que leva o indivíduo a exercer uma determinada carreira ou profissão”; uma “competência que estimula as pessoas para a prática de atividades que estão associadas aos seus desejos de seguir determinado caminho”; um “talento, aptidão natural, capacidade específica para executar algo que vai lhe dar prazer”.

Todas essas formulações me remetem ao contido no *Decreto Apostolicam Actuositatem*, do Concílio Vaticano II, já em 1965, onde assim

está escrito: “Os católicos [leigos] versados em política, e devidamente firmes na fé e na doutrina cristã, não recusem cargos públicos, se puderem, por uma digna administração, prover o bem comum e, ao mesmo tempo, abrir caminho para o evangelho” (n. 14).

Já a carta de São Tiago, em seu capítulo 4, versículo 17 diz: “Aquele, pois, que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado”.

Portanto, por essas breves e iniciais palavras já começamos a pensar que o campo da política é também um campo para um chamado vocacional.

A primeira fonte ainda traz como “vocação profissional” o seguinte conteúdo: “conjunto de aptidões naturais, como também interesses específicos do indivíduo que o direcionam na escolha de uma profissão”. Isto só reforça o que São Tiago escreveu em sua carta: “quem tem oportunidade para fazer o bem e não faz, peca”. Entendido a oportunidade como competência, pessoa com aptidões para tal.

2. Fazer o bem na política?

Alguém pode pensar “fazer o bem na política?” neste momento em que estamos vivenciando no Brasil uma verdadeira crise de valores éticos? Parece que o campo da política pode ser tudo, menos oportunidade para fazer o bem!

No entanto, é exatamente o contrário, pois é pela política que se pode fazer o bem de forma ampla, com abrangência universal, sem criar feudos ou dependências, visto que política é a arte do bem comum.

Política vem do termo “polis” (Cidade-Estado) que significa “a vida em coletividade”. A política está relacionada diretamente com a vida em sociedade, no sentido de fazer com que cada indivíduo expresse suas diferenças e conflitos sem que isso seja transformado num caos social.⁵

Bem, depois poderemos voltar ao significado do termo “política”, mas agora o termo foi citado para deixar claro que “fazer o bem”

⁵ Cf. CORTELLA, Mário Sérgio; JANINE RIBEIRO, Renato. *Política – para não ser idiota*. São Paulo: Papirus, 2012.

pode sim ser no mundo da política; aliás, eu diria até que o mundo da política é, por excelência, o espaço mais apropriado para se fazer o bem, devido a sua larga abrangência.

Um parêntesis: evidente que se o campo político é um mundo vasto para fazer o bem, quando utilizado de maneira inversa, também é um mundo vasto para se propagar o mal. Agora, fechemos o parêntesis e voltemos ao termo “vocação”.

Na segunda fonte citada inicialmente, site de origem católica, alguns conceitos merecem destaque. Diz-se lá que “A vocação é o chamado de Deus dirigido a toda pessoa humana, seja em particular, seja em grupo, em vista da realização de uma missão ou serviço em favor da comunidade”. Trata-se de um chamado de Deus para a realização de uma missão ou serviço em favor da comunidade.

Ora, qual serviço em favor da comunidade é tão abrangente quanto o do mundo da política? Todos os setores da vida de um ser humano têm relação com a política (saúde, educação, habitação, regras sociais etc..). E mais: nesse conceito, trata-se de “missão”, e alguém poderia questionar: “Missão na política?”. E a resposta é: “Sim, missão na política, sim”. Não é possível conceber a política fora de um trabalho missionário.

Talvez uma das distorções que ocorrem hoje na política seja o fato de muitos não a exercerem como uma “missão” e sim como um carreirismo ou oportunidade para resolver os problemas pessoais (sejam financeiros, seja de status ou outros). Quando o exercício da política foge à ação missionária, o bem comum fica em segundo plano (ou outro mais subalterno) e advêm as grandes distorções, como as que vêm ocorrendo atualmente.

Continuando no conceito da segunda fonte, temos: “É uma iniciativa gratuita, proposta que parte de Deus (dimensão teológica). Impulso interior de cada pessoa onde conscientemente responde ao plano de amor de Deus (dimensão antropológica)”.

“Como Deus chama? Pessoalmente e pelo nome. Pelos valores que nos atraem. Pela Comunidade. Pelas necessidades da Igreja e do mundo”

Aqui fica claro que “Deus chama” para exercer uma função “pela comunidade”, e “pelas necessidades da Igreja e do mundo”. Quero

entender Igreja como a grande comunidade de fé, e não um sistema religioso, uma pessoa jurídica qualquer, mas sim a união e a congregação de pessoas que se unem e caminham juntas pela fé.

Ora, existe caminho mais vasto, amplo e eficaz do que a política para buscar satisfazer as necessidades da igreja e do mundo?

Já no Evangelho de Mateus, capítulo 25, versículos 31 a 46, Jesus fala:

E quando o Filho do homem vier em sua glória, e todos os santos anjos com Ele, então se assentará no trono da sua glória; E todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas; E porá as ovelhas à sua direita, mas os bodes à esquerda. Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: "Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; Estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver". Então os justos lhe responderão, dizendo: "Senhor, quando te vimos com fome, e te demos de comer? Ou com sede, e te demos de beber? E quando te vimos estrangeiro, e te hospedamos? Ou nu, e te vestimos? E quando te vimos enfermo, ou na prisão, e fomos ver-te?" E, respondendo o Rei, lhes dirá: "Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a Mim o fizestes".

Então dirá também aos que estiverem à sua esquerda: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos; Porque tive fome, e não me destes de comer; tive sede, e não me destes de beber; sendo estrangeiro, não me recolhestes; estando nu, não me vestistes; e enfermo, e na prisão, não me visitastes". Então eles também lhe responderão, dizendo: "Senhor, quando te vimos com fome, ou com sede, ou estrangeiro, ou nu, ou enfermo, ou na prisão, e não te servimos?" Então lhes responderá, dizendo:

“Em verdade vos digo que, quando a um destes pequeninos o não fizestes, não o fizestes a Mim”. E irão estes para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna.”

Ora, tratar da questão da fome, da água, do sistema carcerário, sistema de saúde, migração, não são temáticas envolvidas diretamente com o mundo político?

Evidente que alguém poderá afirmar: “mas aqui Jesus enaltece a questão da caridade, da solidariedade de uns para com os outros, o que deve ser inerente a todo ser humano”, e é verdade. No entanto, a caridade para mim é um terceiro grau de comportamento humano desejável. O primeiro grau é a legalidade (quando cabível), o segundo é a justiça e o terceiro a caridade.

Dessa forma, cumprir a lei para todos, sem discriminar uns de outros é uma base para que possa começar a haver justiça. (Escrevi “quando cabível”, pois evidentemente que aqui estou me referindo à legislação de amplitude universal e justa, pois no passado remoto tivemos a escravidão como legal e nem por isso era justo e, portanto, não cabível de seu cumprimento; e, no presente, também temos alguns exemplos dessa natureza, tal como a lei que determina o valor do salário mínimo, e outros).

Justiça é dar ao outro o que lhe pertence; enquanto caridade é dar ao outro o que a mim pertence. Dessa forma, para que haja caridade, necessariamente haverá de ocorrer antes a justiça.

E digo isso porque, se não colocarmos a justiça antes da caridade, justificariamos alguns que exploram os outros (injustiça) e o fruto dessa exploração, quando transformado em ato benevolente (doação para Igreja ou alguma instituição) poderia ser visto como caridade.

Uma empresa que pratica, por exemplo, trabalho análogo ao escravo poderia pegar parte de seus lucros (injustos) e doar em cestas básicas, por exemplo, a instituições e entidades, e isto seria chamado de caridade. No entanto, não há caridade neste caso, pois um princípio anterior – justiça – deixou de ocorrer.

Outro parêntesis: se bem que muitas vezes a sociedade aplaude grandes benevolentes, sem saber se a origem dessa benevolência pro-

vém de uma fonte justa. No Evangelho, Jesus exalta o óbolo da viúva, que mesmo sendo de valor irrisório tem sua aprovação, em detrimento das demais “generosas” doações, cuja origem era de duvidosa justiça (cf. Mc.12,41-44 e Lc 21,1-4).

É preciso que isso fique claro, para não jogarmos coroas de condecorações a algumas ações sociais providas de origem injusta. Estão longe de ser caridade, pois lhes faltou a base, que é a justiça.

Fechando o parêntesis e voltando ao enunciado do Evangelho de Mateus, vemos que o campo da política, sem desmerecer outros, é um campo fértil para o exercício do bem comum.

Não quero aqui dizer que somente pela política se pode praticar esse enunciado de Jesus, pois, por exemplo, professores que não se limitam a transmitir informações, mas se empenham em formar verdadeiros cidadãos; advogados que lutam para defender o inocente injustamente acusado; coletores de materiais recicláveis que trabalham longas horas por dia ajudando a diminuir o volume do que vai para o aterro sanitário, e tantos outros são também exemplos de prática do enunciado de Jesus. E assim também em outras profissões ou funções. O que eu quero deixar claro aqui é que no campo político se pode exercer, e muito, a prática do que está escrito no Evangelho.

Volta a mesma observação feita anteriormente: também é verdade que, ao utilizar a política de forma contrária, não serão saciados de fome os famintos, mas será aumentada a sua fome; não será saciada a sede das pessoas, mas se agravará, e assim sucessivamente. Ou seja, a política usada de forma “não vocacional” produz o efeito contrário àquele ao qual ela se destina.

Lembro-me do ocorrido em 22 de Janeiro de 2012, quando aproximadamente 1.700 famílias que tinham suas residências foram violentamente arrancadas de suas casas, de uma comunidade conhecida como “Pinheirinho”, numa desapropriação ocorrida na cidade de São José dos Campos-SP. Ali aconteceu a antítese de Mateus 25, pois além de não prover de moradia a quem não tinha, ainda promoveu-se a retirada dos que a tinham. E tudo para defender interesses particulares, no caso em tela, do sr. Naji Robert Nahas. É um típico exemplo que

se enquadraria no evangelho citado, onde ficaria assim o enunciado: “tinha casa, e tu a derrubaste... tinha lar e me colocastes na rua...”.

Felizmente, em 2013, quando da posse de um novo governo municipal naquela cidade, o então prefeito Carlinhos Almeida (PT), empenhou-se em reparar esse dano social, e em 22 de dezembro de 2016 entregou casas do programa Minha Casa Minha Vida aos ex-moradores do Pinheirinho.

No entanto, não é só a política que, quando utilizada de forma contrária, produz o mal. Vejamos, por exemplo, o mal que se produz quando alguém do poder judiciário age de forma destoada ao que lhe compete. Da mesma forma, um médico, um engenheiro etc. Aliás, no caso do Pinheirinho, citado acima, a desocupação ocorreu por uma decisão liminar do poder judiciário, com total anuência e conivência da prefeitura local.

O que importa aqui é ficar claro que, seja no campo político, seja noutro campo, o importante é que a pessoa se sinta vocacionada a isto e mais: com clareza de fazer do caminho escolhido uma missão.

Isto posto, acredito que tenha ficado claro o primeiro desafio deste texto: “a política é também uma opção vocacional”.

3. Minha experiência pessoal

Começarei a descrever aqui a minha experiência pessoal, não como exemplo, mas como testemunho de que Deus chama também pessoas para a política. O importante aqui é ver a ação de Deus, que age em todos (até em mim!).

Nunca pensei que iria trilhar um caminho de atuação na política. Quando jovem, olhava meu pai como bancário e contador e a maioria dos meus irmãos com a mesma profissão, e via que este poderia ser também o meu caminho.

Resolvi, aos 17 anos, fazer faculdade de ciências contábeis na Universidade de Mogi das Cruzes. No último ano, na fase dos exames finais, houve, por coincidência, a realização de um concurso para o Banco do Brasil. Prestei-o, sem estudar, e fui aprovado. Fui extremamente beneficiado pelo fato de estar concluindo a Faculdade e os

estudos para os exames finais automaticamente me prepararam para o concurso.

Tomei posse no Banco do Brasil e lembro-me de um amigo que me disse: “Agora sua vida está garantida até o final”, e pensava ter encontrado um porto seguro de onde não mais sairia.

No entanto, no primeiro ano de faculdade, eu havia tido uma experiência forte de Deus durante uma semana santa, e comecei a participar de um grupo jovem na Igreja. Depois passei a participar da pastoral catequética.

Concluindo a faculdade, entrando no Banco do Brasil participando da Igreja, para mim o tripé de equilíbrio para a vida futura estava pronto: diploma, emprego e religião. Só não tinha claro ainda se Deus me chamava para o sacerdócio ou matrimônio ou outra função.

Num retiro em Itaici, a questão do sacerdócio ficou descartada, num momento de oração em que ficou claro para mim que deveria permanecer livre para o futuro, sem jamais entrar em alguma congregação ou seminário.

Tempos depois, lembro-me de que, numa noite, estava dirigindo minha variant, sozinho, quando senti uma inclinação forte para parar na estrada, adentrar em um campo e contemplar, ao descer do carro, um céu com uma lua que brilhava muito e clareava aquele campo.

Naquela noite, foi como se Deus me dissesse: “você não tem luz própria, como esta lua que está vendo também não tem. É o sol que joga luz na lua e clareia este campo que você está vendo. Eu sou o seu sol e caberá a você iluminar o campo, lembrando-se sempre de que a luz não é sua, é minha, mas é você que dissipará esta luz, como a lua irradia a luz do sol, através das suas ações”. Voltei para o carro e fui para casa pensando no que poderia significar aquele momento, mas para mim estava claro que deveria ficar à disposição de Deus para o que Ele viesse a me mostrar.

Deus fala na vida da gente, no entanto, nem sempre de forma agradável. Digo isso porque houve uma mudança de padre na nossa comunidade e, devido a fofocas, eu e meu grupo fomos expulsos pelo bispo da comunidade.

Depois desse acontecimento que muito nos entristeceu na época, conhecemos a espiritualidade inaciana, que é uma espiritualidade voltada para a vivência do dia a dia, encarnada, e que possui um tripé: oração, partilha e missão. A oração deve ser pessoal e em grupo; a partilha deve se dar na convivência fraterna entre companheiros que buscam a mesma experiência; e a missão, não necessariamente dentro de uma comunidade eclesial, mas sim no sentido de onde a pessoa se encontrar, buscar agir de forma a construir o projeto do Reino de Deus.

No início do ano de 1991, passados já 3 anos do fato ocorrido na comunidade (expulsão pelo bispo), o padre da nossa paróquia juntamente com o de uma paróquia vizinha trocavam ideias a respeito de lançar um candidato a vereador pela comunidade, e meu nome foi citado, juntamente com outros.

Ao saber disso, minha primeira reação foi: “Não, isso não é para mim”. E, embora convidado para estar presente numa reunião de discussão a respeito dessa temática, eu me ausentei e resolvi aguardar a virada do ano e fazer um retiro inaciano no período de carnaval, em Itaici.

Nesse retiro, fui com um propósito: discernir se o que estava sendo cogitado era um chamado de Deus para minha vida ou se deveria manter-me no meu “não”, e permanecer no Banco do Brasil, onde estava trabalhando. Estar no Banco do Brasil sempre me causou alegria, pois além de ser uma boa empresa para trabalhar, fazer carreira e ter um salário atrativo para a época, me proporcionava convivência com bons colegas. Eram motivações suficientes para lá permanecer.

Algumas vezes me questionava se Deus me queria sempre no Banco – visto que o máximo que eu poderia fazer era atender bem os clientes, ser honesto com as informações e orientações que alguém buscasse junto a um bancário de um Banco estatal – ou Ele achava que eu poderia ser mais útil, em outra função, fazendo “mais”.

Nesse retiro, totalmente em silêncio, em que ocorrem muitos momentos de oração pessoal, o que facilita escutar algumas respostas até mesmo fora dos tempos de oração, tais como num intervalo qualquer, apareceram algumas moções que fui discernindo aos poucos. Moção é um termo que se usa para significar “ações do espírito”, ou, “movi-

mentos interiores que te levam a algum propósito, decisão, caminho, iluminação etc.”.

Num determinado momento, veio-me uma moção dizendo-me mais ou menos assim: “Marco, você gostaria de ser pago pelo sistema para fazer o bem?”. Isso fez arder meu coração, pois ficar com o tempo todo disponível para buscar fazer o bem foi algo que me agradou bastante. Não obstante, como jovem, sempre tive a pretensão de fazer um combate ao sistema injusto no qual vivíamos (e hoje continuamos vivendo, infelizmente).

Noutro momento do retiro, veio-me outra moção, dizendo-me mais ou menos assim: “Marco, você gostaria de ser pago pelo sistema para combater o sistema?”.

Bem, esta moção foi forte para mim, pois é evidente que todos precisam ter meios para subsistir; portanto, não há como ser revolucionário, se não tiver como prover suas necessidades básicas. Dessa forma, ouvir a moção “ser pago pelo sistema para combater o sistema” foi um forte e grande atrativo para mim, para buscar algo fora do Banco do Brasil. No entanto, não havia ainda clareza se esse “algo” estava ou não na política.

O retiro caminhou para a missa final, em que o Evangelho foi o texto de Jo 21,15-19, cujo teor reproduzo, aqui abaixo:

E, depois de terem jantado, disse Jesus a Simão Pedro: “Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes?” E ele respondeu: “Sim, Senhor, tu sabes que te amo”. Disse-lhe: “Apascenta os meus cordeiros”.

Tornou a dizer-lhe segunda vez: “Simão, filho de Jonas, amas-me?” Disse-lhe: “Sim, Senhor, tu sabes que te amo”. Disse-lhe: “Apascenta as minhas ovelhas”.

Disse-lhe terceira vez: “Simão, filho de Jonas, amas-me?” Simão entristeceu-se por lhe ter dito terceira vez: “Amas-me?” E disse-lhe: “Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que eu te amo”. Jesus disse-lhe: “Apascenta as minhas ovelhas. Na verdade, na verdade te digo que, quando eras mais moço, te cingias a ti mesmo, e andavas por onde querias; mas, quando já fores velho, estenderás as tuas mãos, e outro te cingirá, e te levará para onde tu não queiras”.

E disse isso, significando com que morte havia ele de glorificar a Deus.

E, dito isto, disse-lhe: “Segue-me”.

Na missa, celebrada com todos os participantes dos retiros que estavam acontecendo naquela casa e que estavam se encerrando, após a leitura do Evangelho, tivemos a homilia, que é a mensagem dada pelo presidente da celebração aos presentes. Naquela oportunidade, a missa era presidida pelo Pe. Francisco Rigolin sj.

Pe. Rigolin, que não sabia que eu estava naquele retiro para fazer um discernimento de uma decisão a ser tomada, era um padre apaixonado pelos jovens, e infelizmente morreu anos depois desse retiro, vítima de acidente de ônibus. Na homilia, Pe. Rigolin discorreu a todos, dizendo mais ou menos o que abaixo transcrevo:

“Meus jovens, vocês viram neste Evangelho que Jesus pergunta três vezes para Pedro se ele o amava. E, neste final de retiro, pode ser também que Jesus pergunte três vezes para cada um de vocês se o amam. Talvez Jesus pergunte três vezes, no sentido de questionar três níveis de amor por Ele.

Num primeiro nível Ele lhe pergunta “Você, que está terminando este retiro, me ama?” E cada um aqui poderá responder: “Sim, Mestre, tu sabes que eu te amo”. E como resposta concreta, se comprometer, num primeiro grau de amor, dizendo: “Sairei daqui para buscar fazer o bem”. E assim, estará dada a sua resposta num primeiro nível de amor, respondendo à primeira pergunta.

No entanto, Jesus poderá perguntar novamente, como fez a Pedro, em um segundo grau, um pouco mais profundo, e caberá a cada um responder. Ele perguntará novamente: “Você, jovem que está terminando este retiro, me ama?”

E você poderá, de forma livre, responder-lhe: “Sim, Mestre, tu sabes que eu te amo. Sairei deste retiro e buscarei outras pessoas para unir-me a elas em grupos ou associações, para buscar fazer o bem.” E assim, terá respondido num nível mais profundo ao segundo questionamento de Jesus.

Mas, continuou Pe. Rigolin, Jesus poderá lhe perguntar em um terceiro grau: “Você, que está saindo deste retiro, me ama?”

E você poderá responder-lhe num grau ainda mais profundo: “Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Sairei daqui para buscar mudar as estruturas injustas e buscar construir uma nova sociedade”.

Dê a sua resposta a Ele.

Quando encerrou a homilia, minha vontade era me levantar naquela Igreja lotada de jovens e dizer a todos que aquela homilia tinha sido para mim, que era uma resposta clara de Deus ao que eu buscava. E saí do retiro com a firme convicção de que deveria aceitar a indicação dos padres para ser candidato a vereador.

Voltando do retiro, dos nomes indicados pelos padres dois permaneceram: o meu e o do meu amigo Marcelino.

Combinamos de promover uma reunião na Igreja, onde todos os convidados poderiam fazer qualquer questionamento a ambos os pré-candidatos, e, ao final, eles escolheriam um, de tal forma que o não escolhido ajudaria na campanha do outro.

Houve esse “debate” e, ao final, meu nome foi escolhido. Aceitei, com alegria, a indicação. Depois montamos uma miniequipe para pensar a campanha. Essa miniequipe era composta de quatro pessoas, entre eles, Marcelino, que fora preterido no debate.

Apesar da equipe para pensar a campanha ser minúscula, todos os componentes do grupo do qual eu participava, mais os componentes do grupo da comunidade do Marcelino, se engajaram na campanha, fazendo uma caminhada digna de um verdadeiro mutirão.

Lembro-me de um amigo que saía na hora do seu almoço para desenhar meu nome no muro; depois, outro amigo ia lá e pintava o muro, fora os que se colocaram à disposição para fazer campanha de forma gratuita e sem nunca tocar nalgum tipo de “recompensa”. A ideia era única e exclusivamente eleger alguém que representasse a comunidade, defendesse as ideias da comunidade na Câmara Municipal de Jacareí.

Fizemos a campanha com toda dificuldade financeira, mas com muita união e trabalho também dos meus familiares e o resultado foi que eu fui o mais votado dentre os candidatos do Partido dos Trabalhadores que elegera, na época, dois vereadores. Portanto, eu estava eleito.

Muita alegria! No quintal da casa da minha mãe não faltaram os amigos, inclusive o Padre José Cândido Pereira, que nos apoiou fortemente, para comemorarmos a eleição. Cabe lembrar que, em 1992, a contagem dos votos não era eletrônica; portanto, o resultado saiu só alguns dias após a eleição.

Vale registrar também que Pe. Cândido era o mesmo que era pároco naquela igreja, quando, em 1988, ocorreram aqueles fatos que culminaram na minha expulsão pelo bispo, junto com a expulsão de todos do meu grupo.

Nada como uma questão de tempo e respeito. Pe. Cândido, anos depois, foi homenageado pelo nosso grupo com um “cartão de prata”, pois reconhecíamos nele, tempos depois, que era realmente um amigo de todos. Jamais esquecerei que no ano em que a Campanha da Fraternidade foi “Justiça e Paz se abraçarão” – 1996, Pe. Cândido me convidou (eu já era vereador) para compor o grupo dos doze representantes dos apóstolos para ele lavar meus pés. Hoje, apesar da idade, felizmente ele está firme como pároco numa paróquia na cidade de São José dos Campos-SP.

4. A paz no dia da eleição

Ao chegar próximo do dia da eleição, percebendo eu todo o esforço em que muitos estavam empenhados, resolvi escrever uma carta de agradecimento, onde eu enfatizava que, caso o resultado das urnas não fosse positivo, todos deveriam sentir-se vitoriosos pela caminhada que fizeram. Consegui entregar essa carta antes das 17h do dia das eleições, e lembro-me bem de um comentário que ouvi de um candidato, na porta do clube onde iria ocorrer a apuração, por volta de 18h30: “Você está tranquilo, porque sabe que já está eleito, né?”

De fato, eu estava tranquilo e em paz, mas não porque tinha certeza de que estava eleito, mas sim porque tinha certeza de que tudo que poderia ter sido feito fizemos, e que eu estava naquela disputa como fruto de um discernimento espiritual; portanto, a mim cabia fazer tudo que era de minha responsabilidade, e o resultado não cabia a mim, e sim a Deus.

A apuração naquela época era manual, e os votos eram depositados em cédulas. Portanto, acabada a eleição, havia o trabalho de todos da equipe de “fiscalizar a apuração” e acompanhar com ansiedade e atenção, a apuração dos votos.

No dia seguinte, fui acordado sendo chamado de vereador. “Acorda vereador”, disse minha namorada, que fora logo pela manhã à casa da minha mãe.

Logo recebi um telefonema de um padre também amigo: Padre Antônio Pinto da Silva, dando-me os parabéns. Hoje Pe. Silva, re-dentorista, está numa ala de enfermagem na Basílica de Aparecida. Ele foi um dos que nos auxiliaram no momento da crise ocorrida com o bispo, que nos expulsara em 1988. Junto com o Pe. Silva, outros sacerdotes (Pe. João Rosa, Pe. Viana, Pe. Herreros, Pe. Sefrin, Pe. Magela e Frei Vitória) também foram extremamente solidários com o grupo jovem naquela época. Não fossem esses padres, não sei o que seria da nossa caminhada.

À noite, após uma carreata de agradecimento, retornando à casa da minha mãe, todos estavam juntos e fui até a casa do Pe. Cândido, pois era próxima à casa da minha mãe, para convidá-lo para estar conosco. Ocupado, ele disse que assim que pudesse iria, e de fato foi, e a frase com que ele se expressou foi: “Marco Aurélio foi eleito graças a esse grupo que fez a campanha dele”.

De fato, o grupo (amigos e familiares) empenhou-se muito, mas também o próprio Pe. Cândido e o Pe. Magela foram pilares fortes da candidatura, pois foram eles os que iniciaram a discussão de um candidato, no final do ano de 1991, culminando no que ocorreu.

5. Posse

A posse ocorreu em 1 de Janeiro de 1993 e iniciamos uma caminhada, meio sem saber ao certo o que era para fazer. Felizmente, o Partido dos Trabalhadores deu um curso, antes da posse, a todos os vereadores eleitos do Estado de São Paulo, no Instituto Cajamar, o que muito me ajudou a “entender” em que barco estava entrando.

Sendo funcionário do Banco do Brasil, havia duas opções: permanecer no Banco, acumulando o salário do Banco com o subsídio de vereador, mas dividindo o tempo disponível, ou pedindo licença não remunerada do Banco, para dedicar-me integralmente ao mandato.

Pela forma com que a candidatura fora discernida, não havia dúvida de que era para eu pedir licença do Banco para dedicar-me totalmente ao mandato, e foi o que fiz, apesar de o subsídio do vereador ser inferior à remuneração do Banco do Brasil, naquela época.

6. Mandato

Pela natureza que o mandato deveria ter, achei por bem montar um grupo, denominado “GRAMP – Grupo de Apoio ao Mandato Popular”, onde as pessoas mais próximas poderiam se reunir comigo, frequentemente, para idealizarmos a forma de exercer o mandato.

Com esse grupo, fizemos muitas atividades, como plantões em feiras livres, ouvindo a população; Praça da Cidadania, onde, num final de semana, realizávamos diversas atividades numa praça num bairro da cidade. Iniciamos uma rádio comunitária, chamada “Rádio Antena Livre”, que depois foi fechada pela polícia. Realizamos encontros formativos de final de semana, denominados CLP – Conferência das Lideranças Populares, onde, numa manhã ou tarde de domingo, desenvolvíamos temas específicos, de forma gratuita, com a ajuda dos companheiros do GRAMP.

Como fruto disso, nasceu o Encontro Anual de Lideranças Populares, que consistia num evento de domingo, o dia todo, sem custos para o participante, onde se convidavam os líderes de movimentos ou instituições, para trocarem experiências e terem espaço de interação, pois com certeza o trabalho de um completava o trabalho do outro.

A Câmara Municipal de Jacareí era composta, na época, por dezanove vereadores, sendo dois do Partido dos Trabalhadores, oposição ao Governo Municipal. Alguns meses depois do início do mandato, o outro vereador do PT saiu do partido e filiou-se ao PFL (Partido da Frente Liberal), de ideologia totalmente oposta ao PT, ficando eu sozinho na bancada de vereadores do Partido dos Trabalhadores, causando-me a impressão de que pouco poderia fazer na Câmara, pois muitas vezes eu era voz única de oposição naquela Casa.

Entre tantos apoios recebidos durante a caminhada do exercício de vereador, registro aqui dois amigos: um engenheiro (Edson Mega de Miranda) e outro advogado (Dr. Jaime Bustamante Fortes), que de forma gratuita me assessoraram durante o mandato, dando qualidade ao trabalho efetuado na Câmara. Registro também o trabalho do jornalista Homero Barbosa que, em jornal regional, sempre cobria minhas atividades, dando publicidade aos nossos trabalhos.

7. Da denúncia à prefeitura

Ocorriam duas sessões todas as noites de terças-feiras: a ordinária e a extraordinária.

A sessão extraordinária, que também era remunerada, iniciava-se logo após o encerramento da sessão ordinária, onde eram pautados os projetos aprovados na sessão ordinária que necessitavam de duas deliberações favoráveis.

Com essa metodologia, numa única noite, o projeto que necessitasse de duas votações favoráveis era submetido por duas vezes a votação, agilizando o processo legislativo. A remuneração da sessão extraordinária correspondia a 50% (cinquenta por cento) do valor da ordinária.

Evidente que, como para a sessão extraordinária só seguiam os projetos aprovados na sessão ordinária, as atas que sempre eram buscadas para se tomar conhecimento do ocorrido nas noites de sessão eram as atas de sessões ordinárias, pois lá havia o registro das discussões e deliberações de todos os projetos, requerimentos, indicações e outros trabalhos, ao passo que a ata da sessão extraordinária continha apenas os projetos submetidos a uma segunda discussão. A

sessão extraordinária, portanto, pautava apenas os projetos aprovados na sessão ordinária, mas que precisavam, por força de lei, de uma segunda aprovação.

Mas um ano e meio após o início do mandato, resolvi pegar uma ata de uma sessão extraordinária, e, para minha surpresa, o horário de início da mesma estava com data e horário em desconformidade com a realidade.

Busquei junto à Direção da Câmara e pedi todas as atas de todas as sessões extraordinárias, e percebi que todas estavam com data da madrugada de quarta-feira, quando na verdade teriam ocorrido na noite de terça-feira.

Questionei o vice-diretor, que me atendera, acerca do motivo daquele fato e ele me mostrou uma resolução, aprovada anteriormente ao meu mandato, na qual constava o seguinte: “as sessões extraordinárias serão remuneradas, desde que realizadas em datas diferentes das ordinárias”.

Dessa forma, estava descoberto um crime que vinha ocorrendo durante um ano e meio, no qual todos, inclusive eu, estávamos sendo beneficiados com a adulteração das datas e horários das sessões extraordinárias, pois da forma fraudulenta como eram registradas, todas eram remuneradas.

Fiquei sem saber o que fazer com o que tinha descoberto e fui conversar com Dr. Jaime Fortes, meu amigo advogado que me ajudava nos trabalhos do mandato. Ele me orientou a, imediatamente, calcular o valor que eu recebera a mais e o depositar nos cofres públicos, com carta explicativa ao presidente da Câmara sobre de que se tratava. E assim o fiz, graças a empréstimos feitos de amigos e do próprio Banco do Brasil.

Em seguida, pairava a dúvida: O que fazer? Denunciar ou não?

O Presidente da Câmara, que apesar de na época ser de partido oposto ao meu, era meu amigo, e em conversa reservada comigo, junto apenas ao advogado da Câmara, pediu-me para não denunciar, pois a fraude, da qual ele não tinha conhecimento, não mais ocorreria. Saí dessa reunião com meu compromisso de que o que eu viesse a decidir, ele seria o primeiro a saber.

Coincidentemente, naquele final de semana ocorreu um retiro do grupo das missões de Rondônia, onde, na celebração final, uma das leituras foi a de Jonas.

A história de Jonas está no Antigo Testamento, em um livro específico de mesmo nome.

Resumidamente, o livro narra que Jonas era uma pessoa que recebera um mandato de Deus para ir a Nínive, para proclamar que, caso o povo não se convertesse, arrependendo-se dos pecados, Deus os castigaria.

Jonas recusou o pedido de Deus, dizendo que Deus era muito misericordioso e que depois que ele proclamasse tudo, Deus mudaria de ideia e ele ficaria com o vexame de ter anunciado algo que não acontecera. Jonas pegou, então, um barco para ir em direção oposta a Nínive. No entanto, devido a fortes tempestades, durante a travessia, tiraram a sorte no barco para saber quem era o causador daquela tragédia que se abatia sobre todos. O sorteio recaiu sobre o nome de Jonas, e o jogaram no mar. Uma baleia o engoliu e o vomitou em Nínive, onde ele, então, “entendeu” o ocorrido e passou a pregar o que lhe fora solicitado.

Terminada a leitura, o ministro que presidia aquela celebração, que nada sabia do que estava acontecendo comigo, disse a todos: “Quando Deus lhe pede para fazer algo, não titubeie: Faça! Se Deus lhe pede para ir numa direção, siga, não faça outra opção. Seja firme”.

Aquilo soou nos meus ouvidos, lembrando-me a moção ouvida durante o retiro de discernimento, onde me foi dito: “ser pago pelo sistema para combater o sistema”.

No dia seguinte ao retiro, procurei o advogado e resolvemos fazer a representação ao Ministério Público e chamar a imprensa para dar uma entrevista coletiva, para denunciar o que estava ocorrendo na Câmara. Antes, telefonei ao advogado da Câmara para cumprir o que havia sido acordado, e ele ficou sabendo que eu estava preparando a denúncia para entrar naquela data e dar conhecimento à imprensa. Ele agradeceu pelo retorno.

Meu amigo advogado, Dr. Jaime Fortes, ainda disse: “Marco, com esta denúncia todos os dezenove vereadores podem ser cassados,

inclusive você, ok?”. Lembrando-me do retiro de discernimento e do retiro do dia anterior, falei com firmeza: “Vamos denunciar, é isto que é para fazer”.

A partir daí, a política mudou na cidade. Ninguém foi preso, nem condenado, nem cassado, pois o juiz não aceitou a denúncia formulada pelo Ministério Público.

No entanto, muitos dos que sempre vinham se reelegendo perderam as eleições seguintes e eu fui o vereador reeleito mais votado na eleição seguinte (1996), o que me credenciou para ser candidato a prefeito em 2000; ser eleito e ter a oportunidade de fazer muitas mudanças na cidade de Jacaré.

Em 2004, fui reeleito prefeito, e em 2008, elegemos o sucessor, que também foi reeleito. Foram, portanto, dezesseis anos de história na cidade onde aconteceu o “antes” e o “depois”.

Encurto a história sobre o que aconteceu, após a denúncia das sessões extraordinárias até os dias de hoje, pois meu foco aqui é dar um testemunho de que existe, sim, vocação para a política, e quem a sente, não deve recusá-la.

Discernir e seguir o que foi discernido nem sempre garante sucesso e nem tudo dará certo sempre.

Processos judiciais, calúnias, notícias distorcidas na imprensa, julgamentos impróprios de muitos coletivos e incompreensões marcam essa trajetória.

O que mais dói não são as críticas e perseguições dos inimigos, que já são esperadas, mas as difamações, calúnias e desconfianças de próximos, de pessoas que estavam na nossa caminhada e passam a confiar mais em fontes inimigas ou fofocas, ou daqueles que viram suas expectativas ou aspirações exclusivamente pessoais serem frustradas.

Por isso, reafirmo aqui que a mística e a espiritualidade são fontes fundamentais para mantermo-nos na caminhada, sem dar chance às tentações que nos rodeiam sempre. E, se fosse o caso, poderia enumerar aqui muitos políticos do Brasil que não caem nessa tentação e que são verdadeiros exemplos de pessoas que dignificam a política. Infelizmente, faz parte de uma estratégia da imprensa brasileira nivelar todos por baixo, para que o número de “bons políticos” seja cada vez

menor neste país. Falo isso, porque os políticos comprometidos com o bem comum, com a causa do Reino de Deus, têm maiores dificuldades para manter-se na missão, devido ao sistemático boicote da imprensa brasileira em relação aos seus trabalhos desenvolvidos.

8. Tire as sandálias!

A política, em minha opinião, é o chão sagrado onde Moisés tirou as sandálias para pisar. Da mesma forma, os políticos deveriam tirar as sandálias da vontade própria, dos benefícios do poder, das facilidades, dos privilégios, e estar sempre descalços, sentindo o chão onde pisam, pois como diz Frei Betto: “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”. Mas se os pés estão isolados por fortes sandálias do oportunismo, do orgulho, da fama, da busca do carreirismo etc., então a cabeça não poderá direcionar as ações para realizar o que antes se defendia, mas somente para justificar as ações atuais com fundamentos que não se sustentam.

Quanto às dificuldades e perseguições, ressalto que não poderia ser diferente e, se diferente fosse, talvez tivéssemos que desconfiar se se tratava mesmo de uma vocação ou não, pois como diz Frei Betto: “Nosso Mestre não morreu num acidente de dromedários, e nem atropelado por uma biga, mas sim assassinado por um julgamento injusto, fruto de sua atuação sociopolítica religiosa”. Portanto, segui-lo significa também ser vítima dessas “armações”.

Mas, se com minha experiência não posso garantir uma vida tranquila e sempre de sucesso, uma coisa posso garantir: a paz e a alegria interior dos que assim trilham o seu caminho apontado por Deus são garantidas.

Por fim, termino com uma frase de um salmo, que preciso sempre recordar para o meu próprio bem:

“Se não é o Senhor que constrói a casa, pouco adianta o trabalho dos pedreiros; se não é o Senhor que guarda a cidade, de nada vale o trabalho das sentinelas” (Salmo 126).

15.

POLÍTICA: “A FORMA MAIS SUBLIME DA FRATERNIDADE”. EIS A NOSSA VOCAÇÃO

Nicolau João Bakker¹

Introdução

Quem primeiro afirmou que a política é “a forma mais sublime da fraternidade” foi, parece-me, o papa Pio XI (†1939). Depois dele, quase todos os papas se manifestaram da mesma forma. Qual a razão deste grande destaque dado à política na fé cristã? É porque o cristianismo não é uma religião de louvor e adoração apenas. É muito mais uma religião de “fazer a vontade do Pai que está nos céus”. Não basta clamar “Senhor, Senhor”, disse Jesus (Mt 7,21). Mais correto ainda seria dizer que a melhor forma de louvar e adorar é justamente a prática de amar os nossos semelhantes, especialmente os que vivem na prostração, no sofrimento ou na opressão. É assim que ensinaram e agiram os profetas e o próprio Jesus.

Qual o objetivo da política? Todas as democracias ocidentais se baseiam, em última instância, no conceito grego de “cidadania”: o direito e o dever dos cidadãos de cuidar da *polis* (cidade). Se os gregos ainda excluíaam desta cidadania as mulheres, os escravos e as classes populares em geral, hoje as legislações modernas, ao menos em princípio, reconhecem o direito de cidadania – o direito “político” – a todos os habitantes do país. Todos podem e devem promover, do melhor modo

¹ Nicolau João Bakker é padre, religioso, Missionário do Verbo Divino (svd). É formado em filosofia, teologia e ciências sociais, com pré-especialização em economia. Dedicou a maior parte de sua vida à pastoral paroquial: no Vale do Ribeira, na periferia paulista, e, ultimamente, em Diadema. Lecionou Teologia Pastoral no ITESP. Atuou como educador popular no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, São Paulo (CDHEP/CL). Foi vereador em Holambra SP, de 2001 a 2008. Nos últimos anos, escreve regularmente nas revistas Vida Pastoral, REB e Convergência.

possível, o bem de seu local de moradia, de sua cidade e do seu país. Será que é diferente nos países não ocidentais? Se formos olhar com atenção para a enorme variedade de culturas africanas, asiáticas, ou mesmo para as nossas, indígenas, perceberemos que em todas elas reina alguma forma de “cidadania política”: quem governa deve governar para o bem de todos e quem é governado deve levar em conta não apenas seus interesses pessoais, mas também os interesses coletivos.

Fraternidade e cidadania são, portanto, como que os dois lados da mesma moeda, ou então, são duas formas de falar da mesma coisa. Nas instituições religiosas, se fala em fraternidade, nas instituições seculares, em cidadania. Nenhuma coletividade humana deixa de ter alguma configuração política onde interesses pessoais e coletivos são culturalmente balanceados. A antropologia moderna ajuda a compreender isso melhor. Somos claramente descendentes dos assim chamados “animais gregários”. Juntamo-nos em grupos para lutar juntos por nossos interesses. Não apenas por interesses mesquinhos, mas também por nossos sonhos e ideais, enfim, por tudo aquilo em que acreditamos. A história da humanidade é uma história de lutas tribais, guerras fratricidas e combates violentos para superar antagonismos de classe, cor, gênero, nacionalidade e tantas outras coisas mais. Mas é também a história das mãos que se unem para construir um futuro comum melhor, um futuro de paz, justiça e fraternidade. Repare que cada um e cada uma de nós costuma fazer isso em pequena escala, no lugar onde vivemos. Formamos grupos para tudo, na vizinhança, no bairro, na escola, na Igreja, ou, simplesmente, com nossos companheiros e companheiras de profissão, de esporte e lazer, ou de um *hobby* qualquer. Conviver juntos e lutar por aquilo em que mais acreditamos é simplesmente da nossa essência. É o sangue que corre em nossas veias.

Cuidar do bem comum – da *polis*, isto é, fazendo “política” – é, portanto, a “vocação” de todo ser humano. Neste pequeno capítulo, vamos analisar isso melhor, vendo, em primeiro lugar, qual o conteúdo político da missão dos profetas e de Jesus; depois veremos como a vocação política do ser humano se dá em sociedades tipicamente religiosas, ou seculares; finalmente colocarei em destaque minha

própria vocação política, como padre e religioso, e a vocação política dos cristãos em geral.

I - A vocação profética e seu conteúdo político

Moisés é um dos mais claros exemplos de como o profetismo, na história de Israel, está inseparavelmente ligado ao contexto político em que se origina. Ao se ler a passagem da vocação e da missão de Moisés (Ex 3,1-22), não pode haver nenhuma dúvida quanto a isso. Moisés se encontra no deserto, fugido e escondido do faraó do Egito, quando o Deus dos antepassados apela a ele. O Deus que está acima de todos os nomes, mas que “ouve os gemidos” dos escravizados, o chama (vocação = chamado) a deixar sua covardia de lado e a libertar seus irmãos da escravidão. Um chamado, ao mesmo tempo, religioso (crer) e político (agir). O que Deus pede é algo humanamente impossível. Não existe pessoa mais poderosa do que o faraó do Egito. Seu império depende dos escravos. A história, escrita séculos depois do ocorrido, sem dúvida foi “enfeitada” de diversas formas, mas isso apenas dramatiza ou ressalta a mensagem principal: Moisés, de fato, pela força da fé, alcança o politicamente impossível. A partir deste fato histórico, a fé judaica, cristã e islâmica nunca mais irá separar a fé de seu imperativo libertador.

Samuel vive em outra época. A ameaça da opressão agora vem dos filisteus. Os costumes tribais, a liberdade conquistada, a equidade na partilha das terras, os governos autônomos das lideranças tribais, e até a própria fé em JHWH estão em perigo. Percebendo a força e o “sucesso” dos reinados à sua volta, o povo clama por algo igual. Querem um rei, um rei que governe em nome de JHWH. Qual o problema? O que a memória histórica guardou da missão profética de Samuel? Seria bom reler o que disse o assessor bíblico do CEBI, do Regional Nordeste II da CNBB e da CRB, Dom Sebastião Armando Gameleira Soares, no livro do curso de verão de 2016 (p. 63):

Samuel é apresentado como o homem lúcido que, no seio da crise, faz ver o limite onde esbarram as soluções humanas, a ambiguidade e a impossibilidade radical dos projetos

humanos. Era preciso escolher um rei como condição de sobrevivência. Só que essa solução seria ela mesma o germe da “morte” e da tragédia do povo. Na verdade, reconhecer e aceitar um poder sobre o povo é legitimar a opressão. E nada mais contrário à fé javista (cf. Dt 17,14-20). Só JHWH é rei. E desse fundamental artigo de fé nasce a luta pela liberdade e a vigilância subversiva sobre o poder (cf. 1Sm 8; Jz 8,22-27; 9,1-21; Dt 5,6-7).

Para Samuel, como para todos os profetas, o verdadeiro culto a Deus é permitir que JHWH governe. A missão religiosa é, ao mesmo tempo, política. Assim como muitos outros “videntes” da época tribal, Samuel previu o quanto os reinados dos homens ficariam devendo a JHWH por não darem atenção “aos gemidos do povo”.

O profeta Amós sentiu na pele os desmandos dos reinados humanos. No século VIII a.C., o Reino do Norte, já, politicamente, separado do Reino do Sul, vive um surto de prosperidade. O luxo, na cidade de Samaria, se opõe à miséria entre a população camponesa. A política do reinado, pressionada pelo poder dos assírios, se opõe frontalmente aos compromissos da Aliança e aos mandamentos de JHWH. O vaqueiro e cultivador de sicômoros, Amós, sente-se tomado pelo Espírito de JHWH e se rebela. Acusa tanto a tradição dos santuários de Israel quanto as tradições injustas da corte do rei Jeroboão. Revoltado, anuncia seu fim. Por causa disso tudo, é expulso do meio das lideranças religiosas e políticas do santuário de Betel. O pequenino livrinho de Amós é forte grito contra falsa religiosidade e falsa política. Não são apenas os dirigentes que erram, por “amontoarem opressão e rapina em seus palácios” (Am 3,10). Também o povo “multiplica os seus pecados”, porque “de manhã, oferecem seus sacrifícios, e, ao terceiro dia, seus dízimos; queimam pão fermentado como sacrifício de louvor... mas não se voltaram a mim” (Am 4,4-6). Todos devem praticar a justiça de JHWH, que liberta os cativos e espoliados. É esta a única política admissível e a única religiosidade aceitável.

Também Isaías, o maior de todos os profetas antigos, se rebela contra a política demasiadamente humana dos governantes. Em vez de

confiarem em JHWH, confiam sempre nas suas alianças estratégicas com as potências estrangeiras, para assim se defenderem da ameaça crescente do grande império assírio. Por causa da infidelidade do povo a JHWH, o Reino do Norte já foi tomado pelos assírios em 721 a.C. O futuro do Reino do Sul também não é nada promissor. “Com efeito, Jerusalém tropeçou, Judá caiu, porque suas palavras e seus atos são contra JHWH” (Is 3,8). Isaías aponta, com realismo mordaz, para os abusos das elites, que “juntam casa com casa, e amontoam campo sobre campo...”, porém, “as casas serão reduzidas à ruína...”; “ai dos que madrugam cedo para correr atrás de bebidas fortes... mas para os feitos de JHWH não têm um olhar sequer...”; “ai dos que absolvem o ímpio mediante suborno e negam ao justo a sua justiça...”; “por esta razão... seus cadáveres jazem no meio das ruas como lixo” (Is 5,8-25). Também a religiosidade do povo, opina Isaías, está equivocada: “Que me importam os vossos inúmeros sacrifícios? – diz JHWH. Estou farto de holocausto de carneiros e da gordura de bezerros cevados... Basta de trazer-me oferendas vãs... Ainda que multipliqueis a oração, não vos ouvirei. Vossas mãos estão cheias de sangue... Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva! Então, sim, poderemos discutir, diz JHWH” (Is 1,11-18). São idolátricas as religiões ritualistas e alienantes. Mas existe uma certeza: a justiça de Deus não falhará, porque, algum dia, “um ramo sairá do tronco de Jessé... e a terra estará cheia do conhecimento de JHWH” (Is 11,1-9). O mais “messiânico” de todos os profetas é Isaías. Virá o dia em que o próprio JHWH irá reinar sobre a terra. Um descendente de Davi fará reinar sobre a terra a paz e a justiça.

O povo aclamou Jesus como “o filho de Davi”, e o próprio Jesus se apresentou em Nazaré como o novo Isaías: “O Espírito de JHWH está sobre mim” (Is 61,1; Lc 4,18). Para Jesus, “completou-se o tempo e o Reino de Deus está próximo” (Mc 1,15). Jesus pode e deve ser visto como a mais perfeita expressão da tradição profética. Rejeita com ardor a falsa religiosidade apresentada pelas lideranças religiosas do seu tempo. Observa não querer mudar nem uma vírgula sequer da antiga Lei e dos Profetas, mas apenas dar-lhes “pleno cumprimento”. A autêntica fidelidade a JHWH vai muito além do que está sendo

ensinado e praticado pelos escribas e fariseus. O que foi ensinado pelos antigos deve ser superado pelo novo. Não basta não matar; é preciso reconciliar-se com os adversários. Não basta não adulterar; é preciso manter o coração purificado. Não basta não jurar, mas que o sim seja sempre sim e o não, não. Nada de olho por olho ou dente por dente; é preciso oferecer também a face esquerda a quem bate na face direita. Enfim, é preciso amar até o inimigo, e ser perfeito como o Pai celeste é perfeito (Mt 5,17-48). A vinda do Reino de Deus requer uma mudança radical de mente, coração e alma. Os discípulos de Jesus devem ser “a luz do mundo” (Mt 5,14), uma luz que deve chegar a todas as nações (Mt 28,19). No final desta longa caminhada histórica, JHWH reunirá as nações diante de si e fará o julgamento derradeiro. Acolherá em seu Reino apenas “os que deram de comer a quem teve fome; deram de beber a quem teve sede; vestiram a quem estava nu e visitaram a quem estava doente e na prisão” (Mt 25,35-39).

A fé perfeita requer ainda um novo encaminhamento político. Na terra de Jesus, as autoridades religiosas eram também as autoridades políticas. Uma falsa religiosidade leva a uma falsa política. Jesus acusa as autoridades religiosas de sua terra, acobertadas pelos 72 membros do grande Conselho de Jerusalém, de temerem mais a César (de Roma) do que a JHWH. São “falsos profetas” (Mt 7,15); escribas sem autoridade (Mt 7,29); conhecidos como flageladores das sinagogas (Mt 10,17); matam o corpo mas não podem matar a alma (Mt 10,28); guardiões da lei sabática (Mt 12,1-14); blasfemadores contra o Espírito (Mt 12,22-32); “raça de víboras” (Mt 12,34); geração má e adúltera (Mt 12,39); ensinam apenas mandamentos humanos (Mt 15,1-9); são cegos conduzindo cegos (Mt 15,14); não sabem interpretar os sinais dos tempos (Mt 16,3); o “fermento” dos fariseus e saduceus é perigoso (Mt 16,5-12); os anciãos e os chefes dos sacerdotes são culpados de sua morte (Mt 16,21; 20,18); são eles que vão fazer sofrer o Filho do Homem (Mt 17,9-13); eles fizeram do Templo um covil de ladrões (Mt 21,12-13); são a figueira estéril (Mt 21,18-22); não acreditaram na autoridade de Jesus (Mt 21,23-27); eles serão preteridos pelas prostitutas no Reino dos Céus (Mt 21,28-32); são como vinhateiros homicidas (Mt 21,33-45); não são dignos do banquete nupcial (Mt

22,1-14); dão a César o que é de César, mas não a Deus o que é de Deus (Mt 22,15-22); não acreditavam em ressurreição (Mt 22,23-33); dizem, mas não fazem (Mt 23,3); os escribas e fariseus serão sete vezes condenados (Mt 23,13-32); raça de víboras (Mt 23,33); mataram e apedrejaram os profetas (Mt 23,37); são os chefes dos sacerdotes e dos anciãos do povo que prenderam Jesus (Mt 26,47); são os chefes dos sacerdotes e todo o Sinédrio que sentenciaram Jesus (Mt 26,59; 27,20; 27,41; 27,62); são também os que corromperam os soldados com propina, para o povo não crer em vida nova (28,11-15). Todas as acusações de Mateus são também acusações políticas. No cristianismo, religião e política são inseparáveis. Jesus teve a sorte comum dos profetas: morre no silêncio de Deus, abandonado e desacreditado. Morreu como preso político. Ainda assim entrega a JHWH o seu espírito. Deixou para a história humana grande lição: não há ressurreição sem cruz. E também: não se pode esperar uma boa política com base em falsa religiosidade.

II - A vocação política nas sociedades religiosas e seculares

Há um dado que todos nós, sacerdotes, religiosos, leigos e leigas do mundo atual, facilmente esquecemos. Olhamos para a vida do passado com os olhos da vida presente. Não deveríamos fazer isso, pois pode induzir-nos a grandes equívocos. A história só pode ser julgada com fidelidade se a interpretamos dentro do contexto social da época. O mundo secular, moderno, em que vivemos hoje é muito diferente do mundo de alguns séculos atrás, e inteiramente diferente do mundo dos tempos bíblicos. Isso salta aos olhos facilmente se observarmos as diferentes épocas em sua perspectiva política. Na longínqua Antiguidade, quando ainda predominava a vida tribal, o mais comum era a política “teocrática”. As tribos sentiam-se governadas diretamente por Deus ou pelas divindades. As famosas “doze tribos de Israel”, saindo da escravidão do Egito, sentiram-se assim. Seu Deus era o Deus Libertador, JHWH, e a fé nesse Deus comandava todos os aspectos de sua vida. Nos livros de Samuel, ainda percebemos claramente a rejeição, da parte de muitos, da ideia de um rei. As tribos prezavam

sua liberdade e bastavam os profetas e juizes para se autogovernarem. Aos poucos, porém, nas sociedades antigas, algumas tribos se tornaram muito mais fortes que outras, e as crescentes rivalidades entre elas fez com que se agrupassem entre si, formando alianças. Surgiram assim os pequenos reinados. Com a continuação das rivalidades, além das dificuldades de sobrevivência, estes também se agruparam ou então foram subjugados pelos mais fortes. Surgiram desta forma os primeiros impérios da Antiguidade. A própria Bíblia fala do império do Egito. Fala também do império dos assírios, dos babilônios e, depois, dos persas, dos gregos e dos romanos.

Nos reinados e nos impérios, as antigas teocracias, cada vez mais, se transformam nas assim chamadas “hierocracias”. Deus continua governando, mas agora “por intermédio de” um rei ou um imperador. O rei Davi foi claramente visto dessa forma. Um dos mais conhecidos códigos de leis da Antiguidade é o famoso “Código de Hamurabi”. Hamurabi fundou o primeiro império babilônico e, aproximadamente em 1772 a.C., fez gravar em pedra – guardada até hoje no Museu do Louvre, em Paris – as 282 leis para uma boa convivência social em seu império. Na pedra, deixa claro que governa em nome de Deus, e que as leis são divinas, feitas “para que o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos”. O Código fala em três “classes” de pessoas: os superiores, os comuns, e os escravos. O princípio básico da boa convivência é a “lei do talião”, ou, como lemos na Bíblia, a lei do “olho por olho e dente por dente”. Essa política teocrática ou hierocrática dominou a mente humana por séculos e mais séculos. Podemos definir essa “cosmovisão teológica” como a concepção segundo a qual Deus, ou o mundo das divindades, é, e deve ser, a explicação e a razão de ser de todas as coisas e de todos os eventos. Jesus assume claramente este modo de pensar. A Pilatos diz: “Não terias poder algum sobre mim, se não te fosse dado do alto” (Jo 19,11). Para Jesus, quem deve governar é Deus e ninguém mais. Os profetas, especialmente Jesus, substituíram a lei do talião pela lei do amor, exatamente porque, para Jesus, a sociedade humana deve ser como o próprio Deus, que é Pai de puro amor e misericórdia (Lc 15). Ele vê que este “Reino

de Deus” já está presente, mas é como um tesouro escondido no campo. Só vai atrás quem descobre o seu valor (Mt 13,44-45). Jesus, provavelmente, esperava a definitiva instauração do Reino de Deus para muito em breve, mas a história comprovou que se trata de um processo de longo prazo.

Em nossas sociedades modernas, especialmente no mundo ocidental, todavia, a concepção é radicalmente diferente. Em nosso mundo secular, predomina a “cosmovisão antropológica”. Qual sua característica? Na concepção antropológica (ou antropocêntrica?), não é mais Deus, mas é a própria razão humana que se torna o argumento central do crer e do agir. Não que Deus seja necessariamente negado ou descartado, mas Ele é simplesmente colocado de lado. Creia quem quiser. Para todos os efeitos, Deus não é mais a causa explicativa de todas as coisas e de todos os eventos. Nessa nova lógica, o próprio ser humano, com sua racionalidade, será sempre o ponto de partida e o ponto de chegada. Com esse novo entendimento, mudou também completamente a forma de pensar a política. Entendeu-se que a influência das Igrejas e das religiões deveria ser banida e que os governos devem ser laicos. Durante alguns séculos, a briga entre as duas concepções foi muito virulenta. Na Idade Média, com a queda do império romano, a Igreja católica assumiu, espontaneamente, uma boa parte do poder político, mas ela nem de longe convenceu a todos. A Igreja se autoproclamava a única dona da verdade, opondo-se às ciências e à “arrogância” da razão humana, mas ela se dividiu em muitas denominações, com inúmeras guerras, sangrentas e intermináveis. Com o passar do tempo, as ciências se impuseram pela própria força de sua argumentação e a Igreja teve de dar razão a elas e reconhecer a sua autonomia. Cosmovisões, porém, expressam as dimensões mais profundas do ser humano, e sua mudança requer um longo processo histórico. Podemos dizer que apenas no Concílio Vaticano II, a Igreja fez as pazes com as ciências e com os governos laicos (GS 36; 76). Não cabe aos padres ou aos religiosos, em geral, dirigir o processo político das sociedades. Essa é a vocação dos leigos e das leigas (das mais diversas denominações), diz a Igreja, hoje. Será?

III - Meu itinerário pessoal, rumo à política

Desde criança (na Holanda), aprendi que o padre não deve dar sua atenção apenas à classe abastada. Nossa vida era a da roça e não era nada fácil sobreviver com um único alqueire de terra. Um comentário comum, nas famílias simples, era que os padres costumavam visitar apenas as casas das famílias mais ricas. Visitar os pobres, nem pensar. As más línguas comentavam que os padres visitavam as famílias católicas mais pobres só quando um novo filho demorava a chegar. “Era só o padre passar, e as mulheres engravidavam”, era a brincadeira de sempre. A casa paroquial era a mais bonita da minha aldeia, com exceção apenas da casa do prefeito. Quando entrei na escola dos padres verbitas (Missionários do Verbo Divino), ainda na Holanda, já entrei com esta ideia: ser missionário é algo legal, mas ser padre apenas das boas famílias, essa não!

Fazendo o noviciado, na Bélgica, uma nova inspiração ocupou a minha mente e o meu coração. Eram os tempos pré-conciliares e, na Europa em geral, se vivia um clima de grande expectativa com relação à renovação da Igreja. As leituras espirituais oferecidas eram bastante tradicionais e não nos satisfaziam. Lendo a *Imitação de Cristo* do mais afamado mestre espiritual holandês do século XV, Thomás de Kempis (†1471), a certa altura, este afirmava que “cada vez que saía do convento para ir ao mundo, ele voltava pior”. Pronto, era o que menos queria. Estava me preparando para ir ao mundo, e não para fugir dele! Não toquei mais no livro. Comecei a meditar bons livros de bons autores. Foi o que salvou a minha vocação de padre. Quando, em 1958, minha família emigrou para o Brasil e eu vim estudar teologia em São Paulo, um novo aprofundamento das minhas ideias ocorreu. O Concílio trouxe novos ares à nossa formação. Continuei lendo os bons livros dos bons autores. Entusiasmei-me com uma nova espiritualidade, mais “engajada” se dizia então, e admirava o exemplo dos padres franceses que foram trabalhar nas fábricas, solidarizando-se com as lutas operárias. Também me aprofundei nas então muito faladas “reformas de base” que o Brasil necessitava, especialmente a reforma agrária e, depois, também a reforma urbana.

Chegando ao Vale do Ribeira, em 1965, já fui trabalhar na paróquia com a profunda convicção de que a Igreja não podia ficar presa às suas preocupações pastorais internas, mas que deveria ter uma atenção prioritária ao mundo dos pobres e dos excluídos. Era preciso mudar também o estilo paroquial e transformar as paróquias em verdadeiras “comunidades de fé, culto, e caridade”, como afirmava o primeiro Plano Pastoral da CNBB (1962/65). Uma Igreja feita de comunidades autênticas, com os leigos e as leigas assumindo sua autonomia própria. Permaneci no Vale, a região mais pobre do Estado de São Paulo, por 16 anos, dois períodos em Iguape e um em Registro. Depois da Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín (1968), nossa preocupação principal foi a organização das CEBs. Éramos todos padres e irmãs jovens e, felizmente, muito bem entrosados. Criamos a nova técnica pastoral das “batidas”. Sem olhar divisas paroquiais, íamos em grupo – padres, irmãs e leigos/as – a determinado local, fazendo, durante três dias, visitas ao povo, por onde estivesse, nas casas, nas roças ou em qualquer outro lugar. À noite, fazíamos reuniões em pequenos grupos e, na terceira noite, todos se reuniam no mesmo lugar. O assunto era um só: “O que é uma CEB?” – e: “Vocês querem formar uma CEB, aqui neste local?”. Quando, em 1975, a região se transformou na atual Diocese de Registro, sendo nomeado bispo o nosso colega, Dom Aparecido José Dias, o trabalho continuou o mesmo. A atual Diocese de Registro talvez tenha sido a primeira diocese brasileira inteiramente estruturada de acordo com o modelo das Comunidades Eclesiais de Base.

Também a preocupação social era grande, embora tivéssemos muitas dúvidas sobre a melhor forma de enfrentar os problemas. Com a assessoria de Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio, fomos dando início a cursos de alfabetização e de orientação dos agricultores, entre outros, para que ficassem firmes em suas terras. Dependendo do lugar, muitas outras pequenas iniciativas foram feitas, mas eu achava que tudo não passava de uma gota no oceano. Fui estudar ciências sociais em São Paulo, para adquirir um conhecimento mais amplo e descobrir novas formas de atuação pastoral. Fazer pastoral, sem enfrentamento das estruturas opressoras é complicado. Não passa de

um assistencialismo caridoso, mas infrutífero. Na minha pré-especialização em economia, entendi melhor como principalmente o sistema econômico pode ser de tal forma opressor e dominador, que um país inteiro, mesmo com as melhores políticas possíveis, não consegue superá-lo. Uma pastoral, sem essa consciência política, fatalmente cairá numa alienação do mundo em que vivemos. Transferido para a periferia de São Paulo, continuei, por dez anos, trabalhando em paróquias da periferia, primeiro na Zona Leste, depois na Zona Sul. Quem se responsabiliza por uma paróquia, deve assumir a paróquia em sua totalidade, dando atenção a todas as pastorais. Não deixei de fazer isso, mas continuei priorizando as CEBs e as pastorais sociais, com um especial carinho pela pastoral operária e pelos movimentos populares de saúde e moradia. Na paróquia do Valo Velho, na Zona Sul, sempre atuando em equipe, dávamos especial atenção também ao combate à violência, já que a nossa região, vizinha de Capão Redondo e Jd. Ângela, foi declarada, pela ONU, “a região mais violenta do mundo”, com 110 homicídios para cada cem mil habitantes. Dando aula de pastoral no ITESP (Instituto de Teologia), fui elaborando melhor minha síntese. Ficou claro para mim que uma pastoral sem perspectiva transformadora, ou política, não corresponde à proposta de Jesus, uma vez que não abre nenhuma perspectiva para os que se encontram à beira da estrada.

Em 1993, fui convidado a integrar a equipe do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, São Paulo (CDHEP/CL). De uma humilde Comissão de Direitos Humanos da Diocese, o CDHEP tinha se transformado numa ONG independente, de grande destaque na cidade. Fui responsabilizado, sempre de novo em equipe, pela formação e dinamização das lideranças das CEBs e das Pastorais Sociais da Diocese de Campo Limpo, então sob a direção de Dom Emílio Pignoli. Não posso enumerá-las aqui, mas foram inúmeras as atividades desenvolvidas, dando “cursos de monitores” nas paróquias, assessorando os eventos das pastorais sociais – em apoio aos movimentos populares etc. – e celebrando cultos ou missas em defesa dos direitos humanos, ou dando apoio à “mística da luta”, como então se falava. Fui responsabilizado também pelo Programa “Em Defesa da

Vida contra a Violência”, o mais tradicional do CDHEP. Como fruto principal deste programa, constituímos, com grande apoio do Pe. Jaime Crowe do Jd. Ângela, o Fórum em Defesa da Vida, que chegou a articular mais de duzentas entidades da cidade de São Paulo, das mais simples, populares, às mais complexas e abrangentes, de nível acadêmico. Foram muitos os seminários, especialmente de Segurança Pública e de Educação, obrigando as autoridades municipais e estaduais a tomarem medidas concretas em benefício da população. Das nossas tradicionais “Caminhadas em Defesa da Vida e da Paz”, todos os anos, chegaram a participar mais de quinze mil pessoas, especialmente jovens. O Governador Mário Covas nos convidou a assumir o importante “Programa Estadual de Proteção a Testemunhas” (Provita SP), visando ao combate à impunidade e à corrupção. Graças a este programa (sigiloso), existente até hoje, centenas dos narcotraficantes mais perigosos, além de policiais e parlamentares corruptos, acabaram atrás das grades. Em 1999, o CDHEP, primeiramente, após consulta a diversas entidades de renome nacional, recebeu da Câmara Municipal de São Paulo o cobiçado “Prêmio Betinho” por ter sido “a entidade que melhor construiu a cidadania na cidade de São Paulo no último ano”.

Concluindo: fazer política é a vocação de todos(as) nós

Após quase quarenta anos dedicados à vida paroquial e à defesa dos direitos humanos, nova inquietação veio atormentar a minha mente. Cabe ao padre a tarefa de propagar o Evangelho, pensava. Sua tarefa básica é orientar, ensinar e celebrar. Às ONGs cabe a articulação das forças da sociedade civil para que, pela pressão popular, as políticas públicas de fato aconteçam. Elas cobram o que é importante, mas não têm poder de decisão. Quem faz acontecer de verdade é a política. Se as decisões políticas são ruins, o povo continua na desgraça. Se, por outro lado, a política for bem-feita, não apenas uma, duas ou três pessoas se beneficiam, mas o país inteiro. Se a Igreja, com suas obras de caridade, pode matar a fome do pobre, ela não tem o poder de acabar com a pobreza. Nem as ONGs têm este poder. Somente a política tem o poder de decisão e pode transformar desejos em realidade.

Lembrava então a frase do papa: “a política é a forma mais sublime da fraternidade”. Ficou pendente, contudo, um problema. Se a política é a forma mais sublime da fraternidade, por que os padres não podem entrar na política? Não é um pouco estranho que, na Igreja católica, os padres não possam exercer a forma mais sublime da fraternidade? E, especialmente, os homens e as mulheres que optam pela vida religiosa ativa, uma das expressões mais profundas da fé, por que barrar para eles ou para elas uma participação mais ativa na política, se esta ocupa um lugar tão central no exercício da fraternidade?

É evidente que, por trás da proibição, não está algum princípio evangélico, uma vez que este simplesmente não existe. Trata-se de uma questão meramente disciplinar e esta, aliás, não é inteiramente sem sentido. Depois da minha passagem pelo CDHEP, exerci, em Holambra SP, de 2001 a 2008, o cargo de vereador; cargo político assumido, por estar profundamente convencido de sua importância para a vida cristã e de sua especial relevância para a vida religiosa. Pude exercer o cargo com dignidade, honestidade e colhendo diversos frutos importantes para a população, mas devo reconhecer que não deixa de ser também um grande desafio. É complicado o padre se dirigir ao público em geral sendo conhecido pela sua cor partidária. Por outro lado, acho importante alguns religiosos e religiosas marcarem presença na política, exatamente para testemunharem ao mundo que uma política sem respeito à religiosidade humana levará a humanidade à desgraça. A disciplina poderia ser mais flexível, abrindo espaço para exceções, ou exigir do padre que se licenciasse temporariamente de sua função pastoral.

Nos países de cultura ocidental, os governos, hoje, costumam ser laicos, com forte tendência para eliminar ou marginalizar a influência das Igrejas e das religiões. De fato, certo fundamentalismo é inevitável, cada vez que um grupo religioso quer governar “em nome de Deus”. As facções e divergências internas serão combatidas a ferro e fogo. Mas, como o Reino de Deus pode estabelecer-se na terra, como Jesus pediu, se os governos são laicos, e até antirreligiosos? É possível, desde que os governos laicos deixem-se guiar não pelos ditames desta ou daquela religião, mas pela espiritualidade e pelas convicções mais profundas

que são comuns a todas as religiões. Isso não é nada impossível, e até me parece que o mundo está caminhando nesta direção. As massas populares na rua, por toda parte, mostram claramente o fracasso das democracias ocidentais. Da brasileira também. O sistema financeiro, globalizado e sem ética, tomou conta da política. É preciso criar algo novo. Cabe a todos nós, religiosos e religiosas, leigos e leigas, entrarmos na luta por uma política com ética, e com respeito à religiosidade humana. Por mais que o momento atual possa deprimir, as perspectivas de futuro são boas. A teologia que, hoje, mais chama a atenção do mundo atual é aquela que une a teologia da libertação com a teologia do chamado “pluralismo religioso”. Procure informar-se a respeito. Os livros estão disponíveis. O conhecido teólogo alemão, Hans Küng, disse recentemente: “Se houver paz entre as religiões, haverá paz no mundo”. Será a luz no fim do túnel? Só se todos nós mantivermos nossas velas acesas. Nossa vocação não é a sacristia, mas o mundo. Devemos ser a luz do mundo. Não foi isso que Jesus falou?

Minha mais recente atuação pastoral foi na paróquia Santo Arnaldo Janssen, em Diadema. Já notei aí, claramente, a característica da nossa Igreja nas últimas décadas: forte afastamento, ou então, desinteresse pelas CEBs e pelas Pastorais Sociais, especialmente por parte de padres e bispos. Não é somente falta de boa vontade. Na prática, porém, não é nada fácil manter certas prioridades quando o contexto geral não ajuda. Está muito difícil, hoje, manter o embalo de décadas atrás. Ainda assim, é possível, quando padres e leigos se unem, com consciência e dedicação. Hoje, as CEBs e as Pastorais Sociais ainda conseguem atuar com consistência, mas, normalmente, apenas no âmbito regional, estadual ou nacional. O grande desafio, neste momento, é fazer acontecer no âmbito local. Por isso criamos, em Diadema, um pequeno “fórum de entidades”, limitado à Região Norte do Município. No decorrer dos últimos sete anos, os representantes de aproximadamente trinta entidades, de forma suprapartidária e supra religiosa, vêm se reunindo todo mês para tratar dos problemas comuns da população. Seminários bem preparados, com pesquisa e tudo, foram realizados nas áreas de saúde, meio ambiente, segurança pública e educação. Nestes momentos fortes, toda a população é con-

vidada e houve, em geral, ótima participação. As autoridades municipais e estaduais não deixaram de comparecer. Em todas as ocasiões, o povo apresentou as suas propostas com muita firmeza. Também as “caminhadas ecológicas” foram feitas todos os anos. Se funcionaram entre nós, podem funcionar em qualquer lugar. Basta haver padres e leigos que assumam sua vocação cristã, que é religiosa e política, ao mesmo tempo. Ainda somos o sal da terra? Jesus disse: “Se o sal se tornar insosso, com que o salgaremos? Para nada mais serve, senão para ser lançado fora e pisado pelos homens” (Mt 5,13).

Questões para debate em grupo

- 1) O “profetismo” perpassa todas as páginas da Bíblia. O que significa ser “profeta”, na Bíblia, e nos dias de hoje?
- 2) Quando Jesus falava do “Reino de Deus”, em que, concretamente, ele pensava?
- 3) A vocação cristã é uma vocação política. Como entender isso?
- 4) Religião não tem nada a ver com política, dizem muitos. O que você acha?

Bibliografia

- Para saber mais sobre o “profetismo”, expresso na Bíblia, leia: Dom Sebastião Armando Gameleira Soares. *Curso de Verão Ano XXIX: Economia, promotora dos Direitos Humanos e ambientais*. São Paulo: Paulus, 2015, p. 59-115. Para saber mais sobre as diferentes concepções políticas nas sociedades religiosas, e nas seculares, leia: Nicolau João Bakker, *Vida Pastoral*, maio/junho 2011: “A Pastoral em Novas Perspectivas” (I) – Introdução ao tema, p. 8-23; *Vida Pastoral*, julho/agosto 2011: “A Pastoral em Novas Perspectivas (II) – Cosmovisão Ecológica e perspectivas pastorais”, p. 5-15; *Vida Pastoral*, nov./dez. 2011: “A Pastoral em Novas Perspectivas (III) – Espiritualidade ecológica e perspectivas pastorais”, p. 21-35; *Vida Pastoral*, jan./fev. 2012: “A Pastoral em Novas Perspectivas (IV) – Perspectiva político-ecológica e perspectivas pastorais”, p. 10-23. Para maior aprofundamento, veja a bibliografia indicada nos artigos.
- Para saber mais sobre a união entre a teologia da libertação e a do pluralismo religioso, leia a série de cinco livros “Pelos muitos Caminhos de Deus”, de iniciativa da ASETT / EATWOT (Associação Ecumênica de Teólogos(as) do

Terceiro Mundo [Ecumenical Association of Third World Theologians]), sob coordenação de José Maria Vigil, Luiza Tomita e Marcelo Barros: Vol. I: *Pelos muitos Caminhos de Deus: Desafios do Pluralismo Religioso à Teologia da Libertação*. Goiás: Ed. Rede, 2003; Vol. II: *Pluralismo e Libertação: Por uma Teologia Latino-americana pluralista a partir da Fé Cristã*. São Paulo: Loyola, 2004; Vol. III: *Teologia Latino-americana pluralista da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2006; Vol. IV: *Teologia Pluralista Libertadora Intercontinental*. São Paulo: Paulinas, 2007; Vol. V: *Por uma Teologia Planetária*. São Paulo: Paulinas, 2016.



16.

MULHERES NA POLÍTICA

*Luiza Erundina de Sousa
Deputada Federal Psol/SP¹*

I - Origem e trajetória pessoal

Nasci em Canaã... que virou Belém... que virou Uiraúna, no sertão da Paraíba. Estes nomes exerceram fascínio sobre mim, quando criança e mesmo depois que cresci. Belém lembra presépio... manjedoura... Natal. Canaã leva a imaginação à “terra em que mana leite e mel”; terra prometida pelo Senhor ao seu povo escolhido. Foi difícil me acostumar quando virou Uiraúna, nome emprestado de um pássaro da região, e que desperta curiosidade. Sempre me perguntam: “De onde vem esse nome?” Aí eu respondo com uma pontinha de orgulho: “É o nome de um pássaro preto que existe por lá”. Ficou mais complicado quando me elegi prefeita de São Paulo. Todo mundo queria saber quem eu era e onde tinha nascido. Aí, então, Uiraúna virou notícia e começou a aparecer em tudo o que era jornal, rádio e tevê. Fiquei feliz de ver minha pequenina e longínqua Uiraúna se tornar conhecida. Muita gente se interessou em saber que pássaro é esse que se chama Uiraúna.

Saí de lá bem pequena, fugindo da seca com meus pais e irmãos, e com muitas outras famílias que, como a minha, tinham que arribar para não morrer de fome e de sede. Logo que a chuva chegava ao sertão, voltávamos correndo, pois não sabíamos viver fora de lá. Mais

¹ Luiza Erundina nasceu em Uiraúna (antiga Canaã), na Paraíba. É Assistente Social formada pela Universidade Federal de João Pessoa, PB, Mestra em Ciências Sociais, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, SP. Foi Vereadora na cidade de São Paulo, SP (1983-86), Deputada Estadual (1987-88), Prefeita de São Paulo (1989-1993), Ministra da Administração Federal no Governo de Itamar Franco (1993) e Deputada Federal, no 5.º mandato (1999-2017).

tarde, com um pouco mais de idade, fui migrando dentro do meu próprio Estado em busca de oportunidade de estudo, para poder ser gente.

Graças à generosidade de uma tia que me acolheu em sua casa, consegui superar os limites do saber que Uiraúna oferecia, e acessar níveis mais avançados de conhecimento. Sonhava com as férias escolares para voltar ao seio da família e ao convívio com os jovens da minha geração e, com eles e elas, usufruir da rica experiência de compartilhamento da vida simples e fascinante na nossa cidadezinha.

É impossível esquecer as animadas festas da padroeira da cidade, a Sagrada Família: Jesus, Maria e José, todos os anos, no mês de janeiro. Festas que nos uniam e envolviam a todos nas solenes celebrações religiosas, ao mesmo tempo em que nos dividiam na acirrada disputa entre dois partidos: o “cordão azul” e o “cordão encarnado”. No final, ganhava um ou outro, mas quem saía mesmo ganhando era a paróquia, com o resultado financeiro da festa, fruto de leilões e quermesses animadas que faziam a alegria de toda a gente. Quem não se lembra da figura austera do Padre Antônio Anacleto, santo homem, vigário zeloso que conduzia com amor e dedicação a vida espiritual do seu rebanho.

Eu era feliz e sabia. Até que a vida me levou para muito longe, por caminhos e destinos jamais imaginados, me distanciando sempre mais das minhas origens. Restaram a saudade e o desejo enorme de reviver tudo aquilo que me encantou nos anos felizes da minha infância despreocupada, que suscitou os sonhos dourados da minha juventude. Até hoje, alimentam a esperança que me anima e impulsiona a construir um mundo novo, onde todos e todas, sem exceção, tenham garantido o direito à realização pessoal e à felicidade; sem perder nunca o encanto da infância e a magia da adolescência e da juventude, preservando as raízes, fonte perene de inspiração, estejam onde estiverem plantadas: seja em uma terra encantada chamada Canaã ou Belém, seja na morada do pássaro preto de nome Uiraúna.

Nordestina pobre, vivi o drama do retirante fugindo da seca e da fome, que fustigam, de forma impiedosa, as vítimas de frequentes e prolongadas estiagens, verdadeiro flagelo na vida daquela gente. Às

vezes eu me pergunto: “Será mesmo por falta de chuva que o sertanejo é forçado a arribar?”. Pensando bem, acho que não. Pelo que me lembro, quando vivia por lá, nem todas as famílias da Vila de Belém eram obrigadas a migrar quando a chuva não vinha. Só os que trabalhavam na terra dos outros, e eram a maioria, tinham que partir, porque não conseguiam guardar o suficiente para se sustentar, enquanto esperavam o próximo inverno. E a espera era longa e angustiante.

Mal terminava o período das chuvas e se fazia a colheita do que se plantara, voltava a pergunta: “Será que vai ter inverno no ano que vem?”. Essa preocupação atingia a todos, inclusive as crianças, que, desde muito cedo, aprendiam a observar e a decifrar os sinais da natureza, que, como diziam os adultos, prenunciavam chuva ou estiagem. Eu mesma, ainda bem pequena, me habituei a olhar para o céu, ao amanhecer e ao anoitecer, à procura de alguma promessa de chuva. Determinados sinais, segundo a profecia, prometiam inverno; outros ameaçavam seca. Observávamos, por exemplo, a cor da “barra do sol” no horizonte ao entardecer; a força e a direção do vento na “boquinha da noite”; o canto desse ou daquele pássaro, anunciando chuva ou sinalizando mau agouro. Assim, como as crianças pobres da Vila de Belém, cresci vivendo as angústias e esperanças dos adultos.

A espera era longa. Durava meses. Ia até 19 de março, dia de São José, tempo em que a comunidade se mobilizava para promover novenas e procissões e para rezar, pedindo ao Santo que mandasse chuva “para o sertão soffredor”. Aquela data era, portanto, o prazo-limite que o sertanejo se dava para esperar pela chuva. Caso não chovesse até aquele dia, as famílias começavam a arrumar a trouxa para ir pelo mundo afora, sem eira nem beira, em busca de um lugar onde pudessem encontrar algum meio de sobrevivência. Sei disso por experiência própria.

Minha família migrou duas vezes por causa de seca. A primeira, em 1932, quando eu ainda não havia nascido. A segunda, em 1942, quando eu tinha oito anos de idade. Lembro-me, perfeitamente, como tudo aconteceu. Meus pais e os três filhos mais velhos iam a pé. Eu e minhas duas irmãs mais novas, dentro de caçuas, montados

nos burros que meu pai alugara para transportar as crianças e alguns troços indispensáveis.

Alheios à aflição dos pais, e ignorando a gravidade da situação e os sofrimentos que nos esperavam, para nós, crianças, a véspera da viagem era uma festa. Acompanhávamos, com animação, o movimento dos adultos nos preparativos para a viagem. Ninguém dormiu naquela noite; nem mesmo os pequeninos. Lembro-me, emocionada, que era uma linda noite, cheia de estrelas, que iluminavam a madrugada triste dos que se preparavam para partir.

Assim como a minha, muitas outras famílias eram arrancadas do povoado e do seu meio pela seca inclemente e pela estrutura de poder de uma sociedade injusta e desigual. Se houvesse justa distribuição de renda e da água acumulada nos açudes construídos pelo governo, com o dinheiro do povo, nas terras dos latifundiários, o camponês nordestino teria condições de esperar pela chuva e não ser forçado a migrar já no começo da seca.

A viagem teve início logo nas primeiras horas da madrugada. Sob um sol escaldante, andamos seis léguas; de Belém até um lugarejo de nome Poço Adão, onde havia uma estação de trem. Ali nos juntamos a outras pessoas que também rumavam sem destino, fugindo da seca como nós. Após longas horas de espera na estação, tomamos o trem, que nos levou a outro povoado, onde pernoitamos. Ficamos alojados numa pensão miserável, sem condições mínimas de higiene, onde passamos uma verdadeira noite de terror. No dia seguinte, embarcamos em outro trem e seguimos rumo ao desconhecido, à mercê da própria sorte.

Terminou, assim, o episódio de uma trágica e longa história que continua até hoje, protagonizada por levadas e levadas de sertanejos, vítimas da seca implacável e de uma estrutura fundiária injusta e perversa que condena milhares de nordestinos ao êxodo, que os arranca de suas origens, espalhando-os pelos quatro cantos deste imenso país. Partem em revoada feito ave de arribação, mas, acredito, chegará o dia em que, conscientes dos seus direitos e da própria força, construirão uma nação justa e solidária, onde todos e todas terão assegurados seus direitos fundamentais e o pleno exercício da cidadania.

Ao analisar, hoje, essa trajetória de vida pessoal, me dou conta de que foi determinante para que eu tomasse consciência da realidade e da minha origem de classe. Consequentemente, me fez descobrir a dimensão coletiva da vida em sociedade, espaço de convivência e de luta para transformar as condições de dominação e opressão de classe que geram desigualdade. Compreendi, então, que teria de me preparar para participar do processo de mudança da sociedade, e o meio para isso seria o estudo e a organização política das classes trabalhadoras. Outro fator que contribuiu para me libertar das determinações socio-culturais da minha origem familiar e de classe social, foi, sem dúvida, a influência da formação cristã na descoberta da política como um meio imprescindível à transformação das condições de exploração e injustiça existentes na sociedade capitalista.

II - Formação Acadêmica e Experiência Profissional

Cursei o primário em uma escola pública em Uiraúna; o curso ginasial, em colégio particular, em Campina Grande, com bolsa de estudo, o que me causou certa humilhação. Já o curso colegial (científico), eu o fiz num colégio do Estado, em Campina Grande, onde consegui estudar à noite e trabalhar durante o dia para sustentar minha família. Após concluir o colegial, tive de suspender meus estudos por não ter condições de ir para a capital, onde eu pretendia fazer medicina. Frustrada a expectativa de cursar medicina, só voltei a estudar nove anos depois, em 1963, quando ingressei na Faculdade de Serviço Social, em Campina Grande, e me formei em 1966, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Essa opção a que as circunstâncias me levaram mudou o rumo da minha vida, pois fui trabalhar, como Assistente Social, com a população pobre e, em consequência, assumi a militância política, ao compreender que só a ação política é capaz de transformar a realidade de exclusão e injustiça a que a maioria da sociedade está submetida.

Em 1968 e 1969, fiz pós-graduação em Ciências Sociais, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como bolsista da CAPES. Após defender tese, retornei à Paraíba em 1970, quando foi vetado meu

ingresso, como professora, pelo reitor da UFPB, segundo ele por ordem do comando militar da região, por restrições ideológicas.

A perseguição do regime militar, na época, aos que trabalhavam com os setores populares, me levou a migrar para São Paulo, onde trabalhei, como Assistente Social da Prefeitura de São Paulo, nas favelas e cortiços na periferia da cidade. Lá se amontoavam os nordestinos expulsos do campo pelos latifundiários, e constantemente ameaçados de despejo de seus barracos pelo poder público e pelos donos da terra urbana. Compreendi, então, que, no Nordeste e no Sul do país, a luta pelo acesso à terra é a mesma. No campo, são os camponeses que precisam de terra para trabalhar; na cidade, os que necessitam de terra para morar. Trata-se, portanto, da mesma luta política: pela Reforma Agrária e pela Reforma Urbana, até hoje não realizadas, por omissão e descompromisso dos que detêm o poder no país.

O saudoso Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal emérito de São Paulo, na apresentação do livro *Os nordestinos em São Paulo*, publicação de 1982, escreveu: “O migrante estabelece o elo interminável da esperança, mostrando que ela subsiste e se torna força de resistência mesmo nas situações mais adversas”. Eis por que o “nordestino é antes de tudo um forte”, e não desiste nunca da luta. É que ele é movido pela força irresistível da esperança.

Além da atuação profissional como Assistente Social, fui professora em várias Universidades e Faculdades da capital, do litoral e do interior do Estado de São Paulo, quando tive a oportunidade de contribuir na formação de novos profissionais da área social. Antes, porém, trabalhei como funcionária pública federal no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência - “SAMDU, em Campina Grande-PB, e no INPS, em João Pessoa-PB e em São Paulo, Capital.

III - Trajetória política

Minha militância política começou ainda no Nordeste, na década de 60, quando eu trabalhei na pastoral da terra, com Dom José Maria Pires, então Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, e, então, ocorreu a perseguição do regime militar à Igreja “progressista” e aos que atua-

vam junto aos camponeses remanescentes das Ligas Camponesas no Nordeste.

O projeto profissional do Serviço Social está assentado sobre uma base técnico-científica e fundamentos sociopolíticos, e que implica compromisso de ação crítica e transformadora, no combate às desigualdades e na emancipação dos setores populares da sociedade, o que levou a que nós, trabalhadoras sociais, fôssemos visadas, perseguidas e consideradas perigosas opositoras do regime, motivo para que alguns tivessem que mudar de estado, como foi meu caso.

Vetada, como professora, pela Reitoria da UFPB, mudei para São Paulo no início da década de 70. Classificada em concurso público para Assistente Social, integrei o quadro funcional da Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, quando passei a trabalhar na periferia da cidade com os moradores de favelas e cortiços, e também fui perseguida pela gestão, cujo titular era um militar da reserva tido como um dos torturadores do regime-militar. Trabalhávamos em equipes multiprofissionais que levavam à população pobre, além dos serviços de assistência social, orientações e estímulo à sua organização e participação em movimentos que se constituíam para lutar por soluções de seus problemas. Processos administrativos foram movidos contra nós, o que nos levou a nos organizarmos para nos defender.

Neste sentido, reativamos a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo – APASSP, que estava paralisada há mais de sete anos, também por perseguição política da ditadura. Daí, passamos a contar com um espaço institucional de luta em defesa dos nossos próprios direitos, a APASSP, da qual fui presidente. A partir da reconstrução da APASSP, passamos a organizar politicamente a categoria dos Assistentes Sociais em âmbito nacional, para enfrentar os problemas dos profissionais nas instituições públicas e privadas onde trabalhávamos, ao mesmo tempo em que contribuíamos para organizar e politizar os movimentos populares. Inúmeras lutas foram travadas, com perdas e ganhos, mas todas fortalecedoras do espírito de luta dos profissionais e que ampliaram os espaços de atuação política conectada à luta mais geral de resistência à ditadura militar.

Após alguns anos de militância sindical, compreendi que os problemas sociais têm causas estruturais, cujo enfrentamento supõe ação organizada da sociedade por meio de partidos políticos comprometidos com uma ação transformadora e com um projeto político capaz de enfrentar as contradições e de conceber um novo projeto de nação. Daí, resolvi participar da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, sem deixar a atuação profissional nem a militância sindical.

Em 1982, o PT disputou pela primeira vez eleições majoritárias e proporcionais, ocasião em que, indicada pelas bases do partido, saí candidata e me elegi vereadora à Câmara Municipal de São Paulo, junto com mais quatro companheiras(os). Exerci o mandato de vereadora por quatro anos, de 1983 a 1986, e fui eleita deputada estadual nas eleições de 1986, tendo exercido o mandato durante dois anos, ou seja, de 1987 a 1988, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1988, participei de uma prévia, realizada pelo Partido para a escolha do seu candidato a Prefeito de São Paulo, e ganhei de Plínio de Arruda Sampaio.

Em 15 de novembro de 1988, São Paulo elegeu a primeira mulher prefeita da maior cidade brasileira, terceira maior cidade do mundo. O inusitado aconteceu. O imprevisível às vezes ocorre na história e na política; para surpresa e espanto dos que, até então, se imaginavam detentores absolutos do controle dos processos de disputa do poder, viram as rédeas escaparem de suas mãos. Quem imaginaria que a capital do Estado mais poderoso do país elegeria uma mulher nordestina, de origem humilde, e de esquerda, para governá-la, quando nem mesmo o seu partido, o PT, acreditava na viabilidade eleitoral da sua candidata e, muito menos, na sua capacidade político-administrativa. Os dirigentes partidários não queriam, certamente, se arriscar a perder mais uma eleição ou, pelo menos, não se sair muito mal eleitoralmente. Inclusive, um companheiro, insatisfeito com o resultado da prévia que me escolheu candidata, comentou desalentado: “que pena, com essa candidatura, a esquerda vê comprometido o seu projeto de poder”, projeto esse que, segundo ele, se viabilizaria se o candidato fosse o Plínio, derrotado na prévia.

Seguindo a lógica e a cultura da política tradicional, a preferência dos dirigentes recaía sobre um candidato homem, paulista, de classe

social diferenciada, e com um histórico de militância política respeitável, ou seja, com perfil eleitoralmente mais viável. No entanto, os processos históricos, sobretudo os relacionados à política, nem sempre seguem essa lógica. O fato é que o imprevisível ocorreu naquelas eleições, quando os paulistanos elegeram uma nordestina, paraibana de Uiraúna, prefeita da sua cidade.

Antes mesmo do fechamento das urnas, pessoas assustadas e perplexas perguntavam: “Quem é essa mulher esquisita que entende a linguagem do povo”? “De onde veio essa nordestina que está levantando a periferia de São Paulo”? “Como segurar essa desaforada subversiva que ameaça vencer as eleições e incendiar a cidade”? “Aonde quer chegar essa xiita amalucada, e como se atreve a querer nos governar”?

As informações sobre minha origem e trajetória política contribuíram para aumentar ainda mais o medo e a insegurança da elite paulistana, que, destilando ódio e preconceito, alertava aos de sua classe: “Cuidado hein, agora vão acampar até no quintal de sua casa!”.

Passado o susto das primeiras horas, fui me dando conta do inusitado e do tamanho enorme da minha responsabilidade, e aí me veio a ideia de voltar às minhas origens para beber na fonte e renovar o compromisso com o meu povo. Assim, como prefeita eleita, embarquei no dia 28 de novembro para comemorar em Uiraúna meu aniversário de 54 anos, em 30 de novembro. Desembarcamos no aeroporto em João Pessoa, onde fomos recebidos por D. José Maria Pires, então Arcebispo da Paraíba, e por uma multidão que queria ver de perto a conterrânea que conquistara a capital dos paulistas.

Chegamos a Uiraúna às duas e meia da tarde. A cidade estava em festa desde as primeiras horas do dia, quando a banda de música “Jesus, Maria José” desfilou pelas ruas ao som do toque da alvorada, acordando a população para receber a filha que imigrara em busca do seu destino. A cidade estava coberta de faixas com os dizeres: “ERUNDINA, UIRAÚNA, BRASIL”. Reagi emocionada: “Este encontro com minha gente me energiza e me dá forças para cumprir a tarefa que Deus e a história me confiaram. Terei a mesma determinação, coragem, garra e humildade, que aprendi com meu povo, para governar São Paulo, cidade que me acolheu”.

Assim terminou mais um episódio de uma longa história que começou quando mais uma nordestina anônima, como tantos outros, desembarcou na rodoviária central da cidade de São Paulo, em 28 de janeiro de 1971; daquela vez, fugindo da perseguição da ditadura militar, e para continuar lutando pelo sonho de justiça e liberdade que havia sido interrompido. Retornando a São Paulo em 2 de dezembro, começou a ser escrito mais um capítulo dessa fantástica história que liga Uiraúna a São Paulo e ao Brasil.

Como Prefeita, participei ativamente do movimento pelo *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo, que foi substituído pelo Vice, Itamar Franco, em 1993, que me convidou para assumir, como Ministra, a Secretaria da Administração Federal. Por considerar o fato de o PT ter contribuído para o afastamento do Collor e os riscos que a democracia corria, naquele momento, aceitei o convite, o que gerou uma enorme crise no PT, cuja direção nacional decidiu aplicar-me uma punição, suspendendo-me do Partido pelo prazo de um ano. Por fortes razões políticas, que não é o caso de tratar aqui, permaneci no cargo de Ministra por apenas cinco meses, tendo sido reintegrada ao Partido logo depois.

Minha experiência parlamentar, portanto, compreendeu um mandato de vereadora, outro de deputada estadual, ambos pelo PT, do qual me desfiliei em 1997, filiando-me, em seguida, ao PSB, partido em que militei por dezenove anos, e pelo qual fui eleita deputada federal, por cinco mandatos. Exerço, atualmente o quinto, integrando a bancada do PSOL.

IV - A mulher na política, contribuição e desafios

Em toda sociedade machista e patriarcal, como a nossa, as mulheres têm sido, historicamente, relegadas à invisibilidade e ao silêncio. Confinadas nos espaços privados, elas sempre ficaram fora dos espaços públicos, dedicadas à família, e sem consciência do próprio valor e do seu papel na sociedade. Aos poucos, porém, a invisibilidade e o silêncio veem sendo superados e as mulheres começam a ocupar espaços antes reservados exclusivamente aos homens, tanto no mundo do trabalho, como nos demais campos da vida social.

Quando tomam consciência de seus direitos como mulher, trabalhadora e cidadã, começam a participar de movimentos reivindicativos e se envolver na luta por direitos, individuais, sociais e políticos. Isso contribui para adquirirem autoestima e se tornarem referência para outras mulheres nas suas comunidades. Hoje, elas estão no mercado de trabalho e nos sindicatos e participam da luta geral dos trabalhadores. Porém, continuam excluídas das instâncias de direção, ou seja, dos espaços de poder destinados aos homens e quase exclusivamente ocupados por eles.

Entre todas as barreiras à participação das mulheres, a da política é, sem dúvida, a mais difícil de transpor, exatamente por ser a política o espaço das decisões e do exercício do poder e, como tal, privilégio dos homens. No Brasil, as mulheres são mais da metade da população e do eleitorado; têm maior nível de escolaridade e representam quase 50% da população economicamente ativa do país. No entanto, estão sub-representadas nas esferas de poder. São apenas 9% na Câmara dos Deputados e 16% no Senado Federal. Não chegam a 20% nos níveis mais elevados do Poder Executivo. No judiciário, nas universidades, nos sindicatos e empresas privadas, ocupam apenas 20% das chefias. Porém, é preciso registrar que houve avanço nesse aspecto, ainda que com atraso e num ritmo muito lento. Em 1995, foi aprovado o sistema de cotas para as eleições do ano seguinte, com reserva de 20% de vagas para as mulheres. A partir de 1997, seguindo tendência mundial, a reserva passa a ser de, no mínimo, 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo. As mulheres enfrentam, ainda, grandes dificuldades nas disputas eleitorais, como falta de recursos financeiros, inexperiência política e invisibilidade na mídia.

Em 2009, como conquista do movimento de mulheres, uma minirreforma eleitoral estabeleceu novas regras e ações afirmativas que passaram a valer nas eleições de 2010. Com a nova lei, os partidos são obrigados a preencher a cota de 30% de vagas, sob pena de suas chapas de candidatos não serem registrados pela justiça eleitoral. Além disso, os partidos têm que destinar 5% dos recursos do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O partido que não

cumprir esse dispositivo deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Ademais, os partidos devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política das mulheres.

No atual quadro partidário, as mulheres têm pequena chance de ampliar sua participação política. São poucas em cargos de direção, quase exclusivamente ocupadas por homens. Isso se deve também ao fato de as mulheres não se lançarem nas disputas partidárias internas. Preferem apoiar e eleger dirigentes homens, talvez por insegurança em disputar poder, até porque são educadas para assumir funções e tarefas nos espaços privados, enquanto os homens são formados para ocupar espaços públicos. Isso, porém, não deve ser aceito como algo natural. É preciso romper com essas determinações socioculturais, preparando-se para disputar e conquistar o poder, assumindo-se como sujeitos políticos na sociedade.

No entanto, não basta disputar e conquistar poder. É preciso também transformar a forma de exercê-lo, rompendo com as práticas machistas da política tradicional: competitiva, autoritária e excludente. Assim, estarão contribuindo para mudar a cultura política que determina a convivência e as relações nos espaços públicos e a forma de exercer o poder, tornando-as solidárias e democráticas.

Como resultado das lutas dos movimentos feminista e de mulheres por direitos e igualdade de gênero no país, vale destacar ainda as valiosas conquistas da Constituição de 1988, que consagrou os direitos humanos como fundamento da nação brasileira, e os direitos das mulheres, essencialmente, como direitos humanos. Enfim, a exclusão das mulheres das decisões políticas significa inaceitável déficit democrático, cuja eliminação representa o maior desafio a superar: a inclusão e o empoderamento de mais da metade da população brasileira.

Concluindo, podemos dizer que a afirmação do papel político das mulheres na sociedade brasileira, e a ampliação dos espaços públicos de poder por elas ocupados, é condição para se elevar a qualidade da política no país, do ponto de vista ético, e estimular a participação popular na política e na construção do bem comum.

17.

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL DO MILITANTE DE BASE. DE QUE LADO ESTAMOS?

Matias Vieira¹

Introdução

Relato aqui a experiência de ter participado das eleições municipal e estadual como candidato a Vereador (2008 e 2012) e Deputado Estadual (2010). A trajetória apresentada explica as escolhas feitas no caminho profissional e de militância política nas CEBs, Movimentos Sociais, Sindical e no Partido dos Trabalhadores, ao qual sou filiado desde 1984.

A origem: a trajetória busca e indica caminhos

Sou filho de pais migrantes da Bahia, cidade de Catolés. Minha mãe, Dona Maria, com 87 anos, um exemplo de vida e de sabedoria e “Seu” Adolfo, falecido aos 65 anos em 1994. Conheceram-se em Junqueirópolis-SP, cidade em que a família se constituiu com 9 (nove) irmãos, 7 (sete) homens e 2 (duas) mulheres.

Com origem e tradição de colonos, trabalhadores da roça e com uma formação religiosa muito presente, rezar um Pai-nosso e uma Ave-Maria antes de dormir e ao levantar-se era obrigação no pé da cama.

Depois de muitas experiências na lavoura, decepções e sonhos, meus irmãos mais velhos vieram para São Paulo em 64 e em 66, após

¹ MATIAS VIERA é Pedagogo e Professor de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Exerceu as funções de Assistente de Diretor de Escola e de Diretor de Escola Substituto. Na gestão política, ocupou os cargos de Coordenador Regional de Educação (2001-2002) e, na SME, os cargos de Diretor do Projeto Vida (2013) e de Diretor de Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais (2015-2016). Participou como candidato a vereador, nas eleições municipais de 2008 e 2012 e como candidato a deputado estadual, nas eleições de 2010. É o atual Presidente do Diretório Zonal do PT-Tatuapé, em São Paulo, SP.

comprar um terreno no Jardim IV Centenário, onde moramos até hoje, construindo, com ajuda da família, dois cômodos, que acolheu a vinda de toda a família para São Paulo.

A vida dura da cidade grande fez dos meus irmãos o suporte e baluarte da família. Todos na família eram encaminhados para trabalhar, aos quatorze anos de idade. Era obrigação, com 14 anos, tirar Carteira Profissional e ir procurar emprego, abandonando a oportunidade de estudar, o que na época era muito difícil e, principalmente, passar no Exame de Admissão para ingresso no estudo do ginásial.

Nossa estadia e fixação no Jardim IV Centenário, Zona Leste de São Paulo, dá-se em continuidade com nossa trajetória religiosa, com apoio dos padres e freiras que lá também cumpriam sua missão religiosa, organizando as igrejas comunitárias, conhecidas como CEBs. Hoje, com raras exceções, as CEBs tornaram-se miniparóquias, no sentido conservador da palavra.

Neste local, nos consolidamos. Meus irmãos, sempre agregados à comunidade, organizavam os bailinhos da juventude. A vida cultural da época não passava sem o jogo de futebol nos finais de semana. Meu irmão Davi, falecido na epidemia de meningite dos anos 70, que assustou São Paulo, era grande referência entre os times do futebol de várzea e foi homenageado “in memoriam” com o nome de uma rua no bairro: a Rua David Candido Vieira.

Nossa sobrevivência deu-se muito pela ajuda da ação da igreja e das políticas sociais do governo. Minha mãe sempre foi uma batalhadora, para nos dar as condições mínimas de vida, seja com ajuda da assistência social, seja na assistência médica do poder público. Lembro-me sempre do “sopão” servido antes das consultas médicas, onde minha mãe nos levava para diagnosticar as constantes dores de barriga, dores de dente e outros problemas de saúde.

Lembro-me de que minha irmã, aos 16 anos, era catequista e, não podendo dar continuidade ao acompanhamento do Grupo Mirim (grupo de crianças) da igreja, eu, aos 13 anos, assumi a turma em sua ausência, fazendo as reuniões e organizando o grupo com as leituras dominicais da Bíblia após as missas, bem como os passeios nos parques da cidade.

Lembro-me de fatos representativos na vida que forjaram meu perfil: ser o melhor aluno da escola por medo dos professores, timidez e autodisciplina; ser eleito presidente do Centro Cívico da Escola; separar as brigas dos amigos; no ensino médio, enfrentar com palmas um diretor que nos desafiou a repetir as palmas, após debater com um casal de alunos, ao se defenderem por se terem beijado, durante o intervalo das aulas. Situações estas, que me reportam ao desejo de lutar contra as injustiças e de ter um espírito moderador.

Em 1981, ingressei na Universidade de Mogi das Cruzes, no curso de Educação Física, o possível à época, depois de tentar engenharia no vestibular da FUVEST, sonho de muitos jovens em frequentar a universidade na USP. Sonho inalcançável para um filho de trabalhador e estudante de escola pública. A concretização da matrícula na universidade e um relógio de pulso foram dois presentes ganhos de um dos meus padrões, que muito me respeitava.

Enquanto estava na universidade, avançava a redemocratização do país; a luta dos metalúrgicos em São Bernardo; o despertar das lutas sindicais e dos movimentos sociais pela volta da democracia no país, e o despontar do Lula (Luís Inácio Lula da Silva), como grande líder dos trabalhadores, catalisando a esperança, anseios e sonhos de mudança de muitos jovens, segmentos da Igreja, grande parcela da sociedade e políticos da época, que fomentavam o engajamento social e político.

A militância: a formação e o despertar para a política

Em 1982, participei da primeira candidatura do Lula a governador do Estado de São Paulo – na boca de urna – com o *slogan* “Trabalhador vota em Trabalhador”.

A participação nas lutas sociais começa para valer com o ingresso na Pastoral da Juventude e nas CEBs, na Comunidade São Paulo Apóstolo. Foram anos de crescimento social e conscientização do papel social que cada um deve exercer na sociedade. Nesta Comunidade, abri espaço para tornar-me mais sociável, mais presente no bairro, pois, até então, era um sonhador. Queria ser um atleta de sucesso tendo, como exemplo, o Dr. Sócrates da Democracia Corintiana.

Lá, agregamos amigos – irmãos da vida – e organizamos o Grupo de Jovens na comunidade. Ganhamos espaço e confiança dos membros mais velhos. Foram anos de muita vivência e experiência de lutas sociais, organizando as festas, abrindo espaço para peças teatrais, exposições de filmes, bailinhos para os adolescentes e jovens e problematizando as lutas e intervenções das lideranças nas lutas por melhorias no bairro.

Eu e meu amigo Gilson, fomos eleitos para a Coordenação da Comunidade e, logo mais, fizemos parte da Coordenação Geral da Área Jd. IV Centenário. Na PJ-Pastoral da Juventude, o crescimento social e político foi bem maior. Fui coordenador da Pastoral da Juventude na Área IV Centenário e depois no Setor de São Mateus.

Em 1984, filiei-me ao PT, ainda na onda dos amigos mais politizados e engajados no mundo sindical e político, muitos deles também oriundos da Pastoral da Juventude.

Em 1984, organizamos nossa participação na 1ª GREVE GERAL pela redemocratização do país e, em 1985, o engajamento foi total nas lutas pelas “Diretas Já” e na militância partidária, com a organização do Núcleo do Partido dos Trabalhadores no Jd. IV Centenário e no Diretório Zonal do Tatuapé.

O PT ganhou relevância na minha militância. As campanhas eleitorais ganharam uma importância na minha vida, o que me fez afastar-me da atuação religiosa e eclesial. Virar a noite fazendo pichações, colando cartazes nos postes, nos muros e faixa nas casas, eram estimulantes e uma estratégia, na luta para conseguir uma sociedade mais justa para todos os mais pobres.

O engajamento nas CEBs, no PT, nos movimentos de bairro por melhorias, na cultura e, especialmente, ter trabalhado na saúde e me envolvido com o movimento da saúde, trouxe-me um amadurecimento no conceito de participação e de que modelo de sociedade se estava querendo para o Brasil.

Em 1981, desempregado e matriculado na universidade, fiz concurso público para a função de Vigia Escolar, indo trabalhar numa escola próxima de casa. Em 1982, por concurso público, ingressei como Escriurário Administrativo na Secretaria de Saúde, onde tam-

bém me envolvi nas lutas pela Saúde Pública e atuação Sindical com os servidores da Saúde. Aprendi muito com a militância na Saúde, nos Conselhos Populares de Saúde, com participação nas greves e paralizações, reivindicando direitos sociais e trabalhistas.

Em 1985, já formado em Educação Física, comecei a trabalhar na Educação, na EEPSPG Prof.^a Maria do Rosário Negreiros, após indicação de uma amiga, que gostou do meu jeito de trabalhar com as crianças na época em que atuava na escola como Vigia Escolar. Naquele período, fazia recreio dirigido, cantando músicas, dava aulas de apoio às crianças com dificuldades e ajudava os professores naquilo que fosse possível. No mesmo ano, iniciei também a carreira profissional no SESI-Serviço Social da Indústria.

Em 1986, constituo família, tivemos três filhos. Nesse período, abandonei definitivamente a participação nas CEBs e engajei-me, mais efetivamente, na luta sindical e política.

Em 1986, passei a atuar nas lutas dos profissionais da educação e por trabalhar numa escola, localizada no mesmo bairro em que morava, passei a ser uma referência para as crianças e pais dos alunos. Em 1999, tornei-me efetivo na carreira docente, via concurso público, consolidando a carreira.

As greves na educação passaram a ser frequentes e as direções dos sindicatos, mais atuantes. A disputa pelos espaços de organização dos trabalhadores entra na pauta das esquerdas e da organização dos trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores torna-se referência no ideário político e do movimento crescente de redemocratização do país na década de 80.

Foram anos de crescimento político, com efetivo envolvimento nas greves, em luta por melhores condições de trabalho e por melhores salários e na organização do Núcleo do PT, Jd. IV Centenário.

Nesta década, participei como militante da campanha pelas Diretas Já, das campanhas eleitorais – para prefeito, com o Suplicy em 1984, Plínio de Arruda Sampaio em 1986 e, em 1988, da vitoriosa eleição da prefeita Luiza Erundina e da primeira eleição direta para Presidente da República, com o Lula candidato. Foi uma experiência incrível para minha formação e identidade política com o PT e a militância social.

Em 1992, ingressei na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Ao ingressar na rede como professor efetivo de Educação Física, na EMEF Arquiteto Vilanova Artigas, a minha referência de militante do PT ganhou espaço e indicação dos pares para disputar a presidência do Conselho de Escola e enfrentar a organização interna da direção escolar, cuja referência política era o prefeito Paulo Maluf. Esta disputa significava a luta pela democratização da gestão da escola, com maior participação dos pais e educadores nos rumos da administração e dos projetos pedagógicos. Nessa escola, com o apoio de outros educadores, fizemos do Conselho de Escola uma referência de mobilização e participação social nos processos eletivos aos cargos internos e envolvimento dos alunos na organização de Grêmios Estudantis.

Em 1994, fui convidado a ingressar na luta Sindical no SINPRO-SP, Sindicato dos Professores da rede particular pelo SESI e da FEPESP, Federação Estadual dos professores da rede particular, cuja participação também favoreceu a aprendizagem neste campo, inclusive como delegado aos Congressos Estaduais e Nacionais. Como delegado sindical na Rede SESI, visitava as escolas com o objetivo de organizar a categoria para os encontros sindicais e para fazer pressão nas negociações salariais.

Em 1999, fiz minha primeira experiência, como Diretor de Escola, na EMEF Padre Benedito de Jesus Batista Laurindo – Pe. Batista, tida como uma “escola das mais violentas da região de Sapopemba”, onde, durante oito meses, atuei com a comunidade, visitando os familiares dos alunos, lideranças e padres, propondo e realizando ações que fortalecessem os laços comunitários, como o abaixo-assinado para asfaltamento das ruas do bairro, a I Caminhada da Paz no entorno no bairro, Cinema na escola, Festas comunitárias, grafiteagem das paredes e muros da escola, o que me rendeu, em alguns momentos, ameaças de agressão e de morte.

A participação: apoio a projetos do programa de governo

No final do ano 2000, elegemos Marta Suplicy prefeita de São Paulo, e, por um movimento dos professores da região, fui indicado para ser

Coordenador de Educação da Região de Vila Prudente-Sapopemba, cargo que exerci por dois anos (2001-2002).

Esta foi mais uma rica experiência que me permitiu ampliar o olhar para a gestão das políticas públicas para a cidade e para a possibilidade concreta de realizar os projetos; frutos dos sonhos e aspirações de toda uma militância política e social. Foram dois anos de enfrentamento político e avanço nas políticas de formação crítica dos educadores, inspirada em Paulo Freire, como a abertura das escolas no período noturno para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, o incentivo à formação dos Grêmios Estudantis nas escolas, o Programa Escola Aberta para a comunidade, com apresentação de peças teatrais, contratação de oficineiros para trabalhar com a comunidade nos finais de semana e o enfrentamento à violência local, a implantação do EDUCOM, programa de instalação de Rádio nas Escolas com formação de todos os educadores da escola, fortalecimento dos Conselhos de Escola por meio da implantação do CRECE-Conselho de Representantes do Conselho de Escola.

Em 2003, assumi a Coordenação do PROJETO VIDA – Programa de Prevenção da Violência nas escolas na Secretaria Municipal de Educação.

Naquele ano, a Secretaria me deu a oportunidade de representá-la num curso de formação sobre a violência nas escolas na França e no Canadá. Essa foi também uma experiência muito enriquecedora na minha vida pessoal e na de educador social.

Os dois anos de Coordenador de Educação na Vila Prudente e Sapopemba e a Coordenação do Projeto Vida e, já no final do governo, com uma breve passagem na Chefia de Gabinete da Subprefeitura da Mooca e o engajamento político partidário cada vez mais presente, tornei-me uma referência na região e na cidade de São Paulo.

A ousadia: candidatura para concorrer na política municipal e estadual

Em 2004, perdemos a eleição para prefeito e não conseguimos eleger o nosso candidato da região a vereador.

Em 2008, já mais orgânico ao PT e às disputas internas, participando dos processos de eleição para renovação dos cargos da Direção do Partido, fazendo disputas nas eleições para presidente do Sindicato dos professores da Rede Municipal, coloquei meu nome para disputar as eleições de vereador no coletivo político de que participava. Um processo que, embora parecesse ser democrático, tinha uma seletividade natural entre os mais antigos e a maior liderança política que este grupo representava.

Após várias visitas e conversas com algumas lideranças do coletivo e numa situação muito desagradável com a principal liderança do grupo, descobri que não receberia seu apoio, mesmo que fosse escolhido pela maioria dos membros do coletivo. Desisti, então, da disputa interna. Procurei amigos e o apoio de uma das maiores lideranças do bairro, uma pessoa envolvida com todas as conquistas de moradia, saúde e formação profissional e cidadã de muitos jovens e suas famílias, decidi pela candidatura, mesmo sem apoio das grandes estruturas e coletivos políticos do partido.

A minha candidatura a vereador, com o número 13.227, foi uma escolha, tomando como referência o artigo 227 da Constituição Federal, que garante a proteção à criança e ao adolescente e é a base da Lei 8069/90, o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente.

A campanha foi vibrante, com muitos amigos e amigas, familiares e, especialmente, meu parceiro, amigo, entusiasta e grande incentivador da candidatura, que disponibilizou seu carro e parcos recursos financeiros para a campanha.

Muitos amigos se envolveram voluntariamente, mobilizando carreatas, encontros nas residências, bares, confecção de bandeiras e materiais impressos da eleição, tudo com recursos próprios.

A campanha foi um sucesso no exercício da cidadania e militância social. Obtivemos, neste pleito, 6.547 votos. Sem grande ajuda financeira do PT, para custear uma pequena equipe de trabalho e custos com a campanha, nosso grupo de amigos vê-se fortalecido com a expressiva votação no bairro e em alguns lugares da cidade.

O processo interno de ser candidato é muito excitante, pois coloca você como expoente de ideias para a cidade e para o partido e nos torna uma referência no bairro e dentro dos espaços políticos.

Na eleição de 2010, decidi incluir meu nome na disputa para deputado estadual, mantendo as propostas em destaque e já pensando na eleição de 2012. Nossa estratégia foi a de disputar as eleições para deputado estadual e buscar apoio nas “dobradinhas” com candidatos a deputado federal. Conseguimos neste pleito ampliar a votação para 8.757 votos, consolidados no bairro e espalhados pela cidade e estado.

A eleição de 2012 era o maior desafio, concorrendo com o governo que estava no poder municipal, Gilberto Kassab, com baixa aprovação. Nosso candidato neste pleito, Fernando Haddad, era pouco conhecido na cidade e resolvemos fazer, estrategicamente, uma campanha *colada* no nosso candidato majoritário. Conseguimos, além do apoio do partido em material, a promessa de um repasse maior do que a campanha de 2008. Isso nos motivou para a campanha eleitoral.

Desta vez, com apoio de um amigo, professor de Artes, fizemos um gibi com nossas propostas de campanha e, com apoio parlamentar, conseguimos imprimir 40.000 exemplares e ter na equipe de fotografia postagens imediatas nas mídias de tudo o que fazíamos.

Nesta eleição, meu principal apoiador e incentivador, Wilson, ficou doente e, com o passar dos meses, descobrimos que era um câncer: sua debilidade foi consumando sua vida, indo a óbito no ano seguinte.

No final desse pleito, conseguimos 6.757 votos e foi para nós uma real avaliação do processo político na sociedade e no partido. Ambos com suas peculiaridades e interesses, na real dimensão de como são as disputas eleitorais. No partido, nossa votação na região era estratégica, expressiva e imbatível, mesmo diante de nomes consagrados na política, e conquistava votos de um eleitorado mais conservador da região do Tatuapé, de São Mateus, de Sapopemba e do professorado da região.

Nesse sentido, obtivemos apoio do Partido em aparições nos horários televisivos e nas rádios, nosso material de campanha era em volume bem maior que nas campanhas anteriores.

Pela primeira vez, senti um maior apoio da direção partidária, com promessa de repasse financeiro para a campanha e também com o apoio de outros de deputados estaduais e federais que vieram se somar ao nosso projeto e tudo ia muito bem. O nome e o projeto da

candidatura eram mais bem-aceitos pela sociedade e, no bairro, havia uma motivação geral e empolgação, que se manifestava nas pessoas e numa campanha de crença, confiança e voluntariado localizada, por um estímulo local às demandas sociais do bairro, dos nossos amigos e apoiadores.

A campanha conseguiu, no pleito, 6.757 votos, muito aquém dos 30.000 esperados. A ideia de que se cada um conseguisse mais 10, 100, 1.000 votos, nos elegeríamos, foi derrotada pelo poder econômico que cada vez mais influenciava e conquistava o apoio das lideranças dos bairros, dos movimentos sociais e dos eleitores.

As dificuldades: campanha com ideias novas em velho modelo político

A inserção na mídia e a organização da candidatura em vários bairros, estruturadas com equipes trabalhando diariamente, material de apoio, carro de som, e muitas vezes atendendo aos pedidos imediatos dos eleitores, influenciaram as suas escolhas.

Por mais que se critique o poder econômico nas campanhas, o eleitor ainda cobra do candidato o que será feito para ele naquele momento: pagar uma cerveja, fazer um churrasco, ajudar numa cirurgia, resolver um problema estrutural no bairro, atender demandas emergenciais que o eleitor cobra pelo seu voto.

Terminamos a campanha com uma dívida que, em nosso planejamento, seria coberta pelo Partido e pelos apoiadores, mas, chegando ao final da campanha, não recebemos os repasses prometidos. O excesso de confiança nos envolveu em dívidas que precisavam ser pagas e o fiz com um empréstimo bancário e utilizando as minhas economias como professor.

O projeto de candidatura em três eleições nestes quatro anos (2008, 2010 e 2012), levou-nos à conclusão de que nos faltava uma definição clara de que nosso projeto não teria êxito sem estar nas estruturas de ponta do partido ou nos interesses econômicos dos empresários, movimento social ou sindical.

Saldamos as dívidas e conquistamos uma referência no partido e na sociedade, por ter constituído um coletivo de pessoas comprometidas

das com o bem público, com as causas sociais, com o bairro e muito respeitado em todos os espaços do partido e de organização social.

A importância da candidatura de um militante para a cidade de São Paulo

Além de contribuir com a vitória do projeto de cidade, elegendo o Prefeito Fernando Haddad em 2012, nossos votos contribuíram para eleger uma bancada de 11 (onze) vereadores do PT e mais 4 (quatro) da coligação proporcional.

Na gestão Haddad, participamos do governo, podendo indicar mais duas pessoas para trabalhar nos CEUs – Centros Educacionais Unificados do Alto Alegre e Rosa China. Em 2015, passamos a integrar a equipe da SME-Secretaria Municipal de Educação, como Diretor de Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais, onde, entre outros trabalhos, contribuímos na elaboração: a) do Novo Regimento dos CEUs - Centros Educacionais Unificados; b) da Portaria de normatização dos cargos dos Analistas de Esportes dos CEUs; c) da regulamentação e implantação da Lei n.º 16.213 de 17/06/15, que cria o CRECE - Conselho de Representantes do Conselho de Escola; d) da Lei n.º 16.134, de 12/03/15, que cria as Comissões de Mediação de Conflito em cada escola.

Contribuímos também com a exitosa eleição municipal dos Conselhos Tutelares; com a Eleição dos Conselhos Participativos das Subprefeituras e com a Eleição do Conselho Municipal da Moradia na cidade de São Paulo.

Além disso, contribuímos com a implantação das políticas educacionais, elaborando projetos de lei apresentados na câmara, em parceria com o Vereador Paulo Fiorilo, como o Projeto-lei de implantação da Capoeira nas Escolas e o Projeto-lei da Rede de Proteção Social na cidade de São Paulo, fortalecendo as políticas públicas de proteção das crianças e adolescentes, em ações integradas entre as secretarias de governo e as entidades de bairro organizadas nos territórios das subprefeituras, todas elas muito próximas daquelas defendidas por nossa candidatura de vereador.

Enfim, para além do exercício da cidadania, da desmistificação da política e da possibilidade dos cidadãos em influenciar a vida política na cidade e no país, estou certo de que contribuímos com ideias na definição da plataforma da candidatura e na elaboração do programa de governo Haddad, transformando muitas delas em realidade na cidade de São Paulo, projetando uma cidade mais democrática e mais justa para os paulistanos, sabendo, sim, que essa contribuição foi e é também para consolidar um projeto de país e de sociedade que acreditamos ser mais humana e solidária.

Tenho certeza de que a candidatura foi exitosa nas eleições também para fortalecer o PT na região e na cidade. Os votos e militância ajudaram muito no debate da cidadania e da não condenação da política, como um direito de todo cidadão em disputar suas ideias.

Contribuímos e fizemos parte da implantação das políticas exitosas do Governo Lula e Dilma, derrotadas pelo golpe midiático, econômico, parlamentar e jurídico, muito mais pelos seus acertos do que pelos seus erros. Fizemos parte dos melhores anos da distribuição renda e garantias dos direitos sociais e culturais do povo brasileiro, com a luta e pelo exercício da Democracia.

18.

A MARGEM, A VIÚVA E O PASTOR

Vera Lúcia Rodrigues de Faria¹

Introdução

Este texto foi escrito para atender ao convite para debater sobre a “Participação eleitoral de militantes de base”, no 31.º Curso de Verão/2018. Eu fui candidata a vice-prefeita pelo PT Campinas-SP em 2016. Elaborei o texto em quatro partes:

- 1) “Passemos à outra margem”. Com os pés no chão, situo onde e como eu estava, quando decidi aceitar ser candidata a vereadora pelo PT de Campinas;
- 2) “Faz-me justiça contra meu adversário”, com o olhar no horizonte, descrevo como foi a campanha, como me tornei candidata a vice-prefeita e relato quais foram nossos principais adversários.
- 3) “O bom Pastor dá a vida por suas ovelhas”. Como quem está com as mãos na massa, descrevo as atividades pós-campanha, que impulsionam minha vida militante, pois a luta continua.
- 4) “Pensando sobre a participação eleitoral de militantes de base”, algumas provocações sobre a militância.

“Passemos à outra margem” (Mc 4,35)

Era abril de 2016, eu estava em casa, de licença para tratamento de saúde, recuperando-me de uma fratura no joelho esquerdo, consequen-

¹ Vera Lúcia Rodrigues de Faria. Pedagoga, Educadora Infantil na SME de Campinas, Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), da Comissão Arquidiocesana das CEBs e candidata a vice-prefeita pelo PT/Campinas, nas eleições de 2016.

ência de um acidente de trabalho, pois cai ao socorrer uma criança que convulsionava na escola onde trabalho, tive cinco pequenas fraturas no fêmur, chegando ao joelho, o que me fez ficar por 3 meses sem andar.

Assistia com muita preocupação tudo o que acontecia: um país dividido, uma crise econômica forjada pelos empresários e políticos e sustentada pela mídia tradicional, uma operação jurídico policial, que embora tivesse prendido grandes empresários por corrupção, também era seletiva nos vazamentos de informações e abusava do poder ao denunciar sem provas; uma crescente cultura de ódio (que vinha desde o resultado das eleições presidenciais de 2014), aos nordestinos, aos negros, às mulheres, aos pobres, aos trabalhadores e trabalhadoras e às suas organizações de classe.

No dia 17 de abril de 2016, assisti estarecida à sessão da Câmara dos Deputados, que votou o pedido de abertura do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos em 2014). Aquilo parecia um circo armado, onde bandidos julgavam uma inocente. Mas não era tudo: naquele dia, senti que as coisas iriam piorar. Era necessário atender ao convite de Jesus: “Passemos à outra margem”. Não bastava indignação, preocupação, precisava fazer algo diferente, contribuir de forma mais contundente para ampliar a discussão com as pessoas com as quais tinha contato na família, no trabalho, na comunidade.

Passar à outra margem não significa necessariamente a transferência para outro lugar, diferente daquele em que nos encontramos. Às vezes, tudo o que nos é preciso é habitar a vida de outro modo. É simplesmente caminhar com outro passo nas estradas que já percorremos a cada dia.²

Em meados de maio, quatro companheiras vieram me visitar com uma proposta/desafio: o PT (Partido dos Trabalhadores) precisava de candidatos(as) a vereador(a). O quadro era bastante desfavorável ao partido por conta do processo de *impeachment* da presidenta, das de-

² A viagem, síntese da vida cristã, disponível em: <http://snpcultura.org/a_viagem_sintese_da_vida_crista.html>.

núncias de corrupção. Também havia poucas candidatas mulheres. O processo eleitoral seria diferente, pois estava vigente uma nova lei eleitoral, com várias mudanças. O convite era um desafio, na medida em que algumas candidaturas estavam articuladas, sendo construídas há mais de dois anos, e no meu caso, não havia sequer uma organização financeira. Por outro lado, as companheiras acreditavam no meu potencial, na minha história como servidora pública, como militante de longa data na região Ouro Verde, periferia de Campinas, onde eu participo de muitas lutas e também porque sou agente de pastoral das comunidades de base, as CEBs. Aquele convite me inspirou, era a forma de “passar à outra margem”.

“Faz-me justiça contra meu adversário”

“Em certa cidade havia um juiz que não temia a Deus nem se importava com os homens. E havia naquela cidade uma viúva que se dirigia continuamente a ele, suplicando-lhe: ‘Faze-me justiça contra o meu adversário’ (Lc 18,2-4).

Disse às companheiras que precisava pensar, que minha vida era sustentada por um tripé: a família, a comunidade e o trabalho, e eu jamais seria candidata de mim mesma. Precisava consultar esses grupos que me amparam e impulsionam, para ver se poderia aceitar. Chamei algumas companheiras da creche onde trabalho e falei-lhes da proposta de ser candidata a vereadora. As meninas ficaram animadas. Era a forma de fazer algo, pois o contexto era muito difícil. Agora teriam coragem de fazer campanha, pois tinham alguém próximo, de confiança para votar. Também conversei com os(as) companheiros(as) da comunidade São Francisco, onde estou coordenadora. Eles ficaram animados, até que enfim alguém da comunidade está avançando pra outras lutas. Sentiam-se representados por mim. Por fim, falei com meus filhos que se preocuparam com a questão da minha saúde, pois estava afastada de licença médica, sem poder andar, mas eu disse que aceitaria só depois que estivesse liberada pelo médico.

Além deste tripé de sustentação de minha caminhada, houve dois fatos que contribuíram para a minha decisão: primeiro, a forma

como se deu a sessão da abertura do processo de *impeachment*, na Câmara dos deputados, em 17/04/2016, na mais descarada inversão de valores, onde os bandidos se tornam os mocinhos e a inocente se torna uma criminosa. São os tempos da pós-verdade. Segundo, foi o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos que foi violentada por pelo menos 30 homens, numa comunidade no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2016. Essa jovem viu sua imagem nua e desacordada circulando pela internet: um crime bárbaro. Mesmo assim, algumas pessoas culpabilizavam a vítima pelo crime. Foi a misoginia pautada nas relações conturbadas do início de 2016, que provocou a minha decisão de aceitar o convite, pra ser candidata a vereadora.

Ao aceitar ser pré-candidata a vereadora pelo PT de Campinas, ousei fazer de outra forma aquilo que já vinha fazendo por mais de 40 anos de atuação política nos movimentos populares, como educadora infantil, e no partido. Agora colocava meu nome, minha história à disposição de um coletivo de companheiros e companheiras, para ajudar na conscientização do grave momento político que o Brasil atravessava e para discutir o papel de protagonista da mulher, nas várias lutas onde estão inseridas.

Em junho de 2016, no encontro Municipal do PT, fui apresentada como pré-candidata a vereadora e participei das discussões para a elaboração do plano de governo, assim como das discussões para a indicação da vice-prefeita, visto que o núcleo de mulheres do partido havia construído a paridade de gênero na chapa majoritária, caso não houvesse coligação com outro partido. Na última reunião do núcleo, para definição do nome que o núcleo de mulheres indicaria como vice, não houve consenso. Saiu uma lista com 4 nomes, inclusive o meu, que foi indicado naquela noite. Esta lista foi encaminhada à executiva e ao diretório, que ouviu as quatro candidatas. Decidiram encaminhar a lista para escolha por parte do candidato a prefeito.

No dia 30 de julho, meu nome foi o escolhido pelo candidato a prefeito como candidata a vice-prefeita e foi apresentado na convenção partidária. Com a chapa de vereadores e vereadoras e os candidatos majoritários homologados, a pré-campanha iniciou-se em 1.º de agosto. Estabeleceu-se com a equipe de mobilização um processo de

construção interna (de acordo com a nova lei eleitoral), do plano de governo, através de várias plenárias regionais e temáticas, chamadas de “Diálogos Urgentes, ouvindo para governar melhor”.

As repercussões da escolha do meu nome, como vice foram diferentes. Para fora do partido, o nome era uma surpresa, diferente do que estava sendo cogitado. Meu nome dialogava com a militância mais antiga, que até estava afastada das campanhas e do partido. Segundo o candidato a prefeito, a escolha se deu a partir da pessoa dele, homem branco descendente de alemão, da classe média alta, professor universitário. Queria alguém que dialogasse com setores onde ele não tinha tanto trânsito. Por isso escolheu uma mulher negra, servidora pública municipal, atuante nas CEBs, da Região Ouro Verde, periferia da cidade. Para dentro do partido, meu nome conseguiu trazer militantes antigos à vida partidária, mas também encontrou rejeição daqueles que queriam ou planejavam ocupar esse cargo.

Havia na cidade uma disputa entre as principais candidaturas: o prefeito, candidato à reeleição em uma coligação com 26 partidos; um ex-prefeito cassado e processado, que fez campanha, mas que não poderia ser candidato; um vereador dissidente da base do prefeito, com discurso de oposição, mas da elite conservadora da cidade e a candidatura do PT, com o mesmo candidato de 2012, sem coligações e, agora, numa conjuntura de golpe.

O início oficial da campanha foi muito difícil. Era a primeira campanha sem financiamento das empresas, o que era muito bom, mas na prática não havia dinheiro para se fazer a campanha. Foram 15 dias sem material nas ruas, um diálogo muito difícil com as pessoas, que tinham as informações que a mídia passava: que tudo de ruim que acontecia era culpa do PT, da Dilma e do Lula. Com o afastamento da presidenta, o Brasil iria melhorar. Os militantes na rua precisavam desconstruir essas informações para conseguir dialogar com o eleitor(a).

A campanha iniciou-se pela região Ouro Verde, onde o partido tinha maior aceitação. A candidata Dilma havia vencido em algumas seções eleitorais da região em 2014. Mesmo assim, às vezes, os militantes eram rejeitados e impedidos de entrar em alguns bairros.

Foi uma campanha desproporcional, do tostão contra o milhão. O prefeito candidato à reeleição tinha 7 minutos de propaganda eleitoral gratuita de rádio e TV e arrecadou mais de 1,3 milhões em doações para a campanha eleitoral, com recursos do fundo partidário e de pessoas físicas, segundo o TSE. Por outro lado, a candidatura do PT arrecadou 96 mil em doações de pessoas físicas, segundo o TSE, e teve 1min34 segundos de propaganda no rádio/TV. O candidato do PT não teve doações do fundo partidário, mas eu, que ele escolheu como vice, por ser mulher negra, tive 200 mil de doação do fundo partidário.

Durante a breve campanha (com a nova lei eleitoral foram 45 dias), tivemos muitas dificuldades, às vezes sem material impresso, sem dinheiro para pagar a produtora do programa de tevê/rádio, mas também com muita solidariedade e partilha. A militância estava retomando os tempos antigos. Passavam o dia juntos, partilhavam as refeições: quem não podia custear seu transporte ou alimentação contava com a solidariedade dos companheiros(as). Havia cotização para o combustível. As pessoas doavam suas férias para militância na rua fazendo campanha. O militante de base, aos poucos, ia voltando à vida partidária. Havia uma necessidade de o candidato a prefeito estar nos debates e nos programas de TV. Assim, eu ficava na campanha de rua, chamada de mobilização, e nas campanhas dos(das) candidatos(as) vereadores(vereadoras).

A semana mais difícil foi a da votação do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma no senado. A tarde da quarta-feira, 31 de agosto, ficou marcada na história do Brasil. Por 61 votos a 20, o Senado Federal decidiu pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, assumiu o até então presidente interino, Michel Temer. Na rua, muitos comemoravam; alguns choravam. Foram dias intensos, de muita aprendizagem e emoção.

O resultado da eleição foi até surpreendente. A campanha e as pesquisas indicavam um possível segundo turno em Campinas, interior de São Paulo, mas o prefeito foi reeleito no primeiro turno, com 65,43% dos votos válidos. O vereador dissidente ficou em segundo com 15,43% dos votos e a candidatura do PT obteve 15,04% dos

votos. Os votos no prefeito cassado não foram computados. Brancos, nulos e abstenções somaram 44,92 % dos votantes. Muitas avaliações foram feitas a partir desse resultado. Além da derrota nacional do PT, que perdeu em grandes cidades como São Paulo e em Campinas, destacou-se a jogada da direita em manter o prefeito cassado, como candidato, até o dia da eleição. Isto dividiu os votos do PT, e a candidatura de pseudoposição do vereador dissidente confundiu o eleitorado.

Foram muitos os adversários na campanha: o golpe parlamentar e midiático em curso, a descrença e o medo da militância, a falta de recursos financeiro e humano, o curto tempo de campanha. Mesmo assim, eu acreditava que era possível chegar ao segundo turno. De onde vinha essa fé, essa esperança? Do sonho que eu sonho com muitos e muitas, que também é o sonho de Jesus: vida em abundância para todos e todas.

“O bom Pastor dá a vida por suas ovelhas”

“O ladrão vem apenas para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Ao me apresentar na tenda Cora Coralina das Danças Circulares no XXX Curso de Verão, em janeiro de 2017, eu disse que a minha principal ação pastoral era minha militância política. Fui a única a dizer isso no grupo. Foi impactante. Como, assim, militância política partidária é ação pastoral?

A militância é sempre política, pode até não ser partidária, mas, na construção de outra sociedade, com novas e possíveis relações de igualdade e justiça, é necessário posicionar-se, estar do lado daqueles(as) que estão à margem, injustiçados, empobrecidos. Eu acreditava firmemente nisso e assim continuei.

Eu tive dois dias de folga, após as eleições, e retornei ao trabalho como educadora infantil na creche, onde trabalho há 20 anos. Foi como voltar de Marte, uma experiência extraterrestre, pois vivi em contato com o povo, nas ruas, terminais, casas, conheci uma Campinas que nunca tinha visto antes, com muita pobreza, desemprego, moradores em situação de rua, mulheres violentadas, péssimas condições

de trabalho dos trabalhadores(as) nos serviços públicos, queda na qualidade de atendimento à população.

Também retomei meu trabalho, como coordenadora na comunidade/paróquia, onde estou. Fui recepcionada de formas diferentes, ao retornar. Pessoas felizes, por se sentirem bem representadas por mim, diziam: “Você agora precisa continuar, foi só o começo”; outras, muito aborrecidas com o resultado da campanha, outras queriam que eu tivesse permanecido como candidata a vereadora, outros ainda com sentimento de que eu fiz algo de errado: “o PT não é um bom partido”. Enfim, uma experiência como essa transforma a vida.

Após a campanha eleitoral, eu não podia mais ficar atuando na comunidade ou no trabalho com a educação infantil como antes. Ter sido candidata a vice-prefeita na chapa do PT de Campinas exigia algo mais de mim. Em novembro de 2016, junto com nove companheiras petistas, formamos uma chapa com um programa básico, para concorrer ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, como representante da sociedade civil, do segmento de servidora pública municipal.

A eleição aconteceu em dezembro. Nós conseguimos mobilizar mais de 500 mulheres para votar. Na eleição anterior, haviam participado 85 mulheres. Todas da nossa chapa foram eleitas, como as mais bem votadas nos seus segmentos. Tomamos posse no dia 8 de março de 2017. Estamos travando uma luta para que o CMDM faça seu papel de garantir as políticas públicas para mulheres e não tenha um fim em si mesmo, ficando atrelado ao gabinete do prefeito, pois a luta e a organização das mulheres são maiores que o Conselho. Ele é um instrumento importante.

Em janeiro de 2017, junto com outros companheiros(as) servidores municipais, retomamos as discussões e as articulações para uma oposição sindical, com objetivo de devolver o controle do sindicato para a categoria: o sindicato está há 11 anos com uma gestão comprometida com o prefeito. Foram meses difíceis na construção de um diálogo que possibilitasse uma oposição unificada, porém não aconteceu. Ficaram duas chapas de oposição, o que favoreceu a vitória da atual diretoria. Eu participei da chapa 2 – “Oposição Unidade e Luta”, composta por

34 trabalhadores(as) representativos de todos os segmentos da categoria. Essa chapa suprapartidária foi a segunda colocada no pleito, que foi fraudado pela chapa 1, composta pela atual direção sindical.

Foi uma campanha curta, muito empolgante, que animou a categoria. Agora estamos questionando na justiça o resultado das urnas, apontando fraudes, como a violação de votos que foram anulados. O movimento de oposição sindical continua, agora exigindo da direção sindical os encaminhamentos da campanha salarial, pois a data-base da categoria é em maio e até agora só tivemos uma assembleia. Embora a categoria não concorde, o sindicato acatou o pedido do prefeito de postergar as negociações da campanha salarial em 2 meses, tudo justificado pela crise nacional.

Participei também do PED, o processo de eleições para o diretório municipal do PT, que aconteceu de fevereiro a abril de 2017, com um intenso debate interno na busca do diálogo para reconstrução do PT socialista, de base, democrático e participativo, um retorno às origens.

Estou na Comissão Arquidiocesana das CEBs, ajudando a pensar, refletir e articular a caminhada das comunidades em Campinas, principalmente na região Ouro Verde, sudoeste da cidade. Fui escolhida, pela minha atuação política, como delegada ao 14.º Intereclesial das CEBs, que acontecerá de 23 a 27 de janeiro de 2018 em Londrina-PR, que discutirá os desafios do mundo urbano.

Pensando sobre a participação eleitoral de militantes de base

Durante o processo de campanha eleitoral, vários sentimentos me acompanhavam. Movida também pela fé, alguns textos bíblicos me iluminaram e ajudaram-me a não desistir no caminho. A oração de Maria ao visitar sua prima Isabel, sempre ecoava em minha meditação, especialmente o trecho que diz: “Ele realiza proezas com seu braço: dispersa os soberbos de coração; derruba do trono os poderosos e eleva os humildes; aos famintos enche de bens, e despede os ricos de mãos vazias” (Lc 2, 51-53).

Como me tornei candidata? Nunca planejei ser candidata, fui escolhida por companheiros e companheiras que, por mais de 20 anos,

me acompanharam nas lutas, desde os anos 90, por creche, escola, posto de saúde, depois na política partidária, na militância de base como servidora pública, nas comunidades de base.

Onde eu estava nas outras campanhas? Nas ruas, nas comunidades, na militância pela educação infantil como direito das crianças, na formação de leigos/leigas nas comunidades, na formação com as monitoras da rede de educação de Campinas, na faculdade, estudando e me apropriando das teorias, para ajudar na organização e na conscientização dos trabalhadores.

Por que ser militante? Porque esta ordem social precisa ser mudada. A vida de todos os seres vivos e do planeta valem mais do que o dinheiro. A ganância de alguns não pode tirar a vida da maioria da população. “Devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. Esta economia mata” (Papa Francisco, 2013 EG, 53).

O que alimenta minha militância? Em primeiro lugar, minha fé em Jesus Cristo, que veio para que todos(todas) tenham vida em abundância, essa vida começa aqui e agora, precisamos lutar por ela. Os cristãos não podem fazer como Pilatos, lavar as mãos: “Devemos implicar-nos na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum” (Papa Francisco, 2013), e, em segundo lugar, é minha esperança, pois a luta muda a vida, nossa luta cotidiana. Com pequenos gestos, poderemos construir o novo.

Bibliografia

- BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia Edição Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2010.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”* (sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual). São Paulo: Paulus, 2013.
- _____. *Carta Encíclica “Laudato Si”* (sobre o cuidado da Casa Comum). São Paulo: Paulus, 2015.
- _____. *Participação do Cristão leigo na Política*, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mz7hv0piYE8>>. Acesso em 14/07/2017.
- MENDONÇA, José Tolentino. *A viagem, síntese da vida cristã*. Disponível em: <http://snpcultura.org/a_viagem_sintese_da_vida_crista.html>. Acesso em 26/06/2017.











